

IGOR SOARES AMORIM

**ANÁLISE DE DOMÍNIO SOB A LUZ DO CONCEITO DE  
AGENCIAMENTO DE GILLES DELEUZE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina - PGCIN/UFSC para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lígia Maria Arruda Café

FLORIANÓPOLIS

2015

Catálogo na fonte pela biblioteca universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

A524a Amorim, Igor Soares  
Análise de domínio sob a luz do conceito de agenciamento  
de Gilles Deleuze / Igor Soares Amorim ; orientador, Lígia  
Maria Arruda Café - Florianópolis, SC, 2015.  
241 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós  
Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências

1. Ciência da Informação. 2. Análise de Domínio. 3.  
Organização do Conhecimento. 4. Agenciamento. 5. Pós  
Moderno. I. Café, Lígia Maria Arruda. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação. III. Título.

Igor Soares Amorim

**Análise de domínio sob a luz do conceito de agenciamento de Gilles  
Deleuze**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de

**MESTRE EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação da UFSC

Florianópolis, 02 de dezembro de 2015.

---

Dr<sup>a</sup>. Rosângela Schwarz Rodrigues  
Coordenadora do PGCIN/UFSC

**Banca Examinadora:**

---

Dr<sup>a</sup>. Lígia Maria Café – Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Dr<sup>a</sup>. Solange Puntel Mostafa  
Universidade de São Paulo

---

Dr<sup>a</sup>. Clarice Fortkamp Caldin.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Dr. Cezar Karpinski  
Universidade Federal da Integração Latino-americana



*Dedico à minha mãe, quem me mostra  
que com amor toda mudança é possível.*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, no céu azul ou no teclado do notebook, sempre presente.

Agradeço a meus pais, fonte da minha força em momentos de necessidade. Pelo carinho e amor.

Agradeço aos meus irmãos, pela companhia, mesmo que distante e silêncio.

Agradeço à Renata, encontro feliz, que me iluminou com girassóis. Meu calor nesse sul.

Aos meus amigos, pelas rodas de conversas, risadas e companhia. Salve Salve!

Agradeço à minha orientadora, professora Lígia, quem me presenteou com a liberdade, frutificada neste documento.

Ao corpo docente, ao PGCIN e ao departamento de Ciência da Informação pelos anos de aprendizado.

Ao CNPq pela bolsa que me auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa.





## VERBO SER

Que vai ser quando crescer?  
Vivem perguntando em redor. Que é ser?  
É ter um corpo, um jeito, um nome?  
Tenho os três. E sou?  
Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito?  
Ou a gente só principia a ser quando cresce?  
É terrível, ser? Dói? É bom? É triste?  
Ser; pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas?  
Repito: Ser, Ser, Ser. Er. R.  
Que vou ser quando crescer?  
Sou obrigado a? Posso escolher?  
Não dá para entender. Não vou ser.  
Vou crescer assim mesmo.  
Sem ser Esquecer.

Carlos Drummond de Andrade



## RESUMO

Diante adissensãosobre a Análise de Domínio, pretende-se analisar a proposta de Hjørland sob a óptica da Filosofia pós-moderna de Deleuze. Tem-se como objetivo geral deste trabalho a revisão do conceito de Análise de Domínio de Hjørland em uma perspectiva filosófica deleuziana. Os objetivos específicos são:a) identificar e caracterizar as propriedades que sustentam o conceito de Análise de Domínio; b) levantar na Filosofia de Deleuze um conceito que norteie a análise sobre a teoria de Hjørland; c) interpretar o conceito de Análise de Domínio de Hjørland com base no conceito deleuziano. Com a Análise de Conteúdo, dividiu-se o trabalho em três etapas: levantamento e leitura dos artigos de autoria de Hjørland encontradosnas bases *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e *Web of Science e Scopus* (WoS) e no periódico *Advances in Knowledge Organization* (AKO), a fim de estabelecer índices de análise, definidos como comunidade discursiva, domínio e linguagem. Verificou-se que os três índices fundamentam a Análise de Domínio, pois as concepções compreendem os aspectos sociais que implicam o uso da informação. Além disso, identificou-se que os três índices não estabelecem relações hierárquicas rígidas nos textos de Hjørland, mas relações maleáveis. Com base na obra *Mil Platôs* de Deleuze e Guattari, elegeu-se o conceito de agenciamento por compatibilizar com os índices anteriores. O conceito de agenciamento diz respeito ao funcionamento dos processos de atualização, operados por máquinas abstratas e constituído por duas duplas de elementos, a dinâmica conteúdo e expressão, além dos movimentos de territorialização e desterritorialização. Num segundo momento, realizou-se um cruzamento entre os índices e os componentes do conceito deleuziano, consolidando diretrizes para o estudo de domínios. Por fim, na última etapa, os resultados foram discutidos em relação ao referencial teórico Ainda, propos-se o conceito filosófico de Indomável, indicando à impossibilidade da fidelidade das representações. Os resultados apontam que só a análise sobre a linguagem não basta aos estudos de domínio, que exige a compreensão do meio composto por subjetividades e instituições. Concluiu-se que a Análise de Domínio se alinha à pós-modernidade e que as Filosofias dessa vertentepodem contribuir com o avanço teórico e metodológico da área.

**Palavras-chave:** Análise de Domínio. Organização do Conhecimento. Gilles Deleuze. Agenciamento. Pós-modernidade.



## RESUMO

*On the dissension on Domain Analysis, it intends to analyze the proposed Hjørland from the perspective of postmodern philosophy of Deleuze. It has the general objective of this work to review the Hjørland's concept of Domain Analysis in a Deleuzian philosophical perspective. The specific objectives are: a) identify and characterize the properties that support the concept of Domain Analysis; b) find in Deleuze's philosophy a concept that guides the analysis of the theory Hjørland; c) interpret the Hjørland's concept of Domain Analysis based on the Deleuzian concept. With content analysis, work was divided in three stages: survey and reading the Hjørland authored articles found the Library and Information Science Abstracts databases (LISA) and Web of Science and Scopus (WoS) and in the journal Advances in Knowledge Organization (AKO), in order to establish analytical indices defined as a discursive community, domain and language. It was found that the three indices underlie Domain Analysis, for the concepts that comprise the social aspects involve the use of information. In addition, it was identified that the three indices do not establish rigid hierarchical relationships in Hjørland's texts, but malleable relations. Based on the work *A Thousand Plateaus of Deleuze and Guattari*, was elected the concept of assemblage by compatible with previous rates. The concept of assemblage refers to the operation of the update process, operated by abstract machines and consisting of two pairs of elements, the dynamic content and expression, in addition to the movements of territorialisation and desterritorialization. Secondly, there was a cross between the indices and components of the Deleuzian concept, consolidating guidelines for the study domains. Finally, in the last step, the results were discussed in relation to the theoretical framework. Still, it proposed the philosophical concept of Indomitable, indicating the impossibility of fidelity representations. The results show that only the analysis of the language is not enough to study of domain, which requires an understanding of the environment composed of subjectivities and institutions. It is concluded that the Domain Analysis aligns with post-modernity and the philosophies of this mainstream can contribute to the theoretical and methodological advance of the area.*

**Keywords:** *Domain Analysis. Knowledge Organization. Assemblage. Postmodernity.*



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paradigma social da Ciência da Informação (199?).....	23
Quadro 2: Tipologia de Sistemas de Organização do Conhecimento de Hodge.....	72
Quadro 3: Descritor de Análise de Domínio no Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação .....	88
Quadro 4: Abordagens epistemológicas para Organização com Conhecimento .....	94
Quadro 5: Impacto do pragmatismo na BCI .....	105
Quadro 6: Uma manifestação para uma percepção pragmática e funcionalista do conhecimento .....	106
Quadro 7: As três gerações de pesquisa da teoria da atividade.....	108
Quadro 8: Índices de análise .....	166
Quadro 9: Ficha de coleta de dados.....	167
Quadro 10: Consolidação da noção de Comunidade Discursiva.....	174
Quadro 11: Consolidação da noção de Domínio.....	175
Quadro 12: Consolidação da noção de Linguagem.....	177
Quadro 13: Cruzamento de conceitos .....	184
Quadro 14: Identificação do conceito de indomável .....	203





## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diferença específica acrescentada ao gênero.....	52
Figura 2: Árvore de Porfírio.....	52
Figura 3: Prisma paradigmático da Ciência da Informação .....	83
Figura 4: Esquema para mapeamento da Análise de Domínio.....	85
Figura 5: Deslizamento de planos .....	140
Figura 6: Agenciamento .....	181



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>2 SOCIEDADE PÓS-MODERNA</b> .....	<b>31</b>
<b>3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO</b> .....	<b>47</b>
<b>3.1 Ordenação do conhecimento na Antiguidade, Idade Média e Moderna</b> .....	<b>49</b>
<b>3.2 Organização do conhecimento: um campo científico, um processo prático</b> .....	<b>59</b>
<b>4 A ANÁLISE DE DOMÍNIO DEHJØRLAND</b> .....	<b>75</b>
<b>4.1 Vetores de aplicação da Análise de Domínio</b> .....	<b>83</b>
<b>4.2 Um olhar metodológico sobre a Análise de Domínio</b> .....	<b>88</b>
<b>4.3 Os conceitos de “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem” na Análise de Domínio</b> .....	<b>96</b>
<b>4.4 Paradigma social e pragmatismo projetados na teoria da Análise de Domínio</b> .....	<b>104</b>
<b>4.5 Os pragmáticos projetados na teoria da Análise de Domínio</b>	<b>111</b>
<b>5 FILOSOFIA DE GILLES DELEUZE</b> .....	<b>115</b>
<b>5.1 A Filosofia da Diferença</b> .....	<b>116</b>
5.1.1 Uma crítica aos bastiões da Representação .....	119
5.1.2 A Diferença em seu brilho próprio .....	121
5.1.3 Criação na encruzilhada da diferença com o virtual.....	127
<b>5.2 Deleuze e as formas do pensamento</b> .....	<b>130</b>
<b>5.3 O conceito de agenciamento em Deleuze</b> .....	<b>141</b>
5.3.1 Dupla articulação do agenciamento e seu meio associado .....	145
5.3.2 A dimensão antropomórfica do agenciamento .....	149
5.3.3 Movimentos do território no agenciamento .....	152
5.3.4 Agenciamento: possibilidades cartográficas .....	156
<b>6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>160</b>
<b>6.1 Caracterização da Pesquisa</b> .....	<b>160</b>
<b>6.2 Fontes, <i>Corpus</i> da Pesquisa e Instrumento de Coleta de Dados</b> .....	<b>164</b>
<b>6.3 Etapas da Pesquisa</b> .....	<b>168</b>
<b>7 RESULTADOS</b> .....	<b>172</b>
<b>7.1 Apresentação e Análise dos Dados</b> .....	<b>173</b>
7.1.1 Análise de Conteúdo aplicada ao corpus hjørlandiano.....	173
7.1.2 Análise do agenciamento deleuziano .....	179
<b>7.2 Interseções entre Análise de Domínio e Agenciamento</b> .....	<b>182</b>
<b>7.3 Interpretação dos Resultados</b> .....	<b>190</b>
7.3.1 Contextualização dos resultados na conjuntura pós-moderna..	190

7.3.2 Reflexos dos resultados na BCI e na OC .....	193
7.3.3 Discussão dos resultados por meio das teorias de Hjørland e Deleuze .....	198
7.3.4 Um novo conceito à Filosofia da Ciência da Informação .....	201
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>206</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>210</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>231</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>233</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>241</b>

## 1INTRODUÇÃO

Uns dizem documento e outros informação. Tábulas, papiros, livros e bits e bytes. Com o que os cientistas da informação e os bibliotecários lidam? -- pergunta essa tão recorrente no campo científico informacional. Lidamos com marcas da humanidade. Derrida (2001) retrata o registro humano como ato vinculado a pulsão de vida, trazendo as noções de Freud para pensar o registro da linguagem, declarando o registro um ato de resistência contra a morte. Pela sobrevivência é que criamos e acumulamos conhecimentos. Registro da informação é um movimento de vida.

Com o avanço das instituições sociais, a informação enquanto matéria-prima passa a ser requerida de forma consciente nos diversos trabalhos, sejam eles manufaturados, industriais ou cognitivos. Desde a alvorada da Modernidade, a informação como elemento estruturado em um suporte físico é necessária, seja no âmbito burocrático, industrial ou educacional. É a informação que permite a organização da sociedade segundo estruturas mais abertas que os mosteiros medievais. Desse modo, desde cedo se estabelece a relação de informação com liberdade. Com a Revolução Francesa, surgem as preocupações de ordem pública com as bibliotecas, museus e arquivos. De certo modo, podemos afirmar que quanto mais informação, mais o cidadão se liberta. Essa visão é sustentada ainda hoje por diversos autores, como Habermas, quem considera a informação destino de qualquer ato racional e comunicação.

Por outro lado, quanto mais informação produzida e disseminada, mais a liberdade é coagida, seja pelo estado ou por empresas privadas. Ao mesmo tempo em que as instituições de memória e cultura se fortaleciam, os governos modernizavam suas formas de contabilizar as populações, os roubos, as propriedades, os impostos. Atualmente lidamos com governos que espionam cidadãos e com empresas que mercantilizam informações sobre nós, sem aviso ou consentimento. Assim, se estabelece a condição paradoxal da informação, quanto mais ela adentra aos cotidianos, mais autônomos e mais cerceados ficamos.

Diante deste cenário que aponta para horizontes incertos, é inegável a necessidade de profissionais e cientistas que lidem com a informação, seja para a promoção da liberdade ou do controle. Latour (2000) identifica a correlação entre o aumento da produção de informação e a instalação e expansão da modernidade pelos diferentes continentes. Latour visualiza uma rede onde qualquer elemento (material ou imaterial) devém signo, na qual estão relacionadas

bibliotecas, laboratórios e gabinetes de curiosidades, mas que podemos atualizar com universidades, centros de documentação, sites e base de dados, revistas, eventos científicos etc... Dessa maneira, define informação como uma relação estabelecida entre dois lugares, uma periferia e um centro. A inscrição da informação é a tradução do mundo das matérias locais e dos signos à uma forma material passível de transmissão. A informação é um processo antes de ser signo, que envolve seleção, extração e redução e permite um jogo entre presença no lugar e ausência desse lugar.

Traduzir algo em informação é um trabalho material concreto que desenvolve um movimento de redução, já que se trata de textualizar uma ampla realidade. Todavia, esse movimento não se dá isolado, há imbricado nele um movimento oposto, de ampliação, que ocorre mediante o acesso à informação inscrita que permitir o conhecimento ser constituídos em um novo agente. (LATOURE, 2000).

O que se assiste, desde a decadência do período medieval, é o aumento constante da produção e uso da informação, com alguns períodos em que há um crescimento mais vertiginoso, quando por exemplo foi facilitado a impressão de livros pela invenção de Gutemberg, quando o letramento é alcançado por grandes parcelas de pessoas, quando governos nacionais investem em espionagem, ou quando a revolução info-eletrônica garante o acesso à imensa massa de páginas web.

Nesta conjuntura, é imprescindível que a rede citada por Latour tenha em sua composição centros responsáveis pela coleta, armazenamento, organização, representação e disponibilização da informação. Entram em cena instrumentos, técnicas, saberes e profissionais dispostos a enfrentar o desafio.

A tarefa de organizar a informação é antiga, podendo ser notado o desenvolvimento de técnicas já pelos filósofos gregos na arte da retórica. Contudo, os obstáculos não são os mesmos. Desde o século XIX, áreas afins procuram solucionar problemas informacionais. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, talvez o principal problema seja garantir que uma informação não se perca, isto é, que ela seja encontrada por, ou encontre o usuário correto, no momento em que ele necessita.

Diante do fim da modernidade que se anuncia pelo prefixo “pós-”, há uma grande insegurança em relação a como, quando, por quem, para quem e porquê tratar as informações. Valores que outrora eram estandartes da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (BCI), hoje são questionáveis, tais como a universalidade das classificações, as

hierarquias, a neutralidade da ação do intermediário, a noção verdade, a imagem de grandes grupos harmoniosos de usuários.

Com isso, a própria epistemologia na área passa por modificações, adentrada ao chamado paradigma social da informação. (CAPURRO, 2003). Nessa perspectiva, Hjørland e Albrechtsen (1995) propõem a Análise de Domínio como uma alternativa teórica e metodológica para a Organização do Conhecimento (OC), proposta que é considerada ícone desse novo paradigma da BCI. (CAPURRO, 2003; VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009).

Vega-Almeida, Fernández-Molina e Linares (2009) estruturam três tabelas, uma para cada paradigma da Ciência da Informação: o físico, o cognitivo e o social, traçando atributos a cada um deles. Sobre o social, qualificam-no como:

Quadro 1:Paradigma social da Ciência da Informação (199?)

<b>Paradigma Social</b>	<b>Características</b>
Macroespaco paradigmático	Pós - moderno. Sociedade da Informação. Aceita a racionalidade intersubjetiva; questiona a objetividade e as medições da ciência e evidencia as pesquisas qualitativas
Classificação da Ciência	Bases nas Ciências Sociais: considera o social como fundamento do conhecimento; enfoca a historicidade em seus estudos para compreender os fenômenos da informação
Fundamentos filosóficos	Historicismo: considerando a linguagem; cultura como fatores sociais determinantes do conhecimento. Recebe influências da hermenêutica, pragmatismo, construtivismo social e semiótica.
Conceito de Informação	Trata as mensagens (informações), processadas cognitivamente em contextos (motivações e intencionalidades).
Enfoque	Social (usuário – sistema – contexto)

Fonte: adaptado de Vega-Almeida, Fernández-Molina E Linares (2009).

O quadro apresentado pontua aspectos incorporados na Ciência da Informação a partir da década de 1990. Esta ciência nasce muito próxima às Ciências Exatas, em seguida desenvolve um perfil crítico baseado no referencial teórico marxista (que passa a figurar em muitos

trabalhos da área) e, posteriormente, passa por profundas alterações via os enfoques microssociológicos e interpretativos, como bem demonstra Araújo (2003), que afirma a tentativa da Ciência da Informação de consolidar-se como ciência pós-moderna.

Terry Cook (2012, p. 7) afirma que “o pós-modernismo trata da criação e natureza dos registros e sua designação, sobrevivência e preservação como arquivos”, mas que podemos considerar também para as diferentes instituições de informação. A Análise de Domínio é concebida no período pós-moderno, desse modo partimos da hipótese que os aspectos pontuados no quadro 1 estejam presentes nela.

Santos (1989) retrata a Ciência pós-moderna como um efeito de crises geradas pela Ciência moderna e, como tal, pretende superar alguns princípios dessa, tais quais:

- Modelo de racionalidade cartesiana,
- Separação do sujeito e do objeto,
- Busca da ordem,
- Separabilidade dos elementos constituintes da realidade.

Sendo assim, pensar a Análise de Domínio pelo viés da Filosofia pós-moderna é, em certa medida, trazer a Ciência da Informação ao modelo de Ciência pós-moderna como defendido por Santos (1989) e por de Araújo (2003).

Para Santos (1989) é um compromisso ético levar as Ciências ao status de pós-moderna, e é nesse bojo que propomos relacionar a Filosofia de Deleuze (pensador considerado pós-moderno) e a Análise de Domínio hjørlândia (identificada com o terceiro paradigma da Ciência da Informação).

O pós-modernismo não atinge somente a ciência e a Filosofia, mas, surgido na segunda metade do século XX, se alastrou para diversos domínios de saber, adentrando, cada vez mais, no cotidiano das pessoas, primeiro nos países de capital centralizado, EUA, Japão e Europa ocidental, seguindo para os países de capital periférico. Neste cenário, a sociedade passa por transformações, dentre as quais destacamos, com base no texto de Santos (2012):

- O excesso de informações incidente nas rotinas das pessoas;



- O contexto de comunicação tomado por tecnologias informacionais;
- A emergência da sociedade de consumo;
- A imposição da cultura soft encontrada nos designs materiais e virtuais;
- A pulverização do niilismo<sup>1</sup>.

É sobretudo na pós-modernidade que a Filosofia e a cultura ocidental são fortemente criticadas. Deus, Ser, Razão, Sentido, Verdade, Totalidade, Unidade, Ciência, Sujeito, Consciência, Produção, Estado, Revolução, Família... Todos os valores, defendidos e buscados na era moderna passam por desconfiança e investigações que revelam intenções opressoras nas bases destes ideais. Estabeleceu-se uma descrença dos grandes referenciais, que não poupou nem os valores religiosos, burgueses ou marxistas, fazendo com que os discursos totalizantes e os universais entrassem em desuso. Os filósofos da pós-modernidade preocupam-se em desconstruir os princípios e concepções do pensamento ocidental e valorizam temas que eram, até então, marginais. Assim que Derrida, Deleuze, Lyotard, Baudrillard, dentre outros, buscam na Semiologia, em Marx, em Freud e, sobretudo, em Nietzsche, bastiões para seus pensamentos (SANTOS, 2012).

Suspeitar! Como criar pensamentos sem suspeitas? Como não suspeitar depois dos relatos do fetiche da mercadoria e do valor, da linguagem como ente delirante e ainda com a ilha da consciência no mar do inconsciente? Marx, Nietzsche e Freud produziram novas condições para a produção de conhecimentos, fazendo da suspeita um dos atores principais para a investigação científica e filosófica. Não há mais formas de se fazer Arte, Filosofia ou Ciência senão a partir da suspeita.

A Filosofia pós-moderna leva em conta as ilusões sustentadas por diversas correntes de pensamento até então existentes e erguidas na modernidade, rompe com elas, as desconstrói e possibilita a criação do novo, em outras bases levantadas por uma crítica. Ela promove a

---

<sup>1</sup>Embora se popularize por meio da Filosofia de Nietzsche, o termo já era utilizado na Literatura e na Filosofia do século XVIII. Nas obras de Dostoiévski o termo era utilizado como um problema do mundo moderno. Grosso modo, niilismo em sentido nietzschiano é relacionado com a crítica aos valores que sustentam a cultura ocidental. O pensador alemão trata o conceito como uma doença ou crise na qual a modernidade está inserida, e que culmina com a perda de sentido. (FIGUEIREDO, 2013).

[...] ruptura de nosso senso seguro do significado e referência da linguagem, de nosso entendimento, de nossos sentidos e das artes, de nosso entendimento da identidade, de nosso senso da história e do papel dela no presente e de nosso entendimento da linguagem como algo livre do trabalho do inconsciente. [...] Ruptura não deve ser como uma palavra negativa. Um aspecto do pós-estruturalismo é seu poder de resistir e trabalhar contra verdades e oposições estabelecidas. (WILLIAMS, 2013, p. 16-17).

Ainda, sobre essa perspectiva filosófica, Williams (2013) afirma que ela atua nos conjuntos simbólicos que criticam, buscando, por meio deles, extrair possibilidades mais libertárias.

Nesse ensejo, entendemos a Filosofia de Deleuze, na qual encontramos lutas e formas de resistências, que não se restringem à reflexões teóricas, mas também a exercícios práticos. Acreditamos, juntamente com Williams (2013) que a Filosofia que pretendemos seguir não toma nada como certo e definido, pois desconstrói, transforma e mostra as exclusões que determinados entes simbólicos e reais apresentam.

Mostafa (2013) traz um quadro com os trabalhos na BCI que se utilizaram da Filosofia deleuziana, destacando as variadas possibilidades de frutificação que os trabalhos do francês podem render ao campo de pesquisa da área, assim crava que os trabalhos de Deleuze ainda não “foram suficientemente explorados pela Ciência da Informação” (MOSTAFA, 2013, p. 29).

Na leitura de *A Filosofia da Diferença e a Ciência da Informação* (MOSTAFA, 2013) identificamos o empenho da autora em levar a Ciência da Informação a um nível filosófico, e assim produzir uma Ciência da Informação por vir, como exemplifica-se na citação que segue:

Pois na Ontologia deleuze-guattariana, existe uma Biblioteconomia e uma Ciência da Informação virtuais que são reais, mas que ainda não foram atualizadas por conceitos filosóficos. Daí a necessidade de criar conceitos. (MOSTAFA, 2013, p. 32).

A pesquisadora Mostafa (2013, p. 68) revela a potência da Ciência da Informação existente em seu virtual. “Se é certo que a Ciência da Informação pode ser considerada uma Ciência da linguagem, [...] também é certo que todas as Ciências estão envoltas no fluxo incessante da vida”.

Mostafa (2012b, p. 111-112) destaca a importância de Deleuze para a BCI, pois o pensamento do revolucionário filósofo “se espalha em vários campos sociais, produzindo desde uma nova concepção de sujeito até uma nova concepção de social”. Assim, acreditamos que estabelecer conexões entre Deleuze e a BCI, por meio da proposta de Hjørland possa ser importante ao âmbito de pesquisa da área, não apenas em prol da inovação, mas também pelo fortalecimento dos fundamentos do campo.

Esperamos que a Filosofia de Deleuze possa contribuir em diversos aspectos para a BCI. Nossa intervenção passa por repensar a Análise de Domínio pelo viés da Filosofia pós-moderna deleuziana a fim de contribuir para outras perspectivas à BCI. É uma proposta de fazer Ciência da Informação no intempestivo, reinventando-a no contemporâneo. Para tal, é necessário averiguar de que maneira a Ciência da Informação situa-se na pós-modernidade.

Propomos uma revisão crítica à Análise de Domínio, por meio da Filosofia deleuziana, para trazer à OC possíveis contribuições que vão além do foco na linguagem e dos aspectos socioculturais. O pragmatismo escandinavo da BCI valoriza os aspectos sócio-culturais e linguísticos, o que Deleuze também considera, sem, no entanto, centralizá-los em suas obras, voltando a atenção mais à experimentação<sup>2</sup> (MOSTAFA, 2013).

Por isso, evocamos nesta pesquisa as propriedades do conceito de Análise de Domínio de Hjørland a fim de percebê-lo sob as lentes deleuzianas, de modo a oferecer novas perspectivas à área da OC e a BCI. É válido destacar que a conexão entre a Filosofia deleuziana e a Ciência da Informação não é inédita, embora recente.

Esta pesquisa pretende construir zonas de interdiscursos entre a Filosofia e a BCI e OC, por meio da articulação do conceito deleuziano e da proposta hjørlandiana. Segundo González de Gómez (2000), a produção de conhecimento na CI se dá pela constituição de um excedente informacional (desenvolvimento de conteúdo) e de um

---

<sup>2</sup>Para Deleuze experimentar significa enfrentar as forças do caos, como veremos no capítulo relativo aos seus conceitos.

excedente epistemológico (espaço interdisciplinar que alarga o escopo da área). Assim, esta dissertação caracteriza-se como interdisciplinar.

Em síntese, procuramos pensar a Análise de Domínio e uma possível aproximação da Filosofia pós-moderna. E para tanto, tomamos como fio condutor da investigação a filosofia da diferença de Deleuze. O problema de pesquisa é: Até que ponto a Análise de Domínio apresenta-se em consonância com a Filosofia pós-moderna deleuziana?

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral “repensar o conceito de Análise de Domínio de Hjørland em uma perspectiva filosófica pós-moderna”. Para atingi-lo definiu-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar e caracterizar as propriedades que sustentam o conceito de Análise de Domínio; b) levantar na Filosofia de Deleuze um conceito que norteie a análise sobre a teoria de Hjørland; c) interpretar o conceito de Análise de Domínio de Hjørland com base no conceito deleuziano.

Abordamos no segundo capítulo a noção de pós-moderno a partir da ruptura que o termo designa em relação à modernidade, caracterizando a sociedade pós-moderna e mostrando algumas perspectivas que retratam a BCI e a OC sob vieses pós-modernos.

Na terceira seção, a Organização do Conhecimento é apresentada de um jeito pouco tradicional, buscando correlações que perpassem a cultura escrita chegando até aos fenômenos mais recentes da área. Será destacada uma revisão sobre como a OC é percebida na área (de Biblioteconomia e Ciência da Informação) e de que modo seu processo se relaciona com os sistemas de organização do conhecimento (SOCs).

No quarto capítulo são retratados alguns posicionamentos e contribuições à BCI e à OC feitas por Hjørland, seguindo da explicação do que é a Análise de Domínio, seus conceitos fundamentais, sua compreensão por meio do paradigma social e sua relação com autores possivelmente relacionados à teoria. Ressaltamos a dificuldade de escrever esse capítulo devido à forma como Hjørland apresenta sua teoria e a falta de outros autores que tenham abordado o assunto.

Abordamos Deleuze no quinto capítulo, destacando sua concepção da diferença enquanto elemento que contraria a lógica da representação e centraliza a imanência na concepção da vida. Com Espinosa e Nietzsche foi possível delinear um método ético de imanência da diferença. A Filosofia do francês aciona os conceitos de virtual e atual, entre os quais se estabelece todo ato de criação e pensamento, seja na Filosofia, Arte ou Ciência. Apresentamos como tal

processo ocorre e, por fim, discorremos sobre o conceito de agenciamento.

A abordagem metodológica é explicada no capítulo sexto, no qual caracterizamos a pesquisa, justificamos as fontes, *corpus* e instrumentos utilizados na produção desta pesquisa. Na seção seguinte, o capítulo sete, desenvolvemos os resultados e os discutimos, por meio das consolidações dos termos considerados pilares à Análise de Domínio hjørlândia e da análise do conceito de agenciamento. Este capítulo se finda com a interpretação dos resultados, que é feita de forma ampla a partir da retomada de todo o referencial teórico contido nos capítulos antecedentes. Por fim, trazemos as considerações finais, com destaque às principais contribuições desta dissertação. Ainda o trabalho conta com referências e apêndices. Assim, esperamos cumprir com os objetivos propostos.



## 2SOCIEDADE PÓS-MODERNA

Para Drucker (2001), estamos em um período de grandes transformações, tais como as vividas nos períodos da revivescência do comércio à longa distância, de quando Aristóteles voltou a ser fonte de sabedoria, das mudanças decorrentes da descoberta das Américas, e do advento do motor a vapor de James Watt. Mas essa pela qual passamos e vivemos atualmente tem uma importante diferença. Embora ela seja “ocidentalizada”, ela não é restrita ao Ocidente. De fato, ela afeta o cenário político, econômico, social e moral, em todas as partes do mundo. Assim, Drucker (2001, p. 17) nos relata: “Avançamos bastante na nova sociedade pós-capitalista para rever e revisar a história social, econômica e política da Era de Capitalismo e do Estado-nação”. Para o autor, a nascente sociedade será baseada em conhecimento e estruturada em organizações.

O período de mudança que vivemos se dá pela centralidade do conhecimento e da informação nos processos sociais e, embora vivamos algo iminentemente novo, essa perspectiva sobre o conhecimento emerge na metade do século XVIII e, desde então, vem se reforçando. O conhecimento que era aplicado ao ser, tanto no Ocidente quanto no Oriente, passou a ser aplicado ao fazer, tornando-se um recurso, uma utilidade. Assim, numa primeira etapa, o conhecimento foi aplicado a ferramentas, processos e produtos, corroborando com a Revolução Industrial, a consolidação de novas classes sociais e o conflito de classes. Em seguida, numa segunda etapa já no final do século XIX, o conhecimento foi aplicado ao trabalho e desencadeou a Revolução da Produtividade. Atualmente, o conhecimento é aplicado ao próprio conhecimento, com isso é o próprio conhecimento que está se tornando o principal fator de produção. (DRUCKER, 2001).

Embora seja um ideólogo disseminador do modelo neoliberal e da sociedade que ele chama pós-capitalista (PEREIRA; MISOCZKY, 2006), Drucker relata a reelaboração pela qual a noção de conhecimento passa, mostrando sua centralização nos processos de produção. Kumar (1997) procura comensurar outros conceitos que buscam dar conta dessa nova conjuntura, discorrendo sobre as noções de sociedade da informação, sociedade pós-fordista e sociedade pós-moderna.

O conceito de sociedade da informação vai ao encontro da tradição liberal, progressista, do pensamento ocidental, relata Kumar (1997, p. 15), mantendo a “fé do Iluminismo na racionalidade e no progresso”, dando continuidade “à linha de pensamento iniciada por Saint-Simon, Comte e os positivistas”. Por outro lado, se consolidou

uma corrente de esquerda, trazendo ao jogo a bandeira do pós-fordismo, na qual Marx é considerado referência imprescindível para o novo século, mas destacando que mudanças radicais aconteceram em relação aos padrões e às práticas capitalistas anteriores. Ainda há outra corrente, mais abrangente, denominada de pós-moderna. Para Kumar (1997, p. 17), os diversos discursos que debatem o status da sociedade indicam que, de fato, há “alguma coisa agindo nesse particular, algo na experiência das sociedades modernas contemporâneas que, de forma persistente, provoca não apenas o ‘senso do fim’, mas também de novos começos”.

Segundo Cook (2012, p. 7), o “problema com o pós-modernismo é, naturalmente, um problema de definição. O pós-modernismo afeta tantos aspectos da sociedade atual que pode significar quase qualquer coisa”. A palavra “pós-modernismo” indica o fim da modernidade, mostra que estamos numa outra era, ou seja, que a modernidade foi superada. Alguns argumentam que entre esses dois períodos há mudanças radicais, outros defendem uma continuidade aprofundadora na pós-modernidade de vários aspectos de sua antecedente (KUMAR, 1997). Sendo assim, antes de nos aproximarmos da noção de pós-modernismo, convém abordar primeiro a noção de modernidade.

Modernidade é uma designação que abrange todas as mudanças originadas no mundo moderno. O termo *modernus* foi originado no latim, derivado de *modo* que significa “recentemente” ou “há pouco”, e usado no final do século V d. C. como antônimo de *antiquus*. A palavra modernidade foi concebida ainda na Idade Média, de forma a separar o mundo antigo e pagão do mundo moderno e cristão, este que estava salvo das trevas. O termo indicava que o cristianismo desenvolveu uma nova perspectiva de tempo e, conseqüentemente, de história. Subjugado pela ideia de divindade, essa perspectiva de tempo e história afastou do mundo a possibilidade da novidade, visto que tudo se explica pelo divino (KUMAR, 1997). Para Kumar (1997, p. 80), esta perspectiva “incluía o ser, mas não o devir, onde não havia nem o ‘era’ nem o ‘será’, mas apenas o ‘é’”.

De origem clássica, a perspectiva cíclica sobre o tempo foi substituído pela visão linear e irreversível através do cristianismo, de modo a inverter a cronologia e interpretar a história de frente para trás, numa perspectiva em que o passado e presente são interpretados do ponto de vista de seu fim, considerando o “passado um simples prólogo do presente, a caminho de concretizar a promessa do futuro” (KUMAR, 1997, p. 81) Na Idade Média, a novidade não tinha valor, o que foge a tradição era mal visto ou pecaminoso, sendo o “plágio” uma prática



recorrente; prática esta que justifica a veneração aos grandes pensadores da Antiguidade, tais como Platão, Aristóteles, Cícero, dentre outros.

Se o termo modernidade surge no período medievo, somente na Renascença é que ocorre a utilização do termo de forma a designar o momento mais recente da história: Antiga, Medieval e Moderna. Ainda assim, o Renascimento também não pretendia “o novo”; sua busca era a volta aos clássicos, a recuperação dos clássicos. Por isso, os renascentistas também abdicavam do novo em detrimento à cultura greco-latina. Conquanto, a noção cíclica do tempo é retomada pelos renascentistas, considerando-se o que estava por vir não uma novidade, “mas um passado reformado, renascido” (KUMAR, 1997, p. 86). No rastro da modernidade, a atitude no Renascimento de criticar a autoridade dos pensadores e instituições medievais promoveu novos padrões críticos e racionais que, posteriormente, foram usados também contra a autoridade dos clássicos (KUMAR, 1997).

O início da Era Moderna se dá no século XVII, tendo em obras como *Novum Organum* (1620) de Francis Bacon e *Discurso do Método* (1637) de Rene Descartes importantes marcos. Nesse período, diversos pensadores ressaltavam a supremacia do presente em relação aos antigos e medievos, patamar alcançado por meio da razão (utilizada nas ciências, na Filosofia, nas tecnologias). É a valorização do presente e uma conseqüente projeção otimista do futuro (KUMAR, 1997).

Mas é somente no século XVIII que as noções de tempo e história adquirem novas significações em detrimento das concepções cíclica e linear, o que, segundo Kumar (1997), confere autenticidade ao conceito de modernidade. Foi no período oitocentista que a perspectiva apocalíptica foi desconectada dos saberes científicos e filosóficos e substituída pela noção de progresso. As divisões de Antigo, Medieval e Moderno foram elevadas à categorias de estágios da história, projetando assim uma caminhada evolutiva da humanidade em direção ao que há de mais moderno e, dessa forma, passou a significar um “rompimento completo com o passado, um novo começo baseado em princípios radicalmente novos”. (KUMAR, 1997, p. 92). Nessa conjuntura, a utilidade do passado é nos ajudar a compreender aquilo em que nos tornamos, já que nos tornamos algo diferente dos nossos antepassados. Assim, a história é tida como algo que pode alterar as formas de vida social, sendo que o mais recente é considerado “o melhor”.

A modernidade modifica a forma de pensar e fazer política e economia, agora a sociedade percorre uma seta em direção a estágios mais evoluídos, de maior liberação ao ser. A Revolução Francesa é considerada a primeira revolução moderna, demarcando uma nova etapa

da história. Tanto esta quanto as revoluções americana e soviética se basearam na crença do progresso. Assim sendo, a Revolução Francesa foi vista como a vitória da razão e o início de um novo momento intelectual, sendo ela responsável por dotar a modernidade de consciência (razão). Se esse foi o papel desempenhado pela revolução política na França, quem conferiu a substância material à modernidade foi a Revolução Industrial, responsável pela aceleração da evolução econômica de diversos países europeus. Tal relação entre industrialismo e modernidade se deu de maneira tão forte que em diversas situações “se modernizar” significava “se industrializar”. Essa relação é de tal forma sólida que atualmente, um dos principais fatores que nos leva a pensar o fim da modernidade é a superação do industrialismo concebidos em suas configurações dos últimos 200 anos.

Todavia, “industrialismo” não é apenas uma forma inovadora de produzir mercadorias e de organizar a produção, ele implica mudanças díspares também no âmbito cultural, social, subjetivos, etc. Assim, é considerado um sistema que conduziu o mundo à outras situações além da produção em grande escala e do crescimento econômico, desencadeando “no mundo um sistema que está em um estado permanente de crise e renovação”. (KUMAR, 1997, p. 95). O que caracteriza a Era Moderna:

Não foi no vigor da Alta Idade Média, nem na explosão criativa da Renascença, tampouco na Revolução Científica do século XVII, mas sim na Idade da Razão, na segunda metade do século XVIII, mais de duzentos anos depois de o monge romano e erudito Cassiodorus traçar a primeira distinção entre *antiqui* e os *moderni*, que nasceu a ideia de modernidade. (KUMAR, 1997, p. 96).

A modernidade, consolidada no século XVIII, enfrentou uma complexa reação no século XIX, sob forma de um movimento cultural, o modernismo, este que simultaneamente dava continuidade aos princípios da modernidade ao mesmo tempo em que desafiava seu núcleo. Então, ressaltamos que modernidade e modernismo apresentam conceitos distintos.

A modernidade interesse-se pelo futuro, pelo novo, pelo o que nascerá na esteira do progresso. Por volta da metade do século XIX a noção de modernidade foi dividida em duas partes, uma referente aos aspectos social e político, e outra referente as questões estéticas; de um

lado a “modernidade burguesa” da ciência, da razão, do progresso e do industrialismo, do outro a “modernidade cultural” com sua rejeição à burguesia e sua consumidora paixão negativa. Esta cisão erigiu uma dicotomia, na medida em que a cultura moderna voltou-se para a individualização e auto-realização em detrimento da ordem tecnocômica. Essa percepção separada entre a esfera cultural e a esfera sociopolítica é importante para identificarmos o surgimento do pós-modernismo.

Nesse sentido, o conflito entre modernismo e modernidade pode ser compreendido como uma reedição do embate do romantismo com o iluminismo, da vazão do sentimento contra a racionalidade milimétrica. O romantismo é caracterizado pela busca do passado, pela crítica do presente e do não-criativo, de modo a entoar discursos de liberdade ao indivíduo. “O romantismo, em palavras simples, é o sentido do presente transmitido artisticamente” (CALINESCU, 1987, p. 39-40 *apud* KUMAR, 1997, p. 99) Nesse sentido, o modernismo está vinculado ao romantismo, sendo aquele uma espécie de romantismo tardio.

O romantismo se manifestou nas Artes, mas também no pensamento filosófico, psicológico, social e político, sendo que o ataque ao dogma central da modernidade, no caso a razão, foi aprofundado por pensadores como Freud e Bergson. “O ‘destronamento da razão’, a revelação das forças do irracional e do inconsciente, foi talvez o golpe mais devastador infligido pelo modernismo à modernidade”. (KUMAR, 1997, p. 99)

O modernismo foi uma reação crítica à modernidade, com base no romantismo que já carrega no século XIX questionamentos sobre a razão e o progresso, contudo o modernismo mantém uma esperança diferente, entendendo na produção do novo uma possível salvação, como é possível se verificar nos movimentos propostos pelas correntes culturais vanguardistas. Kumar (1997) mostra a busca modernista pelo novo começa junto dos objetivos da modernidade, o de libertar os indivíduos; entretanto essa atividade tornou-se obsessiva, distanciando o modernismo dos objetivos da modernidade, o que teve como corolário o desejo do novo com fim em si mesmo. (KUMAR, 1997).

Segundo Baudrillard (1987a, p. 68-69 *apud* KUMAR, 1997, p. 111),

a modernidade perde todo o valor substancial de progresso que lhe deu fundamento no início, a fim de tornar-se uma estética de mudança pela mudança... No limite, ela se funde pura e

simplesmentecom a moda, que é ao mesmo tempo o fim/objeto (*la fin*) da modernidade

Kumar (1997, p. 112) argumenta que a diferenciação entre modernidade e modernismo pode auxiliar na compreensão desses dois fenômenos, porém essa mesma diferenciação não é possível em relação ao pós-moderno e pós-modernismo, pois estes são utilizados sempre como sinônimos ou quase sinônimos, como é o uso que fazemos neste trabalho.

A noção de pós-modernidade rompe com as fronteiras entre os reinos da política, da economia, do social e do cultural. Além disso, na pós-modernidade, não há ordem ou disposição lógica entre esses reinos no reconhecimento da sociedade, “Não há, ou pelo menos não há mais, qualquer força controladora e orientadora que dê à sociedade forma e significado” (KUMAR, 1997, p. 111), sendo que o que prevalece é uma condição fragmentada, um fluxo aleatório sem direção e que perpassa todos os setores da sociedade.

Pode-se afirmar que a teoria da pós-modernidade nasce da esfera cultural sobre o interesse do modernismo, porém o termo, cujo escopo foi aumentando, hoje inclui diversos outras designações, como sociedade da informação, sociedade de consumo, pós-fordismo, dentre outros. A teoria pós-moderna é eclética, sincrética e sintética em suas manifestações, sendo que “ela contribui diretamente para o sentido de fim, ou de nova direção, encontrados em outras teorias”. (KUMAR, 1997, p. 114).

Dois dos principais eventos impulsionadores da pós-modernidade é o fenômeno designado “explosão da informação” e o advento e disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação. O acesso facilitado a uma grande quantidade de informações e propicia a referências de múltiplos conhecimentos. É um tempo de opções incessante, um tempo de ecletismo, de pluralismo. No pós-moderno, a produção do novo se dá pela referência ao novo, como no modernismo, porém também pela referência ao tradicional. No âmbito cultural, o pós-modernismo busca combinar distintas tradições, preservando o espírito imaginativo e ao mesmo tempo utilitarista de produção e consumo, procurando apagar distinções modernistas entre *alta* e *baixa* cultura, entre arte de *elite* e de *massa*, buscando uma pluralidade de estilos, aceitando uma diversidade de *cultura de gosto*.

Kumar (1997, p. 130) afirma: “Nós, de fato, parecemos estar em uma era na qual a cultura assumiu um poder extraordinário na vida

social. Se essa situação está levando ou não a um novo tipo de sociedade, a uma sociedade pós-moderna, é algo ainda a ser verificado”.

Foram nos anos de 1960 que a contra-cultura adotou o pós-modernismo como bandeira, utilizando deste como meio de ataque ao que considerava como elitismo ou esoterismo do modernismo. Kumar (1997, p. 119) expõe que críticos consideram o pós-modernismo nos anos 1960 como uma tendência cultural anarquista, indeterminista, utilizando da aleatoriedade e a revolta como base, tomando a deformação como princípio, conferindo

uma ênfase na descrição, na diferença, na descontinuidade e na “destotalização” que, em conjunto, se somava a uma vontade enorme de desfazer, afetar o corpo político, o corpo cognitivo, o corpo erótico, a psique de cada indivíduo – afetando em suma todo o reino do discurso humano no Ocidente.

Cook (2012) afirma que o pós-modernismo originou-se da análise arquitetônica e posteriormente se desdobrando na Filosofia francesa e na crítica literária pós Sartre. O pós-modernismo tem influenciado diversas disciplinas, “da história à literatura à psicanálise e à antropologia, da análise cartográfica aos estudos de cinema, fotografia e Arte, para não dizer de sua influência na teoria feminista e teoria Marxista”. (COOK, 2012, p. 6). Para Cook (2012), a tendência intelectual dominante da atual Era é o pós-modernismo, o que implica em impactos nas instituições de informação, exigindo revisão de teorias e práticas que coloquem-nas em sincronia com as novas configurações sociais, culturais e epistêmicas.

Para Lyotard, o pós-modernismo foi a forma assumida pelo modernismo depois desse perder sua força revolucionária, vinculando aquele à um perfil de subversão e de ruptura, mas não desconsidera sua vinculação com o moderno. Assim, para o filósofo francês, o modernismo é o princípio constituinte do pós-modernismo. (NASCIMENTO, 2011).

Como já descrito, o pós-moderno é inicialmente identificado na esfera cultural, porém se difunde à outras áreas, compondo termos como Filosofia pós-moderna, assim como ciência, economia, política, sociedade e até mesmo pessoa pós-moderna.

Em seu livro *A Condição Posmoderna*, Lyotard(1979) trata da nova condição do conhecimento, a qual é diferente nessa nova

conjuntura, na qual o conhecimento tornou-se a principal força de produção, tendo como um dos fatores principais a computadorização da sociedade. Dessa forma, para Lyotad, há grande proximidade entre os conceitos de sociedade da informação/conhecimento com a sociedade pós-moderna (NASCIMENTO, 2011).

O marxista Jameson (2005) considera a pós-modernidade como uma continuação da modernidade, compreendendo-a como um estágio particular do *capitalismo tardio*. Assim, considera como características dessa nova etapa: as empresas transnacionais, a nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica da atividade bancária internacional e nas bolsas de valores, as novas formas de relacionamento na mídia, as tecnologias computacionais, a transferência da produção para o Terceiro Mundo, e a emigração para subúrbios em escala global. Para Jameson (2005) a cultura é fator determinante da realidade social, escapando da antiga dicotomia natureza-sociedade, afirma que existe uma aculturação do real, que faz da cultura um produto central para o funcionamento do capitalismo. Para o pensador americano, o conhecimento e a cultura se tornaram central na dinâmica do capital, fazendo com que economia e cultura diluam suas fronteiras enquanto componentes no sistema capitalista. Kumar (1997) afirma que em diversos autores há a constatação do inflacionamento da cultura na sociedade pós-moderna.

Assim, Jameson (2005) aponta que, enquanto categoria cultural, a estética passa a invadir o reino moral-política, a cultura adentra as estruturas do reino social e fazendo do vetor simbólico um dos principais vetores das manifestações sociais, assim também a cultura invade o reino da economia, criando uma via de mão dupla entre comércio e cultura o que reflete no grande número de negócios que se fazem pela produção de bens culturais. Isso faz com que os meios de produção e as relações de produção se tornem cada vez mais culturais, simbólicos. É assim que nossas vidas são invadidas pelas tecnologias de informação e comunicação, invadidas por imagens que nos colocam constantemente em contato com signos e seus referentes. Nesse jogo, fica difícil definir o que é ilusão ou realidade, haja vista que a realidade é tomada pela ilusão, sobretudo através das ações de publicidade e propaganda, e a ilusão é muitas vezes tratada como real. Nascimento (2011) relata que tal ponto de vista é muito próximo as considerações feitas por Jean Baudrillard.

Outra questão fundamental é a dialética pós-moderna que se coloca entre local e global. Seja pela crise do Estado-nação, pelo exacerbado individualismo, as mudanças na organização do trabalho,

pela difusão das tecnologias de informação e comunicação, a vida atual é fortemente influenciada pelo nível global, o que impulsionou um efeito contrário de valorização do local. Partidos políticos perdem espaços para movimentos sociais baseados em sexo, raça, localização, sexualidade, demonstrando a tendência de pulverização dos grandes motes sociais e políticos dos últimos dois séculos. O que se enfoca são culturas minoritárias, ou seja, as sociedades passam a serem vistas por um prisma multicultural, o que promove a política da diferença, o que configura a identidade como fluida e flexível (KUMAR, 1997). Kumar (1997, p. 132) declara que “a sociedade pós-moderna associa tipicamente o local e o global, [...] minando as estruturas nacionais e promovendo as locais”. Assiste-se o ressurgimento do regionalismo e das nacionalidades periféricas. As indústrias de alta tecnologia voltam-se para cidades com projetos em pequena escala, conectando pessoas à bairros e objetivando cultivar o *ethos* de determinados locais.

Ademais, outra característica é a relação do público com comunicação midiática. No pós-modernismo, a mídia é vista não apenas como comunicadora, mas também como construtora, ela constrói um novo ambiente saturado de imagens e símbolos, de modo a obliterar a realidade por de trás dos símbolos. É o que defende Baudrillard, quando reconhece nosso mundo sob o “êxtase da comunicação”, um mundo dominado pela simulação (KUMAR, 1997). Para ele, o ilusório não reproduz o real, ele cria o real. Isso finda com a dissolução do sujeito, quem a modernidade acreditou ser ator autônomo do mundo. Baudrillard e Foucault afirmam a temporalidade histórica do sujeito moderno e seu crepúsculo. Agora, dada as novas realidades produzidas, o sujeito se difunde no ambiente, eliminando a distância entre o self e o ambiente, o que condiciona a impossibilidade da separação sujeito-objeto. Para Baudrillard, a diluição do sujeito em redes de informação e comunicação encarcera os indivíduos, porém outros pensadores afirmaram o contrário, que nessa nova supressão do indivíduo há o gérmen para uma nova emancipação. (KUMAR, 1997; NASCIMENTO, 2011).

Essa perspectiva do renovado potencial emancipatório é encontrado em pensadores pós-estruturalistas franceses, como Foucault, Derrida, Deleuze e estadunidenses, como Paul de Man e Stanley Fish, todos tendo como base comum Mikhail Bakhtin. Para Kumar (1997, p. 139), “Desde o início, isto é, da década de 1960 em diante, os pós-estruturalistas estiveram ligados às teorias do pós-modernismo e da pós-modernidade”. Esses pensadores podem ser vistos como pós-modernos por partilharem alguns princípios com a teoria pós-moderna, tais como

“a ênfase geral na fragmentação e no pluralismo e na ausência de qualquer força centralizadora ou ‘totalizadora’”(KUMAR, 1997, p. 142). Assim, esses pensadores tendem a ver por um mesmo prisma o indivíduo e a sociedade, observando a dissolução do sujeito em paralelo na dissolução pós-moderna do social, de maneira que tendem a negar o poder da coletividade corporificada. Assim, segundo Kumar (1997, p. 142), “Da mesma maneira que não há um agente responsável ou ativo no desconstrucionismo -- [...] na teoria pós-moderna a sociedade não pode agir, pelo menos não da maneira suposta por Marx ou Durkheim”.

Essa postura, por hora podendo ser vista como uma guinada à direita política, levou vários pensadores pertencentes a essa corrente a reconstruir conceitos tradicionais de democracia, vendo-a então por um prisma de pluralidade e de identidades diversificadas. Essa visão contesta o Estado-Nação como única arena política e abandona a ideia de política consensual. O apelo seria, segundo Kumar (1997, p. 143), não o abandono dos “objetivos esquerdistas tradicionais de libertação”, mas o reforço na busca por novos significados aos mesmos objetivos, além de novos meios para alcançá-los.

No seu ceticismo radical, na ânsia em desconstruir e dissolver tudo, no seu caráter fundamentalmente antimessiânico e antiutópico, o pós-estruturalismo liga-se diretamente a um dos dogmas centrais da pós-modernidade: o que Lyotard chama de ‘incredulidade diante das metanarrativas’. [...] As “metanarrativas”, ou ‘narrativas empolgantes’ de que fala Lyotard são os grandes esquemas histórico-filosóficos de progresso e perfectibilidade criados pela era moderna. [...] não pode haver a menor dúvida de que grande parte do interesse das metanarrativas da modernidade dependia de sua associação à ciência e ao método científico. De Kant a Hegel e Marx, de Saint-Simon a Comte e Spencer, o avanço da razão e da liberdade foi associado ao progresso da ciência moderna. A ciência era simultaneamente uma maneira de compreender o mundo e transformá-lo (KUMAR, 1997, p. 143).

Nessa conjuntura a razão e a verdade tornam-se objetivos ou objetos irrealis. Parece não haver mais sentido em nada que seja universal, em nenhum transcendental. O que é possível são os movimentos locais, nem mesmo um jogo pautado num consenso



coletivo de cunho universalista, como pretendia Habermas, parece ser possível. São narrativas modestas, que não dependem de aprovação externa e objetiva, apenas das questões internas às comunidades. (KUMAR, 1997; NASCIMENTO, 2011).

Existem diversos fatores que demonstram o esgotamento da modernidade, e refletir sobre seu fim já denota esse sinal, o olhar reflexivo sobre o que acabou de passar, um ponto de observação novo e externo, como defende Bauman (2003), para quem a pós-modernidade pode ser entendida como modernidade tardia, consequência do Iluminismo e da Revolução Científica. Bauman (2003) afirma que no atual momento, estamos mais conscientes dos limites da modernidade e que a pós-modernidade seria assim a modernidade emancipada de sua falsa consciência. O sociólogo polonês utiliza da metáfora “líquida” para adjetivar o substantivo “modernidade”, assim preserva o sentido de continuidade entre a modernidade e a pós-modernidade, mas destacando que nessa nova fase, tudo é mais fluido, informe, flexível, inconstante.

Enfocando mais as relações de poder que se dão nos processos informativos, Deleuze procura caracterizar essa nova sociedade que se delinea no horizonte, como sociedade do controle. Foucault, nessa mesma perspectiva, retrata as sociedades de soberania – que pretendiam abarcar e decidir sobre quem vive ou quem morre – e as sociedades disciplinares, as quais tinham como projeto os atos de concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo, compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito é maior que a soma dos elementos. As sociedades disciplinares baseavam-se em instituições que controlariam o sujeito: a família, a escola, a fábrica, o hospital, a prisão. Contudo, desde o final da Segunda Guerra Mundial, nos encontramos num processo de transição, que coloca as instituições disciplinares em crise e aponta ao novo tipo de sociedade, denominada, por Deleuze (1992), de sociedade de controle. Essa nova sociedade funda-se em formas ultrarrápidas de controle ao ar livre e, sobre tais sociedades, “Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”. (DELEUZE, 1992, p. 219).

Os modos de controles (*controlatos*) são variações inseparáveis e formam um sistema de geometria variável e linguagem numérica, são modulações que variam continuamente. (DELEUZE, 1992). Silva (1991, p. 9) chega a afirmar que “O contorno da economia mundial é traçado, agora, pela quantidade de informação possuída, veiculada e divulgada, resultante da produção científica e tecnológica, que por sua vez significa novos ‘inputs’ alimentando o ciclo”.

É assim que o *modelo empresa* substitui o “modelo fábrica”, estabelecendo salários flexíveis e relativos à “competência”, gerando

competição entre os indivíduos, pondo em cheque os sindicatos e as escolas tal como conhecidos na sociedade disciplinar. Na sociedade de controle, o essencial é uma cifra, tal como uma senha, um código numérico que define o acesso à informação, assim a massa se torna uma amostra, dados, mercados ou “bancos”, e os indivíduos, individuais, divisíveis (DELEUZE, 1992). Nesse sentido, o *Big Data* é um fenômeno que corrobora a noção de sociedade de controle, isso porque permite que os dados sejam armazenados em nuvens e, com o uso de diversos recursos de tecnologias de informação, pode-se extrair sentidos com cruzamentos de uma enorme gama de dados.

As mudanças tecnológicas ocorrem em conjunto com as mudanças nos processos e estruturas econômicas e, assim, já não se vive um capitalismo da produção como demonstrado por Marx, mas um capitalismo do produto/serviço, focado no mercado e, por isso, disperso. Tudo entra na lógica da empresa, e o marketing se torna instrumento de controle social. O homem não está mais confinado como na sociedade disciplinar, agora está endividado. Tudo isso é um novo regime de dominação, que se efetua pela fragmentação dos indivíduos numa continuidade de processo-vigilância.

Assim, são sob essas diversas facetas do pós-moderno enquanto contexto em que se dá o atual desenvolvimento da BCI e da OC. Siqueira (2010) destaca a tendência da substituição do foco positivista sobre o sujeito racional pelo múltiplo expresso na coletividade, de modo a compreender o mundo em perspectiva para solucionar problemas e temáticas a serem desveladas. Nesse sentido, não se trata mais de reconhecer a realidade pela classificação racional e por saberes disciplinares, mas pela visão de “coletivos pensantes”, isto é um conjunto de indivíduos singulares com subjetividades mutantes e que em seu fazer-desfazer constrói a apreensão do real. Assim, Siqueira (2010, p. 63) diz que “No mundo contemporâneo, sujeito e objeto se confundem; espaço e tempo são redimensionados, e, com isso, as relações humanas se transformam”. Todavia, a autora cita o conflito desse panorama com as cristalizadas tradições e regras presentes em alguns procedimentos técnicos e na postura profissional da área e, deste modo, argumenta que a Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação mostram-se mais distantes da pós-modernidade que a Ciência da Informação, a qual apresenta maior flexibilidade e tolerância no que se refere à sua consolidação científica, tendo como custo mais instabilidade de identidade.

Cook (2012) aborda o impacto da pós-modernidade na Arquivologia, mas podemos transpor grande parte de suas considerações

à BCI. Para ele, os documentos tendem a serem considerados não mais objetos físicos estáticos e passivos, mas como conceitos dinâmicos virtuais, documentos como agentes ativos, passando a ser situados não mais dentro de organizações hierárquicas estáveis senão em redes horizontais fluídas. “O pós-modernismo analisa a linguagem, metáforas, e os padrões de discurso das palavras, ou o documento, ou todo o sistema de informação, no contexto do seu tempo e lugar, para revelar a mente subjacente, as motivações e estruturas de poder do criador dos registros usando estes padrões”. (COOK, 2012, p. 16-17)

Dessa forma, o pós-moderno rompe com a lógica moderna, não crendo em possibilidades de verdades universais ou conhecimentos objetivos:

Usando análise lógica implacável, os pós-modernistas revelam a falta de lógica de textos supostamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que moldam o patrimônio documental, e de fato, a estrutura dos documentos, o sistema de informação de residentes, e convenções narrativas são mais importantes do que o objeto em si ou o seu conteúdo. Os fatos nos textos não podem ser separados de sua interpretação, seja a interpretação em andamento, ou interpretação passada, nem o autor separado do assunto ou público, ou o autor separado da criação, e nem autoria separada do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. [...] Os textos (incluindo imagens) são todos uma forma de narração, mais preocupados com construção coerente e harmônica para o autor, reforçando posição e ego, em conformidade com as normas e padrões de organização do discurso retórico, do que focando em ser evidência de atos e fatos, ou contextos jurídicos ou legais. E não há apenas uma narrativa de uma série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas, muitas histórias, servindo muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço. (COOK, 2012, p. 8)

Assim, não podemos mais tomar como pressuposto o registro de informação neutro, apenas composto por um conteúdo e seu suporte. O registro de informação, como defendido por Cook (2012, p. 10), é uma

“construção mediada e em constante mudança, e não um vaso vazio em que atos e fatos são derramados”.Cook continua, “O modelo positivista baseado na integridade de uma ressurreição científica de fatos do passado e os registros como um subproduto imparcial, inocente da ação foi totalmente desacreditado”.(COOK, 2012, p. 11). Por isso, é inegável que as formas de ordenamento do conhecimento e da informação refletem noções ocidentais tradicionais do racionalismo científico e do positivismo lógico e, assim, tais sistemas podem “obscurer ou desvalorizar a mente por trás da matéria, a inteligência por trás do fato, a função de trás da estrutura, o contexto rico [...] fica por trás da superfície do conteúdo informacional”. (COOK, 2012, p. 16)

Nesse sentido, citamos a proposta de Wersig (1993), quem entende a Ciência da Informação como pós-moderna, pois essa dialoga com outros saberes (seja em relações de inter ou de transdisciplinaridade) e por sua constituição erigida a partir de diferentes campos de estudos (Documentação, *Information Retrieval*, Biblioteconomia) a configura como tal.

O desafio à Ciência da Informação seria enfrentar as dificuldades acentuadas a partir do século XIX com relação ao conhecimento. O conhecimento passou pela despersonalização em sua comunicação (devido ao aumento da produção maciça da informações impressas), de insegurança (devido ao aumento da complexidade das tecnologias utilizadas na produção do conhecimento científico, o que tornou mais dificultoso julgar se determinado conhecimento é verdade ou uma crença), e de fragmentação (devido a três principais fatores: o grande volume de conhecimento que impossibilita seu acúmulo total em um mesmo espaço; singularização das disciplinas e inviabilização de padrões estendidos a diferentes áreas do saber; e o fim das ideologias e da influencia religiosa que permite maior pluralismo nas ciências) (WERSIG, 1993).

Diante dessas problemáticas, Wersig (1993) propõe a adoção da noção de informação como conhecimento em ação, trazendo ao centro de sua argumentação as pessoas com suas necessidades de informações situacionais. Assim, a questão de interesse à Ciência da Informação é a necessidade e o uso da informação, o que também é o cerne da Organização do Conhecimento e da Análise de Domínio. Nesse sentido, para o estudioso radicado na Alemanha, a Ciência da Informação não se organiza como uma disciplina clássica, já que não apresenta objeto e método único. Portanto, a funcionalidade constatada em cada estudo é o que aprova a produção do conhecimento na área. Deste modo, ciências pós-modernas, tais como a Ciência da Informação, se preocupam em

resolver problemas numa dada situação e não descobrir uma verdade aplicável em diferentes ocasiões. (WERSIG, 1993).

Sobre o trabalho teórico da Ciência da Informação, Wersig (1993) propõe que ele se desenvolva a partir da tradução de conceitos às situações específicas nos diversos ambientes. Cita que conceitos como “sistema”, “imagem” e “conhecimento”, por exemplo, não apresentam definições precisas e que cabe ao cientista da informação identificar sua significação abrangente e, depois, chocá-la com as realidades especificadas. Deste modo, seria possível definir as tensões internas que compõem os conceitos e, com a identificação de outros conceitos, se teceria uma rede conceitual, então identificando tensões externas. Para Wersig (1993), o cientista da informação tem o desafio de tecer esses conceitos e conectá-los em rede, este seria o trabalho teórico da Ciência da Informação.

As colocações feitas por Wersig (1993) podem ser transpostas também à OC, que tem como objeto o conhecimento transmutado no seio da sociedade pós-moderna. García Gutiérrez (2006), preocupado com a inserção da OC no arcabouço pós-moderno, propõe a noção de Epistemografia, como uma alternativa crítica à Epistemologia. Para o espanhol,

não há ciência transcendental, mas usos científicos, a epistemografia coloca suas próprias ferramentas a serviço da participação no próprio conhecimento, indo além do mero conceito mercantilista de acesso. Nesse sentido, a epistemografia explora e fornece ferramentas independentes da Epistemologia, autorevelando sua presença (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 105).

Assim, a epistemografia “propõe operações de organização horizontal do saber e da memória registrada” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 106). O que faz García Gutiérrez é por no foco questões éticas da OC, interrogando: “conhecimento para quê? Conhecimento para quem?” Nesse sentido, é pretendido dar atenção aos conhecimentos silenciados, postulados como subalternos pela Ciência, portanto há aqui uma preocupação com categorias relegadas, “descolonizadas”. Epistemografia é uma “configuração transdisciplinar que tem com objetivo a organização horizontal e interativa dos conhecimentos e, por

extensão, da exomemória<sup>3</sup>”. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 104). Nesse ensejo, o intuito da epistemografia é trabalhar por uma “redistribuição da presença e força de todos os conhecimento e culturas na rede digital, em igualdade de condições” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 105), por meio da criação de ferramentas que, além de auxiliar na organização dos “conhecimentos dominantes”, promovam a resistência dos conhecimentos considerados subalternos. Desta forma, os rumos decorrentes da epistemografia à OC passam pela consideração de: categorias polissêmicas e porosas, indagações intersticiais (in-betweenness), hierarquizações autodesmontáveis, conceitos abertos e dinâmicos, relações interconceituais polivalente e/ou contraditórias, pluralismo lógico e racionalidades heterogêneas e mediadas culturalmente, favorecimento de hibridações, busca do dissenso e da diversidade, antes que de consenso e unificação.

O pós-moderno é um fenômeno que atinge as mais diferenciadas esferas, representando mudanças das mais diversas, seja no meio cultural, econômico, artístico, filosófico, científico. Ora se mostra como um movimento de ruptura, como se vê nas recentes concepções de Arte ou na Filosofia pós-nietzschiana francesa, por exemplo, ora se revela como um aprofundamento das características presentes na Modernidade, o que se dá, por exemplo, com a economia seu desdobramento na vida individualista e voltada ao consumo. Cook (2012), Wersig (1993) e García Gutiérrez (2006) relatam possíveis caminhos que a BCI e a OC podem trilhar na intenção de se libertarem de certos valores modernos que, para os autores, mantém as ciências num patamar da ingenuidade.

Nos próximos capítulos, adentramos ao campo da OC e da Análise de Domínio, em seguida, abordamos a Filosofia deleuziana. Pretendemos com isso, primeiramente, verificar correlações entre a teoria de Hjørland com essa ambiência entendida pós-moderna e, em seguida, propor um aprofundamento “pós-moderno” nessa mesma teoria a partir da Filosofia de Gilles Deleuze.

---

<sup>3</sup>A exomemória abarca todas as inscrições humanas, em suporte físico ou digital, sejam eles conhecimentos ou lembranças. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006).

### 3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Parece não existir consenso na BCI quanto ao significado de OC. Discorremos nesse capítulo sobre duas possíveis abordagens não excludentes e que se relacionam, demonstrando ao menos parcela dessa indefinição. Não partimos da concepção de que seja imprescindível a existência ou a construção de um consenso, pois conviver com incertezas pode ser algo frutífero às Ciências na perspectiva da pósmodernidade. Também não temos a finalidade de definir rigorosamente as formas de manifestação da OC. Pretendemos apenas adentrar ao assunto sem encobrir as tensões e ressonâncias inerentes a qualquer saber. Não explicitaremos também todas essas tensões e ressonâncias, dada a dificuldade de tal empreitada, que nos conduziria a outros caminhos que não ao do problema motivador desta pesquisa. Assim, o intuito é tratar da questão no âmbito mais geral, de modo a estabelecer bases para prosseguir na busca dos objetivos traçados.

De imediato podemos afirmar que a OC surge sob caráter pragmático, visando à ordenação das coisas. O próprio ato de nomear o mundo já é uma ação de ordenar o conhecimento. Então, o conhecer parece possível somente no ato ou no estado de ordenação. No âmbito da BCI, a OC remete ao registro – papiro, papel, tela, fita magnética, bits, nuvem digital –, mas há algo anterior, o germe dessa ação, já presente – como já dito -- no ato de nomear. Mai (2011) destaca a instintividade no ato de classificar citando Bowker e Star (1999).

Aportada em Foucault (1966), Pombo (1998, p. 2) sublinha que as classificações/categorias são códigos ordenadores da nossa cultura nos quais “os próprios conhecimentos enraízam a sua possibilidade e onde o olhar minucioso, descritivo, hierarquizador e relacional que torna possível a constituição de todos os saberes encontra o seu próprio princípio de instituição”. (POMBO, 1998, p. 2)

Nas trilhas de Diemer (1974), Pombo (1998) relata os quatro tipos de classificações no mundo moderno: a classificação dos seres (inerente às Ciências como biologia, geologia, cosmologia, antropologia, tipologia psicológica, entre outras), a classificação dos saberes (inerente à Filosofia e alcança seu ápice com a Filosofia das Ciências no século XIX), a classificação dos livros (inerente à Biblioteconomia) e a classificação da informação. A essas duas últimas, se deu uma Ciência das classificações que objetiva o estudo de uma teoria da classificação e se preocupa com os sistemas de classificação (POMBO, 1998).

A classificação dos livros e das informações trabalha com o conceito de classificação na sua dimensão mais abstrata, sob a luz da lógica e tangencialmente da matemática, ao passo que se completa pela operação de repartir conjuntos de objetos em classes coordenadas e subordinadas entre si, com base em critérios explícitos e escolhidos previamente (POMBO, 1998).

Apoiando-se em Apostel (1963) Pombo (1998) afirma que toda classificação: a) supõe um agente classificador; b) tem um mecanismo classificador; c) tem um princípio de classificação; d) persegue uma multiplicidade de fins; e) é exercida sobre um conjunto de elementos finitos; f) constrói-se no contexto das classificações precedentes; e g) gera um produto externo à classificação (códigos, estrutura que articula os objetos). A pensadora portuguesa acrescenta ainda outras duas características, com foco voltado ao contexto que envolve a construção das classificações científicas e ao elemento externo que modula a classificação, isto é, o ato de classificar.

Para Mai (2011), a classificação é condição da linguagem e do conhecimento e seu fazer envolve uma flexibilidade interpretativa garantida pela impossibilidade de separação entre o que é classificado e o classificador. Nessa vertente, Mai (2011) destaca a importância de repensar os esforços da OC sob a égide de uma epistemologia mais pluralista.

My sense is that we need to reclaim the intellectual questions that comes with the challenge of classifying documents, information, knowledge; the first step towards that goal is to move beyond modernity and found classification on a contemporary late-modern understanding of meaning, objects, and interpretation.(MAI, 2011, p.727).

Portanto, embora a organização do conhecimento seja pensada a partir da cultura escrita, ela pode ser identificada mesmo antes, pois organizar conhecimentos implica em nomear, classificar, categorizar, e estas ações são próprias ao ser humano. Assim sendo, antes da modernidade já podem ser identificados atos de OC para diversos fins.

Sob estas perspectivas, não consideramos a diferença entre classificação enquanto operação bibliotecária e a categorização do mundo numa forma mais ampla tal como reconhecida tarefa filosófica



ou naturalista, pois em ambas há um mesmo movimento que se dá no contato do indivíduo com a natureza.

### **3.1 Ordenação do conhecimento na Antiguidade, Idade Média e Moderna**

Antes mesmo da cultura ocidental ser impactada pela inovação de Gutemberg, já havia formas sistemáticas de organizar ou ordenar conteúdos do intelecto. Durante a Antiguidade e a Idade Média, quando a cultura oral era predominante, já se nota preocupações relativas a guardar e recuperar conhecimentos. Uma das primeiras tecnologias para tais fins foi a retórica. Concebida no século V a. C., a retórica foi sistematizada na Grécia Antiga com a finalidade de auxiliar nos debates das assembleias políticas em Atenas. Com apoio dela, pretendia-se ordenar o conhecimento de modo a persuadir um interlocutor, tornando o discurso acessível e atraente ao receptor da mensagem. Junto à retórica surgem também técnicas mnemônicas, reconhecidas como arte da memória, tendo como finalidade a preservação de um conhecimento oral por meio de seu armazenamento ordenado. Consideramos que a retórica e a arte da memória são ancestrais da moderna organização do conhecimento.

A retórica começa com os sofistas, responsáveis por manter um conjunto de técnicas e métodos no ensino da arte da política. Porém foi com Aristóteles que a retórica ganhou escopo teórico. Para ele a retórica era uma ferramenta puramente formal e que podia ser usada para diversos fins. O orador romano, Cícero, por volta do ano 80 d. C., seguiu a retórica aristotélica propondo perguntas que deveriam ser respondidas por um orador: quem?, o quê?, onde?, como?, quando?, com que meios ou instrumentos?, e por quê? (KARAM, 2009). A arte da retórica adentra a Idade Média, sobretudo por viés ciceriano, compondo o Trivium, isto é, tendo forte presença nos currículos universitários até o século XVIII. (HANSEN, 2013).

A origem da arte da memória é atribuída por Cícero, ao poeta grego Simônides de Cós, do século VIII a. C. Para Simônides, a arte da memória se dá pela produção de imagens de ausentes, imagens dispostas segundo uma ordem artificialmente determinada em lugares imaginados. Aristóteles falava desses espaços físicos imaginados (*topoi*) como lugares dialéticos (a partir dos quais poder-se-ia fazer deduções lógicas) e retóricos (a partir dos quais poder-se-ia extrair a persuasão da audiência). “Em sociedades orais como a grega e a romana, os lugares

são chamados de ‘comuns’ porque são anônimos e coletivamente partilhados”. (HANSEN, 2013, p. 30)

A relação entre ordem, lugar e imagens é o que permite à recuperação de coisas, conceitos e palavras armazenadas na mente de forma selecionada e organizada (CRIPPA, 2007). A arte da memória é considerada “como uma escrita interior, que consiste na criação de lugares e imagens” (CRIPPA; BISOFFI, 2010, p. 235). A arte da memória consiste em posicionar símbolos do que se quer lembrar pelos diversos cômodos, como uma indexação de conteúdos. Desse modo, os símbolos atuam como etiquetas no arquivo da memória.

Outro esforço de sistematizar conhecimentos é empreendido por Plínio-o-Velho. Sua obra de 37 volumes publicada em 77 d. C., sob o título de *Naturalis Histotia*, é antecessora das enciclopédias modernas e, fugindo da lógica aristotélica, traz uma perspectiva que mistura “Ciência” e “fantasia”. (FABRIS, 2004) Assim, a própria estruturação da História Natural de Plínio revela uma ordenação da realidade, mostrando um mundo maravilhoso, de seres, objetos e lugares fantásticos.

Segundo Fabris (2004), os volumes foram ordenados na seguinte estrutura: I - Sumário geral e elenco das fontes; II - Descrição matemático-física do mundo (corpos celestes, fenômenos meteorológicos; estações; forma da terra; fenômenos da superfície terrestre: mares, rios, mananciais); III a VI – Geografia e etnografia (Europa, África e Ásia); VII – Antropologia e fisiologia (estudo do homem e dos fatos portentosos e maravilhosos da “engenhosa natureza”); VIII – Zoologia (animais terrestres, entre os quais os fantásticos); IX – Zoologia (animais aquáticos, entre os quais os ‘fabulosos’ tritões e nereidas); X- Zoologia (aves); XI – Zoologia (insetos e anatomia comparada); XII a XIX – Botânica; XX a XXVII – Botânica medicinal; XVIII a XXXII – Remédios derivados do corpo do homem e de outros animais; XXXIII a XXXVII – Mineralogia e produtos metálicos (materiais preciosos; bronze, estatuária em bronze, ferro e chumbo; pintura; pedra e arquitetura; gemas e pedras preciosas).

A obra de Plínio marcou profundamente o imaginário posterior, sendo uma referência de destaque no ambiente erudito durante toda a Idade Média e por quase toda a Idade Moderna (FABRIS, 2004, s/p). Sob tal influência que Jean Bodin compõe sua *Universae Naturae Theatrum* (1596), um livro de miscelâneas que, assim como o de Plínio, não tem compromisso com a empiria, mas sim com a harmonização dos saberes que conjuga livre de critérios os corpos celestes e terrestres por meio de semelhanças. Em sua obra, Bodin desenvolve classes referentes

à história humana, história natural e história divina, organizando sua pesquisa nos seguintes tópicos: 1) os princípios da natureza, o tempo e o lugar; 2) O nascimento, a morte e, de modo geral, a mudança e o movimento; 3) Os elementos e sua natureza; 4) Os corpos imperfeitos; 5) Os metais e as pedras; 6) A origem das espécies; 7) Os animais vivos e suas três divisões; 8) Os corpos celestes, a grandeza e a harmonia do mundo. (BLAIR, 2006).

Nos trabalhos de Plínio e Bodin não predomina a lógica aristotélica, a qual foi fundamental à OC da Era Moderna, mas que também influenciou outros nomes na Idade Média e no Renascimento. Segundo Monteiro e Giraldes (2008, p. 15), embora o saber e ser objeto dos sofistas, “Aristóteles foi quem determinou as diretrizes da classificação do conhecimento que vigoraram por mais de dois mil anos”, tendo sua origem na “Filosofia formal”. Para essas autoras, Platão em *A República* foi o primeiro a classificar o conhecimento, agrupando-o em três partes: Filosofia, Ética e Lógica. Posteriormente, Aristóteles formulou novas classes: a Filosofia Teórica (que continha a física, a matemática e a metafísica), a Filosofia Prática (ética, economia e política) e a Filosofia Produtiva (poética, retórica e arte) (MONEIRO; GIRALDES, 2008).

A Filosofia grega relaciona a linguagem ao pensamento e ao conhecimento, daí vem a herança grega à organização do conhecimento. “Não por acaso o conhecimento e a sintaxe foram organizados, tanto por meio das disciplinas, como também pelas operações lógicas”. (MONEIRO; GIRALDES, 2008, p. 15). Aristóteles desenvolveu a lógica formal como instrumento de compreensão do mundo a partir da análise de sua expressão pela linguagem. Seu método de predicação implica em identificar as partes constituintes de um conceito a partir de sua essência. Assim foi concebida a lógica formal, que define um sujeito (conceito) pela sua predicação, o que implica num raciocínio descendente no qual a espécie é dada tomando como ponto de partida o gênero. Para Aristóteles, as diferenças específicas são acrescentadas aos gêneros de modo a definir uma espécie:

Figura 1: Diferença específica acrescentada ao gênero

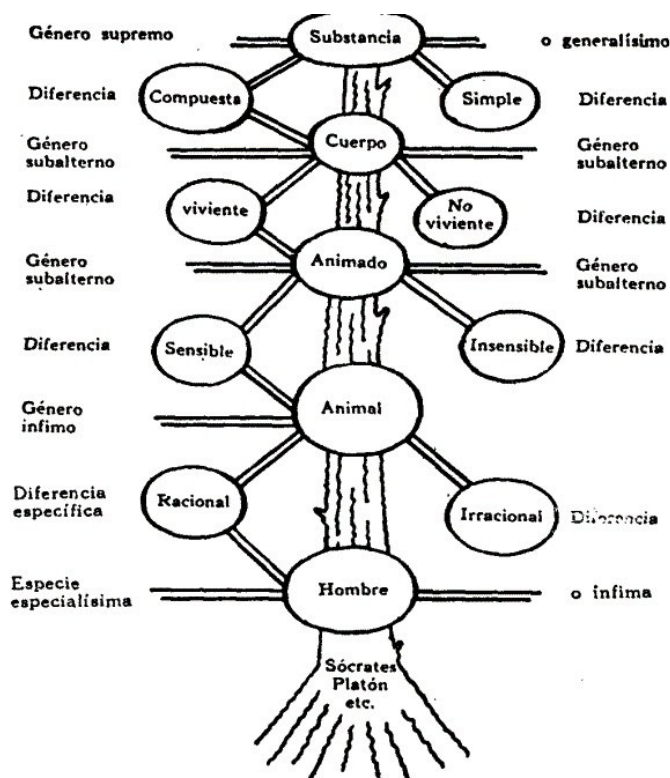


Fonte: desenvolvido pelo autor

A partir desse esquema, Aristóteles concebeu as 10 categorias pelas quais o ser se manifesta, possibilitando a aplicação de uma lógica que envolve definição de espaço e tempo. As dez categorias são: Substância (o que existe em si); quantidade; qualidade; relação; lugar; tempo; posição; tempo; estado; ação; paixão. Além disso, Aristóteles também define os modos de como as categorias podem ser predicadas dos sujeitos, sendo por gênero, diferença específica, propriedade e acidente, o que influenciou na formulação da Árvore de Porfírio. (MONEIRO; GIRALDES, 2008).

Porfírio propõe a árvore em sua obra *Isagoge* (III d. C.) que foi difundida durante a Idade Média. Lembra-nos Eco (1991 *apud* MONEIRO; GIRALDES, 2008, p. 17) que “a Idade Média é dominada pela convicção de que a árvore expressa a estrutura organizativa do mundo real”. A árvore de Porfírio é um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies, que funciona por dicotomias sucessivas, desmembrando-se mediante binômios e que procede do geral ao particular, da maior extensão à maior compreensão, do gênero à espécie; a árvore de Porfírio vai ter uma influência enorme na posterior teoria da definição e classificação dos seres.

Figura 2: Árvore de Porfírio



Substancia (género supremo o generalísimo)  
 Cuerpo  
 Cuerpo animado  
 Animal  
 Animal racional  
 Hombre (Especie infima especialísima)  
 Sócrates, Platón, etc. (Individuos)

Términos intermediarios:  
 géneros y especies sub-  
 ordinados: subalternos

Fonte: <https://instavareomniainchristo.wordpress.com/2012/02/15/a-metafisica-contra-a-teoria-da-evolucao-vi-a-natureza-dos-predicaveis/>

Durante a Idade Média, há também uma sistematização do conhecimento expressa nos currículos universitários. Burke (2003) relata que o *Trivium* (gramática, retórica e dialética) e *Quadrivium* (aritmética, geometria, música e astronomia) compunham os setes pilares das faculdades medievais, sendo que além dessas, ainda podia-se seguir numa das três faculdades superiores: teologia, direito e medicina. Nesta época era comum as bibliotecas organizarem seus acervos segundo essas categorias.

Outra importante manifestação antecedente dos instrumentos de organização do conhecimento modernos são as bibliografias, que ganham nova significação depois da invenção da prensa móvel e da disseminação dos ideais clássicos. Houve necessidade de se sistematizar bibliografias maiores e de se elaborar novas técnicas de representação das informações dos livros. Uma das mais importantes bibliografias da época foi a *Bibliotheca universalis* (1549) de Conrad Gesner, a qual contribuiu para a difusão dos índices remissivos e, embora tivesse caráter enciclopédico, foi considerada inapropriada pela Contra-Reforma, entrando para o Index de Livros Proibidos. Essa bibliografia apresentava índice para nomes de autores, títulos e assuntos, além de conter anotações, comentários e avaliações do próprio Gesner sobre a natureza e o mérito de cada entrada. (ALMEIDA; CRIPPA, 2009; BLAIR, 2006).

Além dos currículos universitários e das bibliografias, destacamos também as taxonomias naturais como eventos da história das modernas técnicas de organização do conhecimento, tais como a de Lineu e de Buffon. Carolus Linnaeus foi o criador da nomenclatura binomial e da classificação científica. Com base aristotélica, Lineu considerava que nomear equivalia a conhecer, portanto sua ação se colocava como reveladora da verdade ao passo que procurava captar a essência dos seres. Procurava um sistema classificador natural, revelador da ordem natural, assim definia os seres por um termo binomial em latim, sendo que o primeiro termo designa o gênero e o segundo, a adjetivação específica distintiva, como pode-se notar no seguinte exemplo: *homo sapiens*. Buffon, naturalista contemporâneo de Lineu, não considerava a taxonomia como uma forma de descobrir uma verdade. O botânico parisiense desenvolveu estudos comparando espécies vegetais e animais, além de uma vasta taxonomia vegetal, na qual tomava por base a arbitrariedade no ato classificador. Como relata Pombo (1998, p. 9), para Buffon “a classificação ‘mais natural’ só pode ser aquela em que o homem ocupe o centro”.

A defesa da arbitrariedade como algo inerente na classificação já denota o que estava prestes a surgir, o sujeito transcendental kantiano como explicação da possibilidade do conhecimento a partir de um fenômeno em relação à consciência. Desta forma, durante a Era Moderna, nota-se que a razão científica e seu discurso sobre como o sujeito adquire conhecimento é o que vai definir as condições do que pode ser conhecido e representado, e esse sistema que estabelece as condições objetivas de conhecimento vai delimitar as possibilidades de classificação do mundo. A Era Moderna consolida uma outroperspectiva

de mundo, que parte de novos ambientes de conhecimento, a Igreja e os saberes religiosos perdem centralidade em favor dos saberes naturais. Emergem a química, botânica e novas formas de ordenar o mundo. Espaços como jardins botânicos, anfiteatros de anatomia, laboratórios, observatórios e gabinetes de curiosidades se tornam os principais espaços de inovação, frente à universidade escolástica. (BURKE, 2003).

Com o Iluminismo, a perspectiva sobre o conhecimento é alterada, com isso volta-se a própria noção de classificação, as categorias culturais e os sistemas de classificação. Nesse período, assistimos a um fortalecimento das Ciências, não só pelos resultados que elas traziam à sociedade, mas também pela participação política que pensadores desempenhavam. O que ocorre nesse período é o surgimento de “uma consciência crescente, em certos círculos, das necessidades de buscas para que o conhecimento fosse sistemático, profissional, útil e cooperativo”. (BURKE, 2003, p. 48-49).

Esse movimento que reposiciona o homem no ato de pensar o mundo também está expresso na enciclopédia de Diderot e D’Alambert, na qual o conhecimento do mundo é disposto de modo a cumprir uma função política, indo ao encontro dos valores iluministas e protestantes. A *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1772) baseava-se na ideia de árvore, seguindo partindo das categorias estabelecidas no *Novo Órganum* (1605) de Bacon.

A obra de Bacon separou o conhecimento em três grandes classes: a Memória (ou história, que continha a história natural e a história civil), a Imaginação (ou poesia, composta pela narrativa, alegórica e dramática) e a Razão (ou Filosofia e política, formada pela Ciência de Deus, Ciência da natureza e Ciência do homem). Essa classificação influenciou outras classificações diversas de conhecimento e dos livros, como é o caso da lógica de Hegel e a Classificação Decimal de Dewey. (OLSON, 2011)

Dentro das bibliotecas, os livros eram dispostos segundo o resultado de diversas forças, diversos agenciamentos. Durante a Idade Média, a ordenação dos livros não visava à recuperação, por isso tinha o foco no arquivamento, portanto não eram necessários esquemas classificatórios pautados nos títulos ou conteúdo deles, sendo que a maior parte das bibliotecas os mantinham segundo ordem baseada nos autores ou, sobretudo nas bibliotecas vinculadas às universidades, seguiam o *Trivium* e o *Quadrivium*. Seguindo, a ideia de árvore foi ganhando relevância com o desenvolvimento das Ciências naturais e das humanidades, sobretudo a partir do Renascimento. (BARATIN; JACOB, 2006; BURKE, 2003; MONTEIRO; GIRALDES, 2008, p. 20).

Ainda, com relação à ordenação dos livros pelo nome dos autores, podemos citar o manual de Decembrio. Grafton (2006) disserta sobre a contribuição do humanista à Biblioteconomia. Autor de *De politia litteraria* (1540), o primeiro manual moderno de como formar uma biblioteca, Decembrio criticava o acorrentamento dos livros às mesas e estantes, como ocorria nos mosteiros, pois tinha como modelo as antigas bibliotecas romanas, assim defendia que o bibliotecário devia focar principalmente as obras clássicas na formação de seu acervo. Ainda, o autor recomendava que os bibliotecários, além de gerir a biblioteca e organizar o acervo por autoria, também comentassem, corrigissem e criticassem as obras. Percebe-se que na perspectiva do bibliotecário humanista a noção de ordenação ou de organização extrapola o arranjo dos livros, na medida em que o bibliotecário era responsável pelo conteúdo das obras, interferindo diretamente no resultado final no âmbito das relações dos livros nas estantes como das proposições descritas nesses documentos.

La Croix du Maine publicou em 1584 uma bibliografia nacional francesa, na qual designava uma organização aos livros sistematizada e focada na recuperação. Tal esquema baseou-se em sete classes, chamados de sete ordens: 1) Todas as coisas sagradas, ou que destas dependam; 2) Às Artes e às Ciências; 3) À descrição do Universo, tanto em geral quanto em particular; 4) Ao gênero humano; 5) Aos homens ilustres nas guerras; 6) Às obras de Deus; 7) Às miscelâneas de diversos ensaios. Sob tais ordens, o bibliotecário pensou uma estrutura com 100 estantes; com 100 volumes por estante, resultando em 10 mil livros que devem seguir uma ordem alfabética. (CHARTIER, 2006; PIEDADE, 1983)

Nelle (2006) aborda algumas indicações do livro *De bibliothecis* (1603) do filósofo estoicista Justo Lúpsio, o qual defendia a biblioteca de Alexandria como modelo a ser seguido e que influenciou diversas bibliotecas europeias até o século XVIII. Para Lúpsio, a principal função da biblioteca era a promoção da pesquisa histórica e filosófica, ela é o lugar da prática da erudição e não da pedagogia ou ações eclesiais. O filósofo buscava uma ordenação natural não-cristã dos livros, aos moldes das bibliotecas egípcias e romanas.

Em 1627, Gabriel Naudé lança *Advis pour dresser une bibliothèque*, que consolidaria as bases da Biblioteconomia moderna. Para Revel (2006, p. 224) “O *Advis* é também um texto datado, que situa numa virada decisiva dos valores e das práticas intelectuais do início do século XVII”, e continua afirmando que a obra é um “manifesto de uma cultura do livro que se quer aberta, acessível, organizada unicamente



segundo as exigências do conhecimento crítico”. Naudé alertava para a importância de acumular saberes críticos e livros de comentários sobre os clássicos, defendendo a imprevisível tarefa de adquirir livros contemporâneos e de elevada qualidade editorial. Defensor da profissão, da padronização das técnicas de descrição bibliográfica e da abertura da instituição ao público geral, Naudé prezava pela simplicidade na classificação, evitando a confusão e facilitando a tarefa de encontrar os livros. Assim, a classificação deveria reunir três características: simplicidade, ser de fácil aplicação e ser largamente acessível. Para tanto propunha as classes pelos seguintes assuntos: Teologia, Direito, Medicina, História, Filosofia, Matemática, Humanidades e outras. (BURKE, 2003; CHARTIER, 2006).

Outros dois autores que abordam o processo de classificação de livros são Francisco Aráoz, registrado na obra *De Bene Disponenda Bibliotheca* (1631), e o filósofo Gottfried Wilhelm Leibniz em *Idea Bibliothecae Ordinandae* (1679). Aráoz divide os livros em duas grandes classes e suas ramificações: Religião (teologia; estudos bíblicos; história eclesiástica; poesia religiosa; obra dos padres) e Saberes Seculares (dicionários; lugares-comuns; retórica; história secular; poesia secular; matemática; Filosofia natural; Filosofia moral; política; direito). Leibniz definiu as seguintes categorias: teologia, direito, medicina, Filosofia, matemática, física, filologia, história e assuntos diversos. (BURKE, 2003).

Já no início do século XVIII, William Reading, bibliotecário do *Sion College*, diante do acelerado aumento do acervo e da decorrente dificuldade de se manter os assuntos fixados nas prateleiras, alterou o catálogo da instituição criando classes mistas, que recebiam tanto os assuntos novos, como os livros que transbordavam para estantes de assuntos vizinhas. Numa abordagem contrária, em seu *Manuel du Bibliophile* ou *Traité du Choix des Livres* (1828), Gabriel Peignot, preocupado com a quantidade de livros, afirmava que um livro precisa ter um lugar único e particular para ser encontrado. O francês desenvolveu um índice com as palavras que poderiam representar um documento e, ordenadas alfabeticamente, relacionava as palavras com o livros do acervo, identificado autor e título das obras. (LIMA, 2004).

Assim, Lima (2004, p. 50) relata a mudança a partir do incremento dos esquemas de recuperação dos livros decorrentes das inovações no século XIX, período áureo das classificações bibliográficas: “no final do século XIX os bibliotecários anglo-americanos reuniram os assuntos de forma a permitir ao leitor descobrir

o que procurava consultando o catálogo ou indo diretamente às estantes”.

Almeida e Crippa (2009, p. 113-114) argumentam que é com o desenvolvimento da Ciência e a instauração de um novo modelo institucional de produção, organização e disseminação do conhecimento, que o bibliotecário passa a reclamar uma posição ativa nos processos de OC:

a busca de um caminho científico crítico reacende o debate sobre as instituições ligadas à informação, desenvolvidas na base do projeto barroco de Francis Bacon, o responsável, como aponta Latour (2000) pela ideia de um “centro de cálculo” de uma rede de academias, de pesquisadores e docentes. Surge aqui uma figura que já seria a do bibliotecário, reclamando para si um papel de influência não somente na discussão sobre como classificar o conhecimento, mas também sobre por que classificar e para que, e o faz definindo-se como cientista e, portanto, dotando-se de método e teoria, transferindo seu foco de um saber-fazer para um saber-pensar/saber-dizer.

Dessa forma, o século XIX assistia uma gama de desenvolvimentos na classificação dos livros, que passam pelos sistemas de classificação de Harris (1870), de Dewey (1876), de Cutter (1891); da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (1902), pela Classificação Decimal Universal (1905), pela Classificação de Assuntos de Brown (1906), pela Classificação dos Dois Pontos de Ranganathan (1933), entre outros.

O século XX e suas implicações à organização do conhecimento remete ao desenvolvimento histórico dos códigos e máquinas de calcular, que ao lado dos sistemas de classificação, corroboram os desenvolvimentos recentes das tecnologias destinadas ao controle e a recuperação inteligente da informação. Nesse sentido, Pombo (1998, p. 13) afirma:

Ora, esta mutação, resultante da introdução das novas tecnologias no campo de trabalho da documentação, vem como que sublinhar ainda mais o carácter pragmático da classificação documental: a transferência para o computador

das tarefas de conservação, inventariação e catalogação (disco óptico, memória holográfica), gestão (base de dados), recepção e emissão (edição eletrônica, fibra óptica, difusão telemática) de documentos, vai exigir um reforço imenso das capacidades pragmáticas da classificação, nomeadamente no que diz respeito a uma determinação conceptual cada vez mais rigorosa e à definição cada vez mais fina de uma linguagem codificada universal.

A emergência do método analítico-facetado, iniciado ainda com Kaiser na virada do século XIX e aprimorado por Otlet e Ranganathan (SALES, 2014), fundou um modo específico para o desenvolvimento de métodos e técnicas na OC que norteou a área no transcorrer do último século. Esse modelo intelectual de raciocínio permitiu fragmentar a unidade do saber em pedaços menores, os assuntos e depois as facetas dos assuntos. Foi possível definir mais precisamente as diferenças entre o conhecimento de um determinado documento e as informações desses documentos.

Dessa forma, a linguística e a terminologia são trazidas ao seio da OC, de modo a cooperar no trato dessas unidades fragmentadas, seja o conceito, o signo ou o termo, para a melhor recuperação da informação. São várias as propostas, das quais lembramos aqui o Memex de Bush (1945), que pretendia imitar o funcionamento cognitivo humano para fins de melhor armazenar e recuperar as informações; os estudos do *Classification Research Group* (CRG), o qual foi fundado em Londres em 1948, com intuito de aprimorar a classificação analítico-sintética; o Unitermo (1953) de Taube, que foi o primeiro sistema de recuperação da informação pós-coordenado ainda baseado em fichas; o *Precis* (1960) de Austin e trabalho conjunto com o CRG, que pretendia reduzir a imprecisão das buscas por meio do controle de vocabulário; e, por fim, o tesouro facetado, tendo sido concebido em 1960 pela *Armed Service Technical Information Agency* (BROUGHTON, 2012; CAVALCANTI, 1982; CINTRA *et al.*, 2002; DODEBEI, 2002; NOVELLINO, 1996; ORTEGA, 2002; VALE, 1987).

### **3.2 Organização do conhecimento: um campo científico, um processo prático**

Podemos perceber basicamente três abordagens sobrepostas, mas distintas em partes na OC. São enunciados que delimitam fronteiras e concorrem em espaços entre os integrantes da multidisciplinar comunidade científica relacionada ao campo. A primeira perspectiva que abordamos advém principalmente de Dahlberg e seu esforço na construção de instituições e métodos à OC. Nesse sentido, essas instituições delimitam o nascimento de uma disciplina considerada autônoma e multidisciplinar. A segunda abordagem enfoca o processo, a tarefa de lidar com os problemas empíricos de sistematizar informações documentárias visando sua disponibilização. Por fim, há um enunciado em favor da compreensão da OC, enquanto um conjunto de teoria e prática, como subdisciplina da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Primeiramente, mostraremos como Otlet e Bliss significaram o conceito de OC para então seguir na exposição das duas abordagens.

O termo “organização do conhecimento” aparece primeiramente em artigo publicado em 1903 por Otlet, antes da consolidação do que o belga reconhecera como documentação. Otlet propôs que a organização de documentos se desse não mais pelas unidades documentais, mas por partes menores, isto é, por elementos contidos nos documentos, o que ele chamou de unidade de informação. Para o visionário documentalista, conhecimento é tudo aquilo que se sabe sobre objetos do mundo externo ou do pensamento, que são reconhecidos como fatos ou ideias, os quais podem ser estruturados conceitualmente e registrados em documentos que refletem a perspectiva de seu autor. Caberia então ao documentalista, o trabalho analítico de extração dos componentes informativos relevantes desses documentos, as unidades de informação, e seus reagrupamentos em fichas passíveis de se relacionarem mediante à remissivas e que remetiam aos documentos portadores de tais assuntos (MURGUIA; SALES, 2013).

A documentação seria responsável pela organização das informações contidas nos documentos, e não apenas pela organização dos documentos. Há um processo mais complexo, que exige um trabalho analítico e que finda com a construção de um sistema de cartões padronizados e alocados em fichários (gavetas) em mobiliários específicos e classificados num esquema baseado em assunto. Mas isso não representaria a OC. Para Otlet a OC remete a um aspecto mais amplo e externo à Documentação, refere-se à organização dos conhecimentos empreendida pelas sociedades, congressos, ensino, as discussões e avanços científicos (MURGUIA; SALES, 2013).

Henry Bliss foi quem conferiu maior destaque ao termo “organização do conhecimento”. O bibliotecário americano concebeu a classificação bibliográfica baseada no *subject approach to knowledge*, trazendo um modelo para as bibliotecas que vai do universal ao particular, buscando unir o conhecimento teórico e a experiência e oferecendo subsídios para o desenvolvimento do próprio conhecimento científico. Para Bliss, a organização do conhecimento não é restrita a um processo mental sintético de conhecimento, mas também é a correlação intelectual e a sistematização de conhecimentos válidos provindos de sistemas complexos como a Ciência e a Filosofia. Mas o autor lembra que este não é um problema exclusivo da Biblioteconomia, da Ciência ou da Filosofia (MURGUIA; SALES, 2013).

Assim, Bliss parte da noção biológica de “organização” remetendo a sistema enquanto um conjunto que comporta diversos órgãos em funcionamento cooperativo e eficiente, de modo que a OC implica numa estrutura, numa função e num desenvolvimento progressivo. Já por conhecimento, Bliss defende uma compreensão também orgânica, como existência objetiva no cérebro, mas podendo também ser entendido como impressões da memória, da experiência, de um ato de compreensão, além de sua relação com a subjetividade e o social (MURGUIA; SALES, 2013).

A OC existe por meio de diferentes órgãos e instituições, tais como as revistas científicas, as bibliotecas e outras diversas organizações, e teria a função de organizar e de promover o desenvolvimento da sociedade. A esse domínio é inerente a atividade de classificar, a qual se baseia num possível consenso e que se sustenta em dois princípios básicos: a subordinação de assuntos pela diferença específica e a alocação de assuntos disposta segundo uma conveniência em prol da eficiência. Assim a OC pode ser dividida em cinco classes, como demonstra Bliss (1929 *apud* MURGUIA; SALES, 2013, p. 453):

- 1) a organização mental ou psicológica, manifestada na síntese individual dos sujeitos; 2) a organização social do conhecimento e do pensamento de uma comunidade; 3) a organização do conhecimento de uma ideia ou um tópico expressado em um livro ou em outras formas linguísticas; 4) a organização do conhecimento de um campo específico de saber ou em um tipo de livro, de uma biblioteca especializada ou de uma exibição de museu; 5) a organização social do conhecimento de muitos ou de todos os campos

do conhecimento considerados dentro de um sistema conceitual, em uma enciclopédia ou em uma biblioteca.

Além disso, Bliss também descreve as agências que se propõem a organizar e comunicar o conhecimento, que se dividem em cinco estágios (BLISS, 1929 *apud* MURGUIA; SALES, 2013, p. 453): “1) descritivo ou exhibitório, 2) classificatório ou analítico, 3) sintético ou sistemático, 4) educacional ou cultural e 5) bibliotecológico ou bibliográfico”. Dessa forma, Bliss considera que há uma linha contínua ou uma organicidade que inter-relaciona a OC num espectro amplo com um mais restrito, como é o caso da classificação bibliográfica. Assim o bibliotecário americano advoga por uma classificação nas bibliotecas que se pautem nos assuntos, tomando por base o relacionamento lógico entre estes, conforme previamente direcionado pelas próprias classificações filosóficas e científicas. (MURGUIA; SALES, 2013)

O conceito de OC tratados por Otlet e Bliss é fundamental para o surgimento da concepção posta por Dahlberg e mais tarde reafirmada com Hjørland.

A perspectiva que trata da OC como instituição é sacramentada por Ingetraut Dahlberg. Com formação que abrange os campos da Filosofia, História, Linguística e Biologia, a alemã recebeu o título de doutora em Filosofia em 1973, com trabalho sobre fundamentos da classificação universal do conhecimento. Na década de 1970, concebeu seu próprio sistema universal de classificação, a *Information Coding Classification*, mesmo período em que desenvolveu talvez sua maior contribuição à área, a teoria do conceito.

Ela foi uma das principais responsáveis por criar um movimento de institucionalização autônoma da OC. Se desligando da *Society for Classification*, a qual era composta principalmente por cientistas com formação mais matemática, em 1989 Dahlberg funda a *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), referindo-se ao termo que Henry Bliss já utilizara 60 anos antes. Além disso, também fundou o periódico *International Classification* em 1974, que passou a se chamar *Knowledge Organization* em 1993. (DAHLBERG, 2006).

Ambas as instituições são importantes marcos no reconhecimento da OC como área autônoma. A ISKO congrega pesquisadores interessados no assunto, ao passo que a revista é o espaço de publicação do tema. Segundo Murguia e Sales (2013, p. 447), a pretensão dessa instituição é a “pesquisa e a aplicação da organização do conhecimento para o próprio ordenamento do conhecimento”. Guimarães (2008, p. 88-

89) afirma a importância dessa instituição e sua tarefa de trabalhar práticas e teorias de uma perspectiva própria à OC, unindo abordagens vindas da Filosofia e as experiências práticas:

Observa-se, destarte, que, com a criação da ISKO, a área de organização do conhecimento transcende a condição de necessidade pragmática para o universo documental para, como campo de reflexão e produção teórica, constituir um amplo e representativo fórum científico internacional. Assim, a ISKO vem buscando aliar tanto a abordagem herdada, dentre outros, de Aristóteles, Platão, Porfírio, Bacon, Harris e Comenio (visando à sistematização, consolidação e transmissão de um conhecimento enquanto conjunto de saberes verificável em uma dada sociedade em um dado momento histórico), com a necessidade de natureza mais pragmática de resgate do conhecimento registrado em documentos, para fins de acesso e recuperação (Calímaco, Dewey, Otlet e La Fontaine, etc).

Ao longo de sua existência a ISKO se expandiu em formas de capítulos nacionais e regionais, contando hoje com mais de seiscentos membros de mais de cinquenta países das mais diversas áreas de conhecimento, tais como Filosofia, linguística, computação, Ciência da Informação, etc. Seus capítulos são realizados atualmente no Brasil, Canadá, Estados Unidos, China, Alemanha, Índia, Irã, Itália, Maghreb (Árgélia, Tunísia e Marrocos), Polônia, Espanha, Portugal, Reino Unido, além de correspondentes na Áustria, Hungria, Geórgia, Norte da Europa, Romênia, Rússia e Eslováquia. (ISKO, 2015).

Conforme consta no site da ISKO (2015), sua missão institucional consiste “to advance conceptual work in knowledge organization in all kinds of forms, and for all kinds of purposes, such as databases, libraries, dictionaries and the Internet”, e seus objetivos são:

- Promote research, development and applications of knowledge organization systems that advance the philosophical, psychological and semantic approaches for ordering knowledge;
- Provide the means of communication and networking on knowledge organization for its members;

- Function as a connecting link between all institutions and national societies, working with problems related to the conceptual organization and processing of knowledge.

O periódico *Knowledge Organization* é o principal canal de divulgação de pesquisas realizadas pela comunidade científica da área, e atualmente ela é indexada pelas bases de dados *Social Sciences Citation Index*, *Web of Science*, *Information Science Abstracts*, *INSPEC*, *Library and Information Science Abstracts (LISA)*, *Library, Information Science & Technology Abstracts (EBSCO)*, *Library Literature and Information Science (Wilson)*, *PASCAL*, *Referativnyi Zhurnal Informatika*, and *Sociological Abstracts*. O escopo atendido pela revista se delimita por artigos originais e que se enquadrem nas seguintes abordagens temáticas:

(1) clarify theoretical foundations (general ordering theory, philosophical foundations of knowledge and its artifacts, theoretical bases of classification, data analysis and reduction); (2) describe practical operations associated with indexing and classification, as well as applications of classification systems and thesauri, manual and machine indexing; (3) trace the history of knowledge organization; (4) discuss questions of education and training in classification; and (5) problems of terminology in general and with respect to special fields.

O nome da área combina dois termos que juntos indicam sua atividade e seu objeto de estudo, assim, segundo Dahlberg (2006), OC implica num procedimento que se desenvolve a partir de um plano visando a construção de um conhecimento. O objeto da área é definido como:

Knowledge is the subjectiv and objectively fairly well-founded certainty of somebody about the existence of a factor a matter. This knowledge is a not transferible, it can only be elaboraes by somebody's own personal reflection. (DAHLBERG, 2006, p.12).

A partir dessa definição a pesquisadora alemã afirma que o conhecimento pode ser compartilhado por meio da linguagem, pela



expressão de signos que o representam e que podem ser comunicados e compreendidos. Nesse ponto, Dahlberg reafirma que a OC é uma Ciência da linguagem, pois seu trabalho se dá sobre os conhecimentos comunicados. A área lida com quatro diferentes aspectos do conhecimento: os elementos do conhecimento (referem-se às características de conceitos); as unidades do conhecimento (são os conceitos representados pelos signos); amplas unidades do conhecimento (combinações de conceitos em uma definição, em um texto); e sistemas de conhecimento (que são estruturas coerentes e planejadas de conceitos) (DAHLBERG, 2006), mas a principal pretensão da área é lidar com o conhecimento em ação, “como algo que existe em certo consenso social, um conhecimento registrado e socializado que conduzirá a uma organização e representação do conhecimento” (BOCCATO, 2011, p. 10), possibilitando, com base nele, a produção de novos saberes.

Para a autora alemã, todo o trabalho da OC parte do conceito, pois ele é a unidade mais elementar do pensamento, mas não qualquer conceito, somente aqueles “plenamente descritíveis ou definíveis” (DAHLBERG, 1978, p. 11). Deles que se extraem os predicados, características dos conceitos, e ambos, conceito e seus predicados “devem orientar-se pelo postulado da verdade, isto é, devem corresponder à realidade e ser verificáveis” (DAHLBERG, 1978, p. 12). “Conceito é a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais linguísticos, podem ser comunicados”. (DAHLBERG, 1978, p. 12)

Os conceitos são definidos por suas características, as quais podem ser de três tipos: essencial, acidental e individualizante. Além disso, os conceitos se relacionam entre si de quatro formas distintas: relação gênero-espécie; relação partitiva; relação de oposição; e relação sintagmática ou funcional. Por meio da classificação que fazemos sobre um conjunto de conceitos se constrói relações semânticas entre eles e a especificidade, similaridade e a diferença específica possibilitam a formação de classes. Com base nessas atividades se pode construir sistemas de classificação, tanto os baseados em classes numéricas, como os fundamentados em index (DAHLBERG, 2006).

Além disso, Dahlberg (1993) desenvolveu uma taxonomia para a área, que serve também para orientar os assuntos no periódico *Knowledge Organization*, ordenando as publicações da área. Seguem as 10 classes, que podem ser subdivididas:

- Classe 0 – Divisão de Forma
- Classe 1 – Fundamentação Teórica e Problemas Gerais da OC
- Classe 2 – Sistemas de Classificação e Tesouros: Estrutura e Construção
- Classe 3 – Metodologia de Classificação e Indexação
- Classe 4 – Sistemas de Classificação Universal
- Classe 5 – Sistemas de Classificação de Objetos Especiais (Taxonomia)
- Classe 6 – Sistemas de Classificação de Assuntos Especiais
- Classe 7 – Representação do Conhecimento pela Linguagem e Terminologia
- Classe 8 – Aplicações de Classificação e Indexação
- Classe 9 – Contexto da Organização do Conhecimento

Essa é basicamente a apresentação que Dahlberg faz da OC. A autora sempre deixa claro que as bases do campo foram fundadas por Ranganathan, um dos maiores pensadores da Biblioteconomia, e Wüster, fundador da terminologia (DAHLBERG, 1993; 2006). Hjørland parece compactuar com Dahlberg em sua abordagem da OC, como veremos à frente.

Além dessa perspectiva, a OC pode ser vista como processo. Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (HOUAISS, 2009, p. 1555), processo é: “1) ação continuada, realização contínua e prolongada de alguma atividade; seguimento, curso decurso”, ou “2) sequência continuada de fatos e operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, andamento, desenvolvimento, método”, ou ainda “3) modo de fazer alguma coisa; método maneira, procedimento”. Assim, essa abordagem se apresenta com caráter mais voltado às práticas concretas de da OC, que em dada instância pode ser designada como OI, como apontam Bräsher e Café (2010), já que entendemos aqui essas “práticas concretas” como ações de classificar ou indexar documentos.

Nesse sentido, verifica-se que grande parte dos pesquisadores da área vinculam estes processos à cultura escrita. Assim, os estudos da linguagem verbal passam a ressoar de maneira significativa na área de OC, como já é notável no próprio pensamento da Dahlberg que, embora destaque o conceito enquanto unidade do pensamento, já abria caminho

para uma possível abordagem mais estruturalista com base na linguagem verbal.

Constituiu-se assim outra abordagem, diferente da teoria do conceito de Dahlberg (1978) no que se refere à terminologia e forma de aplicação. Essa outra abordagem é de origem francesa, segundo Guimarães (2008), e, diferentemente da teoria de Dahlberg, não enfoca a dimensão dos conceitos enquanto as unidades do pensamento, mas sim o conteúdo a partir dos estudos da linguagem, visando à construção das *linguagens documentárias*. Percebe-se que tanto sob a perspectiva do conceito, quanto à da perspectiva francesa, a intenção é a mesma, a partir dos documentos, formular representações sobre o que é abordado por eles, de modo a garantir a recuperação da informação. Desse modo, o que difere são os olhares, os métodos e os termos.

Souza (1998) mostra que o processo de organizar o conhecimento registrado é uma atividade que não é exclusividade do profissional bibliotecário ou cientista da informação, pois são diversas as profissões que necessitam em suas rotinas de uma sistematização documental a fim de tornar mais eficiente o armazenamento e acesso à informação. Tal processo é feito dentro de uma historicidade, na qual a OC está relacionada com o surgimento da escrita.

Historicamente, o que se encontra documentado é a vinculação original, tanto da escrita quanto da organização, dos materiais escritos à atividade fiscal e comercial dos antigos pontentados. Isso sugere que o nascimento da escrita foi decorrência dos controles fiscais, financeiros e da coordenação e controle do fornecimento e compras de mercadorias pelo palácio. A mesma vinculação dar-se-ia em relação aos templos. Desse modo, tanto a escrita como sua difusão (que se dá pela educação), sua conservação (que se dá pelo registro) e sua permanência (que se dá pela guarda de documentos) se vinculam a plano mais imediatamente material da sobrevivência do homem. (SOUZA, 1998, p. 21)

Souza (1998) indica que diferentes grupos humanos usavam a escrita para fins econômicos-financeiros-culturais, sendo que cada um desses grupos apresenta diferentes modos de organizar o conhecimento/informação, relativos às necessidades concretas e contextuais. Nesse sentido, Souza (1988, p. 39) afirma que a

organização de documentos por meio a representação simbólica de seus conteúdos “tem sempre a finalidade de atender, predominantemente, ao interesse da organização de setores dirigentes da sociedade” e, desta forma, cabe destacar que cada instituição e seus respectivos públicos, assim como o tamanho e o tipo de acervo, vão interferir diretamente nas formas de organização dos documentos. Ainda, o autor ratifica a organização de documentos como um processo prático quando levanta as seguintes perguntas: “1) para quem organizar?; 2) por que organizar?; 3) o que organizar?; 4) como organizar?; 5) quando organizar?; 6) onde organizar?”. (SOUZA, 1998, p. 58).

Sob esse olhar histórico colocado por Souza, é destacada a importância das instituições e as relações sociais de poderes que são inerentes ao ato de organizar a informação e o conhecimento, porém o autor não considera na sua perspectiva todo o esforço feito pelos antigos e medievais no intuito de ordenar o conhecimento ainda à luz da cultura oral.

Ao nos aproximar da ação de classificar, condensação de textos, catalogação ou indexar documentos, percebemos que não há consenso em como designar tais ações. Às vezes, aparece na área o termo “organização do conhecimento” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 1996; HJØRLAND, 2002a; 2008a; 2013a) para denominá-las, sem preocupação com a polissemia referente à noção mais ampla que compreende o campo científico ou com o fazer mais genérico de ordenar conceitos. Segundo Hjørland (2008a *apud* BRÄSCHER; CAFÉ, 2010, p. 92) “o processo de organização do conhecimento, no sentido restrito usado na Ciência da Informação, compreende a elaboração de resumos, a catalogação, a classificação, a indexação, o estabelecimento de elos, etc”. Outros autores preferem os termos “tratamento temático da informação” (BARITÉ, 2011, 2013; GUIMARÃES, 2008; 2009) ou “organização da informação” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010; CAFÉ; SALES, 2010; SALES, 2014) para designar essas mesmas atividades.

Segundo Barité (2013, s/p.) os processos de Tratamento Temático da Informação visam “representar temáticamente y recuperar la información contenida en documentos de cualquier índole, por medios eficientes que den respuesta rápida a las necesidades de los usuarios.”

Bräsher e Café (2010) diferenciam os conceitos de “organização do conhecimento” e “organização da informação”. Segundo as pesquisadoras, “informação e conhecimento possuem características que os distinguem e que permitem delimitar a utilização dos termos organização da informação e organização do conhecimento”. (BRÄSHER; CAFÉ, 2010, p. 91).

Com base na definição de informação de Fogl (1971 apud BRÄSHER; CAFÉ, 2010), para quem a informação é constituída sobre três elementos: conhecimento (conteúdo da informação), a linguagem (instrumento de expressão de itens de informação); e suporte (objetos materiais ou energia), Bräsher e Café (2010) colocam que a OI se dá por meio da descrição física e da descrição de conteúdo dos objetos informacionais. Embora a descrição de conteúdo se faça sobre o que Fogl chamou de conhecimento, ela delimita suas possibilidades de representação pelo universo de expressão do autor do registro informacional, assim como nas necessidades dos usuários potenciais. A descrição física direciona-se ao suporte da informação e, dessa maneira, a linguagem permearia as duas descrições.

Complementarmente, a OC para Bräsher e Café (2010, p. 95) é o “processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento”, sendo a base desse processo o conceito, suas características e suas relações com os demais conceitos que são reunidos numa estrutura sistematicamente organizada. Diferentemente da descrição de conteúdo, o processo de OC não se limita ao universo de expressão de um autor particular, nem somente nas necessidades dos usuários, ela se pauta numa Análise de Domínio, procurando “refletir uma visão consensual sobre a realidade que se pretende representar”. (BRÄSHER; CAFÉ, 2010, p. 93).

Assim, a OC é entendida como um processo que resulta numa representação do conhecimento:

Delineamos a OC como o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características, para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio, bem como das suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema notional. (BRÄSHER; CAFÉ, 2010, p. 95).

Pela perspectiva das pesquisadoras acima referidas, as representações do conhecimento são os sistemas de organização do conhecimento (SOC). A OC é da dimensão das ideias ou da cognição, diferentemente da OI que se preocupa com os registros físicos, com o mundo dos objetos físicos. (BRÄSHER; CAFÉ, 2010).

A OI é definida como um processo relativo ao ato de descrição tanto dos aspectos físicos quanto dos aspectos de conteúdo dos documentos, sendo “O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representamos atributos de um objeto informacional específico” (BRÄSHER; CAFÉ, 2010, p. 92). Assim, a OI diz respeito à elaboração de resumo, classificação de e indexação de documentos, ações estas praticadas no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação e que se dá com o emprego dos sistemas de classificação bibliográficos, as taxonomias ou os vocabulários controlados. Acrescenta-se ainda que a OI envolve também a catalogação, porém esta se utiliza de instrumentos próprios para sua elaboração, tais como o *Anglo-American Cataloguing Rules2* (AACR2) e o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR).

Já a OC se dá uma esfera mais ampla e teórica, de modo que objetiva a concepção de uma estrutura sistemática de conhecimento, correspondendo, por exemplo, à criação dos sistemas de organização do conhecimento.

Nesse ensejo, Café e Sales (2010) afirmam que são diversos os termos que se referem à descrição do conteúdo, tais como análise documentária, análise temática, análise de assunto, descrição de conteúdo e tratamento temático da informação, sendo que todos esses termos dizem respeito aos processos de OI reconhecidos como classificação, indexação e o resumo. A classificação gera uma representação da informação, geralmente no formato de número ou símbolo de classificação, de forma a descrever o conteúdo do documento numa abordagem mais abrangente. A indexação também resulta em representações da informação, as quais são chamadas de palavras-chave ou descritores e que quando reunidas podem formar índices. O resumo não segue uma linguagem padronizada de controle, como ocorrem com os dois processos descritos anteriormente, mas comumente segue determinados métodos e normas. (CAFÉ; SALES, 2010).

Sob o desígnio tratamento temático da informação, Guimarães (2008; 2009) expõe as escolas desse processo: a estadunidense, a inglesa e a francesa. Assim, embora a intersecção seja grande, cada uma dessas tradições apresentam tendências, literatura e terminologia própria. A estadunidense desenvolveu a “catalogação de assunto” ainda na metade do século XIX, com perfil pragmático e centrado nos produtos de informação, entende o conceito de catalogação de forma abrangente. Essa perspectiva se sustenta nos princípios de catalogação alfabética de

Cutter e na tradição de cabeçalho de assunto da *Library of Congress*. (GUIMARÃES, 2008; 2009).

A escola inglesareconheceu seu espaço de atuação pelo nome “indexação”, sendo focada mais nas questões de pesquisa especialistas. Essa abordagem confere maior destaque à necessidade dos usuários e prega o respeito institucional pelos documentos (GUIMARÃES, 2008; 2009).

A “análise documental” é de origem francesa, datada dos anos de 1960. Sua grande preocupação é com o desapego científico nos fazeres do campo e a falta de rigor no tratamento informacional. Nessa perspectiva, há uma valorização da linguística tanto nos aspectos teóricos como nos práticos e, dessa forma, aproxima-se de uma abordagem estruturalista a fim de endossar o rigor científico do tratamento informacional(GUIMARÃES, 2008; 2009).

Passado pela noção de OI e como esa se apresenta na literatura da área, cabe-nos discorrer sobre os sistemas de organização do conhecimento, os quais são produtos da OC além de instrumentos norteadores da OI (BRÄSHER; CAFÉ, 2010).

Como dito, Bräsher e Café (2010) consideram que a OC produz representações do conhecimento, que são denominadas de sistemas de organização do conhecimento. Para Bräscher e Carlan (2010,p. 153), os “SOCs são representações de domínios do conhecimento que delimitam o significado de termos no contexto desses domínios”, porém não se limitam a isso, pois também estabelecem “relações conceituais que auxiliam a posicionar um conceito no sistema conceitual e são utilizadas como instrumentos de organização e recuperação da informação”. Para as autoras, todos os SOCs contêm no mínimo três componentes: o conceito, a etiqueta/rótulo e as relações semânticas. Além disso, Bräsher e Carlan (2010) destacam a Teoria do Conceito e à Teoria Geral da Terminologia como campos que corroboram o estudo dos elementos presentes nos SOCs.

Hodge (2000, p. 1), sem preocupar-se para a distinção entre OI e OC, afirma que

The term knowledge organization systems is intended to encompass all types of schemes for organizing information and promoting knowledge management. Knowledge organization systems include classification and categorization schemes that organize materials at a general level, subject headings that provide more detailed access, and

authority files that control variant versions of key information such as geographic names and personal names. Knowledge organization systems also include highly structured vocabularies, such as thesauri, and less traditional schemes, such as semantic networks and ontologies. Because knowledge organization systems are mechanisms for organizing information, they are at the heart of every library, museum, and archive.

Notamos que a noção de sistemas de organização do conhecimento de Hodge (2000) é abrangente, considerando mesmo os produtos sem nenhum tipo de relação semântica como um produto da OC. Assim, Hodge (2000) propõe uma categorização de três tipos de SOCs:

Quadro 2: Tipologia de Sistemas de Organização do Conhecimento de Hodge

<b>Tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento</b>		
<b>Listas de Termos</b>	<b>Classificações e Categorias</b>	<b>Listas de relacionamentos</b>
normalmente traz definições	ênfatisam a criação de classes de assuntos	privilegiam os relacionamentos entre termos/conceitos
LISTA DE AUTORIDADE: visa controlar as variações nos nomes para entidades	CABEÇALHO DE ASSUNTO: conjunto de termos controlados que representam os assuntos de uma coleção	TESAURO: conjunto de termos que representam conceitos e que se interrelacionam sob três formas (equivalência, hierárquica e associativa)
GLOSSÁRIO: termos com definições geralmente de um assunto específico		REDES SEMÂNTICAS: estrutura de conceitos e termos em forma de rede, na qual os conceitos são nós de onde os relacionamentos se expandem
DICIONÁRIOS: lista alfabética de palavras e suas definições	ESQUEMAS DE CLASSIFICAÇÃO, DE CATEGORIZAÇÃO E TAXONOMIAS: agrupam entidades em classes mais gerais, estabelecendo um estreita relação de subordinação entre classes e subclasses	ONTOLOGIA: estrutura de conceitos e representação dos relacionamentos complexos entre eles, incluindo regras de inferência e axiomas
GAZETTERS: dicionários de nomes de lugares e acidentes geográficos		

Fonte: conforme Hodge (2000) e Bräshser e Carlan (2010)

Para Hjørland (2012) essa é uma concepção baseada na estrutura de diferentes sistemas, mas que nem todos sistemas citados servem prioritariamente à recuperação da informação. Ainda, cita os critérios de avaliação *recall* e *precision* desenvolvidos por meio de experimentos de Cranfield na década de 1950, que visam averiguar a eficiência da



recuperação da informação. Segundo Araújo (2014), os estudos de recuperação da informação adquiriram tamanha importância que se tornaram centrais na BCI na concepção de muitos pesquisadores. Argumenta Hjørland (2012), que os estudos nessa área cindiram a comunidade de pesquisadores em dois grupos: de um lado os que desacreditam nos antigos sistemas de classificação e empenham-se em desenvolver novas tecnologias de recuperação da informação, de outro lado, profissionais e pesquisadores da área de OC preocupados com o desenvolvimento de teorias e até metodologias, com bases mais teóricas.

Abordamos aqui os primeiros sentidos atribuídos ao termo “organização do conhecimento” por Otlet e Bliss. Ambos os autores alocam tal conceito de forma ampla, porém Bliss confere maior destaque às instituições como atores no processo. Em seguida, destacamos a OC enquanto área do saber. Foi principalmente por Dahlberg que ocorreu a institucionalização da OC, quem a organizou no âmbito político e científico. Cientificamente, Dahlberg reconstruiu o sentido de OC ao aproximá-la da teoria da predicação de Aristóteles. É a partir de então que o “conceito” e sua forma simbólica adquire relevância para a teoria e a prática no campo. Vimos também que há diferentes processos na área, os quais se dividem entre aqueles que geram a representação do conhecimento e aqueles que geram a representação da informação. A OI refere-se à descrição dos registros físicos e dos conteúdos compreendidos nesses registros. Os SOCs são produtos da OC e servem de instrumento de auxílio na representação da informação. Na próxima seção, adentramos na compreensão de Hjørland sobre OC, para então explicar sua Análise de Domínio.



#### 4 A ANÁLISE DE DOMÍNIO DE HJØRLAND

Desde 2001, o bibliotecário dinamarquês Birger Hjørland é professor na *Royal School of Library and Information Science*, em Copenhagen. Além disso, é membro do conselho editorial do *Journal of the American Society for Information Science and Technology* (JASIST), do *Journal of Documentation* e do *Journal of International Society for Knowledge Organization* (ISKO).

Desde a década de 1990, Hjørland é uma importante referência na área, devido a sua contribuição para o campo da OC, sobretudo no desenvolvimento da teoria Análise de Domínio. Smiraglia (2014) lembra-nos que Hjørland é o autor com mais citações na OC.

Sua abordagem parte do uso dos documentos, por isso valoriza o pragmatismo, abordando o documento para além de suas margens, invertendo uma lógica predominante na OC quando substitui a representação do conteúdo pela procura de informação como ente central da área. Assim, deixa os aspectos de descrição de lado e valoriza a busca (subject searching) e seu impacto sobre as estruturas dos sistemas de informação. Toma por base a teoria da atividade de cunho vigotiskiana desenvolvida por Engeström (2002), a qual abordaremos mais à frente (MOSTAFA, 2011; SMIRAGLIA, 2014).

De um ponto de vista geral, Hjørland (2013, p. 9) entende que as questões mais elementares na OC são: “Should document A be classified in class X? Is term A synonymous with term B?”.

A OC pode ser vista por duas perspectivas, segundo Hjørland (2008), uma estrita (*narrow meaning*) e outra ampla (*broader meaning*). Pela perspectiva estrita, a OC compreende as práticas de descrição documental, de indexação e de classificação praticadas em bibliotecas, bases de dados bibliográficas, arquivos e outras instituições de memória. Esses processos se utilizam de sistemas de organização do conhecimento, os quais servem para organizar documentos a partir da representação de conceitos. Nessa abordagem estrita, a Biblioteconomia e a Ciência da informação são campos centrais à OC. A noção de OI de Bråsher e Café (2010) se aproxima dessa proposta.

Sob a perspectiva ampla, a OC aponta a divisão social do trabalho intelectual, isto é, refere-se à organização das universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, às estruturas disciplinares e profissionais, à organização social da mídia, à produção e disseminação do conhecimento etc, ou seja, implica na organização social do conhecimento, assim como na organização da realidade. Sobre essa

perspectiva ampla que dialoga com a proposta por Bliss, o dinamarquês afirma o seguinte:

My own view is that the ways people are informed are mediated by institutions, by documents, by language and by other cultural products, and that the factual content of messages and signs cannot be isolated from these cultural mediators [...]. People are not only seeking ‘raw facts’, but also substantiated knowledge claims. Therefore users are interested in background information, and this is transferred via documents/texts, informal communication and other means. (HJØRLAND, 1998, p. 616).

Nesse sentido, as estruturas da realidade são feitas por meio da Química e sua classificação dos elementos orgânicos e inorgânicos, da Biologia e suas taxonomias, da Geografia e suas definições de fronteiras e marcas de relevos e bacias, da Linguística e sua compreensão da língua por meio dos fonemas, morfemas, classificações sintáticas. Por assim ser, a sociologia do conhecimento é fundamental à OC em sua perspectiva ampla.

A central claim of this paper is that KO in the narrow sense cannot develop a fruitful body of knowledge without considering KO in the broader perspective. In other words: There exists no closed “universe of knowledge” that can be studied by KO in isolation from all the other sciences’ study of reality. (HJØRLAND, 2008, p. 87)

Sobre a visão de organização do conhecimento de Hjørland, Murguia e Sales (2013) afirmam que o dinamarquês reforça o discurso de Dahlberg, na medida em que coloca a área como autônoma e um assunto que não é exclusividade da Biblioteconomia e Ciência da Informação, já que interessa disciplinas como Computação, Linguística, processamento da linguagem natural, teoria do conhecimento, teoria da organização social, sociologia do conhecimento e a metafísica e a ontologia. Murguia e Sales (2013) defendem que o dinamarquês também dialoga com as noções de OC proposta por Bliss, identificando essa relação na perspectiva ampla da OC.

Votando-nos à Análise de Domínio, ela é considerada por Hjørland e Albrechtsen (1995) como uma proposta alternativa para a BCI, pois se afasta da visão behaviorista e cognitivista predominantes na área até então, buscando fundamentar estas disciplinas por meio de um viés pragmático. Por isso, essa alternativa é pautada na noção de comunidades discursivas, as quais produzem documentos e informações, além de terem específicas necessidades informacionais.

A Análise de Domínio visa não apenas fundamentar as práticas referentes às operações de classificação e representação da informação, mas também dar consistência e maior rigor científico nos processos de representação do conhecimento e da informação (HJØRLAND, 2008).

Não encontramos nos textos de Hjørland uma definição precisa do que seria a Análise de Domínio, comunidade discursiva ou mesmo domínio. Alguns autores entendem que essa falta de precisão nas definições nos trabalhos do dinamarquês é problemática (TENNIS, 2003). Smiraglia (2014) afirma que devido ao volume de universo bibliográfico utilizado por Hjørland, fica mais difícil a instrumentalização de sua proposta de Análise de Domínio. Na expressão “Análise de Domínio”, o termo “análise” é dependente do termo “domínio”, assim inferimos que a partir da definição desse, entenderemos a expressão daquele.

Lykke Nielsen (2000) utiliza a proposta de Hjørland para analisar um domínio e construir um tesouro, todavia Hjørland (2002b) ratifica que o que Lykke Nielsen (2000) fez não foi o que ele entende por Análise de Domínio. Para ele “Information Science should of course provide methodological guidelines for the construction of such systems, and not just assume that domain knowledge per se is sufficient.” (HJØRLAND, 2002b, p.260).

Although the methods of knowledge elicitation used in Lykke Nielsen (2000a) seem well suited to the task of designing a thesaurus for a specific company, they are not quite as well suited for a domain analysis in my understanding. They are more related to the methodological individualism of the traditional cognitive view. A domain analysis should in its first stage consider not just one company, but a field developing and sharing common concepts, terms, and knowledge. There may be different layers of generalization of such fields from natural science to pharmacology, to neuropharmacology, and further to different kinds

of specialization within neuropharmacology (subject specialization as well as specialization related to forms of basic and applied research, e.g. clinical neuropharmacology). The next step in domain analysis is to investigate the nature and structure of the knowledge and communication at the chosen level of specialization. [...] The approach applied by Lykke Nielsen (2000a) and “the cognitiv view” may, however, be considered supplementary to other approaches to domain analysis. (HJØRLAND, 2002b, p.260).

Em desacordo com a falta de rigor nas definições de Hjørland, Tennis (2003) preocupou-se com os procedimentos de operacionalização da definição de domínio, assim estabeleceu dois eixos, um voltado à cobertura (extensão) que um domínio pode ter, chamado de eixo de *Modulação de Área*, e outro voltado à profundidade (intensão), reconhecido como *Graus de Especialização*. O primeiro eixo preocupa-se com a definição do domínio, com a sua delimitação, com o estabelecimento do que pertence ou não a um domínio. O segundo eixo foca-se na profundidade do assunto, ou seja, no nível de especialização do tema. Nesse sentido, Tennis (2003) admite que a Análise de Domínio precisa, antes de ser praticada, estabelecer a extensão e intensão do que se pretende mapear em determinado domínio.

Em um artigo publicado em 2013, Hjørland entende essa estruturação feita por Tennis (2003) problemática, ao passo que não considera o estabelecimento de uma delimitação *priore* na leitura de domínio um avanço na sua teoria. Para ele, o domínio é muito dinâmico, e não pode ser previamente orientado. Hjørland e Hartel (2003) afirmam que quando definido um domínio, sempre haverá um lado ou paradigma favorecido em detrimento de outros, sendo importante, em cada caso específico, seguir uma maneira própria para mapear um domínio, haja vista que tal atividade é arbitrária.

Hjørland (2011) cita como exemplo o trabalho de Luyt (2011) que pretende reconhecer as diferentes vozes num dado domínio. Luyt estuda primeiramente as perspectivas teóricas da historiografia para depois debruçar-se sobre documentos e inferir categorias. Há um estudo efetuado na própria história, depois um estudo sobre a manifestação dos “paradigmas” em documentos. Hjørland (2011) não considera esse estudo como uma Análise de Domínio, mas um caminho para ela. Nessa mesma perspectiva, Hjørland (2013) cita outro exemplo (BLAKE, 2011), buscando destacar que para realização de sua proposta é

importante estudos com enfoques ontológicos. Blake (2011) empreendeu no domínio da Zoologia identificando que as classificações bibliográficas na área não podem seguir cegamente as definições da classificação zoológica. Blake aborda duas perspectivas sobre a classificação zoológica, a de base em Linneus e a cladística (baseada na quantificação das características dos animais), mostrando que conhecer o domínio implica em conhecer seus problemas de classificação em cada perspectiva.

Em seu texto *Empiricism, rationalism and positivism in library and information Science*, Hjørland (2005) cita o texto de Zins e Guttman (2003) como uma abordagem mais empírica da Análise de Domínio, divergindo da concepção mais epistemológica de Ørom (2003), constantemente referenciada pelo dinamarquês. Zins e Guttman analisaram a área de serviço social e constituíram um mapa de conhecimento definidor das fronteiras e as maiores divisões desse domínio, sob interesses de seus acadêmicos e profissionais (o que implicou em testes empíricos). Os autores designam seu método como “abordagem metodológica integrada para a Análise de Domínio”, e afirmam que ela pode ser utilizada de modelo a outros domínios, assim como sua utilidade para estruturação de tesouros e recursos bibliográficos e virtuais.

Smiraglia (2014, p. 85) declara que “Domain analysis is the activity, or the methodology, by which the conceptual content and natural or heuristic orderings can be discovered and mapped in discrete knowledge domains”. Assim, afirma a importância desse tipo de estudo, relatando que

domain analysis can produce a wealth of information about the ontological functioning of a community. In particular it can be used to generate knowledge organization systems, such as controlled vocabularies or classifications, to assist the domain in its work. Perhaps more important to our post-modern world, domain analytical studies can produce the evidence needed to provide interoperability between neighboring domains and among diverse domains. [...] The importance of domain analysis for knowledge organization as a science cannot be overlooked. (SMIRAGLIA, 2014, p.100).

Devido aos objetivos desta pesquisa enfocarem a perspectiva hjørlandiana, não daremos mais atenção às definições que outros autores atribuem à teoria em questão. Todavia é interessante compreender o percurso até a consolidação da Análise de Domínio no pensamento de Hjørland.

O termo Análise de Domínio advém da área de engenharia de software, denota um conjunto de sistemas que apresentam funções semelhantes. A perspectiva incorporada à BCI tem uma outra significação, e parece se solidificar no fim da onda epistemológica que dominou o cenário filosófico desde o século XIX e que parece chegar nos anos de 1990 à área.

Mesmo antes do tão citado texto de Hjørland e Albrechtsen (1995), *Toward a new horizon in information science: domain-analysis*, já era visível a emergência de uma epistemologia social na Ciência da Informação e Biblioteconomia. Neste texto, os autores citam Ambar e Iyer (1992) que retomam a afirmativa de Mote (1962) de que a disciplina é determinante da necessidade de informação. Além desse, citam também Saracevic, Rowley, Taylor, Rosenbaum, Wilson, Froehlich como precursores da Análise de Domínio.

Saracevic (1975 *apud* HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995) propunha enxergar a relevância da informação pelas duas visões: *subject literature*, que poderia subsidiar noções de estruturas de assuntos servindo os processos de comunicação do conhecimento que envolvem a BCI, e *subject knowledge*, que salienta os aspectos naturais, estruturais e extensionais de um assunto de determinado conhecimento. Saracevic apontava a estreita relação entre as duas visões e destacava ainda a necessidade de amadurecimento desse pensamento na área, assim como a importância da visão *subject knowledge* para outras visões sobre relevância da informação. Ainda sobre a *subject knowledge*, Rowley (1987) a considerava uma alternativa para a recuperação de assuntos e construção de linguagens e esquemas de representação de conhecimento que exijam uma visão abstrata do campo de conhecimento em questão.

Com tendência behaviorista, Taylor apontava a emergência dessa epistemologia social em 1991 (*apud* HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995), quando desenvolve o conceito de *information use environments* (uso contextualizado da informação), dando vazão aos aspectos coletivos da informação e admitindo que domínios orientam alguns tipos de pesquisas. Esse conceito inspirou o trabalho de Rosenbaum (1993 *apud* HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995), que procurou vincular esse conceito à moderna teoria sociológica. Também em 1993, Wilson afirmava que a comunicação do conhecimento científico se dava entre



especialidades, e não entre indivíduos, destacando a importância das situações coletivas e se afastando da abordagem cognitivista da Ciência da Informação. No ano seguinte, Froehlich (1994 *apud* HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995) apontava que a área deveria fundamentar-se numa epistemologia social.

Além dessas contribuições relativas às discussões epistemológicas da Ciência da Informação, Hjørland e Albrechtsen (1995) mencionam teorias desenvolvidas na BCI que foram predecessoras da Análise de Domínio. Para tanto, citam Henry Evelyn Bliss (1870 – 1955) e sua obra *Bibliographic Classification* (1940 - 1953), na qual buscava consolidar uma classificação de assuntos com o rigor das Ciências naturais, tentando estabelecer estruturas permanentes de assuntos, mas acabou falhando (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995). Abordam a classificação facetada de Ranganathan e o *Classification Research Group*, na qual a classificação é baseada em categorias fundamentais, porém considera essa teoria na área muito idealista, deixando os aspectos empíricos do conhecimento à margem.

Outras duas contribuições da Ciência da Informação e Biblioteconomia para a Análise de Domínio são os estudos métricos da informação e os estudos de usuários. Em toda sua obra, Hjørland considera a grande relevância da abordagem da métrica, afirmando que ela pode ser uma das principais metodologias para a aplicação de sua teoria/metodologia. (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995). As métricas contribuem à Análise de Domínio ao passo que podem revelar relacionamentos entre as disciplinas, padrões sociológicos quantitativos de comunicação científica e tendências de pesquisa em dado domínio. Já os estudos de usuários são criticados pela falta de rigor teórico e pela esparsa produção, porém destaca o perfil empírico desses, destacando seu potencial de endossamento das pesquisas no que tangem a demanda de informação de determinados grupos.

Destarte, ressaltamos a importância da Análise de Domínio à Ciência da Informação e à Biblioteconomia que, além de se colocar como um método, aspira ser um paradigma (ou orientação de um), colocando em evidência os aspectos sociais que recobrem o fenômeno da informação. Para deixar mais clara esta contribuição, passaremos pela perspectiva do filósofo pesquisador em Ciência da Informação, o uruguaio Rafael Capurro.

Capurro (2003) apresenta um panorama geral da Ciência da Informação, dividindo-a em três paradigmas: o físico, o cognitivo e o social. O paradigma físico surge junto ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) e seus posteriores desdobramentos tecnológicos.

Em sua base se encontram a Teoria Matemática da Informação, de Claude Shannon e Warren Weaver (1949-1972), e a cibernética de Norbert Wiener (1961). De modo geral, este paradigma se estrutura sobre a premissa de que uma mensagem (fator de redução de incerteza) pode ser transmitida entre um emissor e um comunicador pela veiculação física de sinais. Os experimentos de Cranfield, realizados pelo *Cranfield Institute of Technology* em 1957, que visavam tornar os processos de recuperação e informação mais eficiente, são considerados como um dos responsáveis pela disseminação da perspectiva fisicista na Ciência da Informação. Na Ciência da Informação, tal perspectiva anula o papel do sujeito cognoscente no fluxo comunicacional, nos processos de recuperação da informação.

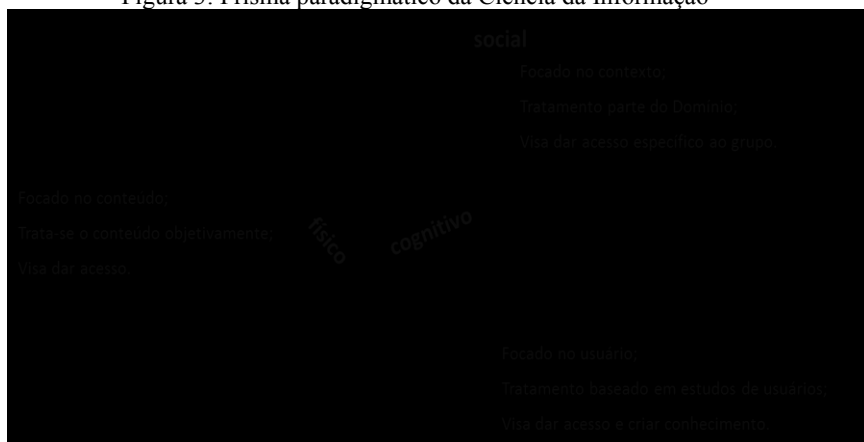
O paradigma cognitivo emana justamente em resposta a esta anulação do sujeito cognoscente, o usuário da informação. Brookes, entre finais dos anos de 1970 e início da década posterior, inspirado na ontologia popperiana dos três mundos (o físico, o da consciência e o dos livros, documentos e Ciência), defende a existência de uma rede de conhecimento cognitiva. Tal noção foi basilar no desenrolar do paradigma em questão, que tinha no centro de sua atenção a busca pela compreensão da forma como “os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de ‘modelos mentais’ do mundo exterior que são transformados durante o processo informacional” (CAPURRO, 2003). Essa perspectiva considera a necessidade de informação do usuário no processo de recuperação da informação e sua assimilação. Todavia, Frohmann (1995 apud CAPURRO, 2003), com base na epistemologia do Wittgenstein tardio e na concepção de “discurso” e “poder” de Michel Foucault (1994), critica tal perspectiva, acusando-a de idealista e associal.

Nesse sentido, Capurro (2003) afirma a influência da pragmática na Ciência da Informação, usando um neologismo para substituir a noção de epistemologia, o de “pragmatologia”. A pragmática consolida-se como o pilar do terceiro paradigma, o social. Além desse, também a hermenêutica e a teoria crítica. Somente nesse paradigma há o abandono da busca por uma linguagem ou algoritmo ideal para representar ou modelar a informação como aspiravam os paradigmas anteriores. A síntese dos três paradigmas pode ser visualizada na figura 3.

Hjørland é um dos maiores responsáveis pela impressão desse terceiro paradigma na área (CAPURRO, 2003; VEGA-ALMEIDA; FERNÁNDEZ-MOLINA; LINARES, 2009). Sua proposta de Análise de Domínio apoia que comunidades discursivas (grupos sociais e de

trabalho) estão em relação direta com os campos cognitivos (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995). A proposta teórica de Hjørland coloca em voga a validade social da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, pois atrela os fins de suas atividades justamente aos usuários contextualizados em comunidades.

Figura 3: Prisma paradigmático da Ciência da Informação



Fonte: elaboração do autor

#### 4.1 Vetores de aplicação da Análise de Domínio

Podemos notar que a Análise de Domínio tem muita proximidade com a Epistemologia, contudo, se adentrarmos ao assunto, logo percebemos que outros ramos do saber são importantes fundamentos para ela. Em 2003, Hjørland e Hartel publicaram um artigo intitulado *Afterword: ontological, epistemológico and sociological dimensions of domains*, no qual relatam as três dimensões da Análise de Domínio -- a Ontológica, a Epistemológica e a Sociológica, explicando de que maneira a teoria em questão se relaciona com essas três.

Para Hjørland e Hartel (2003), a Ontologia é o saber que enfoca os objetos, o ser, e está intimamente relacionado à Metafísica. Hoje ela volta à cena, depois de ser colocada à margem das atenções pelo Positivismo, principalmente depois da sua descoberta nas Ciências computacionais, e pode ser fundamental para as Ciências, pois possibilita um olhar sobre os processos sociais entendidos como entes. Nesse sentido, na Análise do Domínio, a Ontologia pode lançar luz

sobre noções como: área, domínio, elementos, campos, objetos, problemas, assuntos, entre outros.

A dimensão Epistemológica é tratada como a mais importante na Análise do Domínio. A Epistemologia é o saber que estuda o conhecimento, sua formação e validade, portanto procura e define as semelhanças entre afirmação e realidade. Assim, essa dimensão interfere diretamente em alguns conceitos centrais na Ciência da Informação, tais como relevância, sistema de classificação, gênero e documento. Hjørland e Hartel (2003) aludem a um discurso de Thomas Khun, que afirma a não adequação da natureza às estruturas conceituais, o que concerne às anomalias. Partindo dessas considerações, o domínio pode ser mapeado pela história do campo, isto é, da soma de seus períodos normais e anômalos, que pode ser visualizado por meio da bibliometria.

Por fim, a Sociologia é a dimensão que lida com a identificação e caracterização das estruturas formais de um domínio. Estas são derivadas da divisão social do trabalho, ou seja, são as disciplinas, as profissões, as comunidades discursivas. É esta dimensão que enfoca a relação entre as comunidades discursivas e os conhecimentos, considerando que a divisão social do trabalho é a origem dos aspectos sociológicos de cada domínio, iluminando as divisões de forças entre os componentes de um domínio.

Abordando essas três dimensões Hjørland pretende solucionar um problema cabal na Ciência da Informação e na Biblioteconomia: a relação entre domínio geral e específico e seus desdobramentos no que tange aos princípios e estratégias de recuperação da informação. Esse problema passa pela necessidade de se ter claras as bases filosóficas e correntes dominantes no domínio em questão, assim como os aspectos sociológicos que determinam as rotinas nesses mesmos. Hjørland e Albrechtsen (1995) destacam a imprescindível presença da visão filosófica e sociológica no reconhecimento do domínio, pois são elas que possibilitam a constituição de uma visão macro do conhecimento, facilitando a identificação dos graus de relevância da informação em determinado domínio, além de revelar as relações entre os grupos de pessoas, as organizações e os saberes.

Hjørland (2002a), Hjørland e Hartel (2003) e Hjørland e Albrechtsen (1995) afirmam que não existe um único modo de realizar a Análise de Domínio, identificando as comunidades discursivas, suas práticas, costumes e produtos, todavia destacam que é a dimensão sociológica que permite o cumprimento dessa empiria.

Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2013) enfatizam o trabalho do sociólogo da ciência Richard Whitley. Sociólogo

estadunidense criou duas categorias para analisar o grau de desenvolvimento de uma disciplina, que dão conta tanto dos aspectos relativos ao conteúdo quanto aos estruturais (infraestruturais). As categorias são: institucionalização cognitiva e institucionalização social. Há que se destacar que, segundo Whitley (1974), existe uma estreita relação entre as duas facetas.

A institucionalização cognitiva refere-se à clareza com que os cientistas de uma área têm em relação às formulações do campo científico, aos critérios de relevância dos problemas, definição e aceitabilidade de soluções, técnicas e instrumentais utilizados, definindo suas atividades em termos consensuais. O principal aspecto da perspectiva cognitiva diz respeito ao consenso sobre as normas legitimadoras que instauram certos problemas e as técnicas de pesquisa utilizadas no domínio, ou seja, refere-se à definição dos conceitos, metodologias, técnicas e das fronteiras de um campo científico. Assim, tem-se que um consenso mínimo é condição para a existência de uma Ciência. Desta forma, quanto maior a uniformização do conhecimento tácito, maior é o grau de institucionalização cognitiva do campo científico (BAZI, SILVEIRA, 2007; WHITLEY, 1974).

A institucionalização social tende a ocorrer num período posterior à institucionalização cognitiva, sendo nela que se consolida a identidade social, isto é na identificação clara das sociedades profissionais, eventos e periódicos do campo científico. Essa perspectiva refere-se à capacidade de um cientista em definir seu círculo social profissional, distinguindo sua base de outras (WHITLEY, 1974).

É pautando-se em Whitley que Hjørland e Albrechtsen (1995) indicam três principais facetas para o levantamento de informações sobre um domínio, os três articulam-se em torno do conceito de comunidade discursiva: “estrutura de comunicação”; “padrões de comunicação” e “linguagem empregada no domínio” (ver figura4).

Figura 4: Esquema para mapeamento da Análise de Domínio



Fonte: elaboração do autor

Na *estrutura de comunicação*, os índices a serem identificados num dado domínio são: Quem são os produtores de conhecimento? Quem são os típicos grupos de usuários? Quais são os canais estáveis e instáveis de comunicação?

No que se refere aos *padrões de comunicação*: Quais ferramentas metodológicas foram emprestadas de outros campos? Quais são as bases filosóficas, as escolas, as correntes e as tendências na área e como elas interferem nas necessidades de informação? Como está o crescimento da área? E a organização da área, como se dá?

A análise sobre a *linguagem empregada no domínio* dá-se a partir das seguintes questões: Como é o uso da linguagem? Qual a cultura do campo no tocante ao perfil do título, citações, referências e termos indexados? Qual a importância das relações da disciplina com outras áreas na formação de conceitos? Quais e como se apresentam as classificações/taxonomia presentes na área?

Os índices apontados podem ser encaixados nas categorias de Whitley, cognitiva e social. Clareado tais índices, o domínio estará representado e pronto para servir de base tanto para o desenvolvimento de SOCs quanto para a aplicação destes, de maneira coerente com o contexto específico.

O bibliotecário escandinavo nos mostra que a aplicação da Análise de Domínio se relaciona com diferentes interesses da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Assim, pode oferecer apoio na construção de um produto informacional qualquer, como pode fazer uso de produtos já existentes para consolidação de sua análise. No artigo chamado de *Domain analysis in information Science: eleven approaches-traditional as well as innovative* Hjørland (2002a) descreve esses relacionamentos, a partir de onze abordagens da Ciência da Informação:

1. Produção de guias literários ou pontos de acesso;
2. Construção de classificações especialistas e tesouros;
3. Indexação e recuperação de especialidades;
4. Empíricos estudos de usuários;
5. Estudos bibliométricos;
6. Estudos históricos;
7. Documento e estudos de gêneros;
8. Epistemologia e estudos críticos
9. Estudos terminológicos, linguagens especializadas, semânticas de base de dados e estudos do discurso;
10. Instituições e estruturas na comunicação científica;
11. Ciência cognitiva, conhecimento especializado e inteligência artificial;

Destacamos que Hjørland (2002a), ao passo que descreve e caracteriza cada uma das abordagens, considera o *corpus* teórico pouco maduro, reivindicando mais pesquisa para a consolidação dos tópicos, principalmente pelo viés da Análise do Domínio. O pesquisador dinamarquês conclui o artigo ressaltando a importância da estruturação de um subcampo designado pelo mesmo nome de sua teoria, solicitando por periódicos e cursos específicos ao tema.

A proposta de Hjørland se mostra como uma nova perspectiva frente ao paradigma cognitivo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, gerando diálogos com os campos da Psicologia Social, a Hermenêutica e a Sociologia do Conhecimento e das Ciências. Hjørland e Albrechtsen (1995) afirmam tal perspectiva como inauguradora do paradigma social da Ciência da Informação, e ratificam o seu afastamento do positivismo e do racionalismo impregnados no paradigma cognitivista, em função de uma abordagem voltada mais ao funcionalismo e pragmatismo americano típicos do século XX

(HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2007; HJØRLAND, 2008; MOSTAFA, 2012).

O paradigma social na BCI centraliza a abordagem pragmática, a qual acaba tornando-se “um fundamento essencial para o estudo da informação, uma vez que reconhece a dialética do sujeito com o mundo que o cerca” (RENDÓN ROJAS, 1996 *apud* SALDANHA, 2011, p. 50). Com isso, metodologias qualitativas adquirem maior presença nas pesquisas da área, atentando-se mais às narrativas, assim como as teorias se aproximam mais dos universos das ciências humanas e sociais, elevando o contexto como fundamento para compreensão dos fenômenos e processos informacionais (SALDANHA, 2011).

#### **4.2 Um olhar metodológico sobre a Análise de Domínio**

O Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação (PINHEIRO; FERRÉZ, 2014) classifica a Análise de Domínio, sob a classe *organização do conhecimento*, como termo relacionado a *asistemas de organização do conhecimento*, o qual é compreendido na categoria *Organização do Conhecimento e Recuperação da Informação*. O termo em questão não apresenta nenhum nível hierárquico inferior; além disso, tem ainda mais dois termos relacionados *ontologias* e *paradigmas sociais*, conforme demonstrado no quadro 3:

Quadro 3: Descritor de Análise de Domínio no Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação



*análise de domínio*

TERMO RELACIONADO: ontologias;  
paradigmas sociais;  
sistema de organização do conhecimento

---

Fonte: adaptado de Pinheiro e Ferréz (2014).

Sobre esse arranjo semântico, acreditamos que é coerente a posição do termo *análise de domínio* sob a categoria “Organização do Conhecimento e Recuperação da Informação”, assim como sob a categoria de segundo nível “Organização do Conhecimento”. Mas, com relação a essa categoria de segundo nível, é possível um entendimento dúbio. A Análise de Domínio é concebida por Hjørland, um pesquisador atuante na OC, o que justifica o enquadramento da *análise de domínio* incluída ao nível 2.1, como demonstra a figura acima. Contudo, essa classificação não pode ser vista restritivamente, pois Hjørland afirma que a Análise de Domínio não tem funções exclusivas à OC, mas a diversos assuntos relativos à Biblioteconomia e a Ciência da Informação (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2002a; HJØRLAND, 2008), como demonstra nas onze abordagens de sua teoria (HJØRLAND, 2002a).

Em relação aos termos relacionados, concordamos com as suas posições, contudo são poucos termos, visto a diversas utilidades e ferramentas que envolvem a proposta hjørlandiana. Constatamos que o tesouro não trata com a devida especificidade a teoria de expressiva presença na área de OC e da BCI. Ainda, consideramos que a definição

do termo apresentado em nota explicativa é bem fundada no tesauro, embora não cite as dimensões explicitadas por Hjørland e Hartel (2003) ou as categorias analíticas inspiradas em Whitley (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995). Segue a nota explicativa do termo *análise de domínio*:

Conceito inicialmente formulado na ciência da computação. Na ciência da informação é a abordagem da "informação construída" pelas comunidades discursivas, nas suas formas de linguagem e comunicação e que, a partir da estrutura da informação da disciplina, tamanho e distribuição da literatura, campos de assuntos e temas, terminologia, representação do conhecimento, estrutura nacional e internacional, circunscreve e configura uma área, no espaço social e cultural.(PINHEIRO; FERRÉZ, 2014, p. 25).

Existem alguns trabalhos que se propõem a realizar a Análise de Domínio em situações diversas. Hjørland (2005, 2007, 2008, 2010, 2011, 2012; HJØRLAND; HARTEL, 2003; HJØRLAND; HANSSO, 2005; HJØRLAND; NISSEN, 2005) cita recorrentemente o trabalho de Ørom (2003), que propunha averiguar o domínio das Artes visuais. Neste artigo, Øromanalisa, com tendência historicista, como diferentes discursos e paradigmas se manifestam em três níveis de organização do conhecimento no domínio da Arte: exposições de Arte; documentos impressos, audiovisuais e multimídias; e por fim, sistemas de classificação, bibliografias e tesouros. Considera que as necessidades de informação dos usuários são articuladas sob diferentes visões de mundo ou paradigmas.

Ørom identificou quatro paradigmas manifesto nos estudos acadêmicos de Arte: o paradigma iconográfico, paradigma estilístico, o materialista e o *new art history*. Já no universo das instituições de Arte verificou a constituição de três perspectivas: visão renascentista que fundamentava a concepção das obras em relação a biografia dos artistas e em ciclos culturais; a visão definida pela Academia Real de Pintura e Escultura de Paris, por volta de 1660, baseada em motivos (humanos, religiosos, retratos, etc); e, como consequência da Revolução Francesa, o século XVIII adota uma perspectiva evolucionista e geográfica da Arte (exposição).

A análise de Ørom se dá sobre discurso que geralmente surgem nas exposições e nos documentos primários e depois são disseminados aos

documentos terciários e sistemas de representação do conhecimento, discurso que são “marked by social values, worldviews, scholarly paradigms and pre-paradigms.” (ØROM, 2003, p.132). O enfoque de Ørom destaca a epistemologia, mas não só já que diferencia sociologicamente as instituições artísticas da esfera de estudos acadêmicos sobre Arte, levantando assim diferentes visões existentes num mesmo domínio e que interferem diretamente na forma de pensar e conceber os produtos da organização do conhecimento e a classificação dos documentos desse domínio.

Em outra oportunidade, Hjørland (2011) cita o trabalho de Luyt (2011) como um exemplo da intenção da Análise de Domínio, pois retrata várias vozes no *corpus* textual, e não só a dominante. Luyt compara a história de Singapura e das Filipinas apresentada no site da Wikipédia, justificando sua seleção por esses dois países devido as diferentes abordagens correntes de história nos mesmos. O objetivo desse trabalho é de constatar se as historiografias dominantes nos dois países são refletidas nas páginas de cada nação. Parte do entendimento da história como seleção e organização de evidências, portanto uma prática científica arbitrária. Assim, espera-se que a história de alguém, algo ou alguma coisa seja não *umaverdade*, mas uma perspectiva dentre diversas outras possíveis (LUYT, 2011). A perspectiva de história da academia de Singapura privilegia fatos econômicos e políticos em detrimento dos aspectos sociais e culturais, sobrepujando o papel das elites e ignorando grupos marginalizados, tais como as mulheres e minorias étnicas; além disso, esse discurso simplifica o contexto de globalização e as relações exteriores que proporcionaram o crescimento econômico do país. Já nas Filipinas, que tem uma produção acadêmica da história há mais tempo que Singapura, além dessa história contada por um viés da modernidade, há uma outra vertente, que considerada o lado das pessoas conquistadas e exploradas, ou seja, uma perspectiva que emanou das próprias pessoas que constituíam comunidades pequenas e autênticas e que formaram sua imagem de comunidade e nação.

Luyt (2011, p. 1063) constatou que “The different historiographical traditions have a significant effect on the nature of the Wikipedia account of each nation’s history”, e ainda nos lembra que a história é feita por pessoas que já carregam consigo uma bagagem cultural e influenciadas por necessidades políticas e econômicas. Assim, aponta que mesmo a internet tendo grande potencial para libertar diversas vozes de uma perspectiva dominante, isso é de difícil efetivação, visto que em Singapura há uma história mais fechada, contada de uma única perspectiva, diferentemente do caso das Filipinas que, por já ter

consolidado em sua historiografia visões alternativas, transpôs de forma mais aberta seus relatos na plataforma Wiki. Nesse contexto, Luyt (2011, p. 1064) afirma que “the information professional’s aim becomes to provide maps for the knowledge claims of the various disciplines”, devendo buscar

explore plausible and documented alternative historical narratives to make sure that these voices are not lost in the clamor of dominant historiographical traditions. In this way, the promise of digital technology to allow for multiple voices would be closer to realization. (LUYT, 2011, p. 1064).

Hjørland (2013) referencia igualmente o trabalho de Blake (2011) a fim de ratificar a importância do profissional da informação em estudar as teorias que constituem um domínio, não apenas focar os usuários ou as instituições. Blake se propõe a estudar o caso dos mamíferos e sua manifestação na CDD. Ele alega que a classificação dos mamíferos é inerentemente fluida, pois muda constantemente as relações seriais, devido ou a novas teorias (advindas mais de estudos moleculares, atualmente) ou a novas informações que são importantes na composição da taxonomia (novos relacionamentos ou novas [sub] classes). Destaca que a eficiência na recuperação da informação deve ser priorizada em detrimento de uma maior cientificidade na taxonomia, alertando que novos estudos devem priorizar a precisão da recuperação, mantendo a cientificidade das classificações até o ponto que isto não dificulte nessa recuperação.

Zins e Guttmann (2003) desenvolveram uma abordagem mais empírica da Análise do Domínio, buscando um método cientificamente válido para aplicação no domínio do serviço social. Sua metodologia é dividida em quatro etapas, das quais a primeira busca compreender de forma racionalista conceito de *serviço social* enquanto um fenômeno; dela se formulou sete facetas principais do domínio. As três fases seguintes são todas caracterizadas como empiristas. A segunda fase ajustou as facetas de acordo com uma sistemática coleta e análise de dados em documentos secundários e terciários da área, utilizando a metodologia *teoria fundamentada*. A terceira fase consistiu num levantamento de termos fornecidos por fonte previamente determinada, assim como foi estabelecida a quantidade de termos desejada; os termos foram necessariamente atribuídos ao menos a uma categoria. A quarta

fase foi de classificação de artigos nas classes estabelecidas; tais artigos tiveram seus textos analisados e que foram retirados de revistas e períodos previamente definidos. Parece-nos que a proposta de Zins e Guttman (2003) tem um perfil bastante distinto da proposta de Hjørland, visto que ela enfoca mais a análise de documentos primários e terciários que propriamente a epistemologia, as teorias ou as estruturas sociais do domínio.

Smiraglia (2014, p. 87) afirma que embora a Análise de Domínio seja composta por um conjunto de métodos que devem ser modelados de acordo com o domínio, é possível realizá-la com base em métodos quantitativos: “In fact, most domain analysis is informetric, using combinations of citation analysis, author cocitation analysis, co-word analysis, and network analysis to compare visualizations of a domain.”. O método infométrico mais comum é a análise de citação. Citações formam redes sociais acadêmicas, à medida que associam pesquisas, e podem revelar evidências e conferir substância a um domínio. A análise de citação pode indicar quantas citações os artigos receberam em um domínio, ou qual a distribuição desses artigos por países; ou ainda pode-se efetuar triangulação de dados e verificar quais tipos de documentos são citados e sua distribuição ao longo do tempo. A análise de coocorrência utiliza softwares para calcular a frequência de determinado termo no corpo do texto, podendo comparar palavras com alta frequência num evento ou revista em relação ao domínio, a partir de títulos, palavras-chave, resumos ou o texto completo.

Outro método citado por Smiraglia (2014) é a análise de cocitação de autoria, a qual considera que autores que citam o mesmo material podem apresentar semelhanças em suas pesquisas ou perspectivas, e geram gráficos que representam a opinião do domínio em conjunto de *clusters*, revelando proximidades e afastamentos em relação à abordagem de um domínio entre diversos autores. Há também a análise de redes que mapeia as relações entre os autores de modo mais complexo, com base em simetria ou assimetria dada sua proximidade, nos ajudando a visualizar o grau de interconexões entre grupos temáticos e as forças dessas associações.

A última técnica de análise abordada por Smiraglia (2014) é a análise cognitiva do trabalho (*cognitive work analysis*). Essa análise vinda da etnografia é recente na OC e configura-se como qualitativa. Consiste na imersão do pesquisador no ambiente de trabalho visando compreender como os atores interagem interna e externamente, como é gerado e compartilhado o conhecimento e como eles organizam seu próprio trabalho. Pretende-se gerar resultados sobre os dados coletados

que permitam a visualização de uma ontologia compartilhada e uma heurística baseada em tarefas. Essa técnica possibilita identificar diferentes situações de usos de distintos vocabulários.

A explanação de Smiraglia (2014) demonstra formas de aplicarmos um estudo de domínio, mas, assim como a proposta de Zins e Guttman (2003), é focada também numa abordagem demasiadamente empírica em relação à proposta de Hjørland. Percebemos que essa é uma tendência na BCI: diversos autores abordam a Análise de Domínio como significado para um conjunto de aplicações infométricas num campo simbólico científico determinado, talvez pela forte presença do cognitivismo na área, que traz consigo essa marca do positivismo e do empirismo. (HJØRLAND, 1998). Hjørland afirma em diversos trabalhos que sua proposta não é restrita a esse tipo de método, além da perspectiva empírica, há outras possíveis abordagens: a racionalista, a historicista e a pragmatista, conforme segue o quadro:

Quadro 4: Abordagens epistemológicas para Organização com Conhecimento

	<b>Objeto de pesquisa</b>	<b>Visão sobre documento</b>
<b>Empirismo</b>	estudos baseados em estatísticas	conjunto de documentos baseados em algo em comum, como um termo ou uma citação
<b>Racionalismo</b>	estudos baseados em operações (divisões) lógicas	categorias construídas por divisões lógicas e consideradas eternas e imutáveis
<b>Historicismo</b>	estudos baseados em perspectiva evolucionista	construção do conhecimento em comunidades em relação
<b>Pragmatismo</b>	estudos baseados na análise de metas e seus efeitos	parte de análises críticas sobre o estado e o desenvolvimento do conhecimento

Fonte: conforme de Hjørland(1998).

Como denota o quadro acima, o maior exemplo de Análise de Domínio promovida pelo próprio Hjørland (1998) se deu no artigo em que era proposto um estudo sobre a classificação do domínio da psicologia. Nele Hjørland afirma as diversas possibilidades de classificações que, portanto, nunca são neutras e sempre estão articuladas a paradigmas e epistemologias. Assim, o dinamarquês percorre os seguintes passos:

- Trata da origem do termo “psicologia”;
- cita os primeiros pensadores desse campo (iniciando em Aristóteles);
- cita a emergência dessa ciência de modo independente no século XIX e o principal responsável pela sua fundação (Wundt);
- trata das principais correntes de pensamento na área, destacando que sempre há conflitos e relações de poder entre elas (casos de hegemonia);
- destaca a importância de inicialmente distinguir os conceitos de disciplina (e subdisciplina), categorias científicas, área de assunto e abordagens (escolas, sistemas, paradigmas) como unidades de classificação;
- afirma que as disciplinas são institucionalizadas e que a divisão social do trabalho acadêmico interfere em suas abordagens temáticas, teóricas e metodológicas, mas que seus critérios podem variar;
- define as subdisciplinas: são como objetos de estudo especializados e estudados por grupos de dentro da disciplina e que podem se tornarem mais conectadas com seu desenvolvimento. Elas também podem existir antes da própria institucionalização da disciplina;
- define movimentos, visões, escolas, paradigmas, correntes etc.: são teorias que orientam a interpretação das ideias, desenvolvendo categorias e teorias do conhecimento;
- define categorias: são os termos que representam os conceitos fundamentais, que devem ser estudados em sua formulação e suas variadas significações;
- afirma que deve-se compreender a interação entre as disciplinas, subdisciplinas, paradigmas e categorias, começando pela identificação dos pressupostos filosóficos e teóricos e, depois, identificar as abordagens básicas e os paradigmas interdisciplinares e disciplinares. Estabelece uma tabela que cruza as abordagens teóricas com as abordagens básicas;
- distingue paradigmas existentes no domínio;
- afirma a importância do campo organizado e independente das pressões externas para que se consiga desenvolver um corpus consistente.

Dessa forma, Hjørland (1998, p. 176) destaca a importância de conectar as abordagens da Ciência com as teorias epistemológicas, defendendo que “basic epistemological theories like empiricism, rationalism, historicism, and pragmatism can provide a basis for the classification of knowledge fields.”. Para ele, “empiristic and rationalistic theories have so far been very dominating, but that the broad family of historically and culturally oriented epistemologies has much to contribute.” (HJØRLAND, 1998, p. 176).

Assim, constatamos a necessidade do desenvolvimento de mais trabalhos sobre a Análise de Domínio, sobretudo sob viés menos quantitativo (menos empírico), visto que tal abordagem parece ser privilegiada nos estudos de domínios realizados até o momento na OC. (HJØRLAND, 2001; 2009; 2013a). Para o bibliotecário europeu,

Methods based on citation analysis (e.g. co-citation analysis and bibliometric coupling) represent social organizations and cannot as such be expected to correspond fully to theory-based KOS. They are valuable but cannot substitute domain-analytic studies concerned with substantial theory. [...] Although bibliometrics is often associated with domain-analysis, I here argue for considering these approaches separate. (HJØRLAND, 2013, p. 13).

Um caminho recém-aberto é a proposta da análise cognitiva do trabalho, como demonstra Smiraglia (2014). O objetivo desta pesquisa passa por isso, pelo entendimento do que o bibliotecário dinamarquês compreende por “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem”, justamente para desenharmos possibilidades teórico-metodológicas a partir da Filosofia de Gilles Deleuze, trazendo o problema da diferença para o centro da OC e da BCI.

### **4.3 Os conceitos de “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem” na Análise de Domínio**

Em artigo recente, Dias (2015, p. 8) afirma que a Análise de Domínio é “um processo para identificar os objetos existentes em um determinado domínio, entender o contexto de tal forma que seja possível representar e organizar o conhecimento e torná-lo pronto para ser utilizado”. Sua abordagem se aproxima da retratada por Lykke Nelsen (2000), que utiliza dessa teoria para a construção de vocabulários



controlados. Hjørland (2002a) afirma que sua proposta para analisar domínios não serve somente à esse fim, podendo ser útil a mais de dez abordagens (ver página 71 e 72). Para Dias, a Análise de Domínio é um meio de efetuar as garantias da literatura, do usuário, educacional, cultural, documental e terminológica.

Dias cita diagrama concebido num modelo sistêmico da Análise de Domínio desenvolvido por Arango e Prieto-Díaz (1989 *apud* DIAS, 2015, p. 10). Nesse diagrama há inputs (“fontes de conhecimento do domínio sob análise e são formadas pelo conjunto de literatura técnica, pelos projetos implementados, dados coletados de clientes, consultas a especialistas e requisitos atuais e futuros”) e outputs (taxonomias, padrões, modelos funcionais e linguagens de domínio).

Nessa linha, Dias traz a definição de comunidade discursiva com base em Almeida (2007 *apud* DIAS, 2015), considerando-a como uma construção cultural, social e histórica, na qual são reunidos indivíduos ou grupos de indivíduos que têm sincronismo de pensamento, linguagem e conhecimento. Para esta autora, há seis aspectos que caracterizam uma comunidade discursiva: a) metas comuns manifestas em documentos ou conhecimentos tácitos; b) formas de intercomunicação dos agentes; c) troca de informação que visa algum objetivo; d) estilos específicos relativos a tópicos de discussão, forma, posição de elementos e mensagens; e) terminologia especializada; f) alto nível de especialização. (NASCIMENTO; MARTELO, 2004 *apud* DIAS, 2015, p. 11).

Dias (2015, p. 11) entende que as comunidades discursivas

compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas, se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social. A história do indivíduo, inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento.

Lara (2008, p. 2) aborda a noção de comunidade discursiva em Hjørland como sinônimo de domínio, como pode ser conferido no seguinte trecho: “que não se pode tratar todos os domínios como se eles

fossem similares, o que põe em relevo a necessidade de considerar as diferentes comunidades discursivas onde o trabalho com a informação tem lugar”. Para a autora, “No âmbito da Linguística Documentária, as comunidades discursivas constituem o principal apoio para a integração das referências de uso aos instrumentos de organização e acesso à informação.” (LARA, 2008, p. 4). Assim, para a pesquisadora, manter o enfoque sobre a comunidade discursiva é observar

muitas das características da recepção, quer pela identificação das referências mais compartilhadas, das variações designacionais e conceituais, das formas de uso dos termos, bem como dos modos como se organizam as áreas e respondem, nem sempre de forma homogênea, pelos partidos epistemológicos adotados. (LARA, 2008, p. 4).

Se Lara (2008) toma em dado momento comunidade discursiva e domínio como sinônimos, Nascimento (2006) afirma que um domínio pertence à uma comunidade discursiva, assim destaca a multiplicidade do conceito de comunidade discursiva *hjørlandiana*, que pode ser contextualizada como

científica, acadêmica ou profissional, com estruturas de comunicação e publicação, tipos de documentos, terminologia específica e estruturas informacionais únicos; estas com estrutura e organização do conhecimento, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, literatura e sua distribuição e critérios de relevância. (NASCIMENTO, 2006, p. 31)

Essa autora evidencia o aspecto social em detrimento do individual ao afirmar que as “estruturas informacionais pertencem às comunidades discursivas e não aos indivíduos que as compõem” (NASCIMENTO, 2006, p. 31). Além disso, ressalta que as comunidades discursivas

compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o

nível individual e social. (NASCIMENTO, 2006, p. 31).

Nascimento e Marteleto (2004, p. 5) grifam a relação possível entre Hjørland e Bourieu, já que o dinamarquês se acomoda no paradigma social da Ciência da Informação, e coloca o objeto da área sob o signo da arbitrariedade:

Esta possibilidade de se olhar a “informação” significa a mudança da unidade de estudo de um fenômeno físico da informação como ‘coisa’ ou ‘estado mental de idéias e opiniões’ do indivíduo, para um fenômeno social de informação coletiva, estruturas de conhecimento e instituições de memória das comunidades discursivas – o campo em Bourdieu.

Consideramos que o conceito de comunidade discursiva é fundamento à Análise de Domínio, entendemos que em Hjørland, comunidade discursiva é compreendida como base da OC, constituída sob relações sociais. Os integrantes dessa comunidade não são apenas quem enunciam discursos por meio de documentos, mas também quem trata e disponibiliza a informação, além de quem busca informação e recupera os documentos. Há que se destacar que é comum noutros textos do dinamarquês o uso do termo como sinônimo de disciplina. Para Hjørland é a comunidade discursiva que delimita o escopo de interesse do domínio, além disso, é sob seus limites que se configura as possibilidades semânticas (interpretativas) do domínio. A partir de tal noção, verificamos que o bibliotecário europeu se afasta das teorias linguístas cognitivistas que dominaram a área nas últimas décadas, e se aproxima de uma corrente voltada ao social.

Com relação ao domínio, lembramos o destaque que Hjørland confere a epistemologia. Hjørland e Nicolaisen (2015, s/p) definem epistemologia como “a philosophical sub discipline concerned with the nature, sources and limits of knowledge. Philosophy of science consists of epistemological problems as well as other kinds of philosophical problems related to science.”. Para eles, a classificação básica da epistemologia se dá em quatro categorias: “Rationalism stresses the role of a priory theorizing, empiricism stresses observation, historicism stresses the role of background knowledge and pragmatism stresses the role of analyzing values and goals.”. Ainda, afirmam que cada uma dessas categorias são “different elements and methods in getting

information and producing knowledge. In this way they constitute the basic theories about information seeking and thus information science.” A noção de epistemologia é fundamental não só para a compreensão da Análise de Domínio, como também a de domínio, que só pode ser analisado pelas construções discursivas derivadas das abordagens epistemológicas representadas no quadro 4 (ver página 70).

Para Smiraglia (2014, p. 85), “A domain is a group that shares an ontology, undertakes common research or work, and also engages in discourse or communication, formally or informally”, ou seja, nessa percepção um domínio é composto por basicamente por três elementos: uma ontologia, um problema de pesquisa e discursos compartilhados por um grupo de pesquisadores. Tal proposição nos deixa inquietos, pois depois de reconhecermos o que Smiraglia (2014) entende por AD, basicamente uma análise fundada no empirismo e em métodos métricos, parece-nos um pouco distante das noções de discurso encontradas nele e Hjørland. Conforme já mencionado, além da abordagem métrica, a Análise de Domínio se manifesta em outras dez abordagens na BCI (ver página 71 e 72). Portanto, a concepção de Smiraglia sobre a Análise de Domínio difere da hjørlandiana, que é mais ampla ao menos em questão de métodos. Hjørland enfoca sob as correntes epistemológicas a noção de discurso, referenciando diversos autores que tratam disso enquanto categoria de análise, tendo como umas das principais bases Foucault.

Foucault (1999, p. 8-9) supunha que em toda sociedade a “produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” Para o francês, o discurso está vinculado ao desejo, porém ele não é “simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que o objeto do desejo; [...] não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Assim, o discurso é uma dimensão dinâmica, uma disputa, um jogo do qual participam diversas vozes. A questão que se coloca é: como tal discurso poderia ser mostrado via as técnicas métricas explicitadas por Smiraglia (2014)? O auto em questão não nos deixa dúvida, pois em seguida faz nossa inquietação retornar ao previsível, tornando análoga a noção de discurso e de comunicação (científica), recolocando que um domínio “can be a group of people who work together if they share knowledge, goals, methods of operation, and communication. [...] The tools of knowledge organization applied to the

products of a domain should reveal these contours in measurable form.” (SMIRAGLIA, 2014, p. 86).

Como vimos em Luyt (2011), a identificação das várias vozes imbricadas num discurso é um exercício importante (HJØRLAND, 2011) na Análise de Domínio, mas na perspectiva hjørlandiana essas vozes são identificadas com diferentes abordagens epistemológicas ou paradigmas concorrentes.

Para Dias (2015, p. 8), “Um domínio pode ser considerado uma área do conhecimento ou um determinado campo de especialidade.”, sendo que, segundo Nascimento e Marteleto (2004, p. 7) “os processos de produção, transferência e uso das informações como prática de um domínio de conhecimento revelam a informação construída pelas comunidades discursivas em seu ambiente social e cultural”.

Com objetivo de reformular seu artigo de 2003, Tennis (2012, p. 7) afirma que toda vez que se pretende analisar um domínio é preciso deixar claro qual é a definição, o escopo/alcance e o propósito que atribuímos a ele. A definição se dá pelo ato de nomeação, o escopo/alcance pela especificação (extensão e exclusão) e o propósito que podem se fundamentar pesquisas básicas ou o planejamento e a construção de um sistema de informação (TENNIS, 2012a; 2012b).

Nos textos de Hjørland, o conceito de domínio ora aparece como produtor do conhecimento, ora como algo que o limita por meio das condições interpretativas. É o domínio que revela a necessidade informação, já que ela é a condição de significação de uma determinada comunidade. Hjørland não se preocupa com a definição ou a distinção desse conceito com outros, como por exemplo, com o de *comunidade discursiva* ou de *contexto*. Aparentemente, a intenção do dinamarquês é conferir um apelo funcional ao termo *domínio*, já que ele que propicia a comunicação entre as comunidades discursivas e, além disso, um domínio tem externalidade (tecnologias, recursos, condições de pesquisa) que influenciam sua composição.

Voltando a atenção à *linguagem*, trazemos a perspectiva de Saldanha (2010, p. 302), quem afirma com relação a BCI e OC que

a CI vivenciou – e vivencia - um processo de reorientação de sua epistemologia, voltando-se para uma meta-reflexão focada na linguagem. Tratado por Jürgen Habermas (2004) como virada lingüística, este deslocamento filosófico se espalhou por disciplinas que vão da Psicologia à Economia, passando também pelas ciências

exatas. Trata-se de uma movimentação que fundamentará uma epistemologia que tem na linguagem seu ponto de partida e seu ponto de chegada – mais do que meio, a linguagem é tomada como objeto, como pedra de toque para compreensão da realidade, esteja ela inserida em um discurso mentalista ou fisicalista. [...] Como afirma Capurro (1991), a “virada pragmática” vivenciada na CI pela hermenêutica e pela discussão em torno das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein tem implicações decisivas para os estudos de organização do conhecimento. De importância vital para o campo que trata da organização do conhecimento, mais do que afirmar um “momento epistemológico”, esta viragem permite-nos revisitar toda a trajetória dos estudos informacionais, uma vez reconhecida sua dependência conceitual e procedimental da linguagem.

Assim, notamos que a noção de linguagem é central na BCI e na OC. Isso fica evidente no texto de Marcondes (2010, p. 12), quando ele ratifica que tal noção é inerente a quaisquer documentos, tornando esse elos sociais em contextos específicos:

Isolar formas, conteúdos e contextos sociais de produção e uso de documentos traz prejuízos para a interpretação desses conteúdos. A evolução das sociedades humanas mostra que os processos comunicativos que fazem uso da linguagem, aí incluso documentos, apesar de terem aspectos de subjetividade, quando vistos em seus contextos sociais de uso específicos, são bastante precisos quanto ao seu significado. O significado não está no documento em si, mas sim no documento dentro de contextos específicos. É isso que permite que documentos funcionem como mecanismos de articulação, coordenação e cooperação social.

Lara (2008, p. 1) afirma o caráter pragmático da linguagem na CI, colocando-a como primordial a organização da informação:

Partimos do pressuposto de que os processos de organização da informação para integrar sistemas informacionais visando o acesso e a possibilidade de criar conhecimento caracteriza, a seu modo, a comunicação documentária, que tem na linguagem seu apoio primordial. Admitimos, porém, que a linguagem funciona como instrumento de comunicação apenas quando funciona, simultaneamente, como meio para a construção do saber comunicado.

A partir daí que Lara (2008) retoma Hjørland e destaca a importância de se observar a linguagem pelo viés pragmático nos domínios, de modo a identificar a informatividade constituída socialmente sobre os diferentes símbolos de interesse à prática da área, remetendo assim a relação da linguística documentária com a Análise de Domínio. Segundo Lara (2008, p. 4), “Admitindo o caráter processual e social da informação, a Linguística Documentária correlaciona informação e possibilidade de que os documentos sejam efetivamente informativos, o que demonstra similaridade com a posição adotada por Hjørland e Capurro.”. Nesse sentido, com base em Koch (2004 apud LARA, 2008), Lara reintera a linguagem como palco no qual os indivíduos representam o mundo e a si mesmos.

De modo semelhante, Nascimento (2006) ratifica a posição de Hjørland ao posicionar a linguagem como componente estruturante das comunidades discursivas, sendo ela definidora do que as comunidades reconheceram como informação, tal como é relatado também em Nascimento e Marteleto (2004, p. 6): “a informação é elemento estruturante que produz sentido atrelado às possibilidades de mudança da linguagem, da narrativa e da comunicação, não se esgotando na relação linguística de seus interlocutores”.

A partir dessas noções sobre linguagem na literatura da área, consideramos que elas não se distanciam do entendimento conferido por Hjørland ao termo. Para o bibliotecário do norte da Europa, a linguagem é uma instituição coletiva e que tem em si a condicionante de sempre se manifestar via processos de negociação. Nesse sentido, para o dinamarquês a produção de sentido é cultural, o que acarreta na afirmativa de que os processos informacionais são situacionais. Por isso, há uma vinculação entre o uso, a forma da linguagem e a epistemologia ou o paradigma de seu domínio. Precisamente nesse ponto que encontramos a principal tarefa da linguagem na Análise de Domínio, revelar os paradigmas ou epistemologias em questão.

São os conceitos de *comunidade discursiva* e *delinguagem* sustentam as dinâmicas inerentes aos *domínios*. Na Análise de Domínio, as três noções se sobrepõem, se tornam quase que indiscernível. Esses três conceitos mostraram-se em Hjørland sob uma perspectiva do construtivismo social, o que ratifica o posicionamento contrário do bibliotecário europeu ao cognitivismo.

#### **4.4 Paradigma social e pragmatismo projetados na teoria da Análise de Domínio**

Saldanha (2011) relata que a virada pragmática na área rompe com a tradição epistemológica da representação, demarcada pelo positivismo deweyano e otletano. Oriunda dos séculos XVI e XVII, a Representação se instala entre as palavras e as coisas, lançando um véu determinante sobre o conhecimento, subjugando-o as formas ideias. Todavia, a partir dessa guinada social no campo, o conhecimento surge das comunidades, compostas por indivíduos que interagem e compartilham uma linguagem fundadora dos saberes regionais. “O horizonte da Ciência da Informação, nesta linha filosófica, seria a dimensão contextual que investiga as formas de comunicação dos indivíduos em comunidades específicas, comungando os múltiplos de jogos de linguagem que permitem suas trocas simbólicas”. (SALDANHA, 2011, p. 55).

Saldanha (2011, p. 59), tomando por base Wittgenstein tardio, utiliza o termo “pragmatismo informacional” para denotar os estudos em BCI que voltam o olhar para os indivíduos “em suas relações sócio-culturais, nas comunidades de uso e desdobramento da linguagem, ou comunidades discursivas”.

A unidade gramatical dos estudos pragmatistas da informação gira em torno da análise da forma como determinadas comunidades constroem, a partir das linguagens que comungam, suas apropriações sobre a informação. A comunidade discursiva específica, reconhecida em sua cultura, é o objeto de estudo; para penetrá-lo, é necessário, preliminarmente, conhecer e conviver com seus jogos de linguagem – ou critérios com os quais constroem e compartilham seus saberes –, a partir da investigação dos usos que este grupo de indivíduos confere aos signos com os quais se



comunica – os discursos - como ponto de partida da análise. (Saldanha, 2011, p. 63)

Seguindo essa linha de reflexão, Saldanha (2011) elege oito principais pontos resultantes do impacto do pragmatismo na área, como apresentamos no quadro 5:

**Quadro 5: Impacto do pragmatismo na BCI**

1	<b>MOVIMENTAÇÕES NOS CONCEITOS DE CI</b>	A partir de releituras de correntes teóricas da CI, busca-se uma aproximação com as Ciências Sociais. Substitui-se a informação pelo homem enquanto foco de estudo e epera-se, pela desconstrução de discursos, revelar o "ser" do campo.
2	<b>DESLOCAMENTO NO CONCEITO DE INFORMAÇÃO</b>	Flexibiliza-se o termo informação compreendida como unidade de um racionalismo cientificista para um entendimento no qual o status de informação é adquirido por um ente apenas no uso que uma determinada comunidade faz deste, assim são os contextos determinantes nos usos e significados da informação.
3	<b>MOVIMENTAÇÕES EPIS TEMOLÓGICAS PARA ALÉM DA REPRESENTAÇÃO</b>	compreende-se a linguagem não mais como representação, mas como entidade comunicacional (transmissional), vendo-a como processo que engloba a representação, a recuperação e sua comunicação, extraindo o significado do texto e não do contexto.
4	<b>DESLOCAMENTOS DAS METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO</b>	As metodologias ficam mais sensíveis à construção e dispersão dos jogos de linguagem, adquirindo perfis mais qualitativos e adotando abordagens linguísticas, sociológicas, antropológicas e estatísticas de eventos sociais e das análises de comportamento.
5	<b>MOVIMENTAÇÃO DOS OBJETOS DE OBSERVAÇÃO</b>	Deslocamento do objeto informação "capturável" para uma perspectiva mais instável, concebida nas relações sociais.
6	<b>MOVIMENTAÇÃO VOLTADA PARA AFIRMAÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE DA CI</b>	Busca-se compreender a interdisciplinaridade da CI por meio do reconhecimento de suas fronteiras disciplinares.
7	<b>RECUPERAÇÃO DE ESFERAS HISTORIOGRÁFICAS AFASTADAS DE UM DISCURSO TRADICIONAL</b>	Reposiciona-se as abordagens e os autores que incidem nas bases e nos fundamentos da CI.
8	<b>MOVIMENTAÇÕES DE ESTUDOS DE ORGANIZAÇÃO DOS SABERES CIENTÍFICOS PARA OS ESTUDOS DE ORGANIZAÇÃO DOS SABERES MÚLTIPLOS</b>	A CI transcende os cercos das atividades científico-informacionais, reconhecendo as linguagens primeiras produzidas por cada comunidade específica, das comunidades discursivas.

Fonte: adaptado de Saldanha (2011).

Em detrimento das perspectivas fisicistas e cognitivistas da Ciência da Informação, por essa via pragmática, há uma aproximação entre o sujeito e o objeto, por vezes tornando suas fronteiras nebulosas. Para Arboit e Guimarães (2013), a Análise de Domínio hjørlandiana é um rompimento com o idealismo/racionalismo/cognitivismo presente no pensamento de Dahlberg e Ranganathan, os quais, partindo da ontologia aristotélica, não conferem ao social a devida dimensão nos processos de construção, representação, comunicação e apropriação de conhecimento.

Nos trabalhos do indiano, é explicitada uma metafísica notacional, que opõe a linguagem natural da linguagem notacional, da qual se desdobra de uma visão dicotômica entre um mundo perfeito das ideias e um mundo real. O conhecimento é visto como as ideias conservadas pela humanidade, já a informação como o processo de comunicação de ideias. Nada é exterior à mente do indivíduo! Aqui há uma reificação da notação, pois a ideia precede a linguagem natural e



Esse quadro mostra o surgimento do conhecimento a partir de uma ação no mundo (uma experiência), especifica os diferentes tipos de conhecimento e afirma sua transmissão e implicação em novas experiências. Com essa perspectiva podemos notar que a própria noção de informação remete a capacidade de algo ser informativo; assim o termo se torna relativo ao grupo e aos seus saberes compartilhados, do qual emerge a relevância da informação aos seus usuários (BUCKLAND, 1991; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2008; HJØRLAND, 2002a; TENNIS, 2012a; 2012b). Nas palavras de Hjørland (1998, p. 615): “According to Buckland information is always situational. What is informative in one situation need not be informative in another situation”.

Nesse aspecto que Capurro (2003) esclarece que a

Informação não é algo que comunica duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas.

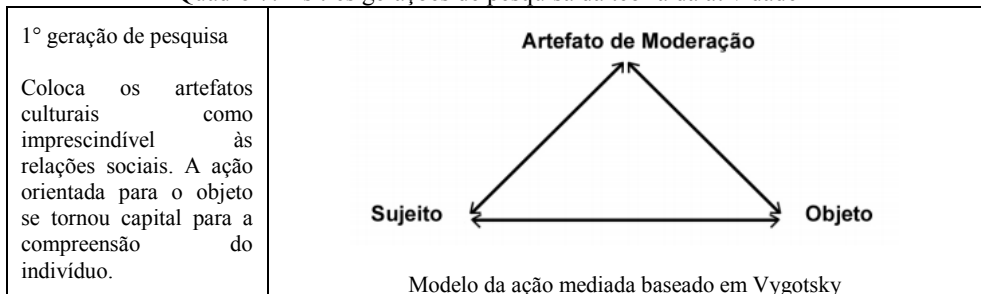
Kuhlen (1996 apud CAPURRO, 2003) inverte a direção da tradicional compreensão relacional entre conhecimento e informação, definindo informação como o conhecimento em ação, o que faria do trabalho do profissional da informação a (re) contextualização do conhecimento, dessa forma o valor da informação consiste na aplicação do conhecimento a uma demanda sociocultural concreta. Desta forma, seria, o conhecimento, informação potencial, não o contrário. Informação para Hjørland é um fenômeno subjetivo e social. Os usuários são compreendidos dentro de organizações sociais, de domínios do conhecimento, assim como um elemento revela seu potencial informativo em relação ao domínio específico em questão (CAPURRO, 2003; CAPURRO; HJØRLAND, 2007; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2008).

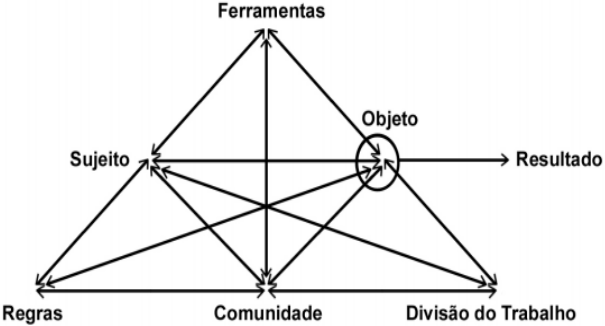
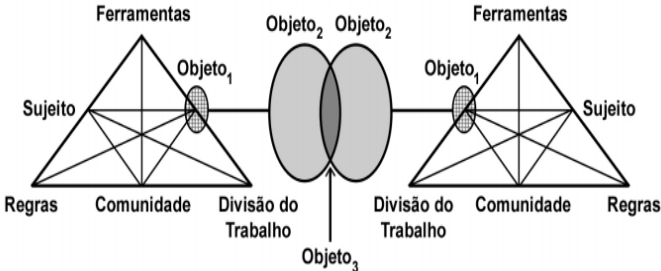
Por isso que Hjørland busca fundamentos na teoria da atividade (HJØRLAND, 1998; 2002b; MOSTAFA, 2011; SMIRAGLIA, 2014). Nessa teoria, a atividade é central e não a significação, isto quer dizer que ainda os processos de significação simbólicos são essenciais, porém não podem ser vistos desconectados de uma atividade, uma ação. Essa

teoria foi iniciada por Lev Vygotsky nos anos de 1920 e 1930, sendo desenvolvida também por Alexei Leont'ev. Engeström entende que o percurso da teoria da atividade se divide em três gerações de pesquisas.

A primeira geração, alavancada por Vygotsky, desenvolveu o conceito de mediação, que possibilitou ao psicólogo soviético compreender os processos culturais por meio da tríade “sujeito-objeto-artefato mediador” e culminou com a compreensão dos objetos como entidades culturais. A limitação da primeira geração se deu pelo foco individualista, o qual foi superado por Leont'ev já na segunda geração de pesquisa, ao passo que ele explicou a diferença entre uma ação individual e uma coletiva, o que incentivou o estudo das inter-relações complexas entre sujeitos individuais e suas comunidades tanto na União Soviética quanto, a partir de 1970, no ocidente. No ocidente, a teoria da atividade ganhou novas aplicações e a própria teoria foi ressignificada, sendo então identificada a insensibilidade da segunda geração para com a diversidade cultural. Na terceira geração, foram desenvolvidos novos conceitos, procurando incorporar os conflitos e os impulsos ao desenvolvimento que existem nos diálogos que se efetuam entre tradições diferentes, buscando assim congrega na teoria a questão da diversidade. Para tanto, a terceira geração de pesquisa se utiliza de conceitos de Bakhtin e Latour, de modo a contemplar as interações que se estabelecem entre sistemas de atividade (ENGSTRÖM, 2002)

Quadro 7: As três gerações de pesquisa da teoria da atividade



<p>2º geração de pesquisa</p> <p>A noção de comunidade é trazida, impactando no resultado, o qual se define pela significação dada pelo encontro do sujeito e comunidade no interior das demais relações.</p>	 <p>Estrutura de um sistema de atividade humano baseado e Leont'ev</p>
<p>3º geração de pesquisa</p> <p>A diversidade cultural é considerada quando os objetos de dois ou mais sistemas se chocam e geram um objeto 3 como resultado, o qual sempre está em movimento e não pode ser reduzível a um propósito consciente a curto prazo.</p>	 <p>Modelo de iteração entre sistemas de atividade humano</p>

Fonte: Engeström (2002).

A perspectiva de Hjørland sobre a área de OC é estruturada sobre essa conjuntura. Para o autor, a OC precisa encarar o conhecimento como algo construído sob interesses e necessidades sociais, defendendo aspectos mais pragmáticos em detrimento da abordagem positivista predominante na área. Essa perspectiva hjørlandiana conecta-se ao Falibilismo<sup>4</sup>, ao passo em que não toma o conhecimento científico como uma verdade revelada, mas uma construção social, uma crença científica que, como tal, pode ser alterada com novas pesquisas (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2008). Para o dinamarquês, “We should be open to the principle of fallibilism and to the view that different competing views exist in any domain most of the time. When that is said, I believe that the two quotes are based on a very problematic understanding”. (HJØRLAND, 2010, p.224-226).

<sup>4</sup> Conceito fortemente imbricado na Filosofia pragmática norte-americana que refere-se ao princípio de que nenhum conhecimento é verdadeiro em si mesmo.

É também sob essas bases que Hjørland (2007; 2008) defende suas concepções de documento. Como o conhecimento é apoiado em argumentos e visões de mundo, não existe um conhecimento verdadeiro, mas apenas um conhecimento pretendido, assim como um documento não representa, mas pretende representar um conhecimento (HJØRLAND, 2008). Com o desenvolvimento dos computadores e da Internet, o conceito de documento perdeu um pouco seu destaque na área da BCI, voltando à cena somente em 1991, quando Buckland desenvolve três diferentes abordagens conceituais de informação, a informação-como-coisa, a informação-como-processo; e a informação-como-conhecimento. Buckland defende que à CI, somente a informação-como-coisa interessa como objeto de estudo, devido ao seu aspecto tangível, pois somente ela enquanto um suporte pode ser encarada com a objetividade requerida pela Ciência moderna, a informação como documento. Se então as décadas de 1960 a 1980 foram responsáveis pela consolidação da Ciência da Informação em detrimento à Documentação europeia, agora Buckland move aquela em direção a essa, fazendo do conceito de documento elementar aos estudos de informação.

Buckland (1991) já reconhece que existe um condicionante interpretativo sobre a informação, pois ao separar as três noções de informação, defende a diferença de conteúdo quando expressado sob algumas dessas três formas (coisa, processo ou conhecimento). Assim trata da informatividade, que designa a capacidade de alguma coisa ter ou não carga informativa condicionada pelo contexto (BUCKLAND, 1991, HJØRLAND, 2007; 2008).

Hjørland (2008) afirma que a divisão de classe e os tipos de práticas que compõe essas são vetores essenciais para a definição da informatividade de determinada “coisa”, tal qual, um antílope, uma lei ou um registro são fontes primárias para zoologistas, advogados ou historiadores, respectivamente, e o conceito de documento torna-se abstração de diversas possibilidades.

A noção de informatividade é fundamental e determinante do que venha a ser uma informação. Refere-se ao potencial informativo de um determinado objeto em um dado contexto, assim é essencial ao pensamento de Hjørland o consenso, pois é esse que, variando de comunidade para comunidade, determina as necessidades de informação, a informatividade e a própria informação. Porém Hjørland não pensa em um consenso único ou universalizante, mas em consensos entre grupos, em jogos de linguagem.

#### 4.5 Os pragmáticos projetados na teoria da Análise de Domínio

Wesolek (2012) procura relacionar o conceito de *jogos de linguagem* de Wittgenstein à Análise de Domínio. Para Wittgenstein, a linguagem é “construída em casos particulares” (WESOLEK, 2012, p.4), o que implica que a compressão do discurso se dá somente pelo contexto no qual é expresso, são as palavras compreendidas num dado jogo de linguagem. A linguagem e a comunicação estabelecida por ela derivam da atividade, da forma de vida, que as pessoas se engajam, por isso que a linguagem é resultante da negociação num jogo. Para Hjørland (1998), a teoria dos *jogos de linguagem* é fundamental aos estudos semânticos da BCI. Desta forma, Wesolek (2012) defende que as noções de *jogos de linguagem* e *domínio de conhecimento* são estreitamente relacionadas.

A Análise de Domínio de Hjørland é “strongly linked to Wittgenstein’s view of language. Talking the social negotiations of concepts, as rooted in human practice, Hjørland proposes an explorations into the language games played by disciplinarians in hopes of developing pragmatic classifications.” (WESOLEK, 2012, p.4).

Wittgenstein não define estreitamente as regras de um jogo de linguagem, quem acaba por utilizar essas bases para descrevê-las numa situação ideal é Habermas em sua Teoria da Ação Comunicativa. Recuperar brevemente o pensamento de Habermas nos ajudará a compreender melhor a perspectiva de Hjørland, tanto suas noções de comunidades discursivas, que são permeadas pelas noções de *linguagem*, *social* e *consenso* desenvolvidas pelos dois filósofos citados. O discípulo da Escola de Frankfurt realiza uma pragmática informacional (ou comunicacional) afirmando que a linguagem é o que permeia a comunicação, o meio da troca de informação, que tem seu conteúdo definido pela intersubjetividade dos agentes comunicativos. Assim, a linguagem é o ente regulador das relações sociais. Aqui ela é gerida por regras formais, as quais adéquam os chamados jogos de linguagem de Wittgeinstein. Essas regras modulam um ideal de comunicação, no qual todos nós teríamos competências linguísticas para nos comunicar e nos entender completamente; sendo elas baseadas na confiança e desejo da sinceridade da comunicação. Tais regras são expressas sob quatro pressupostos (RÜDIGER, 1989):

- a) Postulado da igualdade comunicativa: todos que participam de uma discussão devem ter chances iguais de fala;

- b) Postulado da igualdade de fala: os participantes devem ter chances iguais de problematizar as pretensões de validade do discurso;
- c) Postulado da veracidade: as expressões de ideias e sentimentos devem ser expressas sem restrições, por todos os participantes;
- d) Postulado da correção das normas: todos os participantes devem ter iguais chances de empregar atos de regulação, tais como mandar, permitir, proibir, de modo que a autoridade seja descentrada.

A pretensão de Habermas é, por meio da substituição da centralidade da noção de trabalho pela de comunicação, salvar o projeto modernista, dotando sua perspectiva de uma unidade, a razão comunicacional, capaz de redirecionar à emancipação a sociedade que caíra na inércia da racionalidade técnica. A comunicação em Habermas é em si uma experiência, além de ser relato sob enunciados de conteúdo de outra experiência, portanto pressupõe certo consenso manifesto pelos participantes da comunicação nas situações específicas, um espaço comum de e para a comunicação. Os quatro postulados listados acima representam a situação de fala ideal e visa o consenso, que seria a legitimação da verdade. Os consensos apresentam um contexto histórico-cultural, lançando-se como modelo interpretativo, fazendo dos participantes da discussão sujeitos na e pela comunicação (MOSTAFA, 1993; RÜDIGER, 1989). Hjørland (1998) chega a indicar que o conceito de esfera pública habermasiana, a qual afirma um espaço de formação de consenso entre o Estado e a sociedade, é um bom caminho para se trilhar uma teoria geral do documento na BCI.

Quando pensamos na identificação e representação de um domínio de conhecimento, consideramos que há jogos de linguagem nesse domínio que geram, por meio de negociações, um consenso. Portanto, a realização da análise de um domínio passa por identificar os jogos de linguagens e seus consensos. O consenso é fundamental na teoria hjørlandiana, pois é o conhecimento do domínio, é o ente emergente do domínio.

Saldanha (2012, p. 103), ao dissertar sobre as bases da Ciência da informação plantadas no pensamento de Habermas, afirma que o “ser histórico e social está sediado em um ‘mundo da vida’ estruturado linguisticamente”. O autor ainda salienta que “‘A língua não é uma propriedade privada’, deste modo, a forma como nós, que falamos, e nós, que ouvimos, fazemos uso de nossa liberdade de comunicação será uma questão de arbítrio subjetivo.”. Sobre esse poder intersubjetivo



personificado na língua, Habermas (2004b, *apud* SALDANHA, 2012, p. 103) afirma que ele “é anterior à subjetividade dos falantes e a sustenta”.

Assim percebemos até aqui que o conhecimento nasce da e para a prática, por meio das interações de grupos, que desenvolvem jogos de linguagem e promovem consensos. A noção de que a linguagem é neutra, na medida em que ela não interfere no sentido, mas apenas é o ser material da construção do sentido e permeando a comunicação é presente em Wittgenstein, Habermas e Hjørland. Para Hjørland, assim como para Habermas, a linguagem é a morada do social, portanto do resultado histórico. Por isso é tão central na Análise de Domínio a noção de comunidade discursiva. É a comunidade quem enuncia signos e desenvolve o consenso, quem joga, quem constrói suas verdades demarcadas social e historicamente.

A função da linguagem é essa, é permitir que o social movimente-se nos discursos. Percebemos que não só na Análise de Domínio, mas em toda a BCI, a linguagem é dotada de transversalidade. Chega-se a argumentar que a Ciência da Informação é uma Ciência das linguagens. Desta maneira, podemos indagar: existe algo de interesse à nós profissionais e cientistas da informação além da linguagem? Há algo além da linguagem para a Análise de Domínio? Embora, em certa medida Hjørland já aponte possíveis saídas do império da linguagem, aprofundamos esta perspectiva no capítulo destinado às discussões e resultados.



## 5FILOSOFIA DE GILLES DELEUZE

O filósofo francês Gilles Deleuze viveu a juventude em meio à Segunda Guerra Mundial. Estudou Filosofia entre 1944 e 1948, participou ativamente de maio de 68 e foi indicado por Foucault à cátedra de Filosofia da Universidade de Paris (Vincennes VIII), a mesma de Jean Paul Sartre. Na Europa, junto a outros filósofos de sua época, se preocupava com o rumo do pensamento ocidental, que sofria efeitos do pesadelo nazifascista (MOSTAFA; CRUZ, 2009). Pretendia fazer Filosofia por meio do pensamento, ou seja, o pensamento como ato de criação filosófica.

Em um dos seus livros, *O que é a Filosofia?* Deleuze e Guattari escrevem que talvez essa questão presente no título do livro deva ser apresentada durante a maturidade, quando chega à velhice. “Esta é uma questão que enfrentamos, à meia-noite, quando mais nada resta a perguntar” (DELEUZE; GUATARI, 2010, p.7), e continuam:

Há casos em que a velhice dá, não uma eterna juventude mas, ao contrário, uma soberana liberdade, uma necessidade pura em que se desfruta de um momento de graça entre a vida e a morte, e em que todas as peças da máquina se combinam para enviar ao porvir um traço que atravessasse as eras.

Foucault (1995, p. 7, tradução nossa) é emissor de uma frase que tomou grande proporção e que justifica nossa escolha pelo pensamento de Gilles Deleuze como norteador deste trabalho: “Mas um dia, talvez, o século será deleuzeano”. Essa frase foi publicada em 1970 na revista *Critique*, presente na resenha que Foucault fez sobre dois livros de Deleuze, *Diferença e Repetição* (1968) e *Lógica dos Sentidos* (1969), intitulada *Theatrum Philosophicum*. Orlandi (2006, p.8) propõe uma explicação para a primazia do pensamento deleuziano (e foucaultiano) no século XXI, para ele “o século XXI estará às voltas com aquilo que mais abrasou o pensamento durante o século XX: a problemática da diferença”. Ainda relata:

embora seja possível rastrear a incidência de seus componentes ao longo da história da Filosofia, a problemática da diferença ganhou, no século XX, o aspecto de um imenso ovo que se impôs às entranhas de muitos pensadores. As diferenças,

porém, não foram simplesmente anotadas e as idéias que lhes dizem respeito não ganharam apenas expressões magníficas em grandes obras. As diferenças continuam chocando visões, odores e sabores, audições e tatos, sensibilidades e intelecções. Por que? Porque emitem diferentes timbres de gritos e distintas granulações de imagens a partir dos mais desencontrados lugares e a partir de transtopias criadoras de mil e um lugares. Esse ímpeto exigiu noções distintas para exprimir o que acontecia com essa explosão dos diferenciais. Em resumo, a problemática da diferença se impôs de tal modo que forçou o pensamento a alargar visões, bocas, poros e até cloacas, incluindo aquelas que se julgavam higienizadas em universos tão-só languageiros. [...] Não sabemos ainda quais zonas de intensidade, quais dinamismos espaço-temporais dessa problemática, desse ovo gigantesco, se imporão com virulência mais acentuada no século XXI. Pensadores delinearam várias idéias a respeito disso, mas o campo problemático da diferença permanece como o precursor sombrio que nos envolve neste início de século. Ou seja, ainda estamos tateando como larvas imersas nesse ovo, ali e aqui, em toda parte onde as diferenças nos atingem em lances que nos balançam entre terrores e encantos.

Enquanto pesquisadores da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, talvez não nos caiba a questão que traz o título do livro supracitado, *O que é Filosofia?*, mas há uma outra questão que, nesse início de século, nos serve: o que é Filosofia da Diferença de Deleuze e no que ela pode contribuir para a Organização do Conhecimento e, mais especificamente, para a Análise de Domínio? Para tanto, adentremos às colocações deleuzianas.

## 5.1 A Filosofia da Diferença

O tom pós-moderno é um tom de dúvida irônico, de confiar em nada pelo valor de face, de sempre olhar por trás da superfície, de perturbar a sabedoria convencional. Os pós-modernistas tentam desnaturalizar o que a sociedade assume

como natural sem questionar, o que a sociedade tem aceito como natural, racional, provado, por gerações, talvez séculos— simplesmente o modo como as coisas são. O pós-modernista toma tal fenômeno “natural”— seja o patriarcado, o capitalismo, o cânone ocidental da grande literatura, ou arquivos— e os declara “anormais”, ou “cultural” ou “construídos”, ou “feitos pelo homem” (usando “homem” deliberadamente), tudo necessitando de uma maior investigação e análise. (COOK, 2012, p. 8-9).

A citação acima traz uma noção de pós-moderno, do que é ser um pós-moderno, para quem, não há nada de natural no mundo, pois tudo se dá mediante uma construção. De certo modo Deleuze pode ser aproximado do construtivismo quando abordado pela questão das formulações filosóficas, científicas ou artísticas. Para ele não existe neutralidade ou naturalidade como por vezes encontramos noutros filósofos e cientistas classificacionistas.

Para Pelbart (2000), mesmo Deleuze trabalhando com conceitos preciosos para a pós-modernidade, tais como diferença, multiplicidade, intensidade, fluxos, virtual e até mesmo simulacro, parece que o pensador francês é posto à margem no debate da pós-modernidade. Nesse sentido, Pelbart (2000) revela essa inconformidade numa compreensão da obra de Deleuze pelo viés pós-moderno, visto que ele utiliza vários termos desprestigiados nessa conjuntura, como: mundo, povo, resistência, criação, arte, Filosofia, porém esse uso se dá numa outra paisagem, dessubjetivada, isenta de qualquer voluntarismo, humanismo, iluminismo, fé no progresso ou na emancipação universal, o que aproxima novamente o filósofo da pós-modernidade. Junto a Pelbart notamos um movimento paradoxal em Deleuze. O ápice desse paradoxo talvez seja no que se refere ao niilismo, já que Deleuze não é um filósofo de lamento ou lamúria, pretendendo não menos que dotar de dignidade à virtualidade do mundo, a fim de prospectar agenciamentos inéditos, novas distribuições de afecto e acontecimentos singulares. Nessa linha, Badiou (1997, p. 16) corrobora a perspectiva de um Deleuze pós-moderno, aquele que desconstruiu fundamentos da modernidade:

Pensa-se também que ele [Deleuze] participou da ‘desconstrução’ moderna (pós-moderna?), na medida em que instruiu uma crítica decisiva da

representação, substituiu pela lógica do sentido a procura da verdade, combateu as idealidades transcendentais em nome da imanência criadora da vida.

De qualquer forma, para fins metodológicos e conceituais, nessa pesquisa entendemos Deleuze como um autor pós-moderno, ao passo que tal categoria não se adequa perfeitamente aos outros autores inseridos na mesma, como é o caso dos conflitantes pensadores Lyotard e Habermas, já que o paradoxo e esse encaixe desencaixando são condições necessárias à pós-modernidade.

Deleuze é um dos filósofos que divergem da abordagem mais comum na Filosofia, chamada de Filosofia da Representação, pois para ele a Filosofia é criadora, portanto valoriza a diferença (criativa) em detrimento da representação (estática). Ele leva essa abordagem também a outras esferas, para a Arte e para a Ciência. É a diferença a geradora das criações no pensamento, seja na Filosofia, Arte ou Ciência. Sendo assim, o filósofo francês se dedica a Filosofia da Diferença, mostrando isso em suas releituras das obras de diversos pensadores, releituras entendidas enquanto processo que acabou como seu principal método de construção de suas ideias. Machado (2010) relata como que, por meio das releituras que Deleuze fez de filósofos, a diferença é alcançada, iniciando a questão ainda em Platão e chegando a Foucault. Abordaremos aqui Platão, Aristóteles, Espinosa e Nietzsche sob a perspectiva deleuziana como trilha direcionada à diferença, esperando a iluminação deste conceito para uma apropriação na OC.

Em acordo com Nietzsche, Deleuze valida a reversão do platonismo por meio da diferença, como aponta Badiou (1997), por meio de uma ontologia própria que compreende a diferença. Craia (2009, p. 109) argumenta que Deleuze procura montar uma trama conceitual e problematizante que possibilita “pensar o aparecimento e a atuação da Diferença”, isto é, uma ontologia da afirmação da diferença. Dessa forma, Deleuze compreende o Ser enquanto diferença, mas que seja Uno enquanto sentido e expressão, conquanto múltiplo em sua dimensão atual. (BADIOU, 1997; CRAIA, 2009).

A diferença aqui é sempre fluida e variável; diferença de intensidade. Por isso a diferença não pode ser determinável na medida em que está constantemente em relação intensiva com a vida, assim o termo diferenciação demarca a diferença como processo. Nesse sentido, Deleuze (2006a, p. 57) afirma que “Diferenciar-se é o movimento de uma virtualidade que se atualiza”. A questão então é como ocorre esse

movimento que coloca a diferença em foco? Retomaremos a interpretação deleuziana da obra de Platão e Aristóteles, a fim de mostrar sua crítica à Representação e sua submissão da diferença à identidade. Seguiremos com Espinosa, a quem Deleuze atribui à concepção da imanência absoluta que coloca a diferença enquanto entidade pura e gerativa. Por fim, chegaremos a Nietzsche, o filósofo que atinge o ápice da diferença com seus conceitos ao desenvolver mecanismos de diferenciação.

### 5.1.1 Uma crítica aos bastiões da Representação

A Filosofia platônica cinde o mundo em sensível (aparência, cópia, imagem) e inteligível (essência, original, ideia). Nessa perspectiva, a Filosofia, como está comprometida com a verdade, vê no mundo sensível obstáculos na captura do conhecimento verdadeiro. (MACHADO, 2010). Para Platão, o filósofo deve se afastar do sensível e adentrar nas essências, por meio da abstração sobre as aparências, de modo a alcançar as ideias, a Verdade Dessa forma, segundo Deleuze (2007), Platão define a Filosofia como “Filosofia da representação”, levando-a a ser preenchida por modelos-cópias. Faz isso porque tal binômio é passível de dominação, pois é cunhada na semelhança e no reconhecimento, assim põe à margem uma tradição estoica.

Na interpretação deleuziana, esse sistema de *modelo* e *cópia* não é totalmente dissociado, ao passo que a cópia não é mera aparência, tendo ela uma relação interior com a ideia. Contudo, não é essa a maior crítica que Deleuze faz ao platonismo. O que é mais caro a Platão, segundo Deleuze, é o que o grego procura esconder. A maior crítica deleuziana ao platonismo se confirma na indicação de que há uma distinção mais profunda e anterior à de “modelo x cópia”. Essa distinção seria entre a cópia bem fundada (a coisa mesma, dotada de semelhança com a ideia) e a má cópia (o simulacro, sem semelhança alguma com a ideia). Platão nem cita os simulacros, estabelecendo assim um critério de seleção entre as boas e más cópias, entre as que recebem a ação da ideia e as que não. Segundo Deleuze, dessa forma Platão submete a diferença à identidade e considera em seu sistema apenas as cópias julgadas segundo uma semelhança interior derivativa do modelo. (MACHADO, 2010)

Este sistema platônico diferencia as cópias boas e más de imediato, por meio da autenticação da ideia, visando eleger uma linhagem pura a partir de um material impuro. “Trata-se de assegurar o triunfo das cópias sobre os simulacros, de recalcar os simulacros [...] impedi-los de subir a superfície e de se ‘insinuar por toda parte’”

(DELEUZE, 2007, p. 262). O que Platão deseja é conhecer o verdadeiro e, para tanto, separa arbitrariamente os maus simulacros do conjunto de aparências. O simulacro é subversivo no âmbito da representação, pois ele não é “uma cópia degenerada, ele encerra uma potencia positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução”. (DELEUZE, 2007, p. 267).

Vasconcellos (2005, p. 143) afirma que “Platão construiu inúmeras estratégias para encurralar as singularidades”, o que levou a subordinação da diferença à identidade. Somente os simulacros podem acabar com tal submissão e pensar a diferença por ela mesma, não em função da representação. Isto seria reversão do platonismo, e isto é alcançado principalmente por meio de dois pensadores: Espinosa e Nietzsche (MACHADO, 2010).

Deleuze também relê Aristóteles. Assim como Platão, Aristóteles propõe um sistema de divisão do mundo afim de conhecê-lo, para tanto estabelece a diferença entre gênero e espécie por sua oposição para reconstituição racional do real. No que concerne ao silenciamento da diferença autônoma, Aristóteles vai mais longe que Platão, aumentando a primazia da identidade sobre a diferença à medida que concebe a diferença específica sob determinado gênero. (MACHADO, 2010).

O filósofo de Trácia funda uma lógica da representação por meio da mediação, distinguindo seu método de divisão do de Platão, no qual a abstração dava-se de modo imediato (modelo  $\neq$  cópia  $\neq$  simulacro). A lógica aristotélica se fundamenta sobre dois conceitos complementares: diferença específica e diferença categorial. A diferença específica inscreve a diferença na identidade do conceito indeterminado, preservando a substância e aplicando as diferenças aos outros que se dividem, caracterizando-se como um método de especificação. A diferença categorial inscreve a diferença na *quase-identidade* dos conceitos determináveis mais gerais, denominados de categorias ou gênero. Assim, o gênero é uma abstração determinada pela diferença extrínseca. Para Aristóteles, o ser não existe fora das categorias, embora suas manifestações (as quais se dão pelas dez categorias: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, estado, hábito, ação e paixão) não sejam irreduzíveis ao próprio ser, pois ele contém vários sentidos e uma unidade entre as suas manifestações, ou seja, o ser é a unidade implícita em todas as categorias (em todos os sentidos), entretanto ele não se confunde com nenhuma delas. Dessa forma, o ser é hierárquico, apresenta a substância no topo de sua hierárquica, sendo as outras nove categorias acidentais. Portanto, a questão do ser é a questão



da substância, sobre a qual as categorias incidem (DELEUZE, 2007; MACHADO, 2010).

Badiou (1997) coloca que a univocidade do Ser é questionada quando Aristóteles afirma que ele se exprime em vários sentidos. Essa é a principal crítica tecida por Deleuze sobre o filósofo classificador da Antiguidade. Para o francês, o Ser se diz, antes de qualquer categoria, unívoco, isto é, num único sentido. Tal perspectiva não aceita que o ser seja apenas dado em categorias, mas que ele é produzido numa imanência, como veremos.

Platão e Aristóteles desenvolveram sistemas em que não há uma preocupação com a diferença ontológica do ser, enquanto que Deleuze considera essa questão o cerne para o pensamento. Platão submeteu a diferença à identidade ao estabelecer um critério de seleção das cópias, assim como Aristóteles concentra seu método na identidade do ser, radicado na substância. Desse modo, Deleuze traz Espinosa à tona e sua concepção sobre os conceitos de substância, atributo e modo, intencionando utilizar sua visão radical da univocidade do ser, já que esta compreenderia a diferença (ou afeto, como quer Espinosa).

### 5.1.2 A Diferença em seu brilho próprio

Para Espinosa, filósofo do século XVII, a substância é o que existe em si e por si, o atributo é o que é percebido (expresso) como essência da substância e o modo são as afecções da substância (existe em outra coisa pela qual é concebida). Assim, a substância “não opera como uma causa final e transcendente separada dos entes por ela criado”. (RAMACCIOTTI, 2013, p.46). Não há superioridade dos atributos na natureza, tampouco exterioridade absoluta, visto que os atributos, mesmo sendo diversos, reportam ontologicamente à substância. O ser unívoco significa a substância absolutamente infinita, constituída por uma infinidade de atributos iguais, mas com maneiras de ser distintas (modos). (CARVALHO, 2005). Vale destacar que aqui não tratamos mais da substância no sentido aristotélico, que a coloca em relação ao ser; para Espinosa a substância é o que está além das coisas materiais e que encontra univocidade num outro nível.

Nesse sentido, Deleuze afirma junto à Espinosa que o atributo é imanente e unívoco, o que diverge da concepção analógica corroborada pela tradição aristotélica. Isto garante que a essência da substância e do modo são de mesma natureza. Os modos implicam os mesmos atributos que constituem a essência da substância. Os atributos se distinguem qualitativamente um do outro, o que admite a conciliação entre a

substância entendida em sua unidade e a pluralidade qualitativa dos atributos (MACHADO, 2010). Assim, podemos afirmar com Ramacciotti (2013, p. 46) “a mesma ordem e a mesma conexão entre o pensamento ou ideias e extensão ou coisas”.

A substância é infinita e produtora, é potência infinita do existir, é causa e efeito. A substância é sua própria causa e causa de outros, por isso dizemos que ela tem causa imanente e seu efeito é conservado em sua própria causa, mas também em outra coisa – no modo – portanto, a substância permanece em si para produzir (MACHADO, 2010).

Segundo Ramacciotti(2013, p. 48), “Espinosa demonstra que a substância única opera como causa eficiente e imanente de todos os seres incluindo os seres humanos, pois os modos de existência nada mais são que modos singulares de expressão da única Natureza”. Temos que a substância permanece em si para produzir.

Os modos e as suas essências existem, mas essas são anteriores à própria extensão daqueles, já que têm sua produção na substância. Os modos são a parte material e quantitativa da substância e as essências modais compõem um todo, um sistema, um conjunto infinito, e são contidas em sua própria produção. Portanto, a essência do modo não produz sua existência, mas a existência é originada por causas externas, por relações de diferentes partes extensivas que interagem numa dinâmica de afetação, exteriormente às essências dos modos. Essas interações se dão segundo leis mecânicas de composição e decomposição e que determinam a existência do modo e a correspondência dessas com as suas essências, então são essas relações que dão forma individual à existência dos modos (MACHADO, 2010).

Assim, os modos são inter-afetados, ou seja, os modos podem receber afecções diversas, afecções que os renovam constantemente e os colocam em variação contínua definidora dos afetos. Dessa forma, Espinosa chega aos três graus de conhecimento, graus que são alcançados por meio das afetações (DELEUZE, 1978; MACHADO, 2010).

O primeiro grau refere-se ao nível da *ideia afecção*. Afecção é o estado de um corpo quando sofre uma ação de outro, recebendo assim relações características desse, ou seja, a ideia afecção expressa o estado do corpo modificado, em sua constituição presente sem, contudo, revelar sua essência. Neste grau de conhecimento é noticiado o efeito sobre determinado corpo sem, no entanto, ser indicado suas causas, por isso a ideia afecção é chamada por Espinosa de inadequada. Essas ideias estão na primeira ordem da natureza, sob a égide dos encontros fortuitos, os quais podem ser de conveniência (bom encontro) ou

desconveniência (mau encontro). Com os bons encontros a potência de agir dos corpos aumenta, causando alegria; já com maus encontros, é diminuída a potência de agir, derivando assim a tristeza. Alegria e tristeza são afetos<sup>5</sup> ou dois polos fundamentais e que engendram todos os demais. As ideias inadequadas, as alegrias e tristezas, são paixões, pois as causas dos efeitos não são reveladas nos encontros de primeiro grau de conhecimento, demonstrando aqui o domínio da exterioridade sobre os corpos. Somente se as causas tornarem-se explícitas é que ocorre o fortalecimento da potência de agir do corpo, levando à produção de afetos ativos (alegria). Tão-só alcança-se o segundo grau do conhecimento (DELEUZE, 1978; MACHADO, 2010).

A *noção comum* define o segundo grau de conhecimento, pois ela confere aos corpos a causa implicada na substância enquanto causa eficiente interior, portanto explicada pela potência de agir. Implica nos modos serem responsáveis pelas causas de seus próprios afetos. Ideias são adequadas quando as causas se expressam na afecção entre os corpos, isto é, revelam a conveniência e desconveniência entre os corpos. Das coisas, sendo que as mais universais representam uma comunidade de convenções de um ponto de vista geral, já as ideias menos universais, apresentam uma semelhança de composição entre corpos que convém diretamente entre seus próprios pontos de vista. A ideia inadequada é causa de um sentimento passivo, assim como a ideia adequada promovem um sentimento ativo. Se é expressado a relação característica do corpo que nos afeta (causa), esses afetos são ações, e não paixões, pois a ideia adequada é clara e distinta. Toda paixão que passa a ser vista de forma clara e distinta se torna uma ação, ou seja, uma ideia adequada. A formação da noção comum se dá no momento em que temos ações ativas. A tristeza não nos induz a formar a noção comum, pois não nos tira do domínio da paixão, assim não aumenta a potência de agir. É a alegria a causa ocasional da noção comum, ou seja, é o ponto de partida para a ação, pois funciona como um trampolim que nos impulsionam ao conhecimento adequado. Por isso que para Deleuze as noções comuns menos universais são mais úteis, pois elas dizem mais ao nível particular, garantido melhores opções de encontro aos corpos. É assim que as alegrias passivas nos impulsionam para fora do estado de variação contínua e nos fazem adquirir a potência das noções comuns menos gerais que, por sua vez, determinam as alegrias ativas que vão substituir as paixões alegres, essas noções comuns e os afetos ativos

---

<sup>5</sup>É a passagem da variação contínua entre dois estados (duas realidades) e que implicam mudanças na potencia de agir/existir do modo.

tornam possível a formação de noções comuns mais gerais e, finalmente, dessas nascem novas alegrias ativas, as quais substituirão as paixões tristes. Esse é o percurso genealógico da razão e da ação, permitindo-nos a liberdade pela potência de agir, não dissociando a razão e a ação de um devir (DELEUZE, 1978; MACHADO, 2010).

O terceiro grau do conhecimento só é alcançado pelo conhecimento das essências ou intensidades puras, que é a ideia de Deus, de nós mesmos e dos corpos exteriores. A noção comum permite conhecermos apenas as causas, as propriedades comuns, e não as essências eternas. O terceiro gênero é o das ideias adequadas das essências. Ideia e afetos nesse gênero derivam da nossa essência, da essência da substância, por isso são alegrias ativas (ou beatitudes), onde a conveniência é total, então a existência torna-se intensa e eterna, além da extensão. (DELEUZE, 1978; MACHADO, 2010)

A partir dos três graus do conhecimento, percebemos a percepção de Espinosa: “De que um corpo é capaz?”. Sua capacidade de ser afetado e de afetar. É isso que define um corpo (um modo), como um animal, e não as ideias modelos, seu gênero ou espécie. Há mais diferença em um cavalo de carga e um cavalo de corrida do que as meras diferenças específicas. (DELEUZE, 1978). Do que “este” ou “aquele” documento (ou informação) é capaz?

Os modos dependem da substância em outra coisa, mas em Espinosa, critica Deleuze, a substância não é dita pelo modo. Por isso, o ápice da diferença se dá em Nietzsche, sobretudo pelos seus conceitos de eterno retorno e vontade de potência, os quais se relacionam intrinsecamente (MACHADO, 2010).

O eterno retorno não é um devir-igual ou um ciclo, logo não supõe nem o Uno nem Mesmo, por isso não é um retorno do mesmo ou o retorno ao mesmo, mas retorno das intensidades puras. Para Deleuze, o eterno retorno não está subordinado à semelhança, uma vez que tem como fundamento o puro devir. O puro devir se configura como a síntese do passado, presente e futuro, consolidando-se num instante que passa. Como o instante passa, ele nos força a pensar esse movimento contínuo, que é o próprio devir, sem início, meio ou fim. Portanto, o devir é múltiplo, é uma transformação incessante. Se a Filosofia da Representação afirma que o devir deve ser reabsorvido no ser, ou o múltiplo no uno, ou a diferença na identidade, na Filosofia da Diferença o ser se diz do devir como devir, o uno se diz do múltiplo como múltiplo e a identidade se diz da diferença como diferença. Assim, não seria o ser que devêm e volta ao ser em estado de ser, mas seu diverso, seu

simulacro, sendo revir o ser que se afirmar no devir. (BADIOU, 1997; DELEUZE, 2006c).

Assim, Deleuze compreende a identidade como o devir que retorna, mas que retorna como a própria diferença, e não como diferença no ser. Para chegar a esse ponto, o filósofo francês destaca a ligação entre os conceitos nietzscheano de eterno retorno e vontade de potência. O eterno retorno é entendido como ser do devir e vontade de potência, como devir da força (BADIOU, 1997; DELEUZE, 2006c; MACHADO, 2010).

A vontade de potência é um querer interno no universo, o princípio diferencial e genético das forças. As forças em relações diversas compõem os corpos. Por isso os corpos são vistos como múltiplos, pois são compostos por uma pluralidade de forças em disputa, a qual determina a qualidade das forças: algumas são dominantes (forças ativas) e outras dominadas (forças reativas). A qualidade da força é a diferença de quantidade correspondente em cada relação de força. As forças reativas ganharam a disputa das ativas, neutralizando-as por decomposição, subtração ou divisão, e negam as diferenças que a constituem. As forças ativas são em si potência de agir. Deleuze lê Nietzsche considerando que a força é empírica e a vontade de potência é transcendental, assim considera que no mundo empírico, onde se manifestam os aspectos qualitativos ou quantitativos das forças, há um princípio interno, intensivo e genético complementar à força que é transcendental.

A vontade de potência, então, seria o mundo das intensidades puras e, sempre que uma força domina ou é dominada, é pela vontade de potência que isso ocorre. Desse modo as duas qualidades da força (ativa e reativa) correspondem a também duas qualidades da vontade de potência – da qual as forças derivam –, a afirmação e a negação. Então, existe afirmação em toda ação, assim como a negação para toda reação. Deleuze ainda afirma que a ação e a reação são como meios da vontade de potência e que a afirmação e a negação ultrapassam os limites da ação e da reação, pois são qualidades das próprias intensidades, do devir, o que faz da afirmação um devir ativo, e não uma ação diretamente, assim como da negação um devir-reativo, e não uma reação. Resume-se que a vontade de potência é tanto o devir-ativo como o devir-reativo das forças (MACHADO, 2010).

A partir da noção de vontade de potência, Deleuze traz o conceito nietzschiano de eterno retorno. O eterno retorno seria um procedimento para uma dupla seleção que preza pela exclusão das forças reativas. Primeiramente o eterno retorno é caminho para superação das forças

reativas menos desenvolvidas, dos “semiquereres”, (re)estabelecendo a integridade da vontade. Como? Elevando o que se quer à enésima potência, criando potências extremas e fazendo da vontade um ato de criação. Todavia, somente este movimento não supera as forças reativas mais desenvolvidas, que têm o poder de cindir ou separar as forças ativas do que podem, possibilitando sua condução ao devir-reativo, transformando-as em vontade de nada. Para eliminar tais forças reativas, é preciso destruir o vínculo da vontade negativa de potência (vontade de nada) com as forças reativas, gerando uma autodestruição pela qual as forças reativas são negadas por uma operação ativa, somente assim se daria o devir ativo, o que faria com que todas as forças se tornassem ativas (DELEUZE, 2006c; MACHADO, 2010).

São de três tipos a vontade negativa de potência que leva à força reativa: a) niilismo negativo: nega o mundo em nome dos valores superiores; b) niilismo reativo: nega os valores divinos em nome dos valores humanos demasiado humano, pondo o homem reativo no lugar de Deus; c) niilismo passivo: prefere um nada de vontade à uma vontade de nada (extingue-se passivamente). Esse terceiro niilismo possibilita a ligação da vontade de nada com o eterno retorno, e permite uma nova relação entre a força e a vontade, a qual transforma a negação em afirmação, fazendo com que a própria relação destrua as forças reativas e torne-se potência afirmativa, o que culmina com a restauração da atividade em seus direitos. Esse é o movimento da segunda seleção, que opera não no nível das relações, mas no nível das vontades, das intensidades (MACHADO, 2010).

A primeira seleção faz do eterno retorno pensamento, mas a segunda postula-o como ser do devir, como devir-ativo. Portanto, a afirmação quando elevada ao devir (sua mais alta potência) concebe o ser do devir-ativo, ou o eterno retorno, o qual é senão a afirmação do caos. O eterno retorno é a expressão da vontade de potência e nele se repete o diferente, ao passo que a diferença objetiva a repetição como potência da diferença (BADIOU, 1997). O eterno retorno é a única unidade no mundo e é “essencialmente seletivo, seletivo por excelência”, dessa forma o “desigual” e a “seleção” são por ele compreendidos (DELEUZE, 2006c, p. 163).

Para Deleuze, o eterno retorno é o ser unívoco que se diz da diferença, e isto é o apogeu do antiplatonismo nietzschiano e da contraposição à Filosofia da Representação, pois a relação entre eterno retorno e vontade de potência escapa da representação ao se dar em meio a univocidade do ser e a diferença individuante. Nessa compreensão, há primazia das intensidades, o que garante que a

identidade é a repetição da diferença. (BADIOU, 1997; DELEUZE, 2006c; MACHADO, 2010)

Resumidamente, Deleuze utiliza da concepção monista de maneira a abdicar da cisão entre um mundo superior de verdades e das ilusões rigorosamente estabelecidas por Platão, que foi preservada sob variadas formas por Aristóteles e por grande parte dos pensadores modernos como Descartes e Kant, à medida que nas obras desses a diferença é marginalizada ou subjugada pela identidade. Junto com Espinosa, Deleuze concebe o mundo monista, na qual é possível a diferença ser compreendida e, com Nietzsche, Deleuze alcança seu objetivo, o de estabelecer a Filosofia da Diferença, ao tratar da univocidade do ser no patamar das intensidades, das potências máximas por meio de um processo de seleção as intensidades ativas.

### 5.1.3 Criação na encruzilhada da diferença com o virtual

Conforme expõe Williams (2013, p.84), Deleuze discursa em favor da criatividade no pensamento, pois o papel do pensamento é justamente o de “revivificar as estruturas que tendem à fixidez”. A fixidez é definida por representação, que nada mais é que a repetição do mesmo, considerada como uma negação – já que não aceita a diferença. A repetição afirmativa é a que acrescenta *diferenças e variações* à repetição. “A Filosofia de Deleuze é sobre o repetir tornando algo diferente e evitando a representação” (WILLIAMS, 2013, p.84). O que ocorre em Deleuze é o favoritismo da metamorfose à representação, o que implica no primado da diferença em si, a diferença pura, e não na diferença que se dá posterior ao ser idêntico.

Como seu trabalho gira em torno da criação no pensamento, para Deleuze, o que mais interessa não é “o que é?”, mas o “como funciona?”. A Filosofia deleuziana é comprometida com a abertura e oposta à determinação. Como Berti (2012, p. 123) alega: “la función del pensar no es el reconocimiento sino abrirse a los encuentros con el afuera.” Trata de libertar o pensamento das referências a uma ilusória realidade e uma limitada imaginação humana”. (WILLIAMS, 2013, p.88). Por isso, Deleuze sempre aborda o pensamento pelo o que é impensável ou irrepresentável, algo que se manifesta antes mesmo do próprio pensamento e que não se adequa às lógicas representacionais (CHIH, 2011).

Chih (2011, p. 255) coloca que o problema de Deleuze é “chegar ao grau zero, ao campo virtual das multiplicidades e das diferenças, donde a verdadeira criação poderá irromper”.

A referência é um ponto fixo, mas Deleuze se interessa pelo movimento, um ir e vir que suscita a imagem do pensamento enquanto matéria do ser, múltipla. (ALLIEZ, 1996). Assim, a noção de experimentação é central para Deleuze, pois em um mundo no qual não há verdades finais, se faz necessário seleções e experimentações, numa dinâmica dos afetos, dos agenciamentos não só experimentações no mundo atual, mas principalmente no campo virtual das multiplicidades de forma a constituir uma estética da diferença (CHIH, 2011). Daí seu empirismo transcendental.

Essa perspectiva se completa com a dinâmica da imanência, pois todas as coisas estão conectadas e em reciprocidade, não há separação, só há um mundo e nada se configura como externo ou superior, tudo está no ser, na substância, no eterno retorno ou na imanência. É nesse sentido que Deleuze e Guattari (2011a) reportam a noção de platô, uma região contínua de intensidades vibrante e sem objetivo, direção ou meta. Um platô está sempre no meio, nem no começo nem no fim. Platôs se intercomunicam por fendas, por onde flui intensidade. Os platôs são povoados por multiplicidade, nunca por representações.

Williams (2013, p. 99) afirma que a Filosofia deleuziana não é um vale-tudo ou uma Filosofia niilista, mas sim uma

Filosofia do sempre resistir a falsas representações e verdades limitadas finais e nunca ver uma diferença como sendo uma diferença entre identidades essenciais. [...] É também uma Filosofia do procurar as intensas conexões que relacionam você às vidas dos outros e que intensificam tais relações.

“A Filosofia de Deleuze consiste na criação de novos modos de organização em estruturas<sup>6</sup> que levem um conflito bloqueado a se abrir” (WILLIAMS, 2013, p. 102); sendo que “para Deleuze, deve-se resistir aos termos quando eles começam a enrijecer o pensamento”. (WILLIAMS, 2013, p. 107). Mas como o movimento de criação procede?

Badiou (1997) afirma que o principal nome que o ser, substância ou eterno retorno recebe é o de virtual. Seu funcionamento se dá numa

---

<sup>6</sup>Williams (2013) baseado no artigo “Em que se pode reconhecer o estruturalismo?” (DELEUZE, 1972), trata estrutura como elemento composto por diferenças puras (que se dão no nível das intensidades) de onde as relações emergem.



binaridade opositiva: virtual e o atual. Todo ente que existe se dá por meio da diferenciação, emana do caos, saltando da dimensão virtual à atual. O virtual é uma potência imanente e se atualiza no ente constantemente. Toda atualização ou diferenciação é criadora em si mesma, pois implica na afirmação do caos ou virtual. Não há semelhanças entre o virtual e o atual, sendo que o atual remonta sempre ao virtual.

Segundo Craia (2009, p. 117), “O virtual não é mais abstrato que o atual, não é um Espírito ou uma Ideia que anima o material presente”, e continua: “o virtual não é um momento primitivo, nem é parte de uma evolução que procura o atual para atingir sua completude; pelo contrário, o virtual coexiste e acompanha o atual no seu desdobrar-se, e não é eliminado no advento da atualidade.”. Todo ser se atualiza, e toda atualização implica numa diferenciação, diferenciação como movimento de virtualização.

O virtual é absolutamente real, e designa uma multiplicidade pura, que permite os processos de diferenciações, as singularizações. O atual é absolutamente real e designa entes singularizados que não apenas existem, mas insistem enquanto atualização das potências do virtual. O movimento de atualização provoca uma mudança, uma criação, por isso implica um devir. Deleuze fala que o virtual é um problema, e o atual uma solução, portanto são indissociáveis, não são pólos, mas sim um fluxo.

Para Deleuze, a realidade composta apenas pelo prisma da identidade é incompleta, pois ignora as variações de diferenças que se dão num nível mais profundo, tendo em vista que as identidades são como “efeitos” de um jogo subterrâneo da diferença com a repetição.

A Filosofia da Diferença se interessa pelo que foge do padrão, pois pretende isto e não a mesmice em maior ou menor escala. Se interessa por uma intensa sensação individual associada a um movimento dentro de um todo envolto virtual, portanto o ponto que interessa é precisamente as expressões enquanto variações nas sensações e ideias dos indivíduos envolvidos numa determinada situação de criação e/ou experiência. Isto fica claro quando Deleuze critica o platonismo por marginalizar o papel da diferença em sua concepção, entendendo-a como uma cópia da cópia. É então que Deleuze procura negar a prevalência do original (modelo) sobre a cópia. Em Deleuze não há um mundo original e genético, apenas uma cadeia externa de diferenças relacionadas, da qual retorna (infinitas vezes) a realidade, mas por meio da diferença. Por isso é crucial nessa Filosofia a inserção de variações na mesmice. A vida deve ser experimental, criativa, inventiva!

A criação permite a volta da diferença e o reposicionamento da identidade. “As coisas nunca serão as mesmas após cada criação” (WILLIAMS, 2013, p. 112), pois ela junta passado, presente e futuro num instante.

Deveríamos resistir às tentações da mesmice (‘Quem sou eu?’, ‘O que quero ser?’) e abraçar as da diferença (‘Onde estou me tornando?’, ‘Onde se pode pôr em prática mais vir a ser?’). Há um forte sentido de liberdade aqui, mas não de livre-arbítrio. É uma liberdade em relação com o retorno de diferenças, onde a liberdade não pode ser uma relação com uma simples abertura ou lacuna, mas com variações bem determinadas. (WILLIAMS, 2013, p. 112-113)

A seguir, para dar conta desse movimento de criação e do resgate constante da diferença, destacaremos o livro de Deleuze e Guattari, *O que é a Filosofia?*, o qual além de tratar do pensamento na Filosofia, Ciência e Arte, consolida uma linguagem técnica própria que permeará a discussão e os resultados deste trabalho.

## 5.2 Deleuze e as formas do pensamento

Em *O que é a Filosofia?* Deleuze e Guattari (2010) estabelecem os elementos que participam da produção do pensamento na Filosofia, Arte e Ciência. Dissertamos sobre conceitos como caos, virtual, planos, singularidade. Nos três espaços de pensamento, arte, Ciência e Filosofia, não há abertura para *doxa* ou opinião<sup>7</sup>. Se nós, dominados pelo senso comum preterimos as opiniões prontas, é pela dor e angústia que sentimos ao encararmos o caos, quando o pensamento escapa a si mesmo e as ideias são corroídas pelo esquecimento. “Perdemos sem cessar nossas ideias.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 237). É, por isso, que desenvolvemos a capacidade de associar ideias, associações que formam regras protetoras e que nos permitem colocar ordem nas próprias ideias, assim podemos passar de uma ideia à outra segundo um

---

<sup>7</sup>Doxa, opinião ou senso comum é para Deleuze o espaço onde não há problematização ou pensamento, pois, tal como é, pressupõe a si mesma, define o senso comum como a gênese de tudo ou como o universal de forma naturalizada, neutralizada.

*tempo* e um *espaço*, utilizando dessas associações de semelhança, contiguidade, causalidade etc, para não cairmos em completo delírio.

Porém, podemos questionar: não há uma ordem *natural* no mundo? Essas páginas brancas na qual lemos impressões de letras pretas, sempre se apresentam dessa forma, ao menos enquanto lemos este texto. Como tal ordem material se mantém? O que garante essa ordem são as sensações que se reproduzem (se repetem), a sensação de peso deste material, o cheiro do papel e da tinta, as cores impressas, a textura do papel etc. As sensações produzidas pelo corpo impõem o presente em conformidade com o passado. Só então é que formamos uma opinião, “uma espécie de ‘guarda-sol’ que nos protege do caos”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 238).

Se a opinião se forma apenas pelas sensações, a Filosofia, a Ciência e a arte, por serem espaços de criação, exigem mais. Essas três querem que “rasguemos o firmamento e que mergulhemos no caos. Só venceremos a este preço”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 238). “De este modo el caos atraviesa y se revela en las tres grandes formas del pensamiento [...], conformadas por el arte, la filosofía y las ciencias” (BERTI, 2012, p. 119). O que define as três formas do pensamento é sempre o enfrentamento do caos, o traçado de um plano, mas com cada forma de pensamento a seu modo próprio. O caos é um vazio, mas não um nada, pois contém todas as “partículas possíveis e suscitando todas as formas possíveis que surgem para desacelerar logo em seguida, sem consistência nem referência, sem consequência. É uma velocidade infinita de nascimento e de esvanecimento.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 140).

As três formas de pensamento não estabelecem síntese ou identificação entre si, embora se entrelacem: podemos a partir da Arte pensar conceitos filosóficos, ou da Filosofia desenvolvermos uma lei da física. Trataremos mais disso nos últimos parágrafos dessa seção. Nessa altura convêm abordar as noções de Filosofia e Ciência em Deleuze, passando também pela arte, ainda que convirja menos aos objetivos deste trabalho, complementa nosso referencial sobre Deleuze.

De modo geral, Deleuze considera a Arte como a única coisa no mundo que se conserva em si, pois sua coisa torna-se independente de seu modelo, de seus personagens eventuais (incluindo seu criador) e dos espectadores ou auditores (que a experimentam num segundo momento). O que se conserva é um “bloco de sensações, isto é, um composto de perceptos e afectos”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 193).

A sensação não é uma percepção, ela remete apenas aos próprios materiais da obra de arte – tinta, gravura, som, mármore, papel, mas também a prévia preparação desses materiais – e não à um sujeito cognoscente. A obra de arte não é o material, mas é o que se conserva, o percepto e o afecto. Por isso, Deleuze e Guattari (2010, p.197) consideram que o objetivo da Arte é “arrancar o percepto das percepções do objeto e dos estados de um sujeito percipiente, arrancar o afecto das afecções, como passagem de um estado a um outro”.

Os perceptos são as paisagens anteriores ao homem, na ausência do homem, são compostos de sensações que subsidiaram a construção de personagens. Como Vanja do romance *Azul corvo*(2014) de Adriana Lisboa, que na relação com a ausência da mãe torna-se estrangeira, criando um bloco de sensações: o estranhamento, como num jogo de quente e frio, perto e longe, num estranhamento que reflete a paisagem dos espaços pelo qual a personagem trafega, a piscina, a escola, a neve, o frio. Os afectos são devires não humanos do homem, assim como os perceptos são as paisagens não humanas da natureza. “Tornamo-nos universo. Devires animal, vegetal, molecular, devir zero”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 200) Isto se dá na Metamorfose de Kafka, ou em Van Gogh, quando tomado pelo devir girassol. Para Deleuze e Guattari (2010, p. 205), afecto é algo que passa entre os seres envolvidos num devir, numa sensação, composto por uma “zona de indeterminação, de indiscernibilidade”.

Ainda, é necessário um vasto plano de composição à arte, que opere linhas de fuga, um tipo de desenquadramento, que abra o território sobre o universo, da casa ao território e que dissolva a identidade do território nas forças cósmicas. Então, na arte, sempre temos um plano de composição, pelo qual artista e material desenvolvem as sensações. “O problema na arte consiste sempre em encontrar que monumento erguer sobre tal plano, ou que plano estender sob tal monumento, e os dois ao mesmo tempo”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 231). Deleuze e Guattari determinam que a Arte é pensar por sensações, e que tais sensações podem emanar também da Ciência (sensação de função) e da Filosofia (sensação de conceito).

A Filosofia e a Ciência também adentram o caos e traçam seus planos, o plano de imanência e o plano de referência respectivamente.

A Filosofia é a criação de conceito e, para alcançar o conceito, o filósofo precisa ir além da associação de ideias ou da submissão dos fenômenos à ordenação operada pela razão. Deleuze e Guattari nos ensinam que a Filosofia se desenvolve a partir de três elementos, o conceito, o plano de imanência, e o personagem conceitual. Da mesma

forma, a Ciência enfrenta o caos e a opinião, por meio da função, do plano de referência e dos observadores parciais.

O grande interesse de Deleuze é o de compreender como se dão os processos de criação, a criação do novo, das sensações, funções e dos conceitos, como nos lembram Mostafa e Nova Cruz (2009).

Alliez (1996) retorna a afirmativa de Deleuze de que a Filosofia não lida com Universais. Por assim ser, a Filosofia não é contemplação, reflexão ou comunicação, pois todas estas ações independem da Filosofia, e são atos transversais, que atravessam disciplinas, e operam como máquinas de construir Universais. Com postura cética, os filósofos pós-modernos expõem que a criação de conceitos é o ato do pensamento. É, portanto, da Filosofia a exclusividade da criação de conceitos, sempre uma construção local, essa é a função do pensamento na Filosofia. (BERTI, 2012). Os conceitos filosóficos não são enunciados, nem são opinião, por isso, ao contrário dos universais ou do consenso, opera por singularidades, trazendo à tona o que não é explicado pela reflexão, comunicação ou contemplação. (BERTI, 2012).

A Ciência parte também de um virtual e vai ao atual, realizando desacelerações e seleções que fazem variáveis dirigirem-se à centros de equilíbrio e então relacionarem-se sobre um eixo de coordenadas e assim, estabelecendo as funções. Porém, a Ciência lida também com discursos, quando as funções tornam-se proposições, as quais permitem às diversas ciências a capacidade de refletir e de comunicar. A Ciência “renuncia ao infinito, à velocidade infinita [do caos], para ganhar uma referência capaz de atualizar o virtual” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 140), e o atualiza por funções sobre um plano, não um planômeno, como é o da filosófica, mas sobre um plano de referência. É pela desaceleração operada pela Ciência que ocorre a atualização, assim a função e a proposição são desaceleradas. Mas o que Deleuze considera como conceito e como função/preposição?

Os conceitos são pontos de condensação, de acumulação de seus componentes, são territórios onde o filósofo pausa, dando consistência ao seu pensamento. Os conceitos são formados por componentes diversos e heterogêneos, o que significa que o conceito é múltiplo, detentor de muitos componentes. Seu contorno é irregular e definido pela cifra de seus componentes. É um todo fragmentário, pois totaliza seus componentes, mas é uma fração de possibilidade. As funções resultam da desaceleração operada sobre o plano de referência, que geram functivos, os elementos essenciais às funções científicas. Os functivos basilares são dos tipos limites e variáveis, que entram numa interrelação e geram a exoreferência (que geram os eixos de

coordenação) e a endoreferência, que condicionam o ato de contagem (constituem os valores da velocidade da luz, 299.796 km/s, ou o zero absoluto, - 273,15 graus Kelvin). Os valores possibilitados pela endoreferência tem validade empírica apenas num sistema de coordenada, num plano de referência. Por isso que a Ciência lida com o plano de referência, que contém todos os limites (bordas) e com os sistemas de coordenadas, responsável pelo povoamento desse plano.

Tanto a criação de conceito com a de função colocam-se mediante um problema filosófico ou científico, assim são os problemas que conferem sentidos aos conceitos e às funções, viabilizando seus respectivos endendimentos, que se clareia diante do que se propõe solucionar (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Os conceitos são formados por componentes que são retirados do caos e manipulados pelo filósofo – por seu personagem conceitual, como veremos à frente. Todo componente do conceito é um traço intensivo, uma ordenada intensiva advinda do caos e, em conjunto forma um conceito, graças a uma velocidade que atravessa incessantemente os componentes. As relações no conceito não são de compreensão ou de extensão, mas somente de ordenação, e os componentes são variações ordenadas em uma vizinhança. “O conceito está em sobrevoos em relação a seus componentes.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 29). Seguindo a ideia de que existem relações de vizinhança entre os conceitos é que os pensadores franceses relatam que estes têm história e devir.

As funções são formadas por functivos, os quais são extraídos do caos num processo de aquisição (construção) de referência por meio da desaceleração das velocidades das intensidades. A função pode entrar num sistema discursivo quando suas variáveis entram numa determinada dinâmica de interrelações que transforma os functivos em prospectos e as funções em proposições. Contudo, antes disso, surgem variáveis que não dizem respeito a enunciações senão aos limites e variáveis. Esses dois são considerados os primeiros functivos e que em suas interações (exoreferência) geram eixos de coordenadas, os quais, em conjunto, constituem um sistema de coordenada sobre um dado plano de referência. São nesses sistemas que a relação entre limites e variáveis (endoreferência) pode gerar constantes como a de Avogadro ( $6,022 \times 10^{23} \text{ mol}^{-1}$ ). Já o segundo tipo de functivo se aproxima do discurso e surge também nos processos de desaceleração, mas não depende apenas de um limite e uma variável. Esse functivo requer que, além do emparelhamento das variáveis aos limites, a ordenada da desaceleração

relacione variáveis independentes, fazendo-as remeterem-se extrinsecamente sobre uma abscissa.

Os conceitos têm história, a qual se desdobra em zig-zag, podendo cruzar com outros problemas ou outros planos de imanência. Todo novo conceito é feito com novos cortes de planos, assume novos contornos, porém pode nele haver componentes de outros conceitos que remeteriam a outros problemas e refeririam a outros planos, por isso que os conceitos se acomodam e se sobrepõem um aos outros e, mesmo tendo histórias diferentes, criam relacionamentos de vizinhanças via seus componentes. (MOSTAFA; NOVA CRUZ, 2009; DELEUZE; GUATTARI, 2010). Os devires dizem respeito ao relacionamento entre conceitos em um mesmo plano, quando conectados por problemas, participam de uma cocriação, via um movimento de bifurcação sobre outros conceitos, alterando composições e as regiões que ocupam no plano. (MOSTAFA; NOVA CRUZ, 2009). Também há entre conceitos diferentes pontes de conexões, as quais ligam conceitos que não compartilham componentes, mas que possuem alguma relação, como do tipo histórica. (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Os conceitos vibram, uns em relação aos outros, por isso as interligações não são encaixes, não são peças-parte de um todo, mas suas vibrações criam ressonâncias. Os conceitos são centros de vibrações que ressoam uns nos outros.

A Ciência lida com os corpos, as coisas, e os estados de coisa, por isso captura as potencialidades desses elementos e as distribuem num sistema de coordenadas. Para tanto, é necessário que ao menos suas variáveis remetam a uma terceira, essa que pode pertencer a um dos três tipos de elementos: estado de coisa (geralmente um ente matemático), coisa em si (geralmente um ente físico) e corpo (geralmente um ente biológico). Prigogine (2002) exemplifica tal dinâmica pela interação de moléculas num determinado gás. Deleuze e Guattari (2010) afirmam que os estados de coisas são misturas diversas ordenadas sobre uma trajetória, assim remetem às coordenadas geométricas de sistemas; as coisas mesmas são interações que remetem às coordenadas geométricas de sistemas supostos como fechados; e os corpos são comunicações que remetem às coordenadas informáticas de sistemas separados.

O conceito é uma multiplicidade, uma superfície e é autorreferente, comportando variações intensivas inseparáveis que fazem vizinhança entre outros componentes e conceitos, percorridos por um sobrevoo em velocidade infinita. Esta concepção de conceito não converge para um sentido da Filosofia clássica, não se coloca como um Universal, não preza pela essência, mas é um Acontecimento, o conceito diz um acontecimento (BERTI, 2012; DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Dessa forma, o conceito não é discursivo, assim como a Filosofia não é uma formação discursiva, por se tratar de intensidades, e não de encadeamento de proposições.

Em contrapartida, a Ciência tem maiores intersecções com o discurso. Quando discorremos sobre um estado de coisa, coisa em si ou um corpo, não estamos tratando simplesmente com functivos, mas prospectos, já que é necessário o encadeamento de proposições para o desenvolvimento deles. Nesse sentido, a lógica tem lugar na Ciência, embora não se confunda com ela. A lógica não está preocupada com o pensamento, não adentra o caos, mas preocupa-se com a circularidade lógica que envolve proposições científicas. Assim, notamos que um conceito filosófico, ao ser deslocado à Ciência, torna-se proposição lógica, de modo a não operar mais no plano filosófico, mas agora faz “reunir, ordenar, organizar e, para tal ela [ciência] fragmenta, parcela extratos potenciais, estabelece limites e intervalos”, conforme descreve Ferreira (2010, p. 269). No âmbito da lógica, somos permeados pelo agenciamento de conteúdo e de expressão, já que as proposições são vinculadas aos enunciados e aos estados de coisas a que eles remetem, é assim que a proposição científica distribui os functivos numa superfície compreendida como circuito de referência. A lógica considera a referência em si um ato vazio, por isso ela só aplica a referência em estado de coisas ou corpos já constituídos. Nesse sentido, entende-se a importância das proposições (constituídas pelos prospectos) à *doxa*, isto é, ao universo da opinião, pois eles generalizam estados particulares, pretendendo uma potência geral. Segundo os filósofos franceses, “temos opiniões sobre qualquer coisa que percebemos ou que nos afeta, a ponto de as ciências do homem poder ser consideradas como uma vasta doxologia”. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 184-85).

Lembremo-nos dos ensinamentos foucaultianos sobre a formação discursiva e sua relação com a verdade. Os discursos científicos implicam regulamentos de poder produtores dos sentidos da verdade, num movimento de cristalização das multiplicidades discursivas. Polifônicos e heterogêneos, os discursos constituem as coisas e os corpos, estabelecendo regimes de verdade, mas sempre através do não dito, de um silêncio fundante, uma multiplicidade “de fora” que, no caso, subjetivam os cientistas. (FOUCAULT, 1984). Como escreve Magnavita (2013, p. 506), “A ciência enuncia verdades com suas funções que emanam lógica” no pensamento imanente. Nesse sentido, a Ciência enquanto conjunto de práticas e discursos constituintes de um saber-poder se caracteriza por agenciamentos coletivos. A comunicação científica ocorre mediante ações coletivas de enunciação, transmitindo



palavras de ordem que se efetuam num enunciado e em um campo social dado, são as “verdades científicas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b; MAGNAVITA, 2013). Antes de nos aprofundarmos nas questões da enunciação na Ciência, mais especificamente na questão dos agenciamentos coletivos, tratemos do terceiro elemento que compõe a Filosofia e a Ciência, o personagem conceitual e o observador parcial.

A Ciência difere da Filosofia, ambos têm um plano, porém são planos distintos; os conceitos filosóficos têm seus componentes dependentes, já as funções são compostas por variáveis independentes. As funções dizem respeito ao estado de coisas, coisas ou corpos, os conceitos dizem sobre um acontecimento; a Ciência não cessa de atualizar, por funções, o acontecimento num estado de coisas, numa coisa ou num corpo referível, já a Filosofia, por meio dos conceitos, não cessa a extração dos estados de coisas um acontecimento consistente. Além disso, ambas as formas de pensamento diferem no que diz respeito ao modo de enunciação, de maneira que, no caso da Ciência, os nomes próprios marcam uma justaposição de referência, enquanto que na Filosofia marcam uma superposição de folhas.

Se o conceito filosófico é composto por movimentos intensivos desenhados a partir de um plano com movimentos diagramáticos, há ainda outro elemento que participa do pensamento, o personagem conceitual que, mesmo que não citado explicitamente, existe, subterrâneo, na obra filosófica mesma. Para Deleuze e Guattari (2010), o destino dos filósofos é de se tornarem seus próprios personagens conceituais, sendo estes agentes da enunciação que permitem ao filósofo movimentar-se no ato do pensamento. O Sócrates de Platão, como Dionísio ou Zaratrusta de Nietzsche, como o Idiota<sup>8</sup> de Descartes, o personagem conceitual é potência do conceito e opera sobre o plano de imanência. É o personagem conceitual que, segundo Mostafa e Nova Cruz (2009), mergulha no caos e retorna com as determinações das quais realiza os traços diagramáticos (desenha o plano de imanência) e, em seguida, faz respingar dados do caos no plano de imanência, gerando os traços intensivos (que formam os conceitos). Os conceitos não são criados dedutivamente a partir do plano de imanência, por isso é necessário o personagem conceitual, pois ele sim os cria sobre o plano.

E na Ciência, quem é o responsável pelo mergulho no caos e o estabelecimento das funções? A Ciência nos apresenta também seus

---

<sup>8</sup>Deleuze e Guattari chamam de Idiota o personagem relativo ao *cogito, ergo sum* de Descartes, o qual não considera o ser pensante que antecede sua própria existência.

personagens, os observadores parciais, tais como o demônio de Maxwell ou o observador de Heisenberg. Como Prigogine (2002, p. 64) mesmo constata em sua mecânica quântica, um observador que põe em função a irreversibilidade do tempo na Ciência sob uma estrutura dual: "a irreversibilidade se deriva ao observador"<sup>9</sup>. Os observadores parciais revelam uma verdade do relativo presente no sistema coordenada. A função do observador parcial é de perceber e de experimentar, sendo ele, e não o cientista em si, que age sobre o objeto de estudo. Os observadores parciais são forças que percebem e experimentam. Tais observadores se fixam nas singularidades de uma curva, num sistema físico, num organismo vivo, "Há observadores em toda parte em que aparecem propriedades puramente funcionais de reconhecimento ou de seleção" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 155). Os filósofos franceses complementam que "os observadores parciais ideais são as percepções ou afecções sensíveis dos próprios functivos", tornando as problemáticas científicas inteligíveis, por isso eles são *sensibilia* das funções que povoam os sistemas de coordenadas e que acabam por duplicar os functivos. São eles, os observadores parciais que qualificam um estado de coisas, uma coisa ou um corpo *cientificamente determinados* (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

A arte, a Filosofia e a Ciência são formas absolutas de desterritorialização, isto é, promovem uma abertura ao virtual, de modo a atualizar os blocos de sensações, os conceitos e as funções por meio da diferenciação sobre um plano. Contudo, ainda nos falta abordar as Ciências Sociais e Humanidades, as quais são constituídas com base em proposições e dependem das enunciações, dos discursos. A enunciação sempre remete a agenciamentos coletivos, os quais são responsáveis por "todas as vozes presentes em uma voz [...], as palavras de ordem numa palavra" (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 19). Assim, é a noção de agenciamento coletivo de enunciação que articula do caráter social da enunciação, já que nele brotam atos imanentes à linguagem, atos definidos pelas transformações incorpóreas numa dada sociedade. A vinculação do social revela a vinculação linguagem-corpo, o que fica claro quando um magistrado transforma por um ato incorpóreo um acusado em condenado ou quando um objeto ou uma coisa se torna documento. A transformação incorpórea é caracterizada por sua

---

<sup>9</sup>Algumas páginas à frente Prigogine desarticula o observador da ação de atualizar, atribuída então à instabilidade do sistema. Todavia, nossa intenção é mostrar a dedução do observador parcial que, mesmo após desarticulado da atualização, está aí, ainda referenciado em forma de negação.

instantaneidade e simultaneidade do enunciado, pois quando expressada implica um efeito externo à expressão, mais interno à enunciação. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b; 2012c).

Toda transformação se dá pela palavra de ordem, a qual é determinada politicamente, por isso um enunciado só pode ser entendido sob uma visão pragmática, já que ela implica em recortes entre os corpos. Nesse sentido, é imprescindível um conjunto de circunstância que efetue os enunciados, que lhe confere seu direito de enunciação e que seja tal como um marcador de poder (somente o juiz pode produzir um condenado) (DELEUZE; GUATTARI, 2011b; 2012c).

O agenciamento também compreende uma atualização discursiva dos prospectos que se dá sobre os estado de coisa, coisas ou corpos. Atualização por intensidades que são operadas por máquinas abstratas: “Passamos dos comandos explícitos às palavras de ordem como pressupostos implícitos; das palavras de ordem aos atos imanente ou transformações incorpóreas que eles expressam; depois aos agenciamentos de enunciação dos quais eles [os enunciados] são variáveis” e, ainda, quando essas variáveis se relacionam de determinando modo em num dado momento, “os agenciamentos se reúnem em um regime de signos ou máquinas semióticas”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 24).

Assim, o agenciamento implica numa máquina abstrata de sobrecodificação homogeneizadora, capaz de organizar enunciados dominantes sob uma formação social, uma língua, uma linguagem, fazendo com que segmentos prevaleçam sobre outros. (MAGNAVITA, 2013). É sempre do discurso indireto que decorre um discurso direto, desmembrado de um agenciamento coletivo de enunciação molecular não-consciente e não dependente de determinações sociais particulares, um “rumor onde coloco minha voz”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 25). São as palavras de ordem, os agenciamentos coletivos, os regimes de signos que condicionam os discursos científicos.

Podemos falar num agenciamento coletivo científico, enunciativo das palavras de ordem tais como verdades científicas discursivas. Quando nos remetemos às funções do vivido, vemos a Ciência lidar com discursos. São as Ciências Sociais (doxologia) que são governados por máquinas semióticas, já que por vezes não enfocam os devires mas as prospecções em níveis do *bom senso*. (BROWN, 2009). Todavia, essas Ciências também criam seus próprios prospectos quanto são fecundados pelo caos. Também recorrem aos conceitos filosóficos, de modo a trabalhá-los num regime de signos científico. Assim, tanto nas Ciências sociais e humanas como nas naturais e matemáticas, a criação se dá num

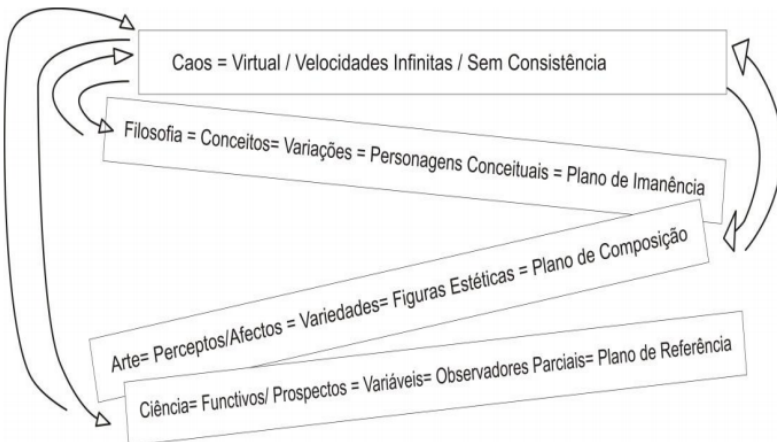
movimento de atualização, ultrapassando as estratificações de modo a atingir estados de devires.

Ademais, lembramos que

Ciência, Arte e Filosofia são formas de pensamento que bifurcam continuamente, isto é, desviam-se ou multiplicam-se, mas nunca fazem síntese, isto é, nunca fazem a mesma coisa. Não lidam com os mesmos elementos ou indivíduos. Traçam planos específicos, algumas vezes paralelos, em outras, entretecem planos em deslizamento, como se fossem acrobacias. (MOSTAFA; AMORIM; SOUSA, 2014, p. 8)

Mostafa e Nova Cruz (2009, p. 96) elaboraram um esquema para mostrar a dinamicidade que permeia os três diferentes planos (Arte, Filosofia e Ciência), cada qual com seus elementos que estão sempre se cruzando, trocando intensidades, conforme figura abaixo, na qual o caos, dimensão das intensidades, se relaciona com os outros três planos que se tocam.

Figura 5: Deslizamento de planos



Fonte: Mostafa e Nova Cruz (2009).

Então, há interferência das três multiplicidades (Arte, Filosofia e Ciência), umas nas outras, mas o pensamento exige que tais cruzamentos devam proceder com seus próprios meios. Assim, o

filósofo, mesmo que for criar um conceito de alguma sensação, deve estabelecer seu plano de imanência, levantar os componentes com seu personagem conceitual e desenhar seu conceito, assim como deve ocorrer na Arte e na Ciência. Por isso, as multiplicidades se implicam de modo extrínseco. As três disciplinas se distinguem pela maneira como enfrentam o caos, pela relação com o caos no qual o cérebro mergulha.

### 5.3 O conceito de agenciamento em Deleuze

Se é papel do filósofo criar conceitos, agenciamento é uma das criações essenciais de Deleuze, pois essa criação dá conta de pôr em conjunção heterogêneos<sup>10</sup>, permitindo o movimento de duplo sentido entre o virtual e o atual. Por isso, quando estamos num agenciamento, estamos sob dinâmica da afecção. Estamos também num processo de seleção de intensidades e de trazê-las a uma superfície ou, ao contrário, partir de algo até seu nível intensivo, tal como o eterno retorno trabalha as forças. Agenciar é produzir! Percebemos já de início que o conceito de agenciamento implica na produção da diferença, já que ele abarcar as noções de afecção e de eterno retorno que foram apresentadas na seção 5.1.2 desta dissertação. Dessa forma, não podemos apenas responder *o que é agenciamento?*, visto que esse conceito não representa algo, mas apenas funciona.

Deleuze e Parnet (1998, p. 43) ensinam que o agenciamento é uma simbiose, um cofuncionamento, isto é, é o esforço entre os corpos, sendo que os corpos podem ser “físicos, biológicos, psíquicos, sociais, verbais”. Por isso, agenciar é estar no meio, entre os corpos, de forma que todo e qualquer agenciamento se dá entre diversos outros agenciamentos. No agenciamento prevalece a lógica do “e...e...e...”, uma lógica empírica, de conexão, dotada da capacidade de criar, um *E* criador, com potência de minorar. Não há relações de “sujeito-objeto”, pois o agenciamento é uma “simpatia”, sempre constituída por alianças que formam complexos de relações.

O agenciamento se define “por seu grau de potência ou ‘liberdade’, seus afetos, sua circulação de afetos”, pois coloca diferentes seres em relações que mudam os próprios seres, gerando “um novo tipo de afetos”, assim “é o conjunto dos afetos que se transformam e circulam em um agenciamento de simbiose definida pelo cofuncionamento de suas partes heterogêneas”. (DELEUZE; PARNET,

---

<sup>10</sup>*Heterogêneo* é um substantivo, não pertence à classe de adjetivos. Refere-se aos elementos intensivos distribuídos no virtual.

1998, p. 57). Para o Deleuze e Parnet (1998, p. 98), “Todo agenciamento é coletivo, já que ele é feito de vários fluxos que arrastam as pessoas e as coisas, e só se dividem ou se juntam em multiplicidades”.

Como oscila entre um virtual e atual, o agenciamento depende de dois planos, o de consistência, que está no virtual e se identifica com as intensidades, e o plano de organização, que esta no atual e fundamenta todo estrato, toda segmentação ou toda molaridade. Quando há um movimento no sentido ao virtual, dizemos que é traçada uma linha de fuga, que faz toda criação surgir.

Dessa forma,

Nós dizemos, antes, que, em uma sociedade, tudo foge, e que uma sociedade se define por suas linhas de fuga que afetam massas de toda natureza (mais uma vez, "massa" é uma noção molecular). Uma sociedade, mas também um agenciamento coletivo, se definem, antes de tudo, por suas pontas de desterritorialização, seus fluxos de desterritorialização. [...] é sempre sobre uma linha de fuga que se cria, não, é claro, porque se imagina ou se sonha, mas, ao contrário, porque se traça algo real, e compõe-se um plano de consistência. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 110).

A noção de agenciamento é fundamental, pois é ela que coloca em jogo os estados de forças e regimes de signos, organizando um território através da definição de relações, num movimento contínuo que traz à superfície (atual) intensidades, conferindo-lhes uma materialidade perceptível. Assim, entendemos que é o agenciamento que confere liga a um campo social, o qual se estabelece no cruzamento dos materiais dos corpos com as matérias semióticas. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Todo agenciamento é operado por uma máquina, a qual reúne as intensidades heterogêneas e que é articulada rizomaticamente no agenciamento. Pasquinelli (2004) cita as máquinas que produzem, que cortam, que compõem fluxos ininterruptos e criam o real. Criam fluxos econômicos, semióticos, científicos etc, todos estes estruturados em redes, nas quais cada nó se configura como uma máquina produtora. Com Deleuze as máquinas saíram das fábricas e tomaram conta do espaço social (PASQUINELLI, 2004). Conforme Silva *et al.* (2013), a máquina abstrata é o que se coloca entre o plano de consistência e o de

organização, permitindo os agenciamentos se consolidarem tanto no âmbito virtual como no atual. Ela desacelera o caos, fixa intensidades e cria estratos, os quais são moldados pela forma e produzem sua substância. É uma ontologia espinozista, que emana do mundo das intensidades e se consolida na codificação química, orgânica ou antropomórfica (como no caso da linguagem humana).

A partir da máquina e de um agenciamento, são produzidos estratos (reconhecidos também por segmentos ou molaridades) químico, orgânico ou antropomórfico. Deleuze e Guattari (2011a) escrevem que estratos retêm ou captam o que está em seu entorno, aprisionam intensidades, fixam singularidade em sistemas de ressonância e redundância, constituindo moléculas que são incluídas em corpos molares. Estratos são camadas sobre um plano de consistência, planos sobre planos, mantidos por agenciamentos que, por sua vez, são operados por máquinas abstratas. É então necessário compreendermos como o agenciamento mantém essa sobreposição de planos permitindo o fluxo variante entre o atual (espaço das molaridades) e o virtual (espaço das molecularidades).

Para realizar a transição das intensidades aos corpos molares, é necessária uma dupla articulação. A primeira se refere ao aprisionamento ou fixação das intensidades, o qual se opera pela seleção e a ordenação estática de ligação e sucessão nas unidades moleculares. A segunda articulação diz respeito à constituição dos elementos molares, a qual se dá pela instauração de estruturas estáveis que se atualizam nos compostos molares que derivam das próprias estruturas. (DELEUZE, GUATTARI, 2011a).

A dupla articulação confere a existência perceptível aos corpos químicos, orgânicos e antropomórfico, pois ela é o processo que eleva as singularidades intensivas aos territórios extensivos. Cada articulação tem seu grau de territorialidade, a primeira mais flexível e molecular, e a segunda mais enrijecida e molar. É somente na segunda articulação que ocorrem os fenômenos de centramento, unificação, totalização, integração, hierarquização, finalização que formam a sobre-codificação. Filosofia, Ciência ou Arte que não salta da *doxa* em direção ao caos, restringe-se as produções sobre-codificadas, territorializadas, e acabam por não pensar. O papel do pensamento é precisamente o de explorar essa viagem ao mundo do indiscernível, misturar-se, diluir-se, devir outro, mas voltar e reterritorializar sob novas codificações.

Na dimensão química, há uma máquina e um agenciamento operando articulações duplas a nível químico-celular, isto é, a constituição das proteínas procede pela dupla articulação. Deleuze e

Guattari (2011a) citam o nobel de medicina de 1965, François Jacob, a fim de retratar a dupla articulação nesse nível. Descrevem que num primeiro momento elementos escolhidos num dado meio são combinados por meio de uma série de transformações que acionam centenas de reações e produzem algumas dezenas de pequenos compostos; numa segunda etapa, as pequenas moléculas são reunidas para a produção de moléculas maiores, tais como os polímeros. “Portanto, as duas fases da química celular diferem, simultaneamente, por sua função, seus produtos e sua natureza. A primeira modela os motivos químicos, a segunda reúne” (JACOB, 1970, p. 290 *apud* DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 73).

Quanto ao agenciamento no nível orgânico, Deleuze e Guattari (2011a, p. 72-73) relatam que, primeiramente

realidades de tipo molecular com correlação aleatórias são capturadas em fenômenos de multidão ou conjuntos estáticos que determinam um ordem (a fibra proteica e sua sequência ou segmentariedade) [...] [e que, num segundo momento,] esses mesmo conjuntos são capturados em estruturas estáveis que ‘elegem’ os compostos estereosópicos que formam órgãos, funções e regulações, organizam mecanismos molares e até distribuem centros capazes de sobrevoar as multidões, supervisionar os mecanismos, utilizar e consertar o equipamento, ‘sobrecodificar’ o conjunto.

Assim, notamos que são sempre duas articulações ou duas segmentariedades que criam estratos químicos e orgânicos. Mas é importante destacar que não se trata de “duas” partes que compõe uma estrutura fixa, poderíamos aproximar mais nossas lentes dos processos de estratificação e depreendermos mais articulações, haja vista que não é uma questão de estrutura, mas sempre de movimento. Para Deleuze (2006b), não há uma universalidade da estrutura, pois o filósofo francês não confia na existência de um primado das relações sobre o ser. Se há uma estrutura em Deleuze, trata-se da diferenciação advinda do plano de consistência e produtora de atuais. Tal estrutura é concebida como máquina abstrata, assim, o estruturalismo deleuziano é radial, no sentido que abdica das formas atuais, vai ao virtual e retorna aos estratos trazendo a diferença. (WILLIAMS, 2013). Como afirma Williams (2013, p. 84) sobre Deleuze, “a estrutura é definida como condição



necessária para a transformação da coisa. [...] Estrutura é uma parte viva das coisas. É-lhes a intensidade e a fonte do vir a se e da mudança”.

As articulações definidoras dos estratos instituem formas, com as quais recorta as intensidades, as matérias, e substâncias, resultantes desses recortes. Deleuze e Guatarri (2011a), para abordar a estratificação antropomórfica, recuperam as contribuições de Hjelmslev, quem estabeleceu as noções de matéria, conteúdo e expressão em relação à forma e substância. Os conceitos de Hjelmslev permitem compreender a linguagem enquanto fluxo de variação contínua entre a dimensão intensiva e estratificada. Para Deleuze, conteúdo remete aos corpos e as matérias dos corpos (estado de coisas), já a expressão remete aos enunciados.

No abecedário, Deleuze (1988) explica, há quatro dimensões num agenciamento: estado de coisas ou corpos, as enunciações, territórios e os movimentos de desterritorialização. Os estados de coisas ou corpos se revelam nos encontros, que podem ser de composição ou de decomposição. Os enunciados são estilos, isto é, um modo de falar, de escrever, de andar, de um dado lugar etc; são estilos de enunciação. Além disso, um agenciamento sempre implica territórios, “onde nos sentimos melhor”, mas há também processos de desterritorialização, o modo como saímos do território. Exploraremos o conceito de agenciameto suas dimensões nas próximas subseções.

### 5.3.1 Dupla articulação do agenciamento e seu meio associado

Assim como nos filósofos franceses, há duas articulações em Hjelmslev, uma articulação de conteúdo e outra de expressão, que operam a matéria (entendida como plano de consistência), forma e substância. Os planos de conteúdo e expressão se cruzam incessantemente, possibilitando à forma recortar a matéria e gerar as substâncias, isto é o que Deleuze e Guattari (2010) designam como atualização.

Assim a linguagem é compreendida também como uma substância, um estrato entre outros. Hjelmslev distingue três estratos: o informativo, o sociobiológico e a apreciação coletiva. Dos três, apenas o último é semiótico. A apreciação coletiva pode ser gerada a partir de qualquer estrato, que se torna matéria de expressão arbitrariamente. Em Deleuze e Guattari, (2011a), a apreciação coletiva é designada como estrato antropomórfico, e eles não atribuem hierarquia entre os três tipos de estratos: químico, orgânico e o antropomórfico.

Em Deleuze e Guattari (2011a), os estratos são formados na dupla articulação, a primeira é compreendida como plano de conteúdo e opera a seleção e coleta das unidades moleculares (substâncias) no fluxo de intensidades, impondo-lhes uma ordem estática de ligação e sucessão (forma). A segunda é compreendida como plano de expressão, a qual é responsável pelo estabelecimento das estruturas funcionais (forma) e constitui os compostos molares nos quais as estruturas se atualizam (substância). Assim, temos que as produções do plano de conteúdo remetem ao plano de expressão, ao passo que o contrário também ocorre, consolidando os processos de atualizações.

Assim, os filósofos franceses definem matéria “como corpo não formado, não organizado, não estratificado ou desestratificado, e tudo o que escorria sobre tal corpo, partículas submoleculares e subatômicas, intensidades puras, singularidades livres pré-físicas e pré-vitais”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 75). Definem conteúdo como as matérias formadas consideradas a partir de dois pontos de vistas: da substância (enquanto tais matérias eram coletadas) e da forma (enquanto eram escolhidas numa determinada ordem). Por fim, definem expressão como estruturas funcionais que parte também de duas perspectivas: da organização e sua própria forma, e da substância (na medida em que formava compostos).

A articulação é dupla e a distinção entre conteúdo e expressão é relativa, pois ambas as faces são variáveis de uma função de estratificação, sendo que elas se misturam nos estratos. Isto implica que na articulação de conteúdo há uma expressão relativa ao conteúdo, da mesma maneira que na articulação de expressão há a constituição de um conteúdo relativo à expressão. Cada articulação é em si dupla. Assim, Hjelmslev (1968, p. 85 apud DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 77), afirma: “é impossível afirmar que seja legítimo chamar uma dessas grandezas de expressão e a outra de conteúdo, e não o contrário: elas só se definem como mutuamente solidárias, e nem uma nem outra podem sê-lo mais precisamente”. Conteúdo e expressão, assim, apresentam-se vinculados, porém são independentes. São responsáveis pela distribuição das estruturas moleculares e molares, chegando à composição de um estrato, um território.

A distribuição das unidades moleculares e das estruturas molares decorre de um dado meio que cerca os elementos em atualização. São as substâncias que se atualizam segundo os recortes da matéria efetuados pela forma, e os tipos de formas devem ser compreendidos a partir de “populações, matilhas, e colônias, coletividades ou multiplicidades” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 80). É importante salientar que as

formas não preexistem às populações, as formas vão variando de acordo com a diversificação de suas populações, suas multiplicidades. Há também tipos de estratos, relativos ao seu grau de desenvolvimento, os quais são entendidos “em termos de velocidades, taxas, coeficientes e relações diferenciais.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 80). O grau de desenvolvimento não indica aqui um direcionamento à perfeição, mas a equilíbrios relativos e globais que se estabelece em relação aos elementos ou as multiplicidades e o meio. Os tipos de formas e o grau de desenvolvimento dos estratos permitem a compreensão evolucionista de toda bioquímica em suas diferentes esferas.

Assim, envolta de um estrato é compreendido um meio exterior, que fornece materiais (externos e simples) que vão compor os materiais (menos simples) internos aos estratos. Nesse sentido, só há exterior relativo e interior relativo, que existem em função das trocas de materiais colocadas pelo próprio estrato. O interno passa e depende do externo na formalização do estrato, assim como o externo passa pelo interno. Isso ocorre no estrato químico, por meio da apropriação que um germe de cristal faz de um material amorfo, possibilitando a cristalização deste. Ocorre também no estrato biológico, quando a sopa pré-biótica é catalisada por elementos interno, ao mesmo tempo em que libera as sobras (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

Não há dentro e fora, mas um centro dos compostos e uma periferia material, conectadas por infinitas camadas, camadas pelas quais não cessa o fluxo de irradiação num duplo sentido.

Com a troca de elementos e compostos entre uma internalidade e uma externalidade, os organismos estratificados se dirigem à outros materiais ora mais intactas ora de outros organismos. Nessa dinâmica em que o organismo é forçado à interagir com matérias estrangeiras, não se tratava mais de um meio externo ou interno, mas de um meio associado, no qual o organismo captura fontes de energia e, para tanto, desenvolve sua capacidade perceptiva de discernimento dos materiais, assim como desenvolve novos compostos.

Discernir o que compõe um meio associado, decidir o que incorporar e o que barrar, tudo isso depende de códigos referentes à diversidades populacionais. O código funciona em função da população, da matilha, mas acontece que todo código é indissociável de uma decodificação. É sempre a dinâmica código-descodificação que promove as mudanças e transformações, seja um código que permita a saída de um funcionário de uma fábrica habilitando a porta, ou o código que permite o acesso de uma nova substância a células animais.

Codificação-decodificação são como ondas incessantes que percorrem todos os intermediários, indo do centro à periferia, misturando tudo num fluxo variável e contínuo, promovendo a desterritorialização e a reterritorialização. A desterritorialização é sempre positiva e sempre implica o reverso, a reterritorialização.

Territorialização, codificação, desterritorialização e descodificação; estes elementos se comunicam num estrato, e se entrelaçam num meio. Desterritorialização-reterritorialização não implica necessariamente num mudança no código, mas define uma seleção, que implica o código. Todavia, toda modificação no código implica numa desterritorialização-reterritorialização que constitui signos territoriais (indícios).

O código sofre desterritorialização quando se modifica segundo um meio associado, e se reterritorializa como código modificado nos meios interiores. Assim, há sempre uma linha de fuga que permite a abertura ao meio associado e outra linha de segmentação, que garante ao estrato sua associação a novas exterioridades. Nesse sentido, os pensadores franceses afirmam que fugas são conquistas, criações, e que os estratos não param de movimentar-se: “por toda parte surgem acelerações e bloqueios simultâneos, velocidades comparadas, diferenças de desterritorialização que criam campos relativos de reterritorialização.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 91). A desterritorialização diz respeito ao não-segmentário, pois está no plano de consistência. As coisas entram nos estratos, a partir do plano de consistência, numa imanência. Por isso, têm-se duas faces, uma do plano de consistência, das virtualidades intensivas, e outra segmentada, dos estratos. O agenciamento maquínico, assim como a máquina abstrata, também apresenta-se sob estas duas faces.

Pela simplicidade segmentar do estrato químico, conteúdo e expressão conformam numa mesma seção, no mesmo corpo. No estrato orgânico, a expressão se torna autônoma, já que na produção dos estratos remete a externalidade moleculares e molares. No orgânico, a ação da expressão independe do conteúdo e do meio externo, assim se desprende do volume que compunha junto ao conteúdo e torna-se linear, como as sequências nucleíicas. A linearidade que condiciona a reprodução, a cópia, pois toda reprodução se faz mediante a desterritorialização. No domínio químico, apenas a superfície estratificada é desterritorializável, já no orgânico, não apenas ela, mas todas as camadas intermediárias e até o nível intensivo o é. Todas as camadas tem contato com a superfície e a profundidade intensiva, e em

seu fluxo que promove a atualização, há processos de tradução entre cada camada. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

### 5.3.2A dimensão antropomórfica do agenciamento

Deleuze e Guattari (2011a) afirmam que no estrato antropomórfico a forma de expressão devém linguística e opera por símbolos compreensíveis e que são capazes de modificar o de fora. Assim a expressão vincula-se ao par rosto-linguagem. O conteúdo também passa a operar modificações no mundo exterior, adquirindo uma formação dinâmica que são formas em atividades e que acopla-se ao par mão-ferramenta. As matérias formadas, substâncias, são do grupo de estrato antropomórfico. Esse grupo não se caracteriza por uma essência humana, mas por uma nova distribuição do conteúdo e da expressão, a qual tem como propriedade a “técnica da linguagem”, a “ferramenta e o símbolo”, a “mão livre”, a “laringe flexível”, o “gesto e a palavra”.

Com base no pensamento de Leroi-Gourhan sobre gesto e fala, Deleuze e Guattari (2011a) declaram a mão não como órgão, mas como uma codificação ou uma formação dinâmica que, como forma geral de conteúdo, se prolonga nas ferramentas, isto é, e matérias formadas e em atividades. Mão e ferramenta conectadas por camadas, num determinado meio. Essa dupla de conteúdo é antes uma máquina social técnica que preexistente e conservador do potencial mão-ferramenta.

A linguagem também é uma nova distribuição de expressão, constituída primeiramente por uma substância vocal, dependente de uma série de elementos orgânicos, tais como laringe, boca, lábios, rosto. Na sequência da voz, há formas de expressões de linguagem, estruturadas em signos.

Os signos vocais são constituídos sob uma sucessão temporal, fenômenos de ajuntamento, regulações locais e interações parciais, porém a expressão de linguagem não remete apenas à uma sucessão, mas também à uma síntese formal da sucessão no tempo que levanta uma sobrecodificação linear, designada como tradução. Nesse ensejo, a tradução permite a língua representar (traduzir) dados advindos de outros estratos. O mundo científico é efeito da tradução “de todos os fluxos, partículas, códigos e territorialidades dos outros estratos num sistema de signos suficientemente desterritorializados, quer dizer, uma sobrecodificação própria à linguagem.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 101).

A sobrecodificação (ou sobrelinearidade) configuradora da linguagem garante a esta autonomia em relação ao conteúdo e a outros estratos. Ainda, a tradução garante a condição de passar de uma substância a outra, o que suscita certo imperialismo da linguagem, quando é postulado que a existência ou o ser só é real se falado, impondo que os movimentos humanos dependem das traduções. Os pensadores europeus afirmam que a expressão não deve ser compreendida apenas como linguagem e rosto, mas como uma máquina coletiva semiótica que preexiste à linguagem e que constitui regimes de signos.

O estrato antropomórfico evoca uma nova distribuição de conteúdo e expressão: conteúdo-tecnológico e expressão-semiótica. A máquina social técnica e a máquina coletiva semiótica dizem respeito à formação de potência, a agentes determinantes e seletivos que atuam “tanto na constituição das línguas, das ferramentas, quanto para seus usos, suas comunicações e difusões mútuas ou respectivas.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 101).

Além do perigo do imperialismo linguístico, que pode ocorrer com a sobreposição da linguagem a outros estratos, Deleuze e Guattari (2011a) descrevem mais uma ameaça, a do significante à própria linguagem, isto é, seu despotismo sobre a diversidade de signos. Para os filósofos, o significante é o redundante, pois é na redundância que ele alcança seu despotismo, fazendo a redução do conteúdo ao significado e da expressão ao significante. Deleuze e Guattari (2011a, p. 105) colocam que “Os amantes de significante conservam como modelo implícito uma situação demasiado simples: a palavra e a coisa. Extraem da palavra o significante, e da coisa o significado adequado à palavra, portanto submetido ao significante”.

Os filósofos da diferença remontam à Foucault, quem demonstra a arbitrariedade na composição do signo “prisão”. Em Foucault a prisão é uma forma de conteúdo, “forma-prisão”, tal como outras formas de conteúdo (escola, quartel, hospício). Essa forma de conteúdo não remete à palavra “prisão”, mas a uma diversidade de palavras e conceitos (delinquência ou delinquente, por exemplo) que exprimem uma nova maneira de classificar, enunciar, traduzir e de praticar atos criminosos. Nesse sentido, “delinquência” é a forma de expressão em pressuposição recíproca som a forma de conteúdo “prisão”, portanto não é um significante cujo significado seria “prisão”. Assim, entendemos que a forma de expressão não se reduz a uma palavra, mas a um conjunto de enunciados que são constituídos num dado campo social (num estrato): isto é um regime de signo. Temos assim duas multiplicidades que não

param de se cruzarem, multiplicidades discursivas (de expressão e multiplicidades não-discursivas, de conteúdo).

Não é apenas isso, a forma de conteúdo “prisão” tem também sua própria forma de expressão, assim como “delinquência” tem sua própria e autônoma forma de conteúdo. Cada uma das formas tem sua história, implicam em outras formas de conteúdo e expressão. Trata-se não de um significante dominador, mas de máquinas que diagramam as formas de conteúdo e expressão sob um agenciamento. “Em suma, não se deve jamais confrontar palavras e coisas supostamente correspondentes, nem significantes e significados supostamente conformes, mas sim formalizações distintas em estado de equilíbrio instável ou pressuposição recíproca.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 107).

Para Deleuze e Guattari (2011a), há formas de expressão sem signos (como o código genético), pois os signos dependem de certos tipos de estratos e se definem por regimes de enunciados. Signos não representam algo, mas movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Os autores europeus consideram que além dos regimes de signos semióticos, há regimes de signos assemióticos, signos assignificantes, e afirmam que os regimes de signos semióticos levam a ilusão da supremacia da linguagem sobre outros estratos. Forma de conteúdo e forma de expressão não se reduzem a significado-significante, nem a infraestrutura-superestrutura. Remetem a duas formalizações paralelas que, por ação de uma máquina abstrata, não cessam de se intercruzarem, sob regulação de um agenciamento.

Ainda, cabe diferenciar máquina abstrata de agenciamento maquínico. A máquina abstrata se desenvolve ora no plano de consistência construindo contínuos, emissões e conjunções, e ora num estrato definindo sua unidade de composição.

O agenciamento maquínico atua primeiramente na coadaptação de conteúdo e expressão num estrato, assegurando as relações dos dois segmentos, fazendo os estratos se moverem em relação ao meio associado, garantindo a organização do estrato. Todavia, o agenciamento também volta-se ao plano de consistência, efetuando a máquina abstrata em dado estrato e em suas relações. Conforme Deleuze e Guattari (2011a, p. 112),

É preciso um agenciamento para que se faça a relação entre dois estratos. Para que os organismos se vejam presos e penetrados num campo social que os utilize. [...] São necessários agenciamentos para que estados de forças e

regimes de signo entrecruzem suas relações. São necessários agenciamentos para que seja organizada a unidade de composição envolvida num estrato, isto é, para que as relações entre tal estrato e outros, entre esses estratos e o plano de consistência, sejam relações organizadas e não relações quaisquer. Sob todos os pontos de vista, os agenciamentos maquínicos efetuam a máquina abstrata tal como ela é desenvolvida no plano de consistência ou envolvida num estrato.

### 5.3.3 Movimentos do território no agenciamento

Como propõe Deleuze (1988), além dos corpos e das enunciações, um agenciamento é composto pelos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Esses movimentos fixam os agenciamentos, os estados de coisa e os enunciados no plano de consistência, no plano de organização ou nos seus entremeios. A reterritorialização trata de uma (nova) distribuição da terra, conferindo substância ao conteúdo (corpos) e código à enunciação (expressão); mas que não ocorre sem uma desterritorialização, a qual liberta a matéria, arrastando o conteúdo e a expressão sobre uma linha de fuga, uma linha de devir. Nesses dois movimentos, são constituídos blocos de devir, implicando sempre um outro-da-relação entre os componentes do agenciamento, assim nada se conserva em si nessa malha de transformação. São os devires ou as linhas de fuga que produzem o novo, o pensamento. (DELEUZE; PARNET, 1998).

Podemos atrelar adjetivos ao termo agenciamento, reconhecendo assim a existência de agenciamento desterritorializados e agenciamentos (re)territorializados. Um agenciamento territorial detêm componentes dimensionais (infra-agenciamentos) pelos quais ele se organiza, além dos componentes de passagem ou de fuga (interagenciamentos) pelos quais ele se dirige a outros agenciamentos. (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

O território tem a função de proteção, tal como uma casa que abriga seres vivos. Os pensadores franceses relatam a cena da criança no escuro, com medo, que cantarola em função de se proteger, uma cançãozinha estabilizadora no seio do caos, um começo de ordem no caos. Essa casa não preexiste, “foi preciso traçar um círculo em torno do centro frágil e incerto, organizar um espaço limitado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 122), então, há toda uma seleção, eliminação,



extração, que fazem chão, conferem as forças terrestres sua resistência, a capacidade de não submergirem. O território é um ato: territorialização. Ele funciona pela seleção de “materiais, produtos orgânicos, estados de membrana ou de pele, fontes de energia, condensados percepção-ação” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 127). O território é dimensional, expressivo, por isso revela-se como assinatura, isto é marcação de um território, ou seja, é a marca ou a expressividade que faz o território.

A marca é como um signo do tipo índice, pois indica um limite territorial. É uma expressividade que devém estilo, um tipo específico de fazer. É constituída por matérias de expressão que exprimem a relação entre território e meio associado. A marca revela que o território é antes de tudo uma questão de distância: distância do caos, distância dos outros, sendo ela constituída no limite dessa distância. A distância afasta as zonas de indiscernibilidade, as zonas de vizinhança. O território assegura as diferenças específicas e as identidades. (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

Todavia, ao mesmo tempo em que ocorre a territorialização, também acontece a desterritorialização, inerente às qualidades expressivas, as matérias de expressão que é feita sob códigos, os quais, por si só, nascem em defasagem com o território. A desterritorialização aparece nas margens desse código. A desterritorialização é o atravessamento do território pelos meios, isto é, a passagem das matérias expressivas do meio aos territórios. Os meios sempre estão em defasagem em relação ao território, por isso possibilitam o surgimento de novas espécies, novas identidades. O território é primeiramente lugar de passagem, assim, Deleuze e Guattari (2012b, p. 139) afirmam que “O território é o primeiro agenciamento, a primeira coisa que faz agenciamento, o agenciamento é antes territorial”.

O intra-agenciamento compreende, além do agenciamento territorial, as funções territorializadas, “No intra-agenciamento, intervém toda a espécie de componentes heterogêneos: não só as marcas do agenciamento que reúnem materiais, cores, odores, sons, posturas, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 140). A partir disso, a questão que se põe a saber é: como as marcas heterogêneas inter-agenciadas se mantêm juntas?, como elas não se dissipam?, como adquirem ou conservam a consistência?

Há também outra questão, que cruza com essas primeiras relativas à consistência. Como um agenciamento se abre a outros? Como se dá essa passagem? É sempre pela matéria de expressão, a qual é um elemento desinibidor de uma desterritorialização, tal como um vetor, um operador, um conversor de agenciamentos, agentes de

desterritorialização. Assim, há novas formações de agenciamentos no agenciamento territorial, um movimento que vai dos intra-agenciamentos aos interagenciamentos. Assim há territorializações e desterritorializações, isto é, constituem-se intra e depois interagenciamentos. Os dois movimentos são distintos, e o movimento de desterritorialização na verdade não cessa de passar dos intra-agenciamentos aos interagenciamentos. São movimentos distintos, porém imbricados.

Voltando à questão da consistência, além de concernir ao modo como os componentes de uma agenciamento territorial se mantêm juntos, ela também refere-se a forma pela qual os diferentes agenciamentos são mantidos com seus componentes de passagem e de alternância. A consistência é um problema de coexistência ou sucessão dos heterogêneos. Para Deleuze e Guattari (2012b, p. 146), mesmo num dado agenciamento territorial é o vetor desterritorializante que mantém a consistência do território. Segundo os pensadores franceses, o problema da consistência não se trata mais de “impor uma forma a uma matéria, mas de elaborar um material cada vez mais rico, cada vez mais consistente, apto a partir daí a captar forças cada vez mais intensas.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 149). O que deixa o material cada vez mais rico é justamente o que faz com que heterogêneos mantenham-se juntos preservando essa heterogeneidade. Quem os mantém são osciladores, são sincronizadores moleculares. Se tratamos da consistência na desterritorialização, falamos em consolidação quando território, por assim ser, o agenciamento territorial se consolida num meio, “um consolidado de espaço-tempo, de coexistência e de sucessão.”(DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 149).

Para tanto, é preciso que as matérias de expressão se caracterizem de forma a possibilitar a tomada de consistência, o que ocorre quando se formam marcas, assinaturas e estilos, as quais reorganizam as funções pela reunião das forças. Segundo Deleuze e Guattari (2012b, p. 150-151), “A consistência se faz necessariamente de heterogêneo para heterogêneo: não porque haveria nascimento de uma diferenciação, mas porque os heterogêneos que se contentavam em coexistir ou suceder-se agora estão tomados uns nos outros, pela ‘consolidação’ de sua coexistência e de sua sucessão.”. E essa síntese de heterogêneos é maquinica, pois esses heterogêneos são matérias de expressão e sua síntese (ou consistência) forma um enunciado propriamente maquinico.

Sobre os efeitos da desterritorialização, toda vez que esse movimento afeta um agenciamento territorial, se desencadeia uma máquina. Para Deleuze e Guattari (2012b, p. 154), “uma máquina é

como um conjunto de pontas que se inserem no agenciamento em vias de desterritorialização, para traçar suas variáveis e mutações. [...] uma máquina diretamente conectada com o agenciamento e liberada pela desterritorialização” e que gera efeitos maquínicos. Nesse sentido, essas máquinas produzem os enunciados maquínicos que definem a consistência na qual entram as matérias de expressão. Tais produções nunca são simbólicas ou imaginárias, elas detêm um valor real de passagem e de alternância. A máquina liga-se a um agenciamento territorial, podendo-lhe causar três tipos de aberturas: a) o abre à agenciamentos da mesma espécie (interagenciamento); b) o abre à agenciamentos interespecíficos (como no caso de parasitismo); c) o abre ao caos. Ainda, uma máquina pode causar um quarto efeito: ao invés de abrir o agenciamento, pode fechá-lo em si mesmo, fazendo-o cair e girar em torno de uma espécie de buraco negro.

As máquinas, além de abrirem ou fecharem agenciamentos, participam também da emergência das matérias de expressão, o que significa que as máquinas mesmas constituem os agenciamentos territoriais e os vetores de desterritorialização. Ainda, as matérias de expressão, a medida que tomam consistência, constituem semióticas, mas os componentes semiótico não são dissociados dos componentes materiais conectados aos níveis moleculares. São dimensões distintas, molar-molecular, nas quais uma mesma diferença pode se enunciar. Cada agenciamento comporta uma máquina própria, estabelecendo um relacionamento específico.

“O agenciamento territorial implica uma descodificação, e ele próprio não é separável de uma desterritorialização que o afeta” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 158-159). O agenciamento desterritorializado põe em relação os heterogêneos, sem hierarquia ou ordem, tendo sua consistência garantida pelas transversais. Transversal é um componente que assume o vetor de desterritorialização mantendo junto todos os componentes. É a transversal que mantém o agenciamento desterritorializado, impedindo-o dele se dissolver no fluxo das intensidades. Assim, há oposição entre a consistência dos agenciamentos e a estratificação dos meios. Os meios oscilam entre a reestratificação e a abertura desterritorializante que os conecta com o plano de consistência. Então, é importante ressaltar que “é no plano de consistência que os estratos endurecem e se organizam, e que é nos estratos que o plano de consistência trabalha e se constrói” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 160).

As forças, sejam do caos ou da terra, não são captadas como tal, são antes refletidas em relação de matéria e da forma, por isso Deleuze e

Guattari as afirmam como limiares de percepção que pertencem a este ou aquele agenciamento. Somente no movimento de desterritorialização que as forças surgem puras e atribuídas ao caos. É necessário que se estabeleçam condições para que as forças subam à superfície, fazendo as forças de um agenciamento de desterritorializado devirem componentes em um novo agenciamento. O que há nos agenciamentos são matérias de um devir, operadas por uma máquina e passando por entre agenciamentos independente de uma ordem fixa ou sucessão determinada. (DELEUZE; GUATTARI, 2012b).

#### 5.3.4 Agenciamento: possibilidades cartográfias

Deleuze e Parnet (1998, p. 94) afirmam:

Não há funções de linguagem, e sim regimes de signos que conjugam, a um só tempo, fluxos de expressão e fluxos de conteúdo, determinando sobre esses agenciamentos de desejo, sobre aqueles agenciamentos de enunciação, uns imbricados nos outros. A linguagem nunca é o único fluxo de expressão; e um fluxo de expressão nunca está sozinho, mas sempre em relação com fluxos de conteúdo determinados pelo regime dos signos. Quando se considera a linguagem sozinha, não se faz uma verdadeira abstração, fica-se privado, ao contrário, das condições que tornam possível a assinalação de uma máquina abstrata.

Um agenciamento é sempre uma multiplicidade construtora das condições das formas de conteúdo e expressão, das formações dos sujeitos, por meio de processos de aceleração, de afetos e de diferenças.

Sobre os enunciados, eles não são apenas descrição dos estados de coisas ou corpos, são formalizações de expressão e de conteúdo, as quais as heterogeneidades, signos e corpos se agenciam numa mesma máquina. Assim, há sempre um agenciamento coletivo de enunciação e outro, um agenciamento maquínico de efetuação; não há sujeitos senão agentes coletivos, como não há objeto senão estados maquínicos. Esses dois tipos de agenciamento entrecruzam continuamente seus segmentos (DELEUZE; PARNET, 1998).

Com relação aos corpos, eles são definidos segundo sua longitude (velocidades-lentidões) e latitude (afetos, intensidades). As velocidades e lentidões (intensidades no virtual) crescem sempre no meio, no *entre*.

Nesse sentido, Deleuze e Parnet (1998, p. 81) relatam que: “Datar um agenciamento não é fazer história, é dar-lhe suas coordenadas de expressão e de conteúdo, nomes próprios, infinitivos-devires, artigos, hecceidades”. É preciso descobrir o que ocorre no meio, cada indivíduo está no meio de uma (sua) política, e a descoberta depende mais da ação da cartografia que da interpretação. Assim, o filósofo francês destaca que primeiramente é necessário identificar num dado regime a máquina abstrata definidora dos agenciamentos concretos; em seguida, qual seu regime de signo, como produz seus sentidos, sua subjetivação; posteriormente identificar a pragmática responsável pela fixação dos agenciamentos coletivos de enunciação no fluxo de expressão e, ao mesmo tempo, responsável também pela fixação dos agenciamentos maquínicos nos fluxos de conteúdo.

A cartografia é uma experimentação pragmática, que se efetua pelos seguintes passos: **1) identificação da função do nome próprio que individualiza o agenciamento**, o nome próprio designa não o sujeito da enunciação ou uma subjetividade, mas os estados de coisa ou corpos, conferindo ao agenciamento uma consistência particular, “como se ele se destacasse então de um regime mais geral para ganhar uma espécie de autonomia”. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 97). O nome próprio advém de quem reúne e constitui o regime de signos, como um médico que individualiza um conjunto de sintomas e define uma nova doença, como Parkinson, reunindo regimes até então separados. **2) identificar num agenciamento de enunciação os fluxos de expressão e os fluxos de conteúdo** (entendendo por conteúdo não apenas os temas e assuntos da enunciação, mas os estados de coisas e os corpos que se compõem com a enunciação que forma zonas de “vizinhança”). Seria preciso estudar como se dão os regimes de signos que funcionam num dado enunciado, os processos de significação que se associam à um nome. O pensador francês nos lembra que novos regimes de signo podem surgir, podem até mesmo tornar a expressão em conteúdo. **3) A questão mais fundamental é identificar como os regimes de signos traçam um plano imanente e real**, e que é a interseção de todos os regimes de signos, um plano é um componente diagramático, no qual não mais perdura a distinção conteúdo-expressão, não se distinguem os fluxos, pois tudo se torna fluxo. Já não sabemos se é um fluxo alimentar, verbal, químico, pois tudo se compõe em relações de vizinhança. Há apenas partículas que se definem pelas relações de movimento e repouso, de velocidades diferenciais, que se definem por afetos ou potencias.

Plano e agenciamento são contíguos, já que o agenciamento traça as linhas do plano ao mesmo tempo em que só existe num plano. Agenciamento produz “sobre um campo de imanência ou plano de consistência, *continuum*s de intensidades, conjugações de fluxos, emissões de partículas de velocidades variáveis.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 79).

Voltando a atenção a região segmentada do agenciamento, podemos identificar seu funcionamento também por três elementos característicos: **1) Máquinas binárias** de classes sociais, de sexos (homem-mulher), de ideias, criança-adulto, de etnia (branco-negro), de setores (público-privado), de subjetivações (em casa-fora de casa), elas podem operar dualisticamente, ou, por meio da dicotômica, podem operar diacronicamente, quando impõem a escolha sucessiva (você não é a nem b, então é c). **2) Dispositivos de poder diversos que fixam o código e o território do segmento correspondente.** Para Deleuze e Parnet (1998, p. 105), cada dispositivo de poder é um código-território, e o agenciamento tem uma máquina de sobrecodificação que erige o dispositivo de poder, uma máquina abstrata que “organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as língua e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros”, ela é quem assegura a homogeneização dos diferentes segmentos regulando as passagens de uns nos outros, efetuando-se num campo social. Há sempre um dispositivo de poder que codificam os segmentos, uma máquina abstrata que os sobrecodifica e regula suas relações, e o agenciamento que efetua essa máquina. **3) Toda segmentariedade se faz sobre um plano de organização, um plano molar, o qual se opõe ao plano de imanência, de consistência ou molecular.** Este plano de organização envolve as formas e os sujeitos e ele que abafar o outro plano, a máquina abstrata. (DELEUZE; PARNET, 1998).

Para Deleuze e Parnet (1998, p. 107), “agenciamento é precisamente uma multiplicidade. Ora, um agenciamento qualquer comporta, necessariamente, tanto linhas de segmentariedade dura e binária, quanto linhas moleculares, ou linhas de borda, de fuga ou de declive”. Dessa forma, os filósofos ratificam sua perspectiva: “Não falamos, portanto, de um dualismo entre duas espécies de ‘coisas’, mas de uma multiplicidade de dimensões, de linhas e de direções no seio de um agenciamento.” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 108).

Noutro momento, Deleuze e Parnet (1998, p. 117) afirmam que em sua pragmática, três tipos de perguntas sobre as linhas que compõem um agenciamento: 1) “Quais os segmentos duros, suas máquinas

binárias e de sobrecodificação?” 2) “Quais são suas linhas flexíveis, quais os fluxos e quais limiares? Que conjunto de desterritorializações relativas, e de reterritorializações correlativas?” Como se dá a distribuição dos centros de densidade interpretativa, isto é, os centros que conduzem a produção de sentido?3) “Quais são suas linhas de fuga, lá onde os fluxos se conjugam, lá onde os limiares atingem um ponto de adjacência e de ruptura?”.

Assim, destacamos que as explicações de como experienciar pragmaticamente, de como identificar as individuações segmentares e as perguntas sobre as linhas componentes de agenciamentos podem ser úteis para este trabalho, sobretudo quando mostra que todo reconhecimento pode trazer a diferença. Cartografar é mais que analisar, é produzir diferenças.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção compreende a caracterização da pesquisa, a identificação do *corpus* e do instrumento de coleta de dados e a delimitação das etapas para atingir os objetivos da pesquisa. Para Lakatos e Marconi (1991, p. 83) podemos considerar o método científico como um “Conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimento válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas decisões do cientista”. Portanto, nesse capítulo, anotamos os procedimentos adotados para viabilização deste trabalho.

### 6.1 Caracterização da Pesquisa

Segundo Santos (2007), a pesquisa científica pode ser caracterizada a partir de três critérios, são eles: os objetivos, as fontes de pesquisa e os procedimentos de coleta. Assim, em relação aos objetivos a pesquisa é exploratória, visto que explorar "é tipicamente fazer a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo" (SANTOS, 2007, p. 28), sendo assim, exploramos o conceito de Análise de Domínio sob a óptica do agenciamento de Deleuze.

Com relação às fontes de informação e dos procedimentos de coleta de dados empregados, caracterizamos a pesquisa como bibliográfica, já que trabalhamos sobre livros e artigos científicos. Sobre a bibliografia e a pesquisa bibliográfica, Santos (2007, p. 30) relata:

Bibliografia é o conjunto de materiais escritos (gráfica ou eletronicamente) a respeito de um assunto. Constitui-se uma preciosa fonte de informações, com dados já organizados e analisados com informações e ideias prontas. [...] a pesquisa com base numa bibliografia deve encabeçar qualquer processo de busca científica que se inicie.

Além disso, esta pesquisa é de natureza qualitativa, pois seu problema exige soluções reflexivas por meio de comparações de conceitos relativos à Análise de Domínio, advinda das Ciências Sociais Aplicadas, e da Filosofia de Deleuze, importante pensador para o século XXI. Para Creswell (2010 p. 25) a pesquisa qualitativa é um meio que



possibilita compreender o significado que um indivíduo ou grupo atribuem a um problema social, sendo que ela envolve:

as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. [...] Aqueles que se envolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

Com isso, esta investigação se utiliza da indução<sup>11</sup> como modo de construir inferências. A indução se dá a partir de dados ou eventos particulares para, então, se inferir uma noção geral não incluída nas partes isoladas. (LAKATOS; MARCONI, 1991). Para Lakatos e Marconi (1991), o método indutivo não conduz a conclusões verdadeiras, mas a conclusões prováveis, se confirmando por meio de três etapas: a observação (e a análise) dos fenômenos; a descoberta da relação entre os fenômenos por meio de comparações; e a generalização da relação de forma a considerar as relações identificadas à fenômenos não observados. Assim, para aplicarmos esse método:

observamos atentamente certos fatos ou fenômenos. Passamos, a seguir, à classificação, isto é, agrupamento dos fatos ou fenômenos da mesma espécie, segundo uma relação constante que se nota entre eles. Finalmente, chegamos a uma classificação, fruto da generalização da relação observada. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 87).

De modo geral, pretendemos consolidar inferências em uma noção ampla, de modo a identificar traços paralelos entre a teoria da

---

<sup>11</sup>A dedução também é utilizada, sobretudo na construção dos índices responsáveis pela orientação inicial da análise sobre os textos selecionados. A dedução é método fundamental da primeira etapa da Análise de Conteúdo, a qual é utilizada neste trabalho. Todavia, a construção dos resultados e do trabalho se fundamenta sobretudo em processos indutivos.

Análise de Domínio hjørlândia e a Filosofia de Deleuze, partindo de recortes textuais de artigos e livros desses autores. Para tanto, utilizamos a Análise de Conteúdo para construção dessas inferências.

Creswell (2010) descreve concepções filosóficas que norteiam a pesquisa científica. Assim, dentro das possibilidades elencadas por esse autor, nossa pesquisa está baseada numa concepção construtivista social. Nessa orientação, os significados são produzidos nas experiências que temos com o mundo. Dado a complexidade da relação que se estabelece entre o indivíduo-indivíduo e o indivíduo-realidade, os significados são sempre múltiplos e variados. Nessa concepção de mundo, “A intenção do pesquisador é extrair sentidos dos (ou interpretar) significados que os outros atribuem ao mundo. [...] os investigadores geram ou indutivamente desenvolvem uma teoria ou um padrão de significados”. (CRESWELL, 2010, p. 31).

Nessa conjuntura, pautamo-nos numa estratégia qualitativa de pesquisa designada como teoria fundamentada (CRESWELL, 2010). Nessa estratégia é importante atentar-se para o processo de coleta de dados, pois esta é essencial para a posterior construção de relacionamento entre categorias de informação, da qual derivará uma teoria geral e abstrata. “Duas características principais deste modelo são a constante comparação dos dados com as categorias emergentes e a amostragem teórica de diferentes grupos para maximizar as semelhanças e diferenças entre informações” (CRESWELL, 2010, p. 37).

Ademais, nos falta descrever o método de pesquisa, o qual envolve as formas de coleta, análise e interpretação dos dados. Segundo Creswell (2010, p. 206), “os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagens, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação.” Como já afirmamos anteriormente, utilizamos a Análise de Conteúdo para alcançar nossos objetivos.

A finalidade básica da Análise de Conteúdo é “a busca do significado de materiais textuais”, e tem como resultado de análise um tipo de “interpretação teórica das categorias que emergem do material pesquisado” (APPOLINÁRIO, 2006, p. 161).

A Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2003), é uma metodologia que abrange de forma sistemática o tratamento e análise dos dados, compreendendo etapas que vão desde o levantamento e seleção de bibliografias e estruturação do *corpus* de análise, até a etapa de tratamento de resultados, construção de inferências e interpretação. Seu intuito é analisar conteúdos comunicados, de modo a trazer às claras um conteúdo relativo aos objetivos do pesquisador por meio de

categorizações do texto. Embora não seja um instrumento em específico, a Análise de Conteúdo se propõe como meio para se afastar “dos perigos da compreensão espontânea”, manifestando assim uma postura de vigilância crítica. Todavia, Bardin (2003) destaca a importância de não nos esquecermos da razão da sua aplicação, em detrimento de uma aplicação sem intenções comprometidas com os objetivos do trabalho.

É um conjunto de métodos que lida com mensagens comunicadas, pretendendo ir além dos significados imediatos, assim apresenta dois objetivos: a ultrapassagem da incerteza (elevando a significação do texto da dimensão do individual ao consenso); e o enriquecimento da leitura (pela descoberta de conteúdos ou estruturas que demonstram um fato ou pelo esclarecimento de elementos de significações). (BARDIN, 2003).

Bardin (2003) também relata as duas funções da Análise de Conteúdo, lembrando que elas podem existir complementarmente: função heurística (pois aumenta as possibilidades de exploração do material); e função de administração de provas (confirmação ou infirmação de afirmações provisórias). Assim, podemos dizer junto a Bardin (2003) que a Análise de Conteúdo não é uma unidade, mas é um conjunto diverso de técnicas de análise empírica relativas ao tipo de fala e ao tipo de interpretação que se objetiva, por isso é um instrumento altamente adaptável as diferentes maneiras e meios das mensagens, visando tratar as informações dessas mensagens, mas sem abrir mão da objetividade científica. Dessa forma, não há uma “receita” para aplicar esse método analítico, o que implica na customização de um instrumento que melhor auxilie no cumprimento dos objetivos finais do trabalho.

A intenção da Análise de Conteúdo é a “inferência de conhecimentos” recorrendo a indicadores, dessa forma o analista manipula as mensagens buscando inferir a partir de índices que ele mesmo evidencia. A inferência é um procedimento intermediário na Análise de Conteúdo, ligando a descrição (resumida após passar pelo tratamento) do texto à etapa de interpretação (BARDIN, 2003).

Bardin (2003) relata que a Análise de Conteúdo é composta por três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferências e interpretações.

A pré-análise é o momento em que se realiza a seleção de documentos que constituirão o corpus de pesquisa, a formulação de hipótese e objetivos da análise e, por fim, a elaboração de indicadores cuja função será a de sustentar a interpretação dos resultados (BARDIN, 2003).

Na etapa de exploração do material se realiza a gestão das decisões tomadas na fase anterior, por intermédio da operacionalização do processo de leitura do *corpus* de análise almejando a extração e descrição de elementos, os quais permitirão analisar as variáveis. Para esta análise de variáveis, podem-se gerar categorias, que facilitem a inferência (BARDIN, 2003).

Por fim, o tratamento dos resultados, inferências e interpretações se realiza por meio do estabelecimento de “polo de análise” e “variáveis de inferência”. Polos de análise remetem aos entes sobre os quais podemos realizar a análise, como a mensagem (significação e código), o suporte (canal), e o interlocutor (emissor e receptor). Focamos nossa análise na mensagem, ao nível de significação. (BARDIN, 2003).

A cada artigo de autoria de Hjørland, retirou-se a unidade de contexto, inserindo-as nas fichas de coleta de dados (ver apêndice B). Há uma ficha de coleta para cada texto analisado. Na última linha de cada ficha, foi consolidada uma síntese de cada índice (comunidade discursiva, domínio e linguagem). Por fim, os resultados de cada ficha de coleta foram transferidos para a ficha de consolidação (ver apêndice C), utilizada para construir a definição final exposta nos resultados deste trabalho.

Como já dito, há diversos tipos de análise que compõe o repertório da Análise de Conteúdo. Assim, desenvolvemos nosso instrumento de análise a partir do que Bardin (2003) designou como análise das relações, considerando que este auxiliará na compreensão dos significados das unidades de registros definidas e que serão explicitadas na subseção a seguir.

Destacamos ainda a concepção de González de Gómez (2000), quem afirma que a metodologia que legitima as condições de produção do conhecimento. Segundo a pesquisadora, a BCI apresenta um caráter poliepistemológico, o que interfere na variedade e flexibilidade metodológica do campo. Ainda a autora afirma que é papel da área a produção de estratégias que articule aspectos “macro” e “micro” da informação, estabelecendo uma continuidade entre discursos mais teóricos e práticos.

Assim, na última seção de resultados, produzimos uma reflexão sobre o referencial teórico, não mais obedecendo a metodologias rígidas, mas nos guiado pela dupla-hermenêutica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000), de modo a transpor os resultados nessa reflexão.

## **6.2 Fontes, *Corpus* da Pesquisa e Instrumento de Coleta de Dados**

Para a realização dessa pesquisa, o *corpus* foi extraído de dois diferentes tipos de fontes, tendo em vista o perfil da produção científica da área da OC e o da Filosofia. Assim, para a formação do *corpus* relativo à Análise de Domínio, utilizamos os textos produzidos por Hjørland, que, em sua maioria, estão disponíveis no formato de artigos de periódicos específicos da BCI. No que concerne à produção bibliográfica de Gilles Deleuze, a maior parte de seu pensamento é condensado em livros.

A leitura flutuante proposta por Bardin (2003) foi o método adotado para coleta dos dados e extração das variáveis de análise. Estas variáveis compuseram a ficha documental a ser utilizada como instrumento de coleta de dados. Pretendíamos que esta ficha fosse composta por campos que explicitem as citações dos textos do Hjørland (e suas respectivas referências), permitindo a comparação entre estas citações e as variáveis de análise definidas a partir dos textos de Deleuze.

Pela leitura flutuante, definimos os documentos analisados. Os artigos científicos de autoria não exclusivamente de Hjørland, disponíveis entre 1990 à 2014, recuperáveis nas bases *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e *Web of Science e Scopus* (WoS) e no periódico *Advances in Knowledge Organization* (AKO)<sup>12</sup>. Entendemos que a escolha pela incorporação de textos em coautoria não implica em mudanças significativas na abordagem que Hjørland confere à área; e o recorte temporal se justifica pela década de início da Análise de Domínio.

Com relação aos textos de Deleuze, focalizamos os volumes da obra *Mil Platôs*, escrito em parceria com Felix Guattari. As considerações sobre a coautoria posta acima é estendida aqui; ponderamos que, embora a coautoria, tais obras são coerentes no conjunto dos escritos de Deleuze. Focamos neste livro de mais de 700 páginas pelo fato de ser uma obra na qual se consolida uma linguagem própria e harmônica, capaz de acompanhar os pensamentos de Deleuze. Novas palavras e conceitos (filosóficos) são expostos em *Mil Platôs*. Este livro avança no trabalho de criação de uma nova imagem do pensamento e que “questiona os pressupostos dominantes na Filosofia e nas Ciências Humanas: a crença em uma tendência natural do pensamento para a verdade, o modelo do reconhecimento e a pretensão de um fundamento” (ABREU FILHO,

---

<sup>12</sup>Mais importante na área de OC, a revista *Knowledge Organization* é indexada pela LISA, por isso não foi mencionada explicitamente, embora tenha sido contemplada no *corpus* de análise.

1998, p. 143). É um livro positivo, ou seja, não é uma crítica, focado na construção de multiplicidade para além dos dualismos da modernidade. O livro de Deleuze e Guattari é composto de quinze "platôs"<sup>13</sup>, sendo que cada um destes realizam

um mapeamento, cujos movimentos descrevem um mesmo percurso: parte-se do interior de um ou mais estratos e de seus dualismos na direção de suas condições de possibilidade, das "máquinas abstratas" que os efetuam e os determinam como atualizações; simultaneamente, os estratos são associados aos agenciamentos de poder que lhes são anexos e primeiros; por fim, em um outro giro, o pensamento contorna as máquinas abstratas e as remete a um plano de consistência a que se acede por desestratificação: revela-se assim, nesse percurso, a heterogeneidade, a coexistência, as imbricações e a importância relativa das diferentes linhas que compõem uma multiplicidade. (ABREU FILHO, 1998, p. 144).

Assim, entendemos estar em consonância com as indicações de Bardin (2003, p. 96) que alerta para a possibilidade de não definir a literatura *a priori*, mas num segundo momento, após a consolidação dos objetivos do trabalho: "o objetivo é determinado, e, por conseguinte, convém escolher o universo de documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado". Dessa forma, contemplamos as quatro regras relativas à constituição do conjunto de documentos a ser analisado, entendidas como: a) regra de exaustividade; b) regra da representatividade; c) regra da homogeneidade; e d) regra da pertinência.

Então, definimos os índices relativos aos textos do Hjørland (quadro 8) que compuseram as unidades de registros e que, portanto, determinaram as unidades de contexto, que são especificamente o *corpus* de análise já devidamente isolado de sua unidade textual. O índice é considerado a menção explícita dos termos delimitados com base na leitura flutuante:

Quadro 8: Índices de análise

**Índices relativos à Análise de Domínio**

<sup>13</sup> Conceito que designa uma estabilização intensiva e, no caso, uma multiplicidade conceitual.

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• comunidade discursiva</li> <li>• domínio</li> <li>• linguagem</li> </ul> |
|---|

Fonte: elaborado pelo autor.

Destarte, esses índices constituem o signo considerado como unidade de registro, ou seja, será nossa unidade de significação, nosso segmento de conteúdo base da análise. Bardin(2003, p. 107) considera a unidade de registro “o ponto de intersecção entre de unidades perceptíveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos, indivíduos)”.

Já as unidades de contexto são de dimensões superiores às unidades de registro, servindo à compreensão destas, tendo como base para sua delimitação o custo e a pertinência. É responsável pela contextualização e foi definida aqui como o parágrafo que contém as unidades de registro.

Dessa forma, concebemos a ficha de coleta de dados (quadro 9), na qual registramos os parágrafos importantes à análise, tendo como critério a menção dos índices.

Quadro 9: Ficha de coleta de dados

HJØRLAND		UNIDADES DE REGITRO		
		Comunidade discursiva	Domínio	Linguagem
UNIDADES DE CONTEXTO	Resumo do texto			

Fonte: elaborado pelo autor

Além disso, definimos o conceito filosófico de “agenciamento” como nossa variável de análise. Esta variável é como um polo de atração, responsável por direcionar as inferências, é justamente sobre o

quê, sobre quem e o porquê se realiza a análise. A variável pode ser um suporte/canal, o emissor, o receptor e, no nosso caso, é a mensagem (significação e código). Bardin (2003) afirma que a mensagem pode ser considerada em sua dimensão de código ou de significação, sendo possível uma “passagem de informações entre os dois planos”. Essa passagem de informação entre o significante e o significado pode ocorrer de forma imediata, como se dá numa leitura normal; de forma controlada, quando vamos da análise temática à análise de conteúdo; ou de forma sistemática, pelo uso de uma análise formal do código para alcançar outras informações.

A variável de análise focada na mensagem se deu no nível da significação, assim, o que nos interessa é conhecer o que Deleuze entende por “agenciamento”. Deleuze não se preocupa em definir com precisão seus conceitos filosóficos, pois isto foge a sua linha de pensamento, na qual os conceitos não têm limites e fronteiras, senão relações de vizinhanças. Portanto, nossa intenção é que no desenvolvimento e aplicação de nossa análise possamos causar um deslizamento de planos (do plano de consistência filosófico ao plano de referência e científico), pois é no plano de referência que podemos reterritorializar o conceito filosófico deleuziano no âmbito da OC.

### 6.3 Etapas da Pesquisa

Com o intuito de atingir o objetivo geral de “repensar o conceito de Análise de Domínio de Hjørland em uma perspectiva filosófica pós-moderna”, apresentamos as etapas a seguir, divididas de acordo com cada objetivo específico e obedecendo as fases de pesquisa propostas por Bardin (2003).

O primeiro objetivo específico “identificar e caracterizar as propriedades que sustentam o conceito de Análise de Domínio” foi alcançado por meio das seguintes etapas, que envolvem tanto a pré-análise como a exploração do material propostas por Bardin (2003):

- 1) Levantamento de artigos de periódicos em inglês de autoria de Birger Hjørland nas bases *Library and Information Science Abstracts* (LISA) e *Web of Science e Scopus* (WoS) e no periódico *Advances in Knowledge Organization* (AKO). Para esta etapa, buscamos em cada volume dos periódicos textos do autor em questão. Nas bases de dados utilizamos como estratégia de busca o nome “Hjørland” no campo de



- autor. A busca foirestrita entre 1990 a 2014. Foram selecionados 43 artigos, conforme consta no apêndice A.
- 2) Por meio do método da leitura flutuante proposto por Bardin (2003), identificamos, nos textos selecionados, fragmentos que registram as propriedades do conceito de AD, dispondo-os sob os índices, trazendo à tona as unidades de registro e de contexto. Registramos os dados no instrumento de coleta elaborados para esse fim.

Definimos como índices os termos: comunidade discursiva, domínio e linguagem. Pela leitura flutuante, pareceu-nos que os três termos são fundamentos da AD.

O segundo objetivo “levantar na Filosofia de Deleuze um conceito que norteie a análise sobre a teoria de Hjørland” foi alcançado por meio das seguintes etapas:

- 1) Levantamos na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina livros do filósofo francês que possibilitem um diálogo com a proposta de Hjørland.
- 2) Por meio do método da leitura flutuante proposto por Bardin (2003), identificamos que o livro *Mil Platôs* seria o universo definido na busca por fragmentos que registram conceitos da Filosofia de Deleuze e que pudessem ser utilizados para refletir sobre a Análise de Domínio de Hjørland. Utilizamos as classes e os dados coletados na primeira parte como orientação para identificação tais conceitos em Deleuze, numa tentativa de aproximar os dois autores analisados na pesquisa. Registramos os dados no instrumento de coleta elaborado para este fim.

O conceito escolhido foi “agenciamento”, visto que notamos sua afinidade para com as consistências sociais que perpassam os objetos das Ciências Sociais. Segundo Deleuze e Guattari (2011a; 2012b), o agenciamento é sempre coletivo, seja ele semiótico ou técnico. Mostafa (2008) afirma que o agenciamento é sempre múltiplo, isto é, ele não é um fenômeno ou não se reduz a um fenômeno da ordem do perceptível e, nesse sentido, não restringe os acontecimentos somente em um aspecto, seja na dimensão do *socius*, seja na dimensão da linguagem. Assim, o conceito de agenciamento é em si uma multiplicidade, que pode trazer inovações ao universo das Ciências Sociais Aplicadas.

O terceiro objetivo “interpretar o conceito de Análise de Domínio de Hjørland com base no conceito deleuziano” foi alcançado por meio do que Bardin (2003) denomina de tratamento dos resultados e inferências. Bardin (2003) afirma que, com o uso de sua proposta analítica, teremos um distanciamento necessário dos textos sob análise para, então, elaborarmos critérios de análise.

A partir disso, definimos cada um dos índices estabelecidos a partir do *corpus* relativos aos textos de Hjørland. Cada um desses índices foi cruzado com os pilares do conceito de agenciamento de Deleuze, o que resultou num quadro com indicações metodológicas à aplicação da Análise de Domínio.

Dessa forma, os resultados desta dissertação estão estruturados em acordo com os procedimentos metodológicos expostos acima. Se são três objetivos específicos, são também três seções de resultados. Contudo, destacamos que ao final da seção de resultados, adotamos uma estruturação não tão comum às pesquisas de BCI, sob um viés mais filosófico. Folscheid e Wunenburger (2006) relatam que a dissertação filosófica deve trabalhar dois lados, o da progressão (demonstrando a construção “pouco a pouco” da linha de raciocínio por meio da argumentação) e o da continuidade (o processo de estabelecimento de descrições, definições e análises que segue um certo encaminhamento). Segundo Folscheid e Wunenburger (2006, p. 224), é a partir da progressão e da continuidade que se estabelece as articulações entre ideias, hipóteses, análises e noções.

Se do ponto de vista científico, a neutralidade é uma vontade do pesquisador, que se objetiva aqui pelo emprego da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2003), na última seção dos resultados nos permitimos explorar um pouco as possibilidades interpretativas e experimentais, de forma a lançar um olhar já contaminado pelos resultados produzidos neste trabalho sobre o referencial teórico constituído nos cinco primeiros capítulos deste trabalho.

É essencial à dissertação filosófica construir um texto que não feche os resultados em si, mas que os abram a diversidades herméticas. Assim, “vai-se do analítico ao sintético, do elementar ao composto, do simples ao complexo” (FOLSCHEID; WUNENBURGER, 2006, p. 224), permitindo a diversificação de interpretações. É uma forma de pluralização do problema de pesquisa, que implica na possibilidade de abertura dos pontos de vistas resultantes da investigação. Assim, nos colocamos no percurso de Costa (2014) ao acrescentarmos à proposta metodológica deste trabalho aspectos pós-modernos. Dessa forma, nos colocamos implicados no próprio procedimento metodológico

destapesquisa, misturando-nos com ela a fim de produzir resultados para além da perspectiva neutralizante da ciência moderna.

A seguir, propomos uma discussão em torno dos termos fundamentais da Análise de Domínio hjørlandiana e do conceito de agenciamento da Filosofia de Deleuze. Pretendemos rever a teoria de Hjørland presente na OC, assim como discutir os aspectos que a envolve. No final do capítulo de resultados, na intenção de abrir as possibilidades interpretativas, experimentamos a criação de um conceito na Filosofia da Ciência da Informação.

## 7 RESULTADOS

Nesta seção apresentamos e discutimos os resultados, de modo a cumprir com todos os objetivos propostos na introdução deste trabalho. Seguem-se três subseções, as quais apresentamos os primeiros resultados obtidos pelas análises feitas nos corpus textuais de Hjørland e Deleuze, cruzamos os resultados destas primeiras análises na intenção de consolidar o relacionamento entre o pensamento dos dois autores e, por fim, interpretamos os resultados obtidos em conjunção com o referencial teórico.

Destacamos que nosso trabalho é predominantemente qualitativo, por isso o quadro teórico desenvolvido nas seções 2, 3, 4 e 5 fundamenta toda construção dos resultados. Nasubseção 7.1.1, consolidamos a concepções de Hjørland sobre as noções de “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem”, por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2003).

A subseção 7.1.2 deste capítulo foi desenvolvida metodologicamente conforme o trabalho foi exigindo. Lembramos as palavras de Santaella (2001, p. 185), que escreve: “A melhor pesquisa não é aquela que mais se aproxima dos métodos das Ciências Naturais, mas sim aquela cujo método é o mais adaptado ao seu objeto”. Nesse sentido, destacamos que o resultado do tópico referido foi constituído segundo a “observação abstrata”, a qual é utilizada “quando criamos diagramas mentais de rede de conceitos teóricos com os quais estamos lidando, observando suas configurações e modificando-as conforme as necessidades da condução de uma argumentação.” (SANTAELLA, 2001, p. 186).

A subseção 7.2 foi estruturada no cruzamento dos resultados construídos nos dois tópicos anteriores através de um quadro (quadro 13 na página 161) que articula as noções hjorlandianas e os elementos que compõem o conceito de agenciamento de Deleuze. Nesse quadro 13 temos um conjunto de perguntas que podem direcionar a aplicação da Análise de Domínio sob esse viés filosófico pós-moderno, ainda pode contribuir na compreensão da Análise de Domínio no escopo da área de OC e BCI.

Realizamos a interpretação dos resultados na subseção 7.3, isto é, a partir dos resultados e discussões deste trabalho, retomamos o referencial teórico a fim de identificar aspectos convergentes e divergentes deste com os resultados construídos. Assim, relacionamos a proposta resultante deste trabalho com a questão da pós-modernidade (7.3.1), com as teorias e tecnologias da BCI e OC (7.3.2) e com as

próprias contribuições de Hjørland e Deleuze (7.3.3). Por fim, nasubseção 7.3.4, propomos um conceito à Filosofia da Ciência da Informação, dando continuidade aos exercícios de pensamento já registrados em Mostafa, Amorim e Souza (2014) e Mostafa, Nova Cruz e Amorim (2015).

## 7.1 Apresentação e Análise dos Dados

Segundo Lakatos e Marconi (1991), os resultados devem ser elaborados seguindo as etapas de seleção, codificação e tabulação. Além disso, as autoras entendem a análise como uma das atividades nuclear nos trabalhos científicos, já que é nesse momento que ocorre a aplicação da lógica dedutiva e indutiva. A análise é definida como tentativa de evidenciar relações entre o fenômeno estudado e outros fatores, por meio da interpretação (consiste na verificação das relações entre variáveis), explicação (esclarece aspectos das variáveis e seus antecedentes) e especificação (define até que ponto as relações entre as diferentes variáveis são válidas) (LAKATOS; MARCONI, 1991).

### 7.1.1 Análise de Conteúdo aplicada ao corpus hjørlandiano

Hjørland é um dos principais nomes na BCI e na OC. Pesquisadores e estudantes leem seus textos, enfrentando seu estilo científico denso, consistente, porém nem sempre rigoroso quanto a definições.

Com a intenção de delimitarmos um pouco mais os aspectos conceituais da Análise de Domínio, realizamos a aplicação da análise de conteúdo (apêndice A e B) a partir de termos eleitos como fundamentos dessa teoria, “comunidade discursiva”, “domínio” e “linguagem”. Percebemos que tais termos não são neutros, mas já indicam por si aspectos teórico-epistemológicos da proposta hjørlandiana, caracterizado na perspectiva do paradigma social reconhecido na área.

Sob a análise de conteúdo, verificamos a predominância de um viés epistemológico na obra do dinamarquês. A perspectiva de Hjørland revela já no início da década de 1990 a importância da epistemologia no desenvolvimento dos processos de organização, representação e recuperação do conhecimento e da informação. Passando aos anos 2000, notamos um amadurecimento da compreensão de Hjørland no que concerne a dinâmica social, já que as questões históricas e discursivas ficam mais evidentes em seus artigos. Nesse período encontramos pesquisas mais hercúleas, como o artigo *Fundamentals of Knowledge*

*Organization*, de 2003, assim como textos de teor mais crítico que vão de encontro com noções positivistas e cognitivistas. Nos últimos cinco anos, observamos que as publicações ficaram com temáticas mais dispersas, passando a tratar de classificação, fontes de informação, navegação web, indexação, estudo de usuários, curadoria de dados, abordagens baseadas em evidências etc, todavia é comum a referência a Análise de Domínio, indicando como esta teoria pode auxiliar em todos esses processos.

O termo “comunidade discursiva” foi encontrado em diversos textos, todavia foi detectado que outros termos são utilizados para se referir a mesma ideia, tais como comunidade científica, comunidade de usuários, comunidade epistêmica ou grupo de pesquisador, o que reforça a flexibilidade terminológica e conceitual do trabalho do bibliotecário dinamarquês. Entre os anos de 1995 e 2008 houve maior uso do termo, apontando a tendência de consolidá-lo como conceito padrão na Análise de Domínio, desdobrando em uso intenso do termo em diversos trabalhos da área (FUJITA; DAL'EVEDOVE, 2013; LARA, 2008, NASCIMENTO, 2006, NASCIMENTO; MARTELETO, 2004; OLIVEIRA; GRÁCIO, 2011). Da análise dos trechos em que o índice “comunidade discursiva” ocorria, construímos a seguinte definição (quadro 10) que procura sintetizar as principais propriedades deste conceito

#### Quadro 10: Consolidação da noção de Comunidade Discursiva

A comunidade discursiva é uma organização social que define a ordenação e limitação do processo de comunicação em um domínio do conhecimento. Assim, ela constitui o universo de interesse da Análise de Domínio, sendo a base fundamental teórico e prático da OC. As comunidades discursivas são compostas por três elementos: atores (produtores, intermediários e usuários de documentos comunicados em canais formais, informais e tabulares), instituições (de pesquisa, editoras, bibliotecas, etc) e serviços de informação (primários: editoras e periódicos, secundários: base de dados, terciários: enciclopédias profissionais e revisões de literatura), os quais se distribuem segundo uma divisão social do trabalho e apresentam uma relação de interdependência. Por isso a identificação desses fatores é primordial para descobrir como o conhecimento é produzido no domínio. São as comunidades discursivas que moldam as ferramentas, as linguagens, os conceitos, os significados, as estruturas de informação, as necessidades e os critérios de relevância. São nas comunidades discursivas que os significados e a hierarquização de termos são consolidados, sendo que cada comunidade tem seus próprios critérios de terminologia, de significância e de relevância. Profissionais da informação lidam com diversas comunidades discursivas, não ficando restrita às acadêmicas. Comunidade discursiva pode ser vista também com uma disciplina.

Fonte: elaborado pelo autor a partir das análises dos seguintes textos: (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997; HJØRLAND, 1998a; HJØRLAND; 1998b; HJØRLAND, 2000b; HJØRLAND, 2012b; HJØRLAND, 2003; HJØRLAND, 2012a; HJØRLAND, 2013b; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1999; HJØRLAND; NISSEN PEDERSEN, 2005; FJORDBACK SØNDERGAARD; ANDERSEN; HJØRLAND, 2003).

O exame do quadro 10 mostra que a comunidade discursiva é tida como base da OC. Constituída por relações sociais, ela não é composta apenas por aqueles que enunciam discursos por meio de documentos, mas também por quem trata e disponibiliza informação e quem busca e recupera tais documentos. Por vezes, notamos o uso do termo como sinônimo de disciplina. Consideramos que comunidade discursiva é o conceito que mais caracteriza a Análise de Domínio sob uma perspectiva social, pois ela delimita o escopo de interesse do domínio, além de reforçar que a produção de significados se dá por meio (no meio) dessas comunidades diversas.

O quadro 11, mostrado a seguir, representa as principais características do conceito de “domínio” encontradas nos trechos em que este ídic estava presente.

#### Quadro 11: Consolidação da noção de Domínio

Domínio é um grupo de usuário, uma disciplina ou um campo amplo de conhecimento, responsável pela definição dos limites interpretativos dos conceitos, já que o conhecimento se manifesta de forma específica. Assim, são os domínios que condicionam a produção dos conhecimentos, mas também são por si só um conjunto de conhecimentos já produzidos. Eles trocam conhecimentos entre si. Os conhecimentos de um domínio precisam ser estudados, representados e classificados, de acordo com as necessidades de informação específicas do próprio domínio. Os conhecimentos do domínio se estruturam, sob categorias da institucionalização cognitiva e da social, e se apresentam sob paradigmas diversos. Domínios são compostos por paradigmas, tradições, escolas e por assuntos, e estudos epistemológicos auxiliam na compreensão semântica de seus conceitos e das suas relações terminológicas. Domínios apresentam fronteiras flexíveis e sobrepostas, e seus "paradigmas", "tradições", "escolas" definem as meta-teorias e teorias sobre como se dá suas atividade de descrição, de investigação, de análise e de criticismo. O domínio apresenta estrutura de comunicação ou práticas de comunicação padronizadas, o que possibilita a descrição empírica e a explicação teórica suas estruturas de comunicação, publicação e tipos de documentos, e devem ser estudados sob as dimensões epistemológica, ontológica e sociológica. Um único domínio tem

diversas vozes, por isso sua representação nunca é neutra, sendo necessário dar vazão as suas diversas vozes. Por isso, eles são construídos dinamicamente, cada qual ao seu modo. Isto significa que cada domínio tem uma infraestrutura de pesquisa e necessidades de informação específicas. Assim, entende-se que a cultura e a linguagem interferem nos processos informativos e de conhecimento humano, sendo que um mesmo conceito deve ter classificações distintas à grupos de usuários diferentes. Cada domínio tem sua forma predominante de manifestar os títulos de seus artigos, a distribuição das palavras no corpo do texto, a formulação do problema de pesquisa, etc, o que implica em características específicas na recuperação de informação. Dessa forma, os critérios de relevância são compreendidos no domínio, são definidos pelas teorias do domínio e seu reconhecimento exige que sistema, usuário, domínio e epistemologia sejam conhecidos. É preciso averiguar a linguagem, a divisão social do trabalho e os critérios de relevância num domínio. Os processos informacionais e as classificações devem basear-se em domínios que são mapeados com métodos qualitativos e quantitativos e com choques de abordagens top-down com situações contextuais. Domínios são impactados pelas tecnologias de informação, pela quantidade de recursos financeiros disponíveis, pela qualidade das bibliotecas e das bases de dados e pelo grau de objetividade de suas pesquisas. Visualizar os domínios significa adotar um enfoque empírico e sociocultural em detrimento de perspectivas universalistas. Ademais, um domínio pode ser compreendido como campo científico, disciplina, uma empresa, comunidade discursiva ou como universo da representação do assunto. Estudos empíricos como a análise de citações são importantes, mas não se confundem com a Análise de Domínio que promove uma contextualização a partir das epistemologias e considera os conceitos e relações semânticas em relação aos usuários. As necessidades dos usuários e os critérios de relevância devem constituir-se não apenas com os estudos de usuários, mas com base em domínios.

Fonte: elaborado pelo autor a partir das análises dos seguintes textos: (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997; JØRN NIELSEN; HJØRLAND, 2012a; JØRN NIELSEN; HØYRUP, 2014; HJØRLAND, 1998a; HJØRLAND, 1998b; HJØRLAND, 1998c; HJØRLAND, 2000a; HJØRLAND, 2000b; HJØRLAND, 2001; HJØRLAND, 2012b; HJØRLAND, 2003; HJØRLAND, 2004; HJØRLAND, 2005b; HJØRLAND, 2005c; HJØRLAND, 2007a; HJØRLAND, 2007b; HJØRLAND, 2008a; HJØRLAND, 2008b; HJØRLAND, 2009; HJØRLAND, 2010; HJØRLAND, 2011a; HJØRLAND, 2011b; HJØRLAND, 2011c; HJØRLAND, 2011d; HJØRLAND, 2011e; HJØRLAND, 2013a; HJØRLAND, 2013b; HJØRLAND, 2013c; HJØRLAND, 2014; HJØRLAND.; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1999; HJØRLAND, B.; HARTEL, 2003; HJØRLAND; NICOLAISEN, 2004; HJØRLAND; NICOLAISEN, 2005; HJØRLAND; NISSEN PEDERSEN, 2005; NICOLAISEN; HJØRLAND, 2014).



A compreensão da noção de “domínio” nos aproximaria do que Hjørland realmente compreende por Análise de Domínio. Segundo o bibliotecário escandinavo, o domínio contém a necessidade informacional dos usuários, pois se mostra como condicionante na significação de uma comunidade discursiva qualquer. Domínio aparece nos trabalhos ora como responsável pela produção do conhecimento, ora como ator limitante das condições interpretativas.

A função do domínio é possibilitar a comunicação, conferindo intersecção epistemológica, ontológica e sociológica entre os agentes contextualizados. A perspectiva da Análise de Domínio é pós-kuhniana, já que não restringe a manifestação de um domínio a um único paradigma. Isto é, sempre há uma concorrência, paradigmas emergentes e decadentes, sempre plural. Um domínio é constantemente impactado por externalidades, tais como tecnologias (o acesso às tecnologias condicionam o desenvolvimento da pesquisa e de sua comunicação), recursos (financeiros, capacidade dos pesquisadores, estruturas prediais), condições de pesquisa (se a pesquisa é livre e desinteressada, ou se é encomendada por algum órgão público ou privado). Um domínio é composto então pela articulação de fatores internos e externos.

No quadro 12, estão sintetizados os atributos mais relevantes sobre o índice “linguagem” detectados nos trechos do corpus desta pesquisa.

#### Quadro 12: Consolidação da noção de Linguagem

A linguagem é uma instituição sociocultural e produtora de significados, portanto não é um código ideal. Está sempre sob condições situacionais, o que exige a contextualização dos processos de descrição e recuperação da informação em jogos de linguagem específicos, com hábitos particulares, compreendidos enquanto delimitadores do uso da linguagem. A linguagem é a ação efetivada na comunicação, por isso há a socialização dos atores por meio dela. A linguagem pode revelar os paradigmas, assim convém que os métodos da OC realizem análises das linguagens presentes nos documentos de um domínio. Os conceitos encontrados nos documentos são expressos pela linguagem, assim a linguagem implica em definições dos conceitos em suas dimensões funcionais. Nomear um objeto nunca é um ato neutro, isto é, a linguagem atribui valor funcional ao nomear algo. As linguagens enquanto funcionais se adequam a determinado grupo e não pode ser útil a diversas perspectivas ou diversas funções, por isso são necessárias as diversas linguagens especialistas. Considera-se que a cultura e a linguagem interferem nos processos de percepção. Por isso teorias da linguagem e do significado são essenciais a toda BCI e OC. Destaca-se que a linguagem é regida por estrutura e

subjetividades, sendo pouco úteis os estudos de usuário para o reconhecimento de conceitos relevantes e dessa estrutura. Ela interfere no processamento e armazenamento que os humanos fazem da informação. Há indicação de que a linguagem e outros sistemas simbólicos determinam a mente humana, o que reforça a importância de estudos científicos e empíricos da linguagem em benefício da BCI e OC.

Fonte: elaborado pelo autor a partir das análises dos seguintes textos: (ALBRECHTSEN; HJØRLAND, 1997; HJØRLAND, 1992; HJØRLAND, 1998a; HJØRLAND; 1998b; HJØRLAND, 1998c; HJØRLAND, 2000a; HJØRLAND, 2000b; HJØRLAND, 2003; HJØRLAND, 2005a; HJØRLAND, 2005b; HJØRLAND, 2005c; HJØRLAND, 2007a; HJØRLAND, 2007b; HJØRLAND, 2008b; HJØRLAND, 2009; HJØRLAND, 2010; HJØRLAND, 2011c; HJØRLAND, 2011d; HJØRLAND, 2011e; HJØRLAND, 2012a; HJØRLAND, 2012b; HJØRLAND, 2013a; HJØRLAND, 2013b; HJØRLAND, 2013c; HJØRLAND, 2013b; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND; NICOLAISEN, 2004).

A linguagem é um importante conceito na BCI e OC. Ela é considerada por basicamente dois prismas nas áreas, ou como objeto de interesse que traz a verdade em si, ou como meio que transmite uma ideia considerada o objeto.

Nos contextos analisados, Hjørland considera a linguagem como uma instituição coletiva e resultante de processos de negociação, remetendo ao conceito de *jogos de linguagem* ao passo que afirma a produção de sentido como ato cultural. Hjørland destaca o aspecto situacional da linguagem nos processos informacionais. Assim, o bibliotecário europeu reforça o aspecto sociocultural da linguagem colocando-a como fundamento da OC, conferindo destaque à relação da linguagem com a epistemologia. Ademais, o termo *language* aparece sob duas significações que nos interessam menos neste trabalho. Nos referimos aqui às noções de linguagem documentária e à tradução *língua*. Nos últimos cinco anos, os trabalhos do dinamarquês têm abordado menos a questão da linguagem enquanto fundamento teórico.

Esclarecemos que não há nos artigos de Hjørland uma preocupação explícita em definir com rigor os termos abordados, sendo que os quadros 10, 11 e 12 trazem apenas uma síntese consolidada de suas principais ideias a respeito de cada índice examinado.

O fato de Hjørland empregar uma abordagem dialética, se desvinculando das formas causais da ciência moderna, em favor da produção de uma ciência pós-moderna, faz com que ele registre em seus artigos conceitos de maneira não linear e hierárquica. Assim, ora

*comunidade discursiva* parece compor um *domínio*, ora é o próprio *domínio*. Ora é quem constitui e usa a *linguagem*, ora é o resultado do uso da *linguagem*. O mesmo ocorre com os outros dois termos que se imbricam constantemente, *domínio* como resultado da *linguagem* ao mesmo tempo em que a *linguagem* resulta do *domínio*.

Os resultados da análise de conteúdo nos permitem avançar na elucidação sobre os três termos, contudo esclarecemos que nossa intenção é ir além de um enquadramento conceitual da Análise de Domínio, tendo em vista que no cenário pós-moderno o que importa não é a definição, a classificação, o resultado, mas o processo, o caminho. Nesse sentido, o essencial é descobrir como os três conceitos agem na Análise de Domínio, o que julgamos estar expresso nas discussões tecidas sobre os conceitos mostrados nos quadros 10, 11 e 12.

### 7.1.2 Análise do agenciamento deleuziano

Deleuze é um filósofo que se preocupa mais com o processo do que com as essências. Talvez, o que mais confirme isto seja o seu conceito de atualização. Para Deleuze, o Ser se atualiza constantemente. Toda atualização é uma produção, a qual ocorre em via dupla de modo a trazer a diferença ao ser. É a novidade e a criação que depende tanto de uma ida do firmamento ao caos, como de um retorno, do caos à um firmamento. Contudo, o que retorna já não é mais o mesmo, senão a diferença incorporada ao Ser que, portanto, já é outro.

A produção invade e recria tudo, inclusive um corpo social, que podemos compreender como domínio ou comunidade discursiva. A produção é compreendida em si mesma, e não mais como propõe Khun (2009), pela óptica da ciência normal. A ruptura é compreendida por sua própria dinâmica, pela lógica da multiplicidade e do rizoma. Tal perspectiva transforma profundamente as formas de existir: como um corpo individual ou social existe?

Nesse sentido, Themudo (2002, p. 289) afirma que a “Comunidade é processo, arte dos encontros, criação de problemas, e não reprodução de um único problema, de um único tesão (ganhar dinheiro), alegria da revolução.” A comunidade não é passível de congelamento, não é estaque. Há uma constante variação nessa comunidade-processo, variação que afirma a diferença a cada encontro, a cada movimento de força.

O processo de emersão da diferença é descrito por Deleuze em função da ação de um “fora” que é imanente e criador, tal como uma máquina abstrata, um plano de consistência, de onde brotam todos os

territórios existentes, os corpos, as interioridades, mas que após brotarem não se fecham sobre uma essência imutável, mas se ativam em meio a fluxos incessantes de transformação. Aos olhos do filósofo francês, não há estrutura ou organismo que suporte a dinâmica de mutação imposta pelos fluxos. Também não há distinção entre sujeito e objeto, ou entre social e individual.

Nessa conjuntura, Deleuze reafirma a dinâmica entre forças molares e moleculares, aquelas que geram os estratos e os territórios e estas que permitem fugas inventivas, criativas. Assim como em Hjørland, há em Deleuze um tipo de dialética, mas em Deleuze a dialética é em prol da diferença.

Inerente ao processo pendular entre o caos e o estrato, há uma dinâmica de afetação. Os estratos e territórios são atravessados por linha de fuga que, uma força afirmativa que promove o devir. Assim, Deleuze revela o movimento de variação contínua nos corpos de conhecimento, nas comunidades, nos indivíduos... Dessa forma, Deleuze constrói um pensamento ético-político, que favorece as forças ativas em detrimento da repetição, da representação, das essências.

Sua ética é uma experimentação, que aceita com fundamento a lógica das afecções. Nesse sentido, as forças ativas são as próprias resistências, as afecções. A experimentação é o que permite a abertura ao caos, às revoluções, às criações. Permite que as minorias subam às superfícies e que elas ressoem a novidade em todo o plano.

Assim, quando voltamos tais perspectivas ao campo da BCI e da OC, trazemos à tona a ontologia prática, a qual “o conhecer não é mais um modo de representar o (des)conhecido mas de interagir com ele, isto é, um modo de criar antes que um modo de contemplar, de refletir ou de comunicar. A tarefa do conhecimento deixa de ser a de unificar o diverso sob a representação, passando a ser a de ‘multiplicar o número de agências que povoam o mundo’”. (CASTRO, 2007, p.96).

Povoar o mundo ou criar conhecimento é reterritorializar, é mergulhar no caos, mas voltar ao estrato. Assim, conforme indica Castro (2007), não basta ao pensamento reconhecer, classificar e julgar, é preciso também pensar a diferença intensiva, e não restringir à substância extensiva.

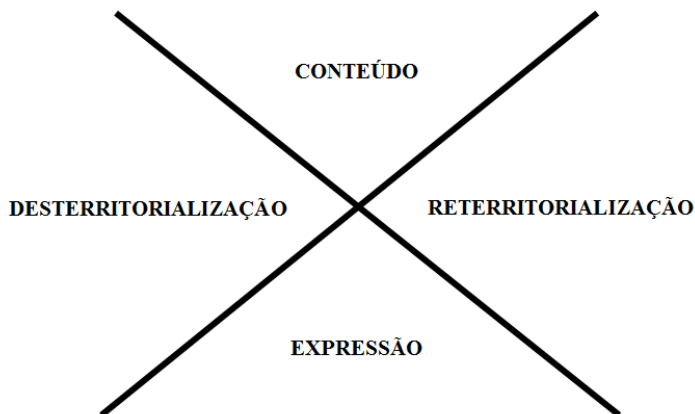
Se Hjørland afirma o primado do perspectivismo sobre um domínio de conhecimento, inibindo assim as possibilidades de universalismos às representações do conhecimento e da informação, Deleuze vai mais longe, pois em sua Filosofia, não há um analista ou um representador possível; para o francês, coisas e seres, objetos e sujeitos, domínios e representadores estão em mesmo nível, sobre um mesmo

plano. Assim, o perspectivismo deleuziano afirma o perspectivismo não só sobre domínio, mas também sobre o analista. Tal processo se dá por uma linha que arrasta o domínio e seu analista para o “fora”, impossibilitando o discernimento entre ambos. Se por um lado, analista e domínio são indiscerníveis, não são os mesmos. São, na verdade, conjuntos de heterogêneos relacionados sob o devir, relações de devir.

Exposto isto, chegamos ao conceito criado por Deleuze (em parceria com Guattari), agenciamento, o conceito que congrega a noção de “fora” e dentro, assim como a ética e as relações entre heterogêneos. O agenciamento enfoca elementos geográficos de um acontecimento, movimentos de (re)territorialização e desterritorialização. Agenciamento é um dos conceitos que revelam a dinâmica do pensamento deleuziano, ao passo em que compreende não só o movimento de atualização, como também as cristalizações dos entes.

Deleuze (1988) e Deleuze e Parnet (1998) descrevem o conceito de agenciamento sob duas duplas de vértices: expressão e conteúdo; (re)territorialização e desterritorialização. A partir disso, formulamos o seguinte esquema:

Figura 6: Agenciamento



Fonte: elaborado pelo autor

Conteúdo e expressão dizem respeito às formalizações, às cristalizações, às codificações, às constituições dos corpos e dos poderes. A dupla “conteúdo e expressão” retrata a solidificação dos corpos, das ordens e das hierarquias, as quais atravessam entidades químicas, biológicas e antropomórficas. Desse modo, conteúdo se revela

nos encontro de corpos, por isso diz respeito às matérias que formam os corpos e aos estados de coisas. Expressão se revela como estilo que conduz as enunciações. São as matérias que, recortadas pelas formas de conteúdo e pelas formas de expressão, constituem substâncias.

Porém, tudo o que é substancial (isto é, extensivo), só o é momentaneamente, numa rede de relações, num rizoma, que conjuga tal substância dessa maneira. O que *é* não é eterno, mas é sob determinada condição, é enquanto repouso sobre um território.

Nessa óptica, territórios são frágeis, por mais rígidos que sejam, estão sempre sujeitos a linhas transversais, movimentos de fuga, que arrastam suas matérias ao pano de consistência, onde pululam forças intensivas. São movimentos desterritorializantes, os quais permitem a criação, a emersão da diferença. Todavia, o movimento criativo exige um retorno, eterno retorno da diferença, uma reterritorialização na qual a diferença insiste.

O agenciamento articula os heterogêneos, as multiplicidades, podendo elas ser pessoas, paisagens, sons, registros informacionais, saberes, tecnologias, burocracias, fluxos de comunicação, instrumentos normalizadores etc. É uma grande teia, articulada por uma máquina abstrata, na qual as intensidades percorrem linhas molares e moleculares. O agenciamento é retirado de um meio. De início, todo agenciamento é um agenciamento territorial, mas ele se abre a outros agenciamentos, na medida em que um vetor de desterritorialização desencadeia movimentos de fuga.

Embora o conceito de agenciamento seja estruturado em duplas, não devemos reduzi-lo a uma dialética do negativo-positivo. Seu principal intuito é afirmar a vida, o movimento, a criação, o processo. Portanto não preocupa-se com a essência ou a verdade. Não há nada o que descobrir, não há ideologia para a Filosofia de Deleuze. A dialética de Deleuze é positiva e afirma o múltiplo, a diferença.

## **7.2 Interseções entre Análise de Domínio e Agenciamento**

Entende-se que em Hjørland há uma abordagem cultural, na medida em que o pesquisador considera os domínios como delimitações culturais. Pode parecer que esse fato afaste o dinamismos do pensamento de Deleuze, já que para o filósofo, a cultura comporta o senso comum e o bom senso e, assim, a Filosofia, a Arte e a Ciência se constituem como contra a cultura do consenso. Porém, conforme Pellejero (2008, p. 1-2), há nos textos de Deleuze uma possível abordagem de cultura, não mais vinculada à representação:

Os pressupostos objectivos de uma cultura funcionarão, a partir daqui, como uma espécie de campo de batalha ou teatro de operações, e já não como um lugar de reconhecimento, na medida em que para Deleuze não se começa a pensar senão a partir desta ruptura, que implica não se deixar representar e deixar de aspirar a representar qualquer coisa; mas, na mesma medida, a cultura constituir-se-á enviesadamente no território obrigado de qualquer aspiração filosófica que pretenda redefinir os objectos e os fins do seu próprio exercício.

Por assim ser, a cultura em Deleuze é a do por vir. Pellejero (2008, p. 2-3) vê em Deleuze um militante da contra-cultura, enquanto a cultura for considerada do domínio da *doxa* (das opiniões), ou seja, enquanto ela “aponta à reprodução do idêntico sobre o horizonte do mesmo e não ao agenciamento do novo no seio do heterogéneo”. Assim, em sentido latente, a cultura é vista a partir de seus traços fronteiriços com um “fora”, o que não é cultura em si, mas seu devir. Nesse sentido, “A cultura deixa assim de ser princípio para passar a ser um problema. E do que se trata é menos de compreendê-la que de subvertê-la.” (PELLEJERO, 2008, p. 3).

Para Deleuze, é a noção de agenciamento que possibilita o *socius*, pois ela congrega intensidades diversas, que virão a ser signos, subjetividades, instituições, saberes. Tal processo se dá sob a dupla articulação, de conteúdo e de expressão. Diante dessas articulações, os componentes arranjados, de ordem do social, necessitam de um território, um espaço de pouso, no qual ocorre a finalização da articulação. Todavia, um território só é possível em relação à desterritorialização, sendo essa a causa das criações de novos signos, subjetividades, instituições ou saberes, sobre novos territórios.

No agenciamento ocorrem cruzamentos entre corpos e enunciados, os quais são correspondentes à dupla articulação e que operam uma seleção e uma forma às matérias intensivas do plano de consistência. O conteúdo está mais vinculado às intensidades, enquanto que a expressão, mais à definição das estruturas organizadas, porém ambos estão atrelados, conteúdos remetem à expressão e vice-versa.

Esse processo não é isolado num ambiente artificial, mas é imerso num meio associado, pois é dele que os territórios são extraídos. Assim, não existe um território prévio, pronto a receber o produto da

dupla articulação. O território é produzido em conjunto com o desenrolar da dupla articulação. Na produção do território, o que está em jogo é a construção de um código definidor de suas fronteiras, de seus habitantes.

Assim, procuramos nesta seção um cruzamento do que Bardin (2003) definiu como polo de análise – os conceitos fundamentais da Análise de Domínio (comunidade discursiva, domínio e linguagem) – com as variáveis de inferência definidas como as duplas de componentes do conceito de agenciamento: conteúdo – expressão e territorialização - desterritorialização. Alertamos que tal cruzamento se dá ambientado na Ciência, e não na Filosofia. Portanto, buscamos no próprio cerne da Análise de Domínio, mas também da OC, as referências desaceleradoras, tendo assim as condições para efetuar o deslizamento de plano a partir do plano filosófico. No quadro 13 expomos estes cruzamentos:

Quadro 13: Cruzamento de conceitos



	COMUNIDADE DISCURSIVA	DOMÍNIO	LINGUAGEM
<b>CONTEÚDO</b>	Quem são os atores, os grupos, os departamentos as universidades? Quais tecnologias empregadas? Como todos estes elementos interagem?	Quais os objetos de estudos? Quais perspectivas epistemológicas? Quais instituições privadas ou públicas que interferem na constituição do domínio? Como todos estes elementos interagem?	Quais os termos mais utilizados? Quais os tipos de documentos produzidos? Quais os objetos a que os discursos remetem?
<b>EXPRESSÃO</b>	Quais as formas (distribuição dos conteúdos/estruturas) dos textos? Como as epistemologias e correntes teóricas interferem nos enunciados da comunidade? Quais os contextos de produção dos enunciados?	O que determina as fronteiras discursivas do domínio? Como são os documentos reguladores do domínio (congresso, associações, instituições)?	Quais os contextos de uso dos termos? Como os termos se relacionam com as formas de conteúdos (objeto de estudo)?
<b>TERRITORIALIZAÇÃO</b>	Como é distribuído o capital simbólico no campo científico? Quem são dominantes e dominados e como eles se comportam no campo?	Quais as estruturas físicas, prediais, burocráticas e informacionais? Quais as epistemologias e paradigmas presentes na área? Como os paradigmas e epistemologias se relacionam sobre o objeto?	Quais os tipos documentais, os canais de informação e as fontes de informação mais utilizadas? Como são os padrões dos textos na área?
<b>DESTERRITORIALIZAÇÃO</b>	Quem são os desafiantes do poder? Quais os devires emergentes dos dominados? Como eles estruturam relações no campo?	Quais estudos/ perspectivas/ objetos de estudos emergentes? Como tais perspectivas se distribuem nas instituições? Quais devires os métodos e as teorias passam?	Quais são os novos conceitos e propostas? Quais os documentos que mais se abrem às inovações? Quais as novas formas de escrever e publicar?

Fonte: elaborado pelo autor

Na dimensão antropomórfica das produções formais, o plano de conteúdo compreende os aspectos extensivos, por isso mantivemos os aspectos tangíveis sob ele no quadro acima. Enquanto que o plano de expressão remete aos enunciados. Na dimensão especificada, os dois planos não apenas são modificados a partir do meio, como também alteram esse meio, *o fora*, tal que são consideradas máquinas sociais produtoras. Enquanto produto do devir da expressão, a linguagem tem sua autonomia em relação ao plano de conteúdo e a outros estratos, possibilitando o aparecimento do signo. Com o quadro, alcançamos não apenas o conteúdo ou o assunto inscrito nos suportes informacionais, mas toda névoa que se articula com estas informações. Abdica-se do imperialismo da linguagem, em prol de uma prática que contígua

linguagem e instituições e subjetividades e estruturas de poder, tal como a lógica rizomática caracterizada por Deleuze e Guattari (2011a).

É válido lembrar que quando tratamos dos aspectos da linguagem, não há redução ao sistema significante-significado, o qual, segundo Deleuze e Guattari (2011a; 2011b) é simplista. Os significantes são formas de conteúdo que não remetem a uma palavra, mas sempre a um conjunto de palavras que imprimem novas formas de poder, isto é, que implicam diretamente na forma de conteúdo. Tal relação não é da ordem do Uno, mas do múltiplo. Cada forma de conteúdo e de expressão tem sua própria história, e são arranjados segundo um agenciamento próprio.

*Comunidade Discursiva x conteúdo-expressão e territorialização-desterritorialização*

Na fileira de conteúdo, definimos perguntas sobre os atores, os grupos, os departamentos, as universidades, outras instituições, tecnologias empregadas, objetos de estudos, perspectivas epistemológicas, tipos documentais, termos usados, objetos sobre os quais se fazem discursos. Procuramos dar conta dos aspectos tangíveis, todos os quais cortam e são cortados pelo plano de expressão.

Pela análise de conteúdo, chegamos a uma imagem hjørlandiana da noção de “comunidade discursiva”: uma comunidade que se constitui a partir dos discursos e que é determinante das ferramentas, das linguagens, dos conceitos, das estruturas de informação e das necessidades de informação e critérios de relevância num domínio. Nossa proposta está de acordo com a composição heterogênea que Hjørland confere à comunidade discursiva, na medida em que afirma que ela compreende atores, canais de informação, instituições, serviços de informação e relações sociais que envolvem tais atores. Contudo, Hjørland não direciona especificamente como e em que o analista de domínio deve considerar tais componentes, sobretudo os agentes não-humanos. Nesse sentido, acrescentamos a importância de identificar os componentes não-humanos e explicar sua interação na produção da comunidade discursiva. Além disso, destacamos que as comunidades discursivas são constituídas na medida em que criam ou utilizam suas ferramentas, linguagens, conceitos, critérios, portanto há um fluxo duplo de construção e que coloca em jogo uma diversidade de componentes. Assim, a comunidade não pode ser tomada como autônoma e com poderio de definição.

Na expressão, procuramos lidar com os aspectos relacionados à estruturação dos enunciados, por isso abordamos com as estruturas dos textos e dos contextos, com as fronteiras discursivas do domínio, os documentos reguladores, além dos aspectos de uso dos termos. Assim, o cruzamento de expressão e comunidade discursiva nos coloca diante de aspectos estruturantes dos discursos, diante das relações de saber poder que interferem diretamente na produção de informação. Embora as questões de poder sejam abordadas por Hjørland, não se diz como tal informação interfere na constituição do domínio, o que acreditamos ter conseguido trazer em nosso quadro.

Com relação ao território, buscamos na terminologia de Bourdieu as palavras para retratar a constituição do território compreendido como domínio. É a partir do meio que um território se destaca, por meio da estruturação das relações de afecção entre os corpos, as quais chamamos de capital simbólico. Ainda utilizamos a dicotomia dominante e dominada, porém ratificamos que num domínio não existem apenas dois grupos, é sempre uma multiplicidade. O movimento de desterritorialização acontece mediante os desafiantes do poder, que operam por linhas de fuga em detrimento da segmentação molar. As linhas de fuga colocam em evidencia os aspectos moleculares, os devires, as transformações no domínio.

### *Domínio x conteúdo-expressão e territorialização-desterritorialização*

Hjørland considera “domínio” como conjunto de heterogêneos, tais como usuários, sistema, padrões, teorias, vozes, relações sociais, conceitos, tecnologias, etc. Domínios são conhecimentos que tem suas fronteiras delimitadas flexivelmente pela interpretação de seus conceitos, além disso, condicionam a produção de novos conhecimentos internamente. São impactados por fatores externos, como tecnologias, recursos financeiros, condições das fontes de informação e o grau de cientificidade das pesquisas. Como comportam conhecimentos, os domínios têm teorias e metateorias que são contextualizadas em epistemologias e definidoras dos conceitos e suas relações semânticas.

Nesse sentido, assim como no índice acima, procuramos dar conta das formas de conteúdo com questões relativas aos aspectos tangíveis, como as instituições reguladoras, os objetos de estudo, as epistemologias que se materializam nas produções acadêmicas, os documentos reguladores. Com relação à expressão, nos pautamos em

quais as formas que definem as fronteiras (limite) do domínio e as formas estabelecedoras dos documentos reguladores.

Hjørland e Deleuze se aproximam em relação à composição heterogênea e dinâmica de um domínio. Estão em concordância quanto às relações de poder, estabelecidas de maneira pragmática. Porém Deleuze confere ampla importância aos aspectos intensivos, com os quais o dinamarquês não se detém em específico. O mergulho do filósofo no caos é em todas as velocidades intensivas, enquanto que o cientista recorre às referências. Por isso, em Hjørland, as intensidades são referenciadas, são desaceleradas, a fim de constituir solo estável à sua produção intelectual.

Ainda, um domínio, segundo Hjørland, apresenta padrões, na comunicação, na produção das pesquisas, na definição de critérios de relevância e da necessidade de informação. São padrões que se estruturam a partir de aspectos culturais e de linguagem, que servem também como estruturas de poder. Relacionamos tais padrões com o que Deleuze denominou de código. O código que faz a partir de um meio o território.

Por isso, no quadro 13, buscamos superar a relação artificial de isolamento analítico que resta na Análise de Domínio, isto é, a análise pautada em texto. Não são só as produções textuais que interessam ao analista do domínio. Contrariamos assim a indicação de que é necessário isolar os livros, artigos, anais de eventos e monografias de um meio externo. Para o quadro referido, não há possibilidade da cisão entre meio externo e interno. Não há um contexto descolado de uma produção cognitiva, vista como um pano de fundo. Nesse sentido o contexto social é também produtor de um saber-poder, não apenas um pano de fundo para atores produtores. Como se constitui um domínio? Entendemos que tal processo é vinculado a um meio, tanto no âmbito intensivo como no extensivo, um meio do qual se extrai o território na própria produção dos conhecimentos, porém a extração não desvincula o território do meio, apenas confere momentos de existência em sucessões. A cada momento o território é refeito em relação ao seu meio. O domínio entra em devir a cada novo momento, trazendo consigo a diferença.

*Linguagem x conteúdo-expressão e territorialização-desterritorialização*

A partir da aplicação da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2003), compreendemos a noção hjørlandiana de linguagem como uma instituição formada pragmaticamente que vincula os atores humanos,

textuais, técnicos e tecnológicos. A linguagem se manifesta como elo entre os componentes do domínio e carrega em si características dessas relações. Hjørland destaca o papel funcional da linguagem, quando esta confere nome aos objetos, quando auxilia no armazenamento de informação, nos processos de percepção. Ainda, Hjørland acredita que a mente humana é em grande parte constituída pela aprendizagem e uso da linguagem.

Deleuze é crítico ao despotismo do significante, isto é, à perspectiva de que a linguagem é mais relevante que outros estratos. Em concordância com o filósofo pós-moderno, Latour (2013, p. 63) afirma que com a modernidade a linguagem ocupou o espaço médio entre sujeito e objeto, “O texto torna-se original, aquilo que ele exprime, ou veicula, torna-se secundário.” Segundo Latour, o problema dessa visão é a desconexão que se dá entre a linguagem e a natureza-sociedade ou ao objeto-sujeito. Assim, o antropólogo das ciências entende ser “difícil reduzir todo o cosmo a uma grande narrativa, a física das partículas subatômicas a um texto, todas as estruturas sociais a um discurso.” (LATOURE, 2013, p. 64). Nessa óptica, Latour sublinha que embora a Filosofia da linguagem forneça uma boa caixa de ferramentas, ela não dá conta dos objetos de estudos que além de discursivos são pertencentes à natureza e ao coletivo. Não podemos negar a importância da linguagem à CI e a OC, mas quando a confrontamos com o conceito de agenciamento, deslocamos seu papel de destaque para o de conjunção com outros estratos, como o das instituições ou o das subjetivações.

Com relação ao cruzamento da linguagem com a variável conteúdo exposto no quadro 13, destacamos os termos utilizados, os tipos de documentos nos quais esses termos estão registrados e os objetos que os termos remetem quando atrelados e discursos. Na expressão, momento da dupla articulação em ocorre as estruturações das matérias, perguntamos sobre os contextos de uso dos termos e sua relação com os objetos de estudo. Ratificamos que, para Deleuze, um corpo sempre remete a um conjunto de enunciados, e cada enunciado remete a um conjunto de conteúdos, sem supremacia do significante. Quando nos propomos a identificar as formações territoriais, destacamos os tipos documentais, os canais e as fontes de informação mais utilizados, pois tais configurações determinam a codificação do território, isto é, quais multiplicidades ocupam tal território. A desterritorialização fundamenta-se na identificação das inovações teóricas, nos suportes informacionais dessas inovações, nas novas formas de publicação e de texto. Em Deleuze, a linguagem não se diz do pensamento, já em Hjørland encontramos este estado em que a

linguagem é idêntica ao que se pensa. Deleuze não se preocupa em demasia com a linguagem, por isso não só trata de signos, mas de partículas, de forças, de afecções, da diferença.

Nessa lógica, não parece possível concebermos a noção de “comunidade discursiva”, “domínio” ou “linguagem” sob a ordem da reconhecimento, isto é, da representação. Só é reconhecível o que é igual, só é representável o que é igual. Se destacarmos a diferença nos processos, captamos no próprio processo de Análise de Domínio a impossibilidade da verdade definitiva, assim como movimento que confere vida às próprias noções que destacamos com relação ao trabalho de Hjørland. O que existe, sob a óptica deleuziana, não é uma comunidade discursiva despótica e estática, mas uma comunidade-processo, tal como descreve Themudo (2002), uma comunidade compreendida em seus encontros e em sua criatividade, que se forma na medida em que produz, pois toda produção é também produção de si. Não há um domínio congelado, mas antes um território condicionado pela desterritorialização, como Deleuze e Parnet (1998, p. 110) afirmam que uma sociedade se define por suas linhas de fuga que afetam todos seus componentes. Não há linguagem trancafiada na relação significante significado, senão numa relação viva, que implica multiplicidade de conteúdo e expressão, estratificadas sob condições de significação e sujeitas a processos de descodificação.

### 7.3 Interpretação dos Resultados

Junto com a análise, a interpretação compõe o núcleo do trabalho científico, conforme Lakatos e Marconi (1991). São atividades distintas, mas estreitamente relacionadas. Interpretação é a ação de conferir “significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”, na intenção de exibir o “verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 168). Dessa forma, apresentamos as quatro subseções que procuram ampliar os resultados em consonância com o referencial teórico desta dissertação.

#### 7.3.1 Contextualização dos resultados na conjuntura pós-moderna

Ao tratar *do que é* ou de *como procede* o “pós-moderno”, procuramos abordar a temática num espectro amplo e suas implicações à BCI e OC. A terminologia indica por si só uma alteração do atual período em relação à modernidade. Kumar (1997) enfatiza a dimensão temporal, sublinhando que a descrença na verdade e a desconfiança

sobre a razão incide numa grande mistura, tornando passado e presente aceitáveis como referência na construção das inovações. Nossa proposta, assim como a dos dois pensadores considerados neste trabalho, Hjørland e Deleuze, se alinha a essa perspectiva de tempo. Não se busca um progresso ou uma evolução no sentido positivista, como pretendia Paul Otlet, por exemplo. Aceitamos influências medievais, antigas e modernas, também destronamos a razão que buscava descortinar a natureza e descobrir a linguagem universal, uma ontologia primordial do mundo, em favor de escopos específicos e situacionais.

Verificamos que há algum consenso entre os autores que propõem estudar os fenômenos sociais compreendidos nesse cenário. A primeira constatação desse consenso é com relação à informação e ao conhecimento que, com o avanço da modernidade, aumentaram suas vinculações com os processos econômicos e culturais, de modo a tornarem-se fundamentais às nações, sociedades ou grupos na produção de bens de consumo, instâncias burocráticas ou materiais simbólicos. Assistimos ao longo da modernidade a abertura das instituições de informação ao público, que possibilita maior participação das pessoas nas diversas esferas sociais. Vimos, porém, que o acesso às informações não ocorre apenas num sentido, e que novas formas de dominação se consolidam sobre a reunião de dados dos indivíduos, que não são necessariamente disciplinados em instituições, mas que são controlados à distância.

Identificamos que Hjørland desenvolve uma perspectiva de constante transformação. Segundo o autor, um domínio está sempre em transformação, a cada novo participante, a cada nova relação. Para Deleuze, a única forma de dar vazão ao fluxo de vida é pelo atravessamento de linhas de fuga sobre os estratos, de modo a constituir “o novo”, a diferença, o pensamento. Ambos os autores resgatam a noção de “salvação” por meio da criação. Somente a novidade é válida diante das vontades de poder, diante das atitudes estanques que, segundo Siqueira (2010), configuram tradições cristalizadas ainda encontradas nos procedimentos técnicos e em posturas profissionais. Assim, quando propomos que os domínios sejam vistos sob a luz do conceito de agenciamento, estamos trazendo à área o devir, isto é, aceitamos a fugacidade que envolve os fluxos informacionais.

O pós-moderno dilui fronteiras de modo a provocar novos acontecimentos, porém sem direcionamento previsto, por isso se caracteriza como uma teoria eclética, sincrética e sintética, aceitando a diversidade cultural sem fazer juízo. Jameson (2005) sublinha a dificuldade em separar ilusão de realidade, devido à inserção da

dimensão simbólica nos espaços mais íntimos da sociedade, desta forma, nos parece necessário reapropriações simbólicas nas esferas minoritárias da sociedade, tal como Kumar relata já como uma evidência. Identificamos essa tendência em Hjørland e Deleuze, pois ambos não fazem universalismos, Hjørland relativiza a produção, circulação e uso da informação em comunidades discursivas, enquanto que Deleuze enxerga as mobilidades das individualizações por meio dos fluxos de intensidades. Sobre o pensamento deleuziano, identificamos a "impossibilidade de se pensar a trama social desvinculada dos modos de subjetivação, uma vez que são elementos constituintes entre si e configuram tanto instituições quanto sujeitos." (OLIVEIRA; FONSECA, 2007, p. 133). Nesse âmbito, identificamos também a proximidade desses dois pensadores com a noção de Epistemografia, de García Gutiérrez (2006), quem intenciona a libertação dos saberes colonizados.

Bauman (2003) liquefaz a realidade a fim de revelar a dificuldade de estabelecer conexões duradouras. Na liquidez do mundo, diluem-se sujeito e objeto, fronteiras entre saberes, grandes narrativas, sociedade e indivíduo. Fora o fluxo de variação constante, nada se preserva. Dessa forma, segundo o sociólogo polonês, é inviável desejar formas centralizadas, verticais, estruturas “arvorescas” e imóveis. Os transcendentais não escondem mais suas intencionalidades de poder, seja a ideia platônica, Deus ou o homem kantiano. Assim, Bauman destaca o aumento de liberdade de ação, junto com a responsabilidade que oprime as pessoas, tais como os profissionais e os usuários de informação.

Para autores como Bauman, é difícil a renovação de um contrapoder que faça frente aos novos esquemas de organização social em favor da maior distribuição de renda e da expansão de acessibilidade de informação e tecnologias. Todavia, a proposta deleuziana procura justamente erigir novas armas, procurar meios de resistência. Uma BCI e OC renovada pelo pensamento do filósofo passa por essa transformação, de uma renovação por uma nova ética, contextualizada na sociedade pós-moderna.

Nesse bojo, Siqueira (2010) destaca os coletivos pensantes em detrimento dos sujeitos atomizados, Cook (2012) e Frohmann (2009) afirmam uma nova perspectiva sobre a noção de documento, sob influência da virtualidade, sob ação de diferentes agentes e estabelecidos em redes. Somente assim é possível trazer à tona o rico contexto que envolve as ações de informação. Os autores supracitados compreendem o devir documental, já que nada pode ser neutro ou objetivo.



Em relação à caracterização pós-moderna, acreditamos que nosso estudo mostre possibilidades de se pensar de forma mais ampla o conceito de Análise de Domínio proposto por Hjørland, já que não dotamos num sujeito autor ou num sujeito usuário a capacidade de definir por si só os processos de informação. Considerações que não há cisão entre os o ambiente, as comunidades e os indivíduos, que forma fluxos que são atravessados e atravessam as informações, os documentos, as pessoas, as instituições, as burocracias e as inovações. Assim, no quadro 13, identificamos todos estes participantes em atividade. Em suma, trazemos a noção de fluxo, de devir, da diferença, ao coração da Análise de Domínio.

### 7.3.2 Reflexos dos resultados na BCI e na OC

Na seção 3 deste trabalho, verificamos que o ato de classificar é inerente ao reconhecimento do mundo, e que a linguagem se relaciona com tal ato fortemente. Ao reconhecermos ou ao conferimos um nome qualquer a um objeto, definimos um conjunto de relações que marcam fronteiras de pertencimento e de exclusão de outros elementos em relação com o objeto referido. Se classificar depende do reconhecimento, estamos no cerco da reconhecimento, desta imagem do pensamento. Nessa imagem, o ser é entendido sob o princípio da identidade, isto é, ele só é reconhecido porque tem uma identidade. Esse princípio afirma que o ser é idêntico a si mesmo, ele não pode ser diferente ou mutável, ele é sempre o mesmo. Assim, a identidade é sua própria verdade e, nesses termos, o ser é uno. (DELEUZE; GUATTARI, 2010; MOSTAFA, 2008).

Apoiando-se em outros pensadores, Deleuze propõe outra imagem do pensamento, uma imagem rizomática, criativa, viva. Por meio da preservação da diferença, o filósofo francês considera o múltiplo ao invés da identidade. A preservação ocorre nos processos de atualizações, os quais podem ser identificados nas propostas de ordenação dos saberes.

A arte da retórica e da memória foram desenvolvidas a fim de conservar de modo ordenado conhecimentos de possível expressão. Dentre as inúmeras técnicas, destacamos o posicionamento de símbolos em diferentes cômodos de uma casa como forma de indexar conteúdos mentais, de maneira que os símbolos atuem como etiquetas de rememoração. Esse exercício de indexação é atualizado diversas vezes, mas é com Otlet e Kaiser que verificamos a consolidação técnica utilizada ainda hoje pelos profissionais da informação. A indexação do

século XIX e XX necessitou de uma atualização a fim de ir além das propostas de classificação bibliográficas; assim preservou a fragmentação do conteúdo, que na classificação o via como unidade, não mais posto em cômodos, mas tratados individualmente objetivando uma recuperação mais precisa. Já, o século XXI a indexação colaborativa, sem tanto rigor científico quanto as suas antecedentes, despontam como o principal caminho a indexação a ser explorado.

Percebemos os movimentos de desterritorialização e reterritorialização também nas classificações dos livros e das informações. Grande parte das reterritorializações preserva uma dinâmica transcendental, na qual a categoria superior é a categoria divina ou a categoria homem. Nessa dinâmica, encontramos hierarquias mais consistentes, construídas principalmente de um olhar *top-down*. Essa perspectiva passa por Platão, com sua supra categoria de Ideia, e por Aristóteles, quem reterritorializou a noção de Ideia em gêneros e substância, ambas sem correspondência com o mundo real. Ideia, substância ou os gêneros são formas ideais, perfeitas, concebidas apenas intelectualmente, creditadas como verdade, das quais o mundo reconhecido decorre.

Deleuze destrona tais verdades em prol de uma perspectiva mais maleável e fluida. Assim, defende a mutabilidade em detrimento das definições essenciais. Com Guattari, Deleuze questiona a noção de ideia platônica pela sua concepção de conceito. Se há nos pensadores clássicos um confiança de uma origem verdadeira subjacente às suas noções, Deleuze e Guattari (2010, p. 12) afirmam que é “necessário substituir a confiança pela desconfiança, e é dos conceitos que o filósofo deve desconfiar mais”. Assim, os autores franceses defendem a inexistência de verdade absoluta, o que inviabiliza qualquer classificação premeditada.

A classificação, enquanto ato da razão, encontra seu ápice no século XIX, quando há grandes esforços dos países europeus e norte-americanos para ordenar livros e informações. Encontramos uma vertente marcada pela herança aristotélica, e outra na qual há uma tendência na horizontalização das relações entre os entes e na ampliação de suas intersecções.

O primeiro grupo se utiliza do princípio da identidade e se baseia em ações transcendentais. Assim é compreendida a máquina classificatória de Aristóteles, denominada “diferença específica”. Ela opera pelo estabelecimento de um gênero padrão e suas experiências acrescidas de diferenças específicas. Assim, define a existência de uma Ideia e sua manifestação por categorias ontológicas.

A máquina aristotélica é reterritorializada sob outra esfera de afecção na árvore de Porfírio, a qual segmenta ainda mais o esquema grego, ao adicionar a função dicotômica à produção da diferença específica. Ainda é presente nos processos classificatórios, a árvore de Porfírio se opõe a noção de rizoma de Deleuze. Segundo Deleuze e Guattari (2011a, p. 18), o rizoma não tem sujeito ou objeto, pois é uma multiplicidade. Assim, um livro (consideramos também um documento ou uma informação) não tem uma essência, seja de conteúdo ou de forma, mas apenas “segmentariedade, estratos, territorialidades”, assim como “linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação”. O livro segundo a lógica binária da árvore pretende dizer a lei da natureza como “Uno que devem dois”, contudo a natureza não respeita esta lógica “velha e cansada”, ela age por numerosas ramificações não dicotômicas. Ainda, segundo Deleuze e Guattari (2011a, p. 21),

É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força e sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre  $n-1$  (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele).

Assim, para Moreira (2010, p. 34):

O pensamento rizomático deleuzeano permite instaurar um novo olhar para as redes de informação, para uma nova pragmática das ações de informação, sem a necessidade de adoção de um modelo regulado por um eixo específico, o que é, aliás, condição necessária para a organização e recuperação da informação no ciberespaço.

Na primeira vertente, asseada na concepção de árvore e com a fé depositada no princípio de identidade, notamos seguidas reterritorializações, tais como nos currículos das universidades medievais, nas taxonomias de Gesner e de Lineu, e até mesmo na concepção do conhecimento segundo as proposições de Kant. Com relação à disposição dos livros, percebemos o movimento de árvore já na época medieval, quando os livros seguiam o *Trivium* e o *Quadrivium*, na classificação bibliográfica de La Croix du Maine do século XVI, de

Francisco Aráoz e do filósofo Leibniz (século XVII), todas que definem a primeira categoria atrelado ao divino, e decorrendo daí os outros saberes (considerados seculares). Ainda, segundo tal perspectiva, podemos notar a afirmação de Decembro (século XVI) que confere ao bibliotecário a tarefa de “aperfeiçoar” os conteúdos dos livros quando necessário, isto é, de fazer os conteúdos registrados se aproximarem da perfeição da ideia da qual ele deriva. Além disso, encontramos também a classificação enciclopédica de Diderot e D’Alambert e a de Hegel, as quais, embora questionassem os valores religiosos, substituem a transcendência divina pelo do homem. (ALMEIDA; CRIPPA, 2009; BLAIR, 2006; BURKE, 2003; GRAFTON, 2006; OLSON, 2011; POMBO, 2008)

A segunda vertente de classificação se aproxima mais da concepção de rizoma. Consideramos esta vertente como representativa do distanciamento da operação estritamente logico-racional nas definições de hierarquias. Assim, reconhecemos aqui a classificação proposta por Plínio-o-Velho, quem considerou uma ordem do mundo mais mística. Buffon pode ser enquadrado na categoria anterior, mas por reconhecer que toda classificação não está alinhada a uma verdade natural por ser arbitrário, destacamos a importância de sua taxonomia botânica para o universo mais rizomático das classificações. (BLAIR, 2006; FABRIS, 2004; POMBO, 2008).

A concepção extremamente pragmática de Naudé sobre a biblioteca, nos permite vê-lo também nessa óptica, na qual, mais importante que uma classificação racionalista dos livros, mas importante é a efetivação da leitura. Destacamos também a atitude de William Reading que, no século XVIII, desenvolveu classes mistas pelas quais os livros podiam ser movidos nas estantes. Contra essa ideia, Gabriel Peignot (século XIX), compreendido na vertente aristotélica, defendeu a fixação do livro em classes e endereços físicos estanques. (CHARTIER, 2006).

Nessa conjuntura, o século XIX é responsável pela emergência de uma “vontade de método” na área, momento em que Pombo (1998) destaca como áureo da classificação bibliográfica, e que Almeida e Crippa (2009) notam a reivindicação dos bibliotecários enquanto agentes institucionais na classificação do conhecimento. Surgem as diversas classificações bibliográficas, mas que assistiram uma nova linha de fuga que se concretizou com Ranganathan e seu método analítico-facetado. Essa linha de fuga corrói a noção de unidade temática, visto que a unidade de assunto por documento pode ser fragmentado numa diversidade variante. As possibilidades de

combinações dos fragmentos temáticos são variadas, o que remete, por exemplo, a classificação flexível de Reading. O que ocorreu foi uma desterritorialização da unidade macro de assunto e uma reterritorialização que minorou tal unidade (n-1), por meio de Kaiser, Otlet e Ranganathan. Ainda, assistimos no século XX outras reterritorializações, ora mais segmentadas, ora mais flexíveis, tal como a proposta do Memex, as contribuições do CRG e a concepção dos tesouros. Para os próximos anos, verificamos os esforços da criação no âmbito da engenharia de ontologia, da *folksonomia* e do *Big Data*.

O que desejamos mostrar não se trata de uma ideia de evolução histórica da classificação, pelo contrário, não há evolução alguma, visto que a *folksonomia* abre margem às classificações tão místicas quanto a de Plínio-o-Velho, o que enfocamos são justamente estes saltos mutantes, as desterritorializações, que promovem encontros diversos, nos quais antigas crenças e práticas são resgatadas em detrimento de algumas descartadas. O cenário parece de questionamento à razão pura, sob qual muito tempo procuramos desenvolver as classificações.

Nasubseção 6.2 deste documento, destacamos que as instituições interferem em como as comunidades produzem, organizam, distribuem e utilizam a informação e o conhecimento. No que se refere a esses aspectos, podemos acompanhá-los também pelos movimentos desterritorialização-reterritorialização. Observamos que Otlet difere as ações informacionais das ações sobre o conhecimento, atribuindo a essa última ao universo institucional, isto é, pelas sociedades profissionais ou científicas, pelos congressos, o ensino, os avanços teóricos e práticos etc...

Segundo Bliss, há uma continuidade que passa da organização do conhecimento biológico e mental. Dessa forma, compreende tal organização em sua síntese subjetiva, comunitária, linguística e documentária, em um campo do saber e, por fim, em sistemas enciclopédicos e nas bibliotecas. O bibliotecário americano confere maior destaque à ciência e à Filosofia, enquanto instituições organizadoras do conhecimento num nível macro, mas que deve harmonizar-se com o nível micro, compreendida nas revistas científicas e bibliotecas. A própria noção de organização de conhecimento de Bliss já soa diferente na área e, assim como Deleuze não se restringe a uma compreensão do processo de atualização no âmbito antropomórfico, o americano também aceita que há uma organização de âmbito biológico (DELEUZE; GUATTARI, 2011a; MURGUIA; SALES, 2013).

Embora Dahlberg (1978; 1993; 2006) centre a teoria e prática da OC na linguagem, afastando assim as considerações sobre as

instituições e sua interferência direta nos processos da área, sua obra passa pela fundação de instituições que constroem ou formatam estes processos. Assim, identificações que a ISKO, seus congressos, suas revistas, sua estrutura, normas, regimentos, hierarquias, tudo isso tem impacto nas formas de organizar, representar e recuperar informação e conhecimento.

É válido ressaltar que a noção de conceito sobre a qual Dahlberg pousa o pesquisador da OC não se aproxima do conceito filosófico deleuziano. Além, a inconsistência destacada no referencial teórico sobre a nomenclatura da área revela não ser apenas uma questão terminológica, pois a reterritorialização não envolve apenas tais aspectos. Notamos reterritorializações que revelam perspectivas específicas de produção teórica, tal como revela Guimarães (2008). A tradição americana é a mais pragmática (sobretudo nos aspectos administrativos) e voltada aos produtos. Nela encontramos o processo de catalogação, o qual pode enquadrar na noção de organização e representação da informação (BRÄSCHER; CAFÉ 2010), assim como o processo de estruturação dos cabeçalhos de assunto, que corresponderia ao que Bräscher e Café (2010) denominaram de organização e representação do conhecimento. A tradição inglesa, por ser mais empírica, destaca-se por sua abordagem focada no usuário, além das pesquisas especializadas, compondo assim uma reterritorialização que favoreceu o aparecimento dos estudos do CRG (que uniu os interesses e necessidades dos usuários com a facetação dos assuntos especializados). Essa tradição favoreceu o surgimento dos novos instrumentos de organização do conhecimento e empreendeu o âmbito informacional a indexação segundo tais informações. Por fim, a reterritorialização francesa, que se encontrou com os estudos estruturais da linguagem e, assim, dotou os processos informacionais de maior referência científica, favorecendo também o surgimento de diversas relações entre os termos nas representações do conhecimento e a aplicação com mais precisão para construção da representação da informação. (BRÄSCHER; CAFÉ 2010; GUIMARÃES, 2008).

Nesse contexto que compreendemos as inovações nos SOCs e nos estudos da OC.

### 7.3.3 Discussão dos resultados por meio das teorias de Hjørland e Deleuze

Hjørland (2009), sob perspectiva pragmática, entende o conceito como o principal objeto da OC. O autor entende que todo signo é

mediado socialmente, por isso sofre implicações vindas das conjunturas socioculturais compreendidas num domínio (HJØRLAND, 1998). Assim, na mesma linha de Bliss, o dinamarquês compreende que há uma instância da OC que se volta mais a tais aspectos, que se estrutura sobre a divisão social do trabalho. Nesse sentido, esta dissertação se propôs a discutir o quão essa esfera social é importante na BCI e OC. Deste modo, entendemos que esta investigação contribui à solidificação dos aspectos teóricos e metodológicos da Análise de Domínio, sob viés pós-moderno.

A OC em Otlet, Bliss e Hjørland extrapola a questão da linguagem, quando consideram as instituições e organizações sociais como interferências na forma de organizar os conhecimentos e, em decorrência, as informações. Ørom (2003) faz isso ao considerar as exposições de Arte em museus como objeto e agente da organização do conhecimento desse domínio. Hjørland chega a abordar a noção de institucionalização social. Aqui percebemos a rachadura para iluminar a máquina abstrata e identificar os cruzamentos das formas de conteúdo e de expressão. Entendemos que das metodologias citadas por Smiraglia (2014), a análise cognitiva do trabalho é um caminho para se desenvolver agenciamentos.

Segundo o escandinavo, um dos principais problemas da Análise de Domínio é conectar as questões *macro* com as *micro*, isto é, vincular perspectivas epistemológicas ou políticas nacionais com um domínio inscrito num laboratório ou numa indústria. A fim de solucionar a questão, Hjørland e Hartel (2003) designam as três vertentes para a Análise de Domínio: a epistemologia, a ontologia e a sociologia.

Se por um lado, Hjørland aviva as dimensões para além da linguagem, quando destaca a perspectiva ampla da OC, por outro, afirma a importância da linguagem e dos estudos dos termos e conceitos nos textos dos domínios.

Deleuze é um pensador envolto no problema da criação, e não da linguagem. Não faz uma Filosofia da linguagem ou do signo como identificamos em autores já apropriados na área, como Saussure ou Pierce. Para o filósofo da multiplicidade, o grande interesse do pensamento é algo anterior a qualquer signo ou conceito. Ele relata de uma dimensão explorada já pelos estoicos, por Espinosa, por Nietzsche, Foucault e tantos outros. Trata da imanência como espaço criativo, que faz o mundo não parar.

Esse movimento da imanência é tão forte que leva a cristais se formarem, moléculas se conectarem, vírus evoluírem, animais habitarem um espaço, pessoas viverem. É o mote da criação, da Arte, da Filosofia,

da Ciência. Deste modo, é possível perceber esse movimento na BCI também. A criação é a captação do que já é real. Projetar Deleuze na BCI e na OC é captar uma ponte que já existe. Deleuze parte de uma perspectiva experiencial, de maneira que a imanência é passível dessa experimentação. Somente nessa experimentação que a criação é possível. Mas como experimentar essa substância na BCI e na OC? Entrando em contato com “o fora”, isto é, o caos.

Na ciência, quando encontramos o caos, necessitamos de referências, de estabilizadores, que permitam a consolidação das funções e proposições. Mesmo assim, pela ciência, podemos transpassar a *doxa* e inovar. Hjørland criou a Análise de Domínio, estremecendo as bases epistemológicas e metodológicas da área, ao afirmar um paradigma que centra no uso social da informação, e em métodos variáveis, que podem ser suficientes ou que podem exigir novas combinações em relação a um domínio.

Propomo-nos a deslizar o conceito de agenciamento à Análise de Domínio, de modo a desenvolver novas referenciais aos estudos sociais da organização do conhecimento e da informação. O conceito de agenciamento garante o caráter social de um corpo qualquer. Esse conceito faz tudo ser uma questão social, pois destrona as unidades para que cada território seja habitado por multiplicidades. As multiplicidades que demos voz foram aquelas que antecedem a linguagem. São as instituições, as relações sociais, os trâmites burocráticos, as subjetividades inscritas, ou seja, tudo que coage o domínio a se exprimir enquanto um acontecimento.

Hjørland nos aponta direcionamento para realizar a Análise de Domínio, por meio da identificação de padrões de comunicação, das estruturas de comunicação e da linguagem empregada por uma comunidade discursiva. Para Deleuze, não existem termos isolados de seus conteúdos: plano de conteúdo - plano de expressão. É no entrecruzamento dos dois planos que as matérias se tornam extensivas, ganham codificação e território. Saldanha (2010) destaca a virada linguística, Lara (2008) ainda trata a linguagem como representacionista. Nosso olhar passa pelo reconhecimento da linguagem como produtora de modificações incorpóreas, mas que afetam os corpos. Assim, aproximamo-nos dos neodocumentalistas, tal como Frohmann (2009) que procura compreender a noção de documento rizomática e sem representação. Se Hjørland promove a ascensão dos jogos de linguagem e da razão comunicativa, destacamos as linhas de fugas sempre presentes na BCI e na OC, independente de vontades ou dos níveis de segmentação. O agenciamento é sempre



definido por suas linhas de fuga, que o coloca em devir, que o abre a outras conexões. Não há domínios isolados. Domínios não são bactérias mortas entre lâminas e sob lentes de um microscópio. São agenciamentos sócio-técnicos e semióticos, conectados numa malha compostas por outros infinitos agenciamentos, sempre em movimento.

Nesse sentido, afirmamos com Deleuze, mais importante que o signo, são os movimento de territorialização e desterritorialização, a consolidação dos estratos, a criação de funções e proposições. O signo jamais representa. Ele não tem esse poder, pois tudo o que pretende representar já não é mais, e a própria representação já passa a ser outra. Por isso, signifiante e significado estabelecem entrelinhas múltiplas, articulando enunciados com corpos que são produzidos nessa mesma dinâmica.

Pelo quadro 13, cumprimos a missão de fazer uma Análise de Domínio mais aberta as velocidades e afecções, dando conta das máquinas binárias, da distribuição dos corpos e enunciados no plano de organização, dos códigos e territórios estabilizados momentaneamente.

#### 7.3.4 Um novo conceito à Filosofia da Ciência da Informação

Deleuze e Guattari (2012a) explanam o sistema ponto-linha, a fim de mostrar a relação molar-molecular. No sistema arborescente, as linhas são hierárquicas, com posições demarcadas, definindo assim a submissão da linha ao ponto. Tal sistema se utiliza da linha visando ligar dois pontos distantes, que têm sua origem e fim desenhados de antemão. Quando Tennis (2003) propõe um sistema de linha vertical (intensão) e horizontal (extensão) como operador de Análise de Domínio, ele submete a linha ao ponto, sufocando as possibilidades de outro tipo de ciência, uma ciência pós-moderna, mais pragmática.

A proposta de Deleuze viria de encontro à de Tennis, se colocaria em favor de uma linha devir, uma linha molecular, uma linha libertadora: ela não mais liga os pontos, mas “passa entre os pontos, ela só cresce pelo meio, e corre numa direção perpendicular aos pontos. [...] uma linha de devir não tem nem começo nem fim, nem saída nem chegada, nem origem nem destino; [...] só tem um meio.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012b, p. 96). O que faz oposição ao sistema ponto-linha é o sistema multilinear, que por natureza é rizomático e criativo, pois desterritorializa e reterritorializa enquanto traça um plano de consistência, submetendo então o ponto à linha.

Nesse sentido, entendemos que há confluência entre a teoria e a postura maleável de Hjørland, quando ele não define rigidamente sua

proposta, e Deleuze que faz abertura em todos os seus conceitos. Deleuze é um criador de conceitos. Para ele a Arte, a Filosofia e a Ciência alcançam uma desterritorialização absoluta e inventiva, gerando um por vir das sensações, dos conceitos ou das funções-proposições. Na OC percebemos esse movimento inventivo diversas vezes.

A proposta desta pesquisa pode ser concebida como uma construção científica, na qual foi traçado um plano de referência, que tem como limite as percepções socioculturais e pragmáticas já consolidadas na área, se vincula com variáveis da própria produção de Hjørland, costura functivo a partir do conceito de agenciamento, e define proposições que pretendem ser um norte à aplicação da Análise de Domínio. Contudo, pretendemos também levantar um conceito, a partir de um plano de consistência.

Já vínhamos num esforço de povoarmos o plano da Filosofia da Ciência da Informação -- como pode ser visto em Mostafa, Amorim e Souza (2014) e Mostafa, Nova Cruz e Amorim (2015). Com o agenciamento enquanto noção trazida a AD, consideramos que a **comunidade discursiva**, o **domínio** e as relações estabelecidas pela **linguagem** precisam ser considerados enquanto seu movimento de atualização.

Em nosso plano da Filosofia da Ciência da Informação, procuramos situar o conceito de Análise de Domíniosob nova perspectiva. Por mais que os profissionais da informação busquem formas de mapear um domínio, acadêmico ou não, por mais segmentada que possa ser seus métodos de análise e representação, há sempre uma linha de fuga que opera uma atualização, impedindo a fidelidade representativa do domínio, impossibilitando delimitações rígidas do domínio. Uma linha de fuga que estabelece rizoma, que comunica com outros domínios, causando intersecções diversas. Para todo poder, há um contra-poder, para toda vigilância há uma contra-vigilância, para toda informação há uma contra-informação. (MOSTAFA; NOVA CRUZ; AMORIM, 2015). O contra não é uma negação, mas uma resistência iminente, tal como a linha molecular no domínio, o Indomável.

Todo domínio tem um indomável. Algo indomável por sua velocidade que, quando é trazido ao atual, ao território, ao estrato, já se tornou outra coisa. Criamos o conceito de indomável avizinhandoo com devir, diferença, simulacro, sendo ele o responsável pela efetivação da linha de fuga. É possível verificar isso em Hjørland, quando afirma que a realidade não se molda ao conceito (HJØRLAND; HARTEL, 2003). Por quê? Por que a realidade foge? É a pragmática, a linha pragmática

que moleculariza e põe tudo em variação. Hjørland tem um importante papel na BCI e OC, o de mostrar que toda ação teórica ou prática precisa considerar de antemão as comunidades discursivas. O dinamarquês minora os sistemas de organização do conhecimento universais, tornando-os impossível de se manterem fiel à terminologia. Tais instrumentos fazem mais os usuário se adaptar à eles do que contrário. Com o conceito de indomável, pretendemos explicitar que não basta minorar em prol das comunidades discursivas, que não há comunidade discursiva enquanto unidades. São sempre multiplicidades, tendem a sempre a molecuralização, trazendo consigo um jogo de desterritorialização-reterritorialização, um jogo que se passa no meio, no *intermezzo*. Não colocamos-nos sob uma perspectiva funcionalista, tão como o termo é tomado pelo próprio Hjørland, nosso funcionalismo é outro, sobre o plano filosófico da Ciência da Informação, o qual se dá em acordo com o problema que o conceito de indomável resolve. Nosso problema é arepresentação fiel de um domínio. Nosso conceito revela ser impossível tamanho consenso. Impossível uma *web* semântica que contemple toda a dinâmica em jogo nas redes de informação, impossibilidade de representar fielmente uma comunidade, mesmo que menor, comunidade de mulher, de homossexuais, de imigrantes, mas também as comunidades molares.

Lembramos que a luta da ciência não é apenas com o caos, mas também contra a opinião. Assim, apresentamos o quadro 14:

Quadro 14: Identificação do conceito de indomável

Qual problema o conceito resolve?	Da diferença na representação do domínio
Quais são os componentes do conceito?	Fuga, simulacro
Qual contorno e a vizinhança que acomodam os componentes no conceito?	Eterno retorno, devir, informação-afecto
Qual a história do conceito?	Imagem, representação
Qual o devir do conceito?	devir, multiplicidade, molecular

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mostafa e Nova Cruz (2009).

Acreditamos que o conceito de indomável possa ressoar na BCI e OC, aproximando-as das noções de pós-modernidade científica, na busca por uma incorporação da diferença enquanto problema a enfrentar neste século talvez deleuziano. Dessa forma, finalizamos destacando a importância do indomável à AD, a mesma que a ruptura ao social:

*osocius* não é um bloco homogêneo, ele é segmentarizado para que os fluxos possam funcionar e para que os códigos possam existir. [...] uma máquina social só funciona bem quando não funciona bem completamente, pois, na prática se criam transgressões, soluções que não estão na teoria formulada e antecipada. [...] a transgressão está na falha, no descontrole, na ruptura, na quebra, no outramento. É um conectar-se com o fora, com a poesia das coisas, com a poética da matéria. (OLIVEIRA; FONSECA, 2007, p. 135).



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender o que se reconhece por Análise de Domínio e como podemos entendê-la no atual estágio científico da OC e BCI. Santos (1989) afirma a tendência e a necessidade de inserirmos as ciências no paradigma pós-moderno. Para ele, essa é uma questão ética, com o fim para além dos aspectos científicos. Para Santos (1989), conceber uma ciência pós-moderna é batalhar por um mundo mais justo e democrático. Nesse sentido, evidenciamos a Análise de Domínio hjørlandiana enquanto proposta teórica e metodológica, símbolos do paradigma social da BCI, e o conceito de agenciamento de Gilles Deleuze. Assim, focamos o trabalho numa possível releitura dessa teoria e metodologia por uma óptica da filosofia pós-moderna.

O referencial teórico desta pesquisa ofereceu as condições para compreendermos o cenário em que se encontra a proposta de Hjørland e o conceito de Deleuze. Abordamos assim, desde os aspectos mais gerais até os elementos mais íntimos dos nossos dois polos de análise. Consideramos para tal as dimensões da sociedade pós-moderna e seus desdobramentos na área, assim como o constructo teórico da Organização do Conhecimento (seus aspectos paradigmáticos, terminológicos e seus instrumentos). O relato da sociedade pós-moderna nos permitiu aproximar das bases que norteiam as posturas e concepções teóricas de Hjørland e Deleuze. Além disso, o texto sobre a OC nos possibilitou a identificação abstrata da posição da Análise de Domínio nesse campo. Com base nesse levantamento destacamos como se revela a Análise de Domínio para, então, refletirmos sobre ela através da perspectiva deleuziana.

Ressaltamos três pilares conceituais da Análise de Domínio, a comunidade discursiva, o domínio e a linguagem, a partir dos quais estruturamos nossa análise. Buscamos, além disso, reconhecer os aspectos metodológicos, suas facetas de aplicação e epistemológicas, revelando que seu fazer é determinado em contextos específicos, podendo ser composto de técnicas métricas, observacionais e discursivas. Foi possível compreender a transposição de valores que Hjørland faz do pensamento de Wittgenstein e Habermas para a área.

Destacamos o conceito e agenciamento por seu aspecto de associativo, isto é, sua função que é justamente de interligar elementos heterogêneos numa mesma dinâmica. Em Deleuze, a condição de qualquer corpo social passa pelo conceito e agenciamento. A fim de compreender a noção filosófica, retomamos o projeto de Deleuze de

crítica construtiva sobre a Representação, expondo suas concepções sobre a diferença, ente produtivo e essencial ao movimento de atualização que perpassa qualquer objeto. Abordamos também a produção do pensamento a partir da diferença, na Arte, Filosofia e Ciência, compreendendo com essas instâncias se desenvolvem. Ainda, tratamos sobre o conceito de agenciamento, o que tal conceito diz sobre o real, que vai desde a cristalização das intensidades até os movimentos de territorialização e desterritorialização.

O objetivo dessa pesquisa, que compreendeu a investigação do quão a filosofia deleuziana se aproxima da proposta de Hjørland, ambas compreendidas no cenário da pós-modernidade. Acreditamos que o trabalho não apenas mostrou tais proximidades, como contribuiu para seu adensamento, conforme revela o quadro 13 e as discussões em torno do mesmo.

Ao cruzarmos os índices (comunidades discursivas, domínio e linguagem) com as variáveis de análise (conteúdo – expressão e territorialização – desterritorialização), percebemos que a Análise de Domínio pode possibilitar um tratamento mais complexo dos domínios, não restringindo a aplicação aos aspectos métricos e terminológicos. Percebemos que há outras possibilidades a explorar além desses dois vetores já bem reconhecidos na BCI e OC. Assim, com base no quadro 13, refletimos sobre outros aspectos interpelados por relações de poder e por disputas que envolvem sempre uma multiplicidade.

Nesse sentido, acreditamos ter consolidado uma proposta mais flexível, que compreende não apenas aspectos metodológicos, mas também epistemológicos, juntamos essas duas esferas por uma costura fina e ética. Nesse sentido, acreditamos que este trabalho oferece um caminho possível para se pensar e fazer a Análise de Domínio.

O primeiro objetivo específico foi concretizado pela coleta e leitura dos textos de autoria de Hjørland, além da categorização de trechos dos textos em tabelas, conforme o quadro 9 (ver também apêndice B). A escolha arbitrária dos índices demonstram que poderia haver outros pilares à Análise de Domínio, que mudando a perspectiva, poderíamos adotar outros termos como índices. Revelou também que os conceitos definidos como índices não obedecem um linearidade, não se comportam sob uma estrutura hierárquica nos trabalhos de Hjørland.

Alcançamos o segundo objetivo específico pela identificação do conceito de agenciamento na filosofia de Deleuze como um dos principais que diz sobre o funcionamento da dimensão social dos processos. O social em Deleuze é um acontecimento, que ocorre em conjunto com as atualizações. Verificamos que a função deste conceito

no conjunto da obra de Deleuze (delimitada aqui pelos cinco volumes de Mil Platôs, escrito com Guattari) possibilitava uma aproximação sem grandes desafios com as teorias de cunho social da BCI e OC. É válido destacar que o conceito de agenciamento compreende as dinâmicas de afecção entre os elementos relacionados, preserva a diferença que advêm cos processos de atualização.

Atingimos o terceiro objetivo específico com a discussão em torno dos resultados obtidos a partir do quadro 13, presentes na subseção 7.2 dos resultados.

Além disso, possibilitamos uma leitura aberta dos resultados, ao tratarmos parte da seção de resultados sob um viés mais interpretativo, recuperando o referencial teórico, mas de um modo diferente, já impregnado pelas impressões geradas no cruzamento da Análise de Domínio e do conceito de agenciamento.

Destacamos ainda as dificuldades de trabalho sobre o tema. Por um lado, a proposta de Hjørland aparece dispersa em seus artigos, sua postura teórica não conduzà conclusões definitivas sobre “o que é” e “como se faz” a Análise de Domínio. Assim, compilar o que lemos no referencial teórico demandou esforço demasiado de aproximação de ideias fragmentadas distribuídas em seções dos artigos. Destacamos também as dificuldades em trabalhar com a filosofia de Deleuze, que apresenta uma abordagem da ontologia bastante peculiar, sob linguagem própria, suas ideias se revelam amplas e contextuais ao mesmo tempo. Se trata das formações dos elementos químicos (DELEUZE; GUATTARI, 2011a) ou das novelas literárias (DELEUZE; GUATTARI, 2012a) busca dimensionar também as dinâmicas de poder e fuga, de atualização das intensidades e das virtualizações das entidades atuais.

Nessa conjuntura, consideramos que os resultados dessa dissertação são de grande valia, pois ratifica no campo da BCI e OC uma abordagem recente no âmbito filosófico e científico. Um ponto de destaque é a criação do conceito de Indomável, que é articulado no plano da filosofia da ciência da informação, ressoando na área juntamente com a produção de outros autores, como Frohmann (2009) e Mostafa (2013).

Assim, concluímos que a Análise de Domínio hjørlandiana se apresenta em consonância com a filosofia pós-moderna de Gilles Deleuze. Isto significa que autores da OC e BCI, com grande índice H, trazem para a área uma perspectiva pós-moderna, afirmando assim interesses para além dos postulados positivistas e tradicionais que instituíram o campo de informação. Se fazer a ciência caminhar sobre



caminhos pós-modernos é um dever ético, como postula Santos (1989), afirmamos que Hjørland cumpre seu papel. Ainda, sublinhamos que Deleuze pode contribuir para o aprofundamento desses aspectos na área.

Pretendemos com este trabalho aproximar a filosofia de Deleuze da BCI e OC, por meio da Análise de Domínio. Confiamos ter cumprido essa tarefa, por meio da constituição de linhas de fugas em segmentos rígidos da OC. Nesse sentido, esse trabalho é a proposta de produção de pensamento. Como ensinam Deleuze e Guattari (2010), nos esforçamos para não apenas analisar e/ou criticar um saber, mas produzir algo novo. Se o século será deleuziano, como diz Foucault (1995), o desafio que se coloca é justamente o da criação, da inventividade.

Nesse ensejo, sugerimos as futuras pesquisas no âmbito da ciência vieses mais flexíveis e abertos. A proposta encontrada no quadro 13 apresenta possibilidades de discussão e estudo variados, desde aspectos conceituais como terminológicos. Também possibilita a aplicação em domínios variados. Há ainda outras possibilidades de intersecções entre a BCI e OC com a obra de Deleuze. Tais pesquisas podem explorar um paradigma fora do signo da Representação. Ainda, destacamos que os movimentos de territorialização e desterritorialização na OC merecem maiores aprofundamentos, a fim de revelar o que se preserva e o que se altera entre as ideias, períodos ou instrumentos. Por fim, acreditamos contribuir com a atualização das teorias e práticas da BCI e OC, no sentido de ampliar as possibilidades de fugas inventivas em detrimento das tecnologias e ações que segmentam e limitam os escopos da área.

## REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, O. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 143-146, 1998. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 maio 2015.

ALBRECHTSEN, H; HJØRLAND, B. Information seeking and knowledge organization the presentation of a new book. **Knowledge organization**, v. 24, n. 3, p. 136-144, 1997.

ALLIEZ, É. **Da impossibilidade da fenomenologia**: sobre a Filosofia francesa contemporânea. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ALMEIDA, M. A.; CRIPPA, G. De Bacon à internet: considerações sobre a organização do conhecimento e a constituição da ciência da informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 109-131, 2009.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos / São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. **Ciência da Informação como Ciência Social. Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, 2003.

ARBOIT, A. E.; GUIMARÃES, J. A. G. Conhecimento e linguagem na organização do conhecimento: aspectos dialógicos a partir da concepção de Bakhtin. In: Encontro Nacional de Pesquisa da em Ciência da Informação, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANCIB, 2013.

BADIOU, A. **Gilles Deleuze**: o clamor do ser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2003.

BARITÉ, M. **Atualización teórica y metodológica sobre organización del conocimiento**. Florianópolis: UFSC, 2013. Material didático oferecido aos alunos do PGCIN/UFSC.

BARITÉ, M. Sistemas de organización del conocimiento: una tipología actualizada. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. especial, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERTI, G. Gilles Deleuze, caos y pensamiento. **Instantes y Azare**: escrituras nietzscheanas, Buenos Aires ,n. 9, p. 117-37, 2012. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4094928>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

BLAIR, A. As coletâneas de lugares comuns da renascença tardia. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BLAKE, J. Some issues in the classification of zoology. **Knowledge Organization**, v. 38, n. 6, p. 463-472, 2011.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização e representação do conhecimento. In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.). **Temas de pesquisa em ciência da informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010, p. 85 - 103.

BRÄSCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: J. R.; M. B. (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: Ibict, 2010, p. 147- 176. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

BROUGHTON, V. Brian Vickery and the Classification Research Group: the legacy of faceted classification. **Facets of knowledge organization**, p. 315-326, 2012.

BROWN, S. D. Between the planes: Deleuze and social science. In: JENSEN, C. B.; RODJE, K. (Org.). **Deleuzian intersections in science, technology and anthropology**. Oxford: Berghahn, p. 101-120, 2009. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/775638/Between\\_the\\_planes\\_Deleuze\\_and\\_social\\_scienc](https://www.academia.edu/775638/Between_the_planes_Deleuze_and_social_scienc)>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, 1991.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2003.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (Org.). **Passeios no bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-129. Disponível em:

<<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

CAPURRO, R. **Epistemologia e ciência da informação**. 2003.

Disponível em: <[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)> . Acesso em: 28 jul.2013.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação.

**Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, 2007. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>. Acesso em: 28 jul.2013.

CARVALHO, J. D. A imanência, apresentação de um roteiro de estudo sobre Gilles Deleuze. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 119-132, 2005.

CASTRO, E. V. Filiação intensiva e aliança demoníaca. **Novos Estudos-CEBRAP**, São Paulo,n. 77, p. 91-126, 2007.

CAVALCANTI, C. R. Indexação. **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, 1982.

CHARTIER, R. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: JACOB, C.; BARATIN, M.(Org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CHIH, C. Y. Por uma estética da diferença: um diálogo entre Deleuze e Artaud. **Kinesis**, Marília, v. 3, n. 5, p. 252- 262, 2011.

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis/APB, 2002.

COOK, T. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012.

COSTA, L. B. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-77, mai./ago. 2014.

CRAIA, E. O virtual: destino da ontologia de Gilles Deleuze. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 107-123, 2009.

CRIPPA, G. Os "lugares da memória": dispositivos ideológicos, esquemas tópicos e sistemas classificatórios. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (Org.). **Informação e Contemporaneidade**. Recife: Nectar, 2007, p. 121-138.

CRIPPA, G.; BISOFFI, G. C. Memória e hipertexto: uma reflexão sobre o conhecimento relacional. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 3, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativos e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: Its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n. 4, 1993.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge organization**, v. 33, n. 1, 2006.

DELEUZE, G. **O abecedário de Gilles Deleuze**: entrevista a Claire Pamet. Vídeo transcrito e traduzido por Tomás Tadeu da Silva em 1988.

DELEUZE, G. A concepção da diferença em Bergson. In: \_\_\_\_\_. **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2006a. P 47-73.

DELEUZE, G. Conclusões sobre a vontade de potência e o eterno retorno. In: \_\_\_\_\_. **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2006c.p. 155-166.

DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: \_\_\_\_\_. **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2006b. p. 47-73.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: \_\_\_\_\_. **Conversações** (1972-1990). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.p. 219-226.

DELEUZE, G. **Spinoza**. Cours Vincennes, 1978. Disponível em: <<http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>>. Acesso em 30 jul. 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é Filosofia?**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011b.vol. 2.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012a.vol. 3.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012b.vol. 4.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012c.vol. 5.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, C. C. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 25, n. 2, p. 6-17, 2015.

DODEBEI, V. L. D. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002.

DRUCKER, P. **O melhor de Peter Drucker**: obra completa. São Paulo: Nobel, 2001

ENGSTRÖM, Yrjö. Aprendizagem por expansão prática: em busca de uma reconceituação a partir da teoria da atividade. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 19, p. 31-64, 2002.

FABRIS, A. Plínio, o Velho: uma história material da pintura. **Locus-Revista de História**, v. 10, n. 2, 2004.

FERREIRA, F. R. Ciência e arte: investigações sobre identidades, diferenças e diálogos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36., n. 1, p. 261- 280, 2010.

FIGUEIREDO, I. M. Nietzsche e a crise da cultura ocidental: niilismo. **Revista Aproximação**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, 2013.

FJORDBACK SØNDERGAARD, T.; ANDERSEN, J.; HJØRLAND, B. Documents and the communication of scientific and scholarly information: revising and updating the UNISIST model. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 3, p. 278-320, 2003.

FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J. J. **Metodologia filosófica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

- FOUCAULT, M. **Theatrum philosophicum**. Barcelona: Anagrama, 1995.
- FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 1-14.
- FROHMANN, B. Revisiting “What is a document?”. **Journal of Documentation**, v.66, n.2, p.291-303, 2009.
- FUJITA, M. S. L.; DAL'EVEDOVE, P. R. Estudo sociocultural da comunidade discursiva do tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 23-50, 2013.
- GARCIA GUTIERREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v.18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.
- GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000.
- GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Da organização do conhecimento as políticas de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://ibict.phlnet.com.br/anexos/gomezv2n2.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.
- GRAFTON, A. Como criar uma biblioteca humanista: o caso de Ferrara. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v.1, n.1, p. 77-99, jan./jun.2008
- GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. In: GARCÍA MARCO, F. J. **Avances y perspectivas en**



**sistemas de información y documentación**. Ibersid, Zaragoza, 2009, p. 105-117.

HANSEN, J. A. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, 2013. Disponível em:  
<<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga33/arqs/matraga33a01.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2015

HJØRLAND, B. Arguments for philosophical realism in library and information science. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 488-506, 2004.

HJØRLAND, B. Arguments for "the bibliographical paradigm": some thoughts inspired by the new English edition of the UDC. **Information Research**, v. 2, n. 4, p. 1-17, 2007b.

HJØRLAND, B. Citation analysis: a social and dynamic approach to knowledge organization. **Information Processing & Management**, v. 49, n. 6, p. 1313-1325, 2013d.

HJØRLAND, B. The classification of psychology: A case study in the classification of a knowledge field. **Knowledge Organization**, v. 25, n. 4, p. 162-201, 1998c.

HJØRLAND, B. Comments on the articles and proposals for further work. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 156-163, 2005a.

HJØRLAND, B. The concept of 'subject' in information science. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 2, p. 172-200, 1992.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009.

HJØRLAND, B. Core classification theory: a reply to Szostak. **Journal of Documentation**, v. 64, n. 3, p. 333-342, 2008a.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v. 56, n.1 p. 27-41, 2000a.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science. Eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, 2002a.

HJØRLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 130-155, 2005b.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002b.

HJØRLAND, B. Evaluation of an information source illustrated by a case study: effect of screening for breast cancer. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 10, p. 1892-1898, 2011a.

HJØRLAND, B. Evidence-based practice: an analysis based on the philosophy of science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 7, p. 1301-1310, 2011b.

HJØRLAND, B. Facet analysis: the logical approach to knowledge organization. **Information Processing & Management**, v. 49, n. 2, p. 545-557, 2013a.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, B. The foundation of the concept of relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 61, n. 2, p. 217-237, 2010.

HJØRLAND, B. The importance of theories of knowledge: browsing as an example. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 3, p. 594-603, 2011c.

HJØRLAND, B. The importance of theories of knowledge: indexing and information retrieval as an example. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 1, p. 72-77, 2011d.

HJØRLAND, B. Information: objective or subjective/situational?. **Journal of the American Society for**

**Information Science and Technology**, v. 58, n. 10, p. 1448-1456, 2007a.

HJØRLAND, B. Information retrieval, text composition and semantics. **Knowledge Organization**. v.25, n.1/2, 1998b, p.16-31.

HJØRLAND, B. Is classification necessary after Google? **Journal of Documentation**, v. 68, n. 3, p. 299-317, 2012a.

HJØRLAND, B. Library and information science: practice, theory, and philosophical basis. **Information Processing & Management**, v. 36, n. 3, p. 501-531, 2000b.

HJØRLAND, B. Library and information science and the philosophy of science. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 5-10, 2005c.

HJØRLAND, B. Methods for evaluating information sources: an annotated catalogue. **Journal of Information Science**, v. 38, n. 3, p. 258-268, 2012b.

HJØRLAND, B. Theoretical clarity is not "Manicheanism": a reply to Marcia Bates. **Journal of Information Science**, v. 37, n. 5, p. 546-550, 2011e.

HJØRLAND, B. Theories of knowledge organization: theories of knowledge. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 3, p. 169-181, 2013b.

HJØRLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation, **Journal of Documentation**, v. 54, n. 5, p. 606-621, 1998a.

HJØRLAND, B. Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content... and relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 52, n. 9, p. 774-778, 2001.

HJØRLAND, B. User-based and cognitive approaches to knowledge organization: a theoretical analysis of the research literature. **Knowledge Organization**, v. 40, n. 1, p. 11-27, 2013c.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, 2008b.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. An analysis of some trends in classification research. **Knowledge Organization**, v. 26, n. 3, p. 131-139, 1999.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, , p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, v. 30, n.3/4, p. 239 - 245, 2003.

HJØRLAND, B.; JØRN NIELSEN, H.; HØYRUP, H. Introduction to the special issue: perspectives on research libraries. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, p. 198-201, 2014.

HJØRLAND, B.; NICOLAISEN, J. (Ed.). **The Epistemological Lifeboat**. Disponível em: < <http://www.iva.dk/jni/lifeboat/> >. Acesso em 08 nov. 2015.

HJØRLAND, B; NICOLAISEN, J. Scientific and scholarly classifications are not "Naïve": a comment to Begthol (2003). **Knowledge Organization**, v. 31, n. 1, p. 55-61, 2004.

HJØRLAND, B.; NICOLAISEN, J. Bradford's law of scattering: ambiguities in the concept of "subject". In: **Context: Nature, Impact, and Role**. Springer Berlin Heidelberg, 2005. p. 96-106.

HJØRLAND, B.; NISSEN PEDERSEN, K. A substantive theory of classification for information retrieval. **Journal of documentation**, v. 61, n. 5, p. 582-597, 2005.

HODGE, Gail. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authority files** Washington : Council on Library and Information Resources – CLIR, 2000. 43p. (Publication 91).

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

JAMESON, Fredric. **Modernidade singular**: ensaio sobre a ontologia do presente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JØRN NIELSEN, H.; HJØRLAND, B. Curating research data: The potential roles of libraries and information professionals. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, p. 221-240, 2014.

KARAM, F. J. C. Retórica, Grécia e Roma Antigas: vestígios da futura linguagem jornalística. **Alceu**: revista de comunicação, cultura e política, Rio de Janeiro, v. 10, n.19,p. 109-117 - jul./dez. 2009

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. São Paulo : Atlas, 1991.

LARA, MLG. Informação, informatividade e linguística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero. Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 6, p. 1-9, 2008.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013

LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc & Jacob, Christian (Org.) **O poder das Bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.p. 21-44.

LIMA, V. M. A. **Da classificação do conhecimento científico aos sistemas de recuperação de informação**: enunciação de codificação e enunciação de decodificação da informação documentária. 2004. 156fl. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-06032006-150120>>. Acesso em: 28 mar 2014.

LISBOA, A. **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LYKKE NIELSEN, M. Domain analysis, an important part of thesaurus construction. Classification for User Support and Learning Sheraton Chicago, 2000. ASIS SIG Classification Research Workshop.

Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bz6Nn7RMubYJ:https://journals.lib.washington.edu/index.php/acro/article/download/12768/11249+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 08 set. 2014.

LUYT, B. The nature of historical representation on Wikipedia: Dominant or alterative historiography? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 6, p. 1058-1065, 2011.

MACHADO, R. **Deleuze, a arte e a Filosofia**. 2º ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MAGNAVITA, P. R. Ciência e religião: por uma micropolítica de subjetivação. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 493-510, 2013.

MAI, J. E. The modernity of classification. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 4, 2011.

MARCONDES, C. H. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 2-21, 2010.

MONTEIRO, S.D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da Organização do Conhecimento na esfera da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 3, 2008.

MOREIRA, W. Provocações deleuzeanas para as linguagens documentárias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 21-36, 2010.

MOSTAFA, S. P. Charles Pierce, Gilles Deleuze e a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, 2012.

MOSTAFA, S. P. Epistemologia ou Filosofia da ciência da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, 2010.

MOSTAFA, S. P. **Filosofia da diferença e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

MOSTAFA, S. P. Gilles Deleuze e a ciência da informação. In: SANTAREM SEGUNDO, J. E.; SILVA, M. R.; MOSTAFA, S. P. (Org.). **Os pensadores e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: e-papers, 2012b.

MOSTAFA, S. P. Novos referenciais teóricos no XVI Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia. **Palestra proferida no XVI Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, 22-27 julho, 1993, Belém, Pará.**

MOSTAFA, S. P. Os teóricos e nós. In: BOCCATO, V., R., C.; GRACIOSO, L. S. (Org.). **Estudos de linguagem em ciência da informação**. Campinas: Alínea, 2011.

MOSTAFA, S. P. **Vigotsky e Deleuze: um diálogo possível?** Campinas: Alínea Editora, 2008.

MOSTAFA, S. P.; AMORIM, I. S.; SOUZA, L. M. A. Filosofia e discurso na ciência da informação: tessitura de encontros. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 6-19, 2014.

MOSTAFA, S. P.; NOVA CRUZ, D. V.; AMORIM, I. S. Primavera nos dentes: fuga e resistência na era digital, Rio de Janeiro, **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2015.

MOSTAFA, S. P.; CRUZ, D. V. N. **Para ler a Filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari**. Campinas: Alínea, 2009.

MURGUIA, E. I.; SALES, R. Práticas Discursivas na Organização Do Conhecimento: Otlet, Bliss e Isko. In: RIBEIRO, F.; CERVEIRA, M. E. (Org.). **Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano**. Porto:

Faculdade de Letras do Porto; CETAC/ MEDIA, 2013.p. 421-436.  
Disponível em: <<https://ocs.letras.up.pt/index.php/ISKO/ISKO>>.  
Acesso em: 20 fev. 2015.

NASCIMENTO, D. M. A abordagem sócio-cultural da informação.  
**Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 25-35,  
2006.

NASCIMENTO, J. P. C. **Abordagens do pós-moderno em música**: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.  
Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/gf5mh/pdf/nascimento-9788579830983-02.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu.  
**DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1- 9, 2004.

NELLE, P. As origens arqueológicas da história das bibliotecas. In: JACOB, C.; BARATIN, M.(Org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 2. ed.Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

NICOLAISEN, J.; HJØRLAND, B. Practical potentials of Bradford's law: A critical examination of the received view. **Journal of Documentation**, v. 63, n. 3, p. 359-377, 2007.

NOVELLINO, M.S.F. Instrumentos e metodologias de representação da Informação. **Informação e Informação**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, A. M.; FONSECA, T. M. G. Contribuições de Deleuze: o acontecimentalizar no social e as sinuosas linhas da trama institucional. **Psico**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, 2007.

OLIVEIRA, E.F.T.; GRÁCIO, M.C.C. Visibilidade dos pesquisadores no GT7 da ANCIB: um estudo de cocitações. In: Encontro Nacional de Pesquisa da em Ciência da Informação, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2011.

OLSON, H. A. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. **InCID**: revista de



Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 3-15, 2011.

ORLANDI, L. Este século será foucauldiano ou deleuzeano? Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2006. Conferência de abertura feita no I Simpósio de Filosofia Contemporânea. Disponível em: <[http://www.4shared.com/file/143772781/c981280c/Luiz\\_Orlandi\\_seculo.html](http://www.4shared.com/file/143772781/c981280c/Luiz_Orlandi_seculo.html)>. Acessado em 12 jan. 2015.

ØROM, Anders. Knowledge organization in the domain of art studies: History, transition and conceptual changes. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3-4, p. 128-143, 2003.

ORTEGA, C. D. **Informática documentária**: estado da arte. 2002. 259f. . Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PASQUINELLI, M. Máquinas radicais contra o tecno-império: da utopia ao network. **Luetranger**. fev., 2004. Disponível em: <<http://luetranger.tumblr.com/post/323600312/m%C3%A1quinas-radicais-contra-o-tecno-imp%C3%A9rio-da>>. Acesso em: 03 set. 2015.

PELBART, P. P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PELLEJERO, E. A ideia de cultura na filosofia de Gilles Deleuze. **Didática**, Braga, n. 12, 2008.

PEREIRA, I. M.; MISOCZKY, M. C. Peter Drucker e a legitimação do capitalismo tardio: uma análise crítica de discurso. In: EnANPAD,30, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

PIEDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciencia, 1983.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesouro brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Ibict, 2014.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras**: revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, n.2, p.19-33, primavera, 1998.

PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: Unesp, 2002.

RAMACCIOTTI, B. L. Deleuze: a filosofia prática de Espinosa. In: ENCONTRO NACIONAL ANPOF: Filosofia Contemporânea: Deleuze, Guattari e Foucault. 15, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPOF, 2013.p. 45-57.

REVEL, J. Entre dois mundos: a biblioteca de Gabriel Naudé. In: JACOB, C.; BARATIN, M.(Org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 2. ed.Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RÜDIGER, F. R. Habermas e a reconstrução da problemática teórica da comunicação. **Revista de Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 4, p. 43-52, 1989.

SALDANHA, G. S. Humano inumano pós-humano:o homem na, da e para a ciência da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.6, n.3 .p. 87-107, abr. 2012.

SALDANHA, G. S. Ipásia e a ciência da informação no território das humanidades: a virada lingüística informacional em um diálogo entre Rorty e Habermas. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.12 n.2 abr 11.

SALDANHA, G. S. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da Filosofia da linguagem. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 300-315,2010.

SALES, R. **A organização da informação de Julius Kaiser**: o nascimento do método analítico-sintético. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas: OmniScriptum GmbH, 2014.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed.Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2012. Coleção Primeiros Passos.

SILVA, A. R.; ARAUJO, A. C. S.; MELLO, J. G.; CONTER, M. B. Deleuze e a Semiótica Crítica. **Semeiosis: semiótica e transdisciplinaridade em revista**. 2013. Disponível em: <<http://www.semeiosis.com.br/u/61>>. Acesso em: 02 set. 2015.

SILVA, T. E. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.1, n.1, p.8-13, jan./dez. 1991.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez. 2010.

SMIRAGLIA, R. P. **The elements of knowledge organization**. Springer International Publishing, 2014.

SOUZA, F. C. **Organização do conhecimento na sociedade**. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Publicações, 1998.

TENNIS, J. T. What does a domain analysis look like in form, function, and genre? **Brazilian Journal of Information Science**, v. 6, n. 1, 2012a.

TENNIS, Joseph T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero?. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 6, n. 1, p. 3-15, 2012b.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003.

THEMUDO, T. S. Que pode o corpo social? Deleuze e a comunidade. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. (Org.). **Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002. p. 281 - 290.

- VALE, E. A. Linguagens de Indexação. In\_ SMIT, J. W. (Coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: Ibict, 1987.
- VASCONCELLOS, J. A ontologia do devir de Gilles Deleuze. **Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia**, Fortaleza, v.2, n.4, 2005.
- VEGA-ALMEIDA, R.L.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; LINARES, R. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. **Information Research**, v. 14, n. 2, June, 2009.
- WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.
- WESOLEK, A. Wittgensteinian support for domain analysis in Classification. **Library Philosophy and Practice**, 2012. Disponível em: <[http://digitalcommons.usu.edu/lib\\_pubs/115/](http://digitalcommons.usu.edu/lib_pubs/115/)>. Acesso em: 21 jul 2013.
- WHITLEY, R. Cognitive and social institucionalization of scientific specialities and research. In: WHITLEY, Richard (Ed.). **Social process of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974.p. 69-95.
- WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ZINS, C.; GUTTMANN, D. Domain analysis of social work: An example of an integrated methodological approach. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3-4, p. 196-212, 2003.

## APÊNDICE A

Título	Periódico	Ano	Núm	WoS	LISA
Introduction to the special issue: perspectives on research libraries	Journal of Documentation	2014	2	NÃO	SIM
Curating research data: the potential roles of libraries and information professional	Journal of Documentation	2014	2	SIM	SIM
Citation analysis: A social and dynamic approach to knowledge organization	Information Processing and Management	2013	6	SIM	SIM
Facet analysis: The logical approach to knowledge organization	Information Processing and Management	2012	2	SIM	SIM
User-based and Cognitive Approaches to Knowledge Organization: A Theoretical Analysis of the Research Literature	KNOWLEDGE ORGANIZATION	2013	1	SIM	NÃO
Methods for evaluating information sources: An annotated catalogue	Journal of Information Science	2012	3	NÃO	SIM
Is classification necessary after Google?	Journal of Documentation	2012	3	SIM	SIM
Theoretical clarity is not "Manicheanism": A reply to Marcia Bates	Journal of Information Science	2011	5	SIM	SIM
Evaluation of an Information Source Illustrated by a Case Study: Effect of Screening for Breast Cancer	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2011	10	SIM	SIM
Evidence-Based Practice: An Analysis Based on the Philosophy of Science	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2011	7	SIM	SIM
The Importance of Theories of Knowledge: Browsing as an Example	JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY	2011	3	SIM	NÃO
The Importance of Theories of Knowledge: Indexing and Information Retrieval as an Example	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2011	1	SIM	SIM
The Foundation of the Concept of Relevance	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2010	2	SIM	SIM
Concept Theory	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2009	8	SIM	SIM
Core classification theory: a reply to Szostak	Journal of Documentation	2008	3	SIM	SIM
What is Knowledge Organization (KO)?	Knowledge Organization	2008	2-3	SIM	SIM
The Periodic Table. Its Story and Its Significance	Knowledge Organization	2008	4	SIM	SIM
The Poverty of the Linnaean Hierarchy: A Philosophical Study of Biological Taxonomy	Knowledge Organization	2008	4	NÃO	SIM
Arguments for 'the bibliographical paradigm'. Some thoughts inspired by the new English edition of the UDC	INFORMATION RESEARCH-AN INTERNATIONAL ELECTRONIC JOURNAL	2007	4	SIM	NÃO
Information: objective or subjective/situational?	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2007	10	SIM	SIM
Practical potentials of Bradford's law: a critical examination of the received view.	Journal of Documentation	2007	3	NÃO	SIM

Library and information science and the philosophy of Science	Journal of Documentation	2005	1	NÃO	SIM
Bradford's law of scattering: Ambiguities in the concept of "subject"	CONTEXT: NATURE, IMPACT, AND ROLE, PROCEEDINGS	2005		SIM	NÃO
Empiricism, rationalism and positivism in library and information Science	Journal of Documentation	2005	1	SIM	SIM
Comments on the articles and proposals for further work	Journal of Documentation	2005	1	NÃO	SIM
A substantive theory of classification for information retrieval	Journal of Documentation	2005	5	SIM	SIM
Arguments for philosophical realism in library and information Science	Library Trends	2004	3	SIM	SIM
Documents and the communication of scientific and scholarly information: revising and updating the UNISIST model	Journal of Documentation	2003	3	SIM	SIM
Fundamentals of knowledge organization	Knowledge Organization	2003	2	SIM	SIM
Afterword: ontological, epistemological and sociological dimensions of domains	Knowledge Organization	2003	3/4	SIM	SIM
Work tasks and socio-cognitive relevance: A specific example	JOURNAL OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY	2002	11	SIM	NÃO
Epistemology and the socio-cognitive perspective in information Science	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2002	4	SIM	SIM
Domain analysis in information science: eleven approaches - traditional as well as innovative	Journal of Documentation	2002	4	NÃO	SIM
Towards a theory of aboutness, subject, topicality, theme, domain, field, content ... and relevance	Journal of the American Society for Information Science and Technology	2001	9	SIM	SIM
Library and information science; practice, theory, and philosophical basis	Information Processing and Management	2000	3	NÃO	SIM
Documents, memory institutions and information science	Journal of Documentation	2000	1	SIM	SIM
An analysis of some trends in classification research	Knowledge Organization	1999	3	SIM	SIM
Theory and metatheory of information science: a new interpretation	Journal of Documentation	1998	5	SIM	SIM
Information retrieval, text composition, and semantics	Knowledge Organization	1998	1/2	SIM	SIM
The classification of psychology: a case study in the classification of a knowledge field	Knowledge Organization	1998	4	NÃO	SIM
Towards a new horizon in information science: domain-analysis	Journal of the American Society for Information Science	1995	6	NÃO	SIM
The concept of 'subject' in information science	Journal of Documentation	1992	2	SIM	SIM

APÊNDICE B<sup>14</sup>

## FICHA DE COLETA DE DADOS

HJØRLAND	RESUMO	UNIDADES DE REGITRO		
		comunidade discursiva	domínio	linguagem
UNIDADES DE CONTEXTO  HJØRLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. Knowledge organization, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.	<p>One important theoretical distinction to consider is the one between social and intellectual forms of KO. Social forms of KO are related to professional training, disciplines and social groups while intellectual organization is related to concepts and theories in the fields to be organized. (4) The social perspective includes in addition the systems of genres and documents as well as the social system of knowledge producers, knowledge intermediaries and knowledge users. (5) This social system of documents, genres and agents makes available a very complicated structure of potential subject access points (SAPs), which may be used in information retrieval (IR). The basic aim of research in KO is to develop knowledge on how to optimise this system of SAPs and its utilization in IR. (6) SAPs may be seen as signs, and their production and use may be understood from</p>	<p>It is important for information science to provide models of actors, institutions and information services in different <b>discourse communities</b>. The actors are knowledge producers, intermediaries, and users of knowledge. The institutions are research institutions, publishers, libraries, and so forth. Information services may be classified in primary services (e.g., publishing houses and journals), secondary services (e.g., bibliographical databases) and tertiary services (e.g., professional encyclopaedias and literature reviews). I have found the UNISIST (1971) useful. Figure 1 below is a modified version of the UNISIST-model from Trine Fjordback Søndergaard, Jack Andersen, &amp; Birger Hjørland (2003, p. 303), in which the stippled ellipse symbolises a knowledge domain. Figure 2 shows the same model (not previously published) in which the Internet resources are highlighted as integrated with the printed sources.</p>	<p>It is important for information science to provide models of actors, institutions and information services in different discourse communities. The actors are knowledge producers, intermediaries, and users of knowledge. The institutions are research institutions, publishers, libraries, and so forth. Information services may be classified in primary services (e.g., publishing houses and journals), secondary services (e.g., bibliographical databases) and tertiary services (e.g., professional encyclopaedias and literature reviews). I have found the UNISIST (1971) useful. Figure 1 below is a modified version of the UNISIST-model from Trine Fjordback Søndergaard, Jack Andersen, &amp; Birger Hjørland (2003, p. 303), in which the stippled ellipse symbolises a knowledge <b>domain</b>. Figure 2 shows the same model (not previously published) in which the Internet resources are highlighted as integrated with the printed sources.</p>	<p>The principal actors in IS are the knowledge producers (e.g., authors), the users and the intermediaries. It is their interaction with bibliographical records that is the focus of (L)IS. Each of those actors brings with him certain pre-understandings, views, concepts and <b>languages</b> mainly acquired during socialization in society. The success of the interaction depends on these pre-understandings, concepts and <b>languages</b>. This applies not only to the “match” of concepts but especially to their ability to support users’ tasks. A theory of such broader forms of KO is therefore essential in order to construct efficient systems for KO in LIS.</p>
		<p>People may also be used as sources on which to base the development of KO. In cognitive science and artificial intelligence the methods of knowledge elicitation are well known (e.g. Cooke, 1994). This is, in my opinion, an indirect method because we have to know the methods by which the experts, from whom we obtain the knowledge, got this in the first place. In other words we must be able to argue which knowledge claims are best substantiated. If we do not address this issue, we are only indirectly qualified to construct and evaluate systems of KO. People may, however, also be used as sources in other ways. They may, for example, be seen as members of <b>discourse communities</b> and be studied as such. We may study the social</p>	<p>In Birger Hjørland and Lykke Kylesbech Nielsen (2001) we summarized research on the relative informational value of different kinds of subject access points (SAPs). It is important to realize that the relative value of, for example, terms from a text versus citation searching (based on the bibliographical references) is not constant. It varies according to disciplinary norms among other things. This implies that it is important to uncover such different disciplinary norms: In our above mentioned review we tried to integrate such knowledge from many different sources. Our approach implies that the rich flora of documents and <b>domains</b> should be investigated by information science. This is in contrast to the prevailing “universalistic,”</p>	<p>With the advent of computers in the 1950s, LIS and KO became influenced by this new technology, and many people felt that the future of LIS must be as a part of computer science. There is an indication that “information scientists” did not regard themselves as part of library science or as dealing with documents and their representations (cf., Hjørland, 2000a). They felt much more closely related to computer science. This may have confused the theoretical development of KO, because theories related to “information” versus theories related to “documents” are related to quite different kinds of outlooks. As a theoretical concept, “information” tends to move LIS and KO towards theories about control, feedback, coding and noise in transmitting messages, while “document” tends to move LIS towards theories about meaning, <b>language</b>, knowledge, epistemology and sociology.</p>

<sup>14</sup>O apêndice B é apenas uma das fichas de coleta de dados, um exemplo. Consideramos inviável anexar todas as outras 42 fichas.

		<p>division of labour and the dependency between different people and groups of people (compare Whitley, 1984).</p>	<p>“reductionist” or “individualist” approaches. The purpose of studies is to explicate and represent the implicit meanings that are lost in merging.</p>	<p>Therefore, in LIS there may be a whole paradigmatic conflict hidden in those words.</p>
			<p>In the view of pragmatism (and Activity Theory) languages are tools that are adapted culturally to suit the needs of their users. General languages may be seen as adaptations that suit the needs of major parts of the populations, while languages for special purposes are adaptations that suit the needs of specific groups such as chemists, lawyers, musicians, and so forth. Both languages, (or more broadly symbolic systems) as also media, documents and information systems, are teleological or goal-directed. They are optimised to do certain functions, while relatively ignoring other purposes and goals. They should be seen as specializations in the social division of labour. This implies that no system of KO can be optimised to do all kind of tasks equally well. Although modern computer based retrieval systems are very flexible and seem efficient for almost all tasks, it is important to consider the limitations of each kind of system for different kinds of tasks and different <b>domains</b>. The way knowledge is organized in information systems must be relevant to the specific purpose of that particular system. Relevance must, in my opinion, Always be regarded in relation to a goal. Birger Hjørland and Frank Sejer Christensen (2002) defined relevance this way: “Something (A) is relevant to a task (T) if it increases the likelihood of accomplishing the goal (G), which is implied by T” [p. 964]. Our conception of relevance is thus connected to</p>	<p>This third stage in the development of KO as a field has been influenced by experimental approaches in which recall and precision are well-known measures, by extensive use of statistical models of the properties of the document representations, by approaches that try to automate KO using Artificial Intelligence (AI) and expert systems, by applying natural <b>language</b> processing (NLP) techniques and the like. An offshoot of this stage is also the cognitive view that tries to model the users’ cognitive functions in the computers.</p>



			<p>meaning and to different views and traditions in society. It is a basic view in the pragmatic tradition that the nature of knowledge is to fulfil goals for the organism or system that possess the knowledge. All kinds of knowledge or information processing processes or institutions are basically teleological by nature. They have to fulfil certain goals. Their relevance criteria are constructed backwards from those goals, and people learn those relevance criteria by being socialized and educated within a particular context and tradition.</p>	
			<p>We may conclude that there exist many different kinds of criteria for likeliness. They may be conventional, logical, psychological and so on. Regarding natural kinds, however, they should especially be seen as <b>domain-specific</b> criteria which are discovered by science. They are not just something that can be extracted from users or from statistical investigations.</p>	<p>What we must emphasize in IS, is to study the ways in which words and symbols are given meaning by their specific contexts. Of importance are the way in which different disciplines construct their meanings, the way in which document composition provides meaning to words and symbols, and the way in which different controlled vocabularies construct meanings. If a word is employed, for example, in the title, in the abstracts, in the methodology section or in the conclusion, we might (sometimes) be able to attribute different priorities and meanings to the word, and this may help us to give different probabilistic evaluations of whether documents should be retrieved or not. People, who know certain databases very well, including the subject literature and subject <b>language</b> they cover, probably employ this kind of knowledge in tacit ways.</p>

				<p>The job for information studies is to help to explicate the underlying principles. Just as ordinary people can speak a <b>language</b> and use grammar, linguistic experts have to explicate what competent users do.</p>
			<p>This paper has outlined the fundamental aspects of KO as a field of study. The basic assumptions and attitudes have been that the basic units of KO are semantic relations between concepts. Such semantic relations cannot primarily be established by universalistic assumptions, but much primarily be understood as <b>domain</b> specific, as uncovered by (and constructed by) scientific disciplines. KO in LIS cannot ignore concepts, theories and findings in specific disciplines, and the methods of KO in LIS are at the deepest level based on the same philosophical assumptions as the methods of science and scholarship. This implies that the fundamental discussion of the basis of KO in LIS is strongly connected to the discussion of different theories of epistemology. Epistemological studies have been rare in LIS, and it seems urgent for our field to upgrade our qualifications in this area.</p>	<p>The structuralist view of how our concepts are formed by our <b>languages</b> is shown in Figure 3 below. It shows that there is no one-to-one relation between meanings in different <b>languages</b>. When individuals learn a <b>language</b>, they learn the concepts of that <b>language</b>, and consequently they classify the world in the way that is given by that particular <b>language</b>. For example, Germans and Danes classify “tree” in different ways. By implication <b>languages</b> may affect the way we conceptualise the world. According to Louis Hjelmslev (1943) each <b>language</b> puts arbitrary borders on reality, while activity theory (AT) finds that our symbolic systems tend to capture functional aspects or affordances in the things we perceive (see Albrechtsen, Andersen, Bødker, &amp; Pejtersen, 2001).</p>
				<p>Hjelmslev’s figure may be criticized; for example, it has been mentioned that he omits the Danish term “lund” (small forest) and that this omission may weaken this particular example. In this place we shall, however, take this basic structuralist claim for granted: that given <b>languages</b> affect our semantic structures and thus our classification of the world.</p>

				<p>When we name something, we facilitate the use of that object. By naming churches (or books on churches) “tourist attractions,” we facilitate a certain use of churches (or documents). We perform an act by means of <b>language</b>. Given names (or SAPs) will always facilitate some uses of a document and make other uses relatively more difficult. No terminology or technology or kind of SAP can ever be neutral.</p>
				<p>The meaning of any sign is its potential quality of referring to some objects or states of affairs (Karpatschof, 2000, p.197). A tool is something that has a functional value for some human (sub)culture. <b>Languages</b> (and sublanguages) are also tools with functional values. In <b>languages</b>, there are terms for tools. The meaning of a word for a certain kind of tool is the functional value of referring to a certain functional value, defining the quality of the tool (Karpatschof, 2000, p.197). A hammer may, for example, be termed “hammer” (denotation) or “murder-weapon” (connotation). The word we use about a tool facilitates one or another use of it. Words may be more or less appropriately used for a specific object in relation to a given task, activity or discourse. In other words, to use words is a kind of act (verbal acts) often used to accomplish something extra-verbal. The meanings of the words we use may be more or less suitable for our purposes, and in those cases we try to develop new words or change the meaning of some old words. Such changes in meanings are visible in the study of different fields, traditions and <b>paradigms</b>.</p>

In the view of pragmatism (and Activity Theory) **languages** are tools that are adapted culturally to suit the needs of their users. General **languages** may be seen as adaptations that suit the needs of major parts of the populations, while **languages** for special purposes are adaptations that suit the needs of specific groups such as chemists, lawyers, musicians, and so forth. Both **languages**, (or more broadly symbolic systems) as also media, documents and information systems, are teleological or goal-directed. They are optimised to do certain functions, while relatively ignoring other purposes and goals. They should be seen as specializations in the social division of labour. This implies that no system of KO can be optimised to do all kind of tasks equally well. Although modern computer based retrieval systems are very flexible and seem efficient for almost all tasks, it is important to consider the limitations of each kind of system for different kinds of tasks and different domains. The way knowledge is organized in information systems must be relevant to the specific purpose of that particular system. Relevance must, in my opinion, always be regarded in relation to a goal. Birger Hjørland and Frank Sejer Christensen (2002) defined relevance this way: "Something (A) is relevant to a task (T) if it increases the likelihood of accomplishing the goal (G), which is implied by T" [p. 964]. Our conception of relevance is thus connected to meaning and to different views and traditions in society. It is a basic view in the pragmatic tradition that the nature of knowledge is to fulfil goals for the organism or system that possess the knowledge. All kinds of knowledge or information processing processes or institutions are basically teleological by nature. They have to fulfil certain goals. Their relevance criteria are constructed backwards from those goals, and people learn those relevance criteria by being socialized and educated within a particular context and tradition.

				<p>“Paradigm” in the broadest meaning of the word is a very central concept for KO. Not only do scientific paradigms determine how we study KO in information science (see section 9 and 10 below); it is also the case that the knowledge that we are going to organize is already conceptualised and organized according to more or less invisible structures, determined by different paradigmatic influences. This is done in many “layers” in ordinary <b>languages</b>, in subject <b>languages</b>, in documentary forms, in networks of citing papers, in informal networks and so on. Different paradigms usually imply different values and goals. KO in information science must know those different values and be able to fulfil the different goals.</p>
				<p>Figure 5 below summarizes the four fundamental methods of KO for which I have argued. It is important to realize that they are idealizations. They do not and they cannot exist in pure forms. Any empirical procedure must involve kinds of logic and nonempirical evidence. All rules must be applied to some empirical reality. All empirical and rational methods must be based on pre-understandings and meanings transmitted through <b>language</b> and cultural products. And any kind of pragmatism is limited by constraints set by the real world through empirical evidence.</p>

<p><b>MODOS DOS TERMOS</b></p>	<p>comunidade discursiva é composta por atores (produtores, intermediários e usuários), as instituições (de pesquisa, editoras, bibliotecas, etc) e os serviços de informação (primários: editoras e periódicos, secundários: as de dados, terciários: enciclopédias profissionais e revisões de literatura); descobrir como o conhecimento é produzido na comunidade discursiva por meio da divisão social do trabalho e a interdependência dos componentes da comunidade discursiva.</p>	<p>domínio do conhecimento; a CI deve focar os domínios e sua linguagem e divisão social do trabalho e critérios de relevância; domínio específico (por meio de estudos estatísticos); o domínio e a epistemologia deve ser a base para compreender as relações semânticas entre os conceitos.</p>	<p>a socialização dos atores cria o objeto da CI, isto é, a visão, a pré-compreensão, os conceitos e a linguagem; conflito na CI e na OC: informação (aborda a mensagem) x documento (aborda a linguagem); focar o que há de implícito na linguagem dos documentos nos domínios (estruturas paradigmáticas dos textos); as línguas implicam as definições dos conceitos em suas dimensões funcionais; línguas afetam as estruturas semânticas e a nossa classificação de mundo; nomear um objeto indica seu uso prático por isso nunca é um ato neutro; línguas e seus termos são ferramentas que atribuem valor num âmbito funcional; as línguas gerais ou especializadas se adaptam funcionalmente a grandes ou pequenos grupos e por isso não podem fazer várias tarefas (funções); linguagem tem camadas que revelam os paradigmas; os métodos da OC devem partir da linguagem e dos produtos culturais que transmitem significados e pré-compreensões de um domínio.</p>
--------------------------------	--	--	---

## APÊNDICE C

REFERÊNCIA	COLETA DOS TERMOS -		
	community discursive	domain	language
<b>INFERÊNCIAS</b>			